



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL – PPGMS

LUCIANO DE PONTES PAIXÃO

MEMÓRIA E POLÍTICA EM REVISTA:
DESVENDANDO AS PÁGINAS ABJETAS DA *GAIE FRANCE* SOBRE
DOMINAÇÃO DE JOVENS, FASCISMO E PEDOFILIA

Rio de Janeiro
2023

LUCIANO DE PONTES PAIXÃO

MEMÓRIA E POLÍTICA EM REVISTA:
DESVENDANDO AS PÁGINAS ABJETAS DA *GAIE FRANCE* SOBRE
DOMINAÇÃO DE JOVENS, FASCISMO E PEDOFILIA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Memória Social.

Área de Concentração:

Estudos Interdisciplinares em Memória Social.

Linha de Pesquisa:

Memória, Subjetividade e Criação.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Ramos de Farias

Rio de Janeiro
2023

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

Paixão, Luciano de Pontes
P142 Memória e política em revista: desvendando as páginas abjetas da Gaie France sobre dominação de jovens, fascismo e pedofilia / Luciano de Pontes Paixão. -- Rio de Janeiro, 2023.
172 f.

Orientador: Francisco Ramos de Farias.
Coorientador: Marcelo Borges Rocha.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2023.

1. Memória. 2. Política. 3. Dominação masculina. 4. Fascismo. 5. Pedofilia. I. Farias, Francisco Ramos de, orient. II. Rocha, Marcelo Borges, coorient. III. Título.

LUCIANO DE PONTES PAIXÃO

MEMÓRIA E POLÍTICA EM REVISTA:
DESVENDANDO AS PÁGINAS ABJETAS DA *GAIE FRANCE* SOBRE
DOMINAÇÃO DE JOVENS, FASCISMO E PEDOFILIA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Memória Social.

Área de Concentração:

Estudos Interdisciplinares em Memória Social.

Linha de Pesquisa:

Memória, Subjetividade e Criação.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Francisco Ramos de Farias (Orientador)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof.^a Dra. Lobelia da Silva Faceira
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof.^a Dra. Johanna Gondar Hildenbrand
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof. Dr. Marcelo Borges Rocha (Coorientador)
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET

Prof.^a Dra. Maria de Fátima Scaffo
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Tese Aprovada em: 10/07/2023

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Creusa de Pontes Paixão e José Pereira Paixão (já falecidos), pelo apoio e incentivo que sempre demonstraram em relação aos meus estudos.

Ao meu orientador, Francisco Ramos de Farias, por ter me acolhido na UNIRIO e pela confiança em mim, bem como pelas orientações e sugestões.

Ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO, em especial aos professores das disciplinas que eu cursei por terem contribuído com ensinamentos que favoreceram o meu autoconhecimento e influenciaram na elaboração do meu trabalho.

Aos professores e Doutores Marcelo Borges Rocha (coorientador), Lobelia da Silva Faceira, Johanna Gondar Hildenbrand, Maria de Fátima Scaffo e Mario Felipe de Lima Carvalho por aceitar o convite para compor a minha Banca de Qualificação e de Defesa, apontando valiosas contribuições que enriqueceram a minha tese.

À Maristela Dalmolin, minha amiga, pelos momentos de desabafo e incentivo para o meu ingresso na UNIRIO, no campo da Memória Social.

A todos, muito obrigado!

RESUMO

PAIXÃO, Luciano de Pontes. *Memória e Política em Revista: Desvendando as Páginas Abjetas da Gaie France sobre dominação de Jovens, fascismo e pedofilia*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Memória Social). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2023.

Esta tese tem como objetivo analisar as potencialidades da *Gaie France*, em termos de estratégias argumentativas, e as implicações dessas ações para o meio social, uma vez que a revista buscou construir um projeto editorial articulando duas habilidades humanas – a memória e a política – e temas incomuns e delicados em um meio de comunicação: dominação de jovens, fascismo e pedofilia. A técnica de pesquisa utilizada foi a Análise de Conteúdo e, dentre as suas abordagens, a escolhida foi a Cateórica Temática realizada por procedimentos de desmembramentos dos artigos da revista em unidades e em categorias a partir da separação, do agrupamento e de classificação dos elementos identificados como significativos. O recorte temporal abrangeu as edições de número 1 ao 9 que circularam de junho de 1992 a dezembro de 1993. Foi possível constatar que uma das potencialidades da *Gaie France* consistia na sua capacidade de registrar lembranças e fatos do passado, cuidadosamente selecionados e manipulados como, por exemplo, a pederastia da Grécia Antiga com o intuito de comprovar que essa prática existiu nesse período e de justificar a dominação sexual de jovens no presente. Simultaneamente, a revista buscava negar e enviar ao esquecimento as vulnerabilidades de menores de idade e as consequências traumáticas quando eles são submetidos a atividades sexuais para as quais não estão, cognitivamente e fisicamente, preparados. Uma das implicações disso para o meio social é a produção de uma memória social antidemocrática, fascista e representativa de um grupo de pessoas que enfatizam a hierarquia, a exploração e a dominação sexual de jovens. Além disso, essa memória construída pela *Gaie France* pode ser caracterizada por: oferecer ao seu público orientações de comportamentos e novos significados relacionados à pedofilia, ao mesmo tempo em que propunha mudanças nas leis que tratam da juventude; reforçar a superioridade masculina adulta de europeus e a inferioridade dos jovens; endossar a passagem da fantasia ao abuso sexual, ferindo, dessa forma, a dignidade e os direitos humanos infantojuvenis.

Palavras-chave: memória, política, dominação masculina, fascismo, pedofilia.

ABSTRACT

PAIXÃO, Luciano de Pontes. *Memory and Politics in Review: Unraveling the Abject Pages of Gaie France on Youth Domination, Fascism and Pedophilia*. Thesis (Programa de Pós-Graduação em Memória Social). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2023.

This Thesis aims to analyze the potential of Gaie France, in terms of argumentative strategies, and the implications of these actions for the social environment, since the magazine sought to build an editorial project articulating two human skills – memory and politics – and unusual and sensitive themes in a media: youth domination, fascism and pedophilia. The research technique used was Content Analysis and, among its approaches, the Thematic Categorical chosen was carried out by procedures of dismembering the journal articles into units and categories based on the separation, grouping and classification of the identified elements as significant. The time frame covered editions 1 to 9 that circulated from June 1992 to December 1993. It was possible to verify that one of the potentialities of Gaie France consisted in its ability to record memories and events from the past, carefully selected and manipulated as, for example, pederasty in Ancient Greece in order to prove that this practice existed in that period and to justify the sexual domination of young people in the present. Simultaneously, the magazine sought to deny and forget the vulnerabilities of minors and the traumatic consequences when they are subjected to sexual activities for which they are not, cognitively and physically, prepared. One of the implications of this for the social environment is the production of an anti-democratic, fascist and representative social memory of a group of people who emphasize hierarchy, exploitation and sexual domination of young people. In addition, this memory built by Gaie France can be characterized by: offering behavior guidelines and new meanings related to pedophilia, to its public, at the same time, in which it proposed changes in the laws that deal with youth; reinforce the adult male superiority of Europeans and the inferiority of young people; endorse the transition from fantasy to sexual abuse, thus injuring the dignity and human rights of children and adolescents.

Keywords: memory, politics, male domination, fascism, pedophilia.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAPIA – Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência

DIB – Divisão de Imprensa Braille

DSM-5 – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IBC – Instituto Benjamin Constant

LGBTI+ – Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, Transexual e Intersexual e outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero

NAMBLA – North American Man/Boy Love Association

ONU – Organizações das Nações Unidas

PPGMS – Programa de Pós-Graduação em Memória Social

TEPT – Transtorno de Estresse Pós-Traumático

ÍNDICE DE IMAGENS

| | |
|---|-----|
| Figura 1: Modelo com nudez frontal | 78 |
| Figura 2: Capa da edição de n.2 da <i>Gaie France</i> | 78 |
| Figura 3: Criança ao lado de uma estátua grega | 79 |
| Figura 4: Jovens fardados como militares | 79 |
| Figura 5: Corpo jovem | 101 |
| Figura 6: Força e resistência | 102 |
| Figura 7: Envelope e caixa com fotografias antigas | 103 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 1.1 Memórias: Trajetória Acadêmica, Profissional e Experiências Pessoais | 11 |
| 1.2 Acerca do Objeto de Estudo | 16 |
| 1.3 Memória e Política: Uma Articulação Dinâmica | 21 |
| 1.4 A Pesquisa e os Objetivos | 26 |
| 1.5 As Justificativas | 27 |
| 1.6 A Estrutura da Tese | 30 |
| 2 A CULTURA GREGA ANTIGA E A INFÂNCIA | 34 |
| 2.1 O Homem Grego e a Juventude | 34 |
| 2.2 A Transformação Social da Criança Pequena em Adulto | 38 |
| 2.3 O Jovem Masturbador e o Perverso Criminoso | 41 |
| 3 OS PILARES DO FASCISMO | 47 |
| 3.1 Sadismo, Crueldade e Sexualidade | 51 |
| 3.2 O Homem Fascista | 57 |
| 4 PODER, MASCULINIDADE E DOMINAÇÃO DE JOVENS | 62 |
| 5 A ANÁLISE DE CONTEÚDO E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 69 |
| 5.1 Primeira Etapa: A Pré-Análise | 71 |
| 5.2 Segunda Etapa: A Exploração do Material | 73 |
| 5.3 Terceira Etapa: Tratamentos dos dados (Inferência e Interpretação) | 74 |
| 5.4 A Revista | 76 |
| 5.5 Os Textos Publicados nas Páginas da <i>Gaie France</i> | 80 |
| 6 AS CATEGORIAS E AS SUBCATEGORIAS TEMÁTICAS | 85 |
| 6.1 A Categoria Memória | 85 |
| 6.1.1 O Passado Mítico | 86 |
| 6.1.2 A Reescrita da História | 90 |
| 6.1.3 Os Objetos Transmissores de Lembranças | 99 |
| 6.1.4 Juventude, Sexualidade e Recordações | 105 |
| 6.1.5 Memória Coletiva e Pertencimento | 113 |
| 6.1.6 A Negação do Trauma | 119 |
| 6.2 A Categoria Política | 125 |
| 6.2.1 Masculinidade Hegemônica e Virilidade | 125 |
| 6.2.2 Dominação e Colonização Sexual | 130 |

| | |
|---|------------|
| 6.2.3 Objeto de Desejo e Temporalidade | 136 |
| 6.2.4 Os Vestígios Ideológicos | 140 |
| 6.2.5 Os Inimigos Políticos | 146 |
| 6.2.6 Os Processos Penais e as Campanhas de Proteção aos Jovens | 150 |
| 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 157 |
| REFERÊNCIAS | 165 |

1 INTRODUÇÃO

A escolha do tema desta pesquisa não surgiu a partir de uma identificação ou afinidade e, tampouco, pode ser explicada com uma resposta simples e breve. Inicialmente, o que posso dizer, é que diversos fatores se cruzaram em minha trajetória acadêmica, contribuindo para tal decisão como, por exemplo, novas contingências no percurso dos meus estudos, imprevistos, negações, mudanças de planos, declínio da proposta de investigar um objeto de estudo, substituição de um objeto por outro e o surgimento de sentimentos: receios, tensões, temores e desconfortos. Compartilharei, a seguir, minhas memórias. Lembranças que descrevem detalhes e fatos que contribuíram para o surgimento dessa escrita, começando pela minha trajetória acadêmica, profissional e algumas experiências pessoais.

1.1 Memórias: Trajetória Acadêmica, Profissional e Experiências Pessoais

Antes de iniciar a vida acadêmica, sentia o interesse em ampliar a minha compreensão acerca da realidade, especialmente, confrontando-a e, sobretudo, relacionando-a com as outras realidades históricas. Além disso, sentia a necessidade de me tornar um cidadão crítico e contextualizado, um ser humano do meu tempo capaz de produzir conhecimento e ajudar na construção de um mundo melhor e por uma sociedade mais justa. Em 2008, optei por ingressar em uma graduação de História e me tornei historiador e professor em 2011.

Em 2007, ingressei no Instituto Benjamin Constant (IBC), um importante estabelecimento de ensino criado pelo Imperador D. Pedro II em 1854, especializado no ensino para deficientes visuais, localizado no bairro Urca, na cidade do Rio de Janeiro. Iniciei no IBC no cargo de secretário, no Departamento Técnico-Especializado. Nesse período, foi concedida a mim a oportunidade de frequentar cursos na própria Instituição de *Leitura e Interpretação de Textos em Braille* e de *Produção de Materiais Didáticos para Deficientes Visuais*.

Após um ano e meio, fui trabalhar, em deslocamento de seção, passando a exercer minhas atividades na Divisão de Imprensa Braille (DIB) com a função de produzir livros didáticos e paradidáticos e qualquer outro material impresso para pessoas com deficiência visual, função essa que exerço até hoje. Os cursos, a produção de materiais impressos e o contato diário com o público atendido pelo IBC me possibilitaram o acesso a um campo do conhecimento completamente desconhecido e novo, para mim, constituído por pessoas com deficiência visual. Isso despertou o meu interesse de compreender e estudar as especificidades desse público.

Em 2011, no final da graduação defendi o trabalho de conclusão de curso com o artigo intitulado: *O Uso de recursos didáticos no Ensino de História para Deficientes Visuais*, publicado na revista *Benjamin Constant*, no qual pesquisei a interação entre: os conteúdos históricos; novos materiais didáticos, produzidos por mim na condição de pesquisador e utilizados no ensino de História – uma maquete, uma linha do tempo, um jogo e dois mapas históricos –; e os alunos com deficiência visual. Em 2013, no curso de Especialização *Saberes e Práticas na Educação Básica*, apresentei como trabalho de conclusão a monografia intitulada: *Estímulo tátil: o uso do jogo como facilitador para a produção do conhecimento histórico de alunos deficientes visuais*. Nessa pesquisa, estudei a interação entre alunos deficientes visuais durante a utilização de um jogo adaptado por mim, então pesquisador no ensino de História.

Nessas incursões investigativas, constatei os seguintes pontos por meio das experiências com os alunos deficientes visuais: a) a falta de uso de recursos didáticos no ensino de História para esse público evidencia uma barreira que precisava ser superada; b) a criação e o uso de novos materiais adaptados possibilitam aos estudantes a articulação do conhecimento escolar com o cotidiano deles de uma maneira que esses indivíduos se identificam como integrantes e sujeitos da História; c) os estudantes se apropriam de conteúdos históricos de forma mais reflexiva e crítica; d) o uso de materiais adaptados contribui para a mudança de concepção, por parte dos alunos, da disciplina de História como algo cansativo, monótono e distante para um conhecimento histórico interessante, atrativo, com conteúdos significativos, dinâmicos e motivadores. Toda essa bagagem de conhecimento me incentivou a participar de seminários, fóruns e congressos com o objetivo de apresentar e discutir a importância de produzir materiais didáticos no ensino de História para alunos com deficiência visual.

Em 2015, pesquisando na internet, descobri um periódico virtual, lançado em 2013, chamado na época de *Revista Memória LGBT*. Devido à ausência de protagonismo da comunidade LGBTI+¹ em museus e espaços de memória, a revista pretende disseminar e salvaguardar a memória e o patrimônio cultural desse grupo por intermédio de relatos de experiências, entrevistas, artigos e registro de fatos considerados importantes e esquecidos pela memória oficial do país. O interesse em pesquisar a *Revista Memória LGBT* surgiu por três motivos. Primeiro, porque desejava estudar algo novo que eu não tinha estudado até aquele momento e sair da “caixinha” que eu estava acostumado. Segundo, por ter uma relação íntima com o tema e por ser membro da comunidade LGBTI+. Terceiro, a partir de uma inquietação

¹ Trata-se da população lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual e intersexual. O símbolo + acrescentado à sigla LGBTI abrange outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero. Fonte: REIS, T., org. *Manual de Comunicação LGBTI+*. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018.

pessoal e do surgimento de uma curiosidade em estudar a construção das identidades, de memória e de sentidos, coletivamente, na atualidade, a partir da subjetividade empregada nas narrativas em um meio de comunicação. No mesmo período, conheci por intermédio de uma amiga, Maristela Dalmolin, a proposta interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), na qual é possível utilizar diversas áreas do conhecimento no entendimento de fenômenos sociais.

Em 2016, ingressei no Curso de Mestrado em Memória Social tendo como objeto de estudo, a *Revista Memória LGBT*. No segundo semestre do mesmo ano, eu estava cursando a disciplina “Seminário de Pesquisa” do PPGMS. Fui orientado por Lobelia da Silva Faceira, professora da disciplina, a entrar em contato com o responsável da *Revista Memória LGBT* para solicitar autorização para realizar o estudo, conforme o Comitê de Ética em Pesquisas, porque há, no âmbito acadêmico, uma orientação quanto à realização de estudos científicos, à exigência de um pedido de solicitação para o desenvolvimento de pesquisas. Uma vez tendo os procedimentos formais para esta finalidade, não pude dar continuidade na Plataforma Brasil, pois a solicitação foi indeferida pelo coordenador da revista e eu precisava entregar em um mês o primeiro capítulo da dissertação, como trabalho de avaliação da disciplina. Diante desse impedimento, eu devia encontrar outro objeto de estudo para dar continuidade ao mestrado. Foi quando o meu orientador, Francisco Ramos de Farias, me apresentou os números da revista *Gaie France*, material utilizado em outra pesquisa. Levei as edições para casa e li com calma.

Durante o processo de leitura das edições, os sentimentos foram de surpresa e aversão, pois nunca imaginei que houvesse um meio de comunicação, no início da década de 1990, que defendesse ideias e desejos masculinos e adultos, projetados sobre infantes e púberes e, a princípio, não encontrei motivação em pesquisá-las. Entretanto, depois optei por estudá-las, pois precisava entregar o primeiro capítulo da dissertação em um mês depois e não tinha outro objeto de estudo, em mente, à época. Além do mais, fazia-se necessário trazer a lume a existência de um veículo de comunicação dessa natureza.

Essa opção foi caracterizada por uma mistura de sentimentos da minha parte e por algumas interrogações ou questões que persistiram durante o mestrado, mas, até o final da pesquisa foram alteradas e elucidadas. Destaco aqui cinco questões.

Em primeiro lugar, fiquei preocupado pelo fato de ter pouco conhecimento sobre a pedofilia, por não conhecer pedófilos e pessoas que passaram pela experiência de ter sofrido abuso sexual, naquele período, para entrevistar. Contudo, posteriormente, lembrei que, em qualquer pesquisa, todo começo é difícil e desafiante e que o conhecimento científico é construído aos poucos, tal como aconteceu com a pesquisa com os deficientes visuais. E foi, a

partir da constatação da existência da dificuldade e do desafio, que eu pude perceber a importância de sair da zona de conforto e encontrar o ânimo para a pesquisa. Ademais, eu poderia encontrar os dados que eu precisava com o uso de outros métodos científicos.

Em segundo lugar, fiquei ansioso porque imaginei que sairia da minha rota de estudos que eu tinha planejado em relação à *Revista Memória LGBT*. Mas, refletindo melhor, isso não aconteceria porque tanto a *Gaie France* como a *Revista Memória LGBT* se apropriam da História e da memória para legitimar seus argumentos, com a diferença de que as revistas mencionadas defendem ideias diversas e politicamente opostas.

Em terceiro lugar, eu tinha receio de ser interpretado pelos leitores como uma pessoa que incita os argumentos defendidos pela revista. Esse receio é acentuado, principalmente, em tempos de *Fake News*, em que tudo é efêmero, com informações que surgem e desaparecem de forma muito rápida e instantânea, muitas vezes, sem contextos, sem explicações calcadas na ciência. O receio era de que uma frase minha fosse retirada de contexto, manipulada e aplicada em outro. No entanto, é inaceitável saber que crianças são retratadas como objetos sexuais na *Gaie France*. Somado a isso, relatar histórias me ajuda a entender como o mundo funciona. Isso despertou a minha curiosidade e vontade de investigar esse lado abjeto da revista.

Sendo assim, eu quis investigar o papel da *Gaie France* em nossa cultura e essa função eu posso desempenhar, disseminado essa história, conscientização, conhecimento e proporcionar um pouco de justiça a essas vítimas que foram desumanizadas na revista. Logo, constatei que era mais importante narrar a história dessas vítimas do que o medo de ser interpretado como uma pessoa que promove e defende as ideias publicadas na *Gaie France*. Nessa situação complexa, acreditei que era possível construir um trabalho que não fosse moralista, tampouco uma apologia à pedofilia. Porém, confesso que foi impactante ler as páginas da revista. Em alguns momentos, senti nojo, revolta e foi difícil escrever a frase “relações sexuais entre adultos e crianças”. O meio mais apropriado para diminuir essa dificuldade foi substituir a palavra “crianças” por “jovens”.

Em quarto lugar, eu me senti angustiado, porque constatei, no decorrer da pesquisa, que há no Brasil um comportamento histórico e perpetuado na sociedade a respeito da pedofilia e do abuso sexual de crianças e adolescentes e que pode ser simplificado em uma palavra: negação. Alguns segmentos preferem fingir que tal vitimização não acontece. Isso mostra a falta de conexão dos brasileiros a respeito dos seus problemas. Estigmatizar esses temas não produz uma resposta ou solução para o problema. As pessoas precisam conversar sobre esses temas, mesmo que sejam incômodos. Porque a abordagem desses temas contribui para buscar soluções. Mas, por que a pedofilia e o abuso sexual são considerados temas incômodos?

Suponho que a resposta para essa pergunta seja encontrada no fato de que a sexualidade, a pedofilia e o abuso sexual são temas considerados, por pessoas conservadores de nossa sociedade, como tabus, delicados e desconfortáveis, porque envolvem religião, moralidade, relações familiares e revelam elementos sobre nossa cultura que esses segmentos não querem saber ou, talvez, aceitem tão bem essa realidade a ponto de ela ser invisibilizada. Entretanto, é difícil fingir que a pedofilia e os abusos sexuais não existem. Nesse sentido, Lanning (2001), ao descrever a realidade nos Estados Unidos, narra que histórias e relatórios sobre abuso e exploração sexual de crianças ocorrem diariamente. Por isso, devemos superar o negacionismo e encorajar a sociedade a abordar, denunciar e prevenir a vitimização sexual de crianças. Se não discutirmos esses temas, então, seremos parte do problema, visto que estaremos contribuindo com pessoas que tentam banalizar as mensagens de comunicação apresentadas na *Gaie France*. Com essa banalização, o problema deixa de ser interpretado como tal e torna-se comum, “normal” e invisível socialmente.

Em quinto lugar, o receio era de que o desenvolvimento da pesquisa iria contribuir para o aumento do preconceito contra homossexuais e para a associação inadequada como fazem alguns religiosos e políticos, que tentam colocar dentro da mesma esfera imoral a pedofilia e a homossexualidade, como observa Rubin (1992). Esta autora demonstrou que essa estratégia visa construir uma barreira aos direitos dos homossexuais, como se essas conquistas representassem um perigo à infância, à família e à sociedade como um todo. Diante disso, acredito ser relevante acrescentar algumas informações.

A prática sexual entre menores de idade e adultos foi uma prática recorrente e comum no passado, conforme escreve Spencer (1996). Todavia, a humanidade chegou a um nível de consciência de que, quando um adulto sente atração sexual por crianças ou adolescentes, o desejo é por alguém que não tem a capacidade ou as condições necessárias para consentir ou aceitar um ato tão intenso e íntimo como uma relação sexual. Esse ato, se concretizado, nos dias atuais, torna-se um abuso sexual. Em outras palavras, é um tipo de desejo que pode levar a uma prática que pode causar sofrimento ou consequências prejudiciais a alguém, nesse caso, crianças e adolescentes. Em relação à homossexualidade, a pessoa sente um desejo por outra pessoa do mesmo sexo que tem a capacidade de entender e consentir ou não uma relação sexual e, também, não produz um tom de sofrimento ou prejuízo naquela que consentiu tais práticas.

Além disso, a pedofilia não é restrita a um tipo de orientação sexual ou a um grupo social. A revista *Gaie France* possuía a capacidade de adaptação em outros movimentos sociais e dizia defender os interesses dos homossexuais. No entanto, essa atitude não passava de uma estratégia para escapar das pressões e críticas sociais. Na verdade, a revista estava interessada

em defender os interesses do movimento de ativismo pedófilo. É oportuno lembrarmos que os dois movimentos sociais não são iguais e apresentam objetivos diferentes. O movimento LGBTI+ busca visibilidade, direitos civis e a criminalização da homofobia, objetivando uma vida melhor e mais digna de sujeitos social e historicamente discriminados. Por outro lado, o movimento de ativismo pedófilo defende uma prática sexual que transita no campo da ilegalidade e não considera a fragilidade de crianças e adolescentes e as consequências nocivas de tal prática em suas vidas. Os dois movimentos são, portanto, dissidências sexuais da norma. Porém, possuem valores políticos distintos nos quais o consentimento é um princípio ativo.

O questionamento dos pontos mencionados foi importante, porque me fizeram constatar a verdadeira dimensão da problemática, representada no objeto de estudo, a revista *Gaie France*, e encontrar as respostas, a importância do estudo e as justificativas que eu precisava para concluir a pesquisa. O resultado aconteceu em 2018, quando defendi a Dissertação de Mestrado intitulada *Pederastia e pedofilia na Gaie France: uma crítica sobre a produção de subjetividades em uma revista publicada na década de 1990*. Na dissertação, analisei algumas seções informativas e de entretenimento e, principalmente, as imagens.

Em 2019, ingressei no Curso de Doutorado em Memória Social, com o propósito de dar continuidade aos estudos acerca do objeto recortado na dissertação, mas em outra perspectiva, porque senti a necessidade de problematizar, analisar e interpretar outras seções e questões da revista que irei relatar a seguir, além de levantar outras questões, cuja análise pode me conduzir a novas leituras, bem como outras interpretações. E agora terminando a Tese de Doutorado, eu me sinto realizado, pois, não foi fácil. Conciliar o meu trabalho, cuja dedicação é de 40 horas semanais, e o curso de doutorado representou um desafio e uma aventura que me rendeu muitas noites sem dormir e muitos finais de semana isolado da socialização com outras pessoas. Eu não pude solicitar licença do trabalho e, tampouco, tive uma bolsa que me permitisse uma dedicação exclusiva aos estudos. Isso não significa que estudar com bolsa seja mais fácil e leve, mas é menos complicado por existirem os suportes institucionais e as verbas. Hoje, terminando a tese, concluo que ser doutor não é a coisa mais importante do mundo. Mas, certamente, é uma conquista que proporcionou o meu verdadeiro patrimônio, o conhecimento.

1.2 Acerca do Objeto de Estudo

A fonte de material para essa pesquisa é a *Gaie France*, uma revista que nos chama a atenção, sobretudo, pelo uso recorrente de assuntos vinculados a crianças e adolescentes em imagens, artigos e reportagens, cujo foco incide na explicitação de atitudes que se aproximam

do exibicionismo. Segundo o meio de comunicação, os conteúdos da revista estavam inseridos no contexto da homossexualidade, com prevalência da nudez de corpos de possíveis crianças pré-púberes e adolescentes. Entretanto, torna-se oportuno informar que esse tipo de abordagem com menores de idade teve como fonte geradora a *Gaie France Magazine*, uma revista francesa que buscava conectar-se com seu público, oferecer cultura, informação e conquistar a leitura de suas edições por um número maior de leitores. Fundada, em 1986, pelo francês e jornalista Michel Caignet, a revista foi publicada até o ano de 1993. A publicação era vendida na França e em outros países/província: Québec, Itália, Bélgica, Holanda, Luxemburgo (edições francesas), Portugal e Brasil (edições traduzidas para a língua portuguesa²).

A versão portuguesa, com o título *Gaie France*, foi lançada em junho de 1992 e a sua última publicação foi em dezembro de 1993. A revista era bimestral e coordenada por editores portugueses. Eram inseridas algumas poucas questões informativas e de entretenimento pertinentes a Portugal e ao Brasil. O que alimentava a *Gaie France*, contudo, eram os conteúdos traduzidos das edições da França. Desse modo, a versão francesa não serviu apenas de inspiração, como também de base estrutural para a versão portuguesa³.

Convém ressaltar que a *Gaie France* circulava em Portugal, no Brasil e defendia os mesmos interesses sociais e políticos da sua matriz, demonstrando ser também uma associação inserida no movimento de ativismo pedófilo (PAIXÃO, 2018). Além disso, atualmente, os militantes dessa causa dizem repudiar a ideia de violência para a aquisição do prazer sexual com uma criança ou um adolescente e pregam ser natural o envolvimento amoroso e sexual de pessoas, independentemente de suas idades, desde que haja o mútuo consentimento (VERHOEVEN, 2007).

É importante lembrar que as normas jurídicas já estavam em vigor na época de circulação da *Gaie France*. A Constituição Federal (1988) (BRASIL, 2016) trouxe avanços importantes com relação aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, como seres humanos especiais. O documento representa a preocupação da sociedade brasileira frente às situações de violência sofridas por jovens, incumbindo a todos – família, sociedade e Estado – o dever de garantir à criança o usufruto de seus direitos. No mesmo sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 colocou crianças e adolescentes a salvo de qualquer

² Os exemplares das revistas circularam no Brasil, disponíveis em Bancas de Jornais, e, embora apresentassem conteúdos e imagens sobre aspectos da realidade brasileira, no tocante a homossexualidade, eram mídias produzidas e importadas de Portugal.

³ Os artigos, as reportagens e os recursos visuais da versão francesa eram reproduzidos na versão portuguesa. A única diferença era o idioma. Essa conclusão foi obtida com a análise e comparação das edições portuguesas com duas edições da versão francesa, citadas a seguir: 1) *Gaie France Magazine*. n. 30, Juillet, França, 1992.; 2) *Gaie France Magazine*. n. 34, Novembre, França, 1992.

violação de seus direitos fundamentais. No artigo 5º, a garantia de prioridade compreende que nenhuma criança ou adolescente “será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma de lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 2013, p. 10). Essa mudança nas normas jurídicas representou uma reestruturação das políticas de proteção à juventude, em termos de direitos humanos, e significou uma nova concepção dos adultos em relação à infância e à adolescência.⁴

Outra modificação importante em relação aos jovens foi a mudança do regime pautado no discurso médico para o regime que reconhece os direitos sexuais na perspectiva dos direitos humanos. Estruturado no século XIX, o modelo médico era limitado, pois compreendia as relações sexuais apenas na sua dimensão reprodutiva, associada à patologia e não levava em consideração o papel dos fatores sociais, culturais, econômicos e subjetivos individuais. Diferentemente, no final do século XX, a sexualidade juvenil passa a ser vista em termos de “direitos sexuais” em uma “perspectiva da sexualidade como algo positivo em si mesma, um direito humano, não necessariamente ligada à violência, ao casamento ou à reprodução” (LEITE, 2014, p. 34). Essa nova realidade demandou políticas públicas específicas como direitos à saúde sexual e reprodutiva, prevenção às infecções sexualmente transmissíveis, informações sobre violência, coerção e abuso, acesso aos métodos contraceptivos. Diante disso, vale dizer que há uma oposição à pedofilia e ao abuso sexual de menores de idade, mas, ao mesmo tempo, há a possibilidade de dois adolescentes de 15 anos praticarem relações sexuais entre si. O fato é que a *Gaie France* estava além do tempo dela ao defender a liberdade sexual dos jovens. A revista, porém, jogava com essa reivindicação, levando para outro objetivo político, a liberdade de adultos praticarem sexo com infantes.

Sobre os assuntos levantados pela *Gaie France*, é necessário explicar alguns pontos, conforme a literatura especializada. A pedofilia é classificada como uma preferência sexual de adultos e adolescentes por crianças de um ou do outro sexo, geralmente, no início da puberdade ou uma parafilia pelo CID-10 (1993). O documento ainda menciona a definição de parafilia caracterizada por anseios, fantasias, comportamentos sexuais recorrentes e intensos que

⁴ Em se tratando da França, vale mencionar duas informações: 1) a *Gaie France Magazine* foi proibida de ser vendida a menores, por decreto ministerial de 27 de maio de 1992, por incitamento à pedofilia. Fonte: Resolução de 27 de maio de 1992 proibindo a venda de revista a menores. *Légifrance. Le service public de la diffusion du droit*. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/jorf/id/JORFTEXT000000527183>. Acesso em: 05/05/2023; 2) em 2018, o governo da França reforçou a penalização contra a violência sexual, ampliando o prazo de prescrição de 20 para 30 anos dos crimes sexuais contra menores de idade e fixando em 15 anos a idade mínima de consentimento para ter relações sexuais. Fonte: Governo da França endurece legislação contra violência sexual. *Exame*, 2018. Disponível em: <https://exame.com/mundo/governo-da-franca-endurece-legislacao-contra-violencia-sexual/>. Acesso em: 05/05/2023.

envolvem objetos, atividades e situações incomuns. Essas situações podem causar sofrimento clinicamente significativo, prejuízo no funcionamento social e ocupacional em outras áreas importantes da vida do indivíduo.

No caso do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5 (2014), o fenômeno é indicado como transtorno pedofílico, uma parafilia na qual o adulto ou adolescente apresenta, por um período de, pelo menos, seis meses, fantasias sexualmente excitantes ou impulsos sexuais intensos e recorrentes envolvendo atividade sexual com crianças pré-púberes. Ademais, o Manual pontua que o interesse sexual por crianças pode ser maior ou igual ao interesse sexual por indivíduos fisicamente maduros e que os impulsos ou as fantasias sexuais causam sofrimento intenso ou dificuldades interpessoais. Em situações de declarações de ausência de sentimento de culpa, vergonha ou ansiedade em relação a esses impulsos, essas pessoas, então, apresentam desejo sexual pedofílico, mas não transtorno pedofílico.

E não há nenhum documento legal brasileiro que reconheça a pedofilia como um crime no Brasil. E nem todo pedófilo é criminoso. Ele pode passar a vida toda sem abusar de uma criança ou de um adolescente. E nem todo abusador de menores de idade é um pedófilo, pois o que caracteriza o crime não é a pedofilia, mas o abuso sexual. Nesse sentido, pessoas que sentem atração preferencialmente por adultos também podem abusar sexualmente de jovens, ou seja, nem toda pessoa que abusa sexualmente de crianças e adolescentes deve ser chamada de pedófilo. De acordo com Lowenkron (2013, 2016) a unidade doméstica é o espaço privilegiado do abuso infantil e a pedofilia é apenas uma entre outras possibilidades de nomear o fenômeno das “violências sexuais contra crianças e adolescentes”. A autora cita outras possibilidades como, por exemplo: a participação de menores de idade em produções de materiais de “pornografia infantil” e a exploração sexual de crianças.

A vitimização sexual de crianças e adolescentes pode envolver dinâmicas variadas e diversas que precisam ser abordadas. Ainda, na atualidade, há uma confusão no imaginário coletivo como, por exemplo, entre os meios de comunicação. Nas mídias, os termos pedófilo e molestador são utilizados de forma intercambiável, simplista e sem distinção, rotulando todos aqueles que vitimizam menores de idade como pedófilos. No entanto, existem diferenças entre os dois tipos de indivíduos que abusam sexualmente de menores de idade e que precisam ser mencionadas.

É importante explicar que a pessoa que apresenta o transtorno da pedofilia pode sentir atração por adultos, mas, prioritariamente, as suas fantasias sexuais e desejos eróticos são centradas em crianças, geralmente, pré-púberes, ou seja, jovens antes da puberdade. São fantasias e desejos que vêm à cabeça dela e as quais ela não tem controle. Torna-se relevante

também salientar que muitas pessoas que estão nessa condição passam a vida toda sem fazer mal a nenhuma criança. Elas podem sofrer e ter consciência de que suas fantasias e desejos eróticos são moralmente condenáveis, e esse tipo de situação pode conduzi-las à depressão, ao isolamento e ao alcoolismo, bem como a outras modalidades de distúrbios psíquicos.

O fato de a pessoa ser pedófila diz pouco ou nada sobre aspectos de sua personalidade e caráter. Nem todo pedófilo é um abusador sexual de criança e criminoso. Se o pedófilo não atua, então, ele não é um abusador de crianças, pois o que caracteriza o crime não é a pedofilia, mas o abuso sexual. Lanning (1992) enfatiza que, quando a pessoa apresenta o transtorno da pedofilia, ela pode envolver-se em atividades sexuais legais que não prejudicam outras pessoas. Eis alguns exemplos de tais atividades: simplesmente fantasiando, masturbando-se, fazendo sexo com bonecas e manequins que se assemelham a crianças; fazendo sexo com adultos que apresentam a aparência de jovens com baixa estatura e sem pelos no corpo; vestindo ou agindo como crianças imaturas e imitando falas de bebê ou representando jogos infantis e fantasias com profissionais do sexo. Desse modo, os pedófilos não podem ser penalizados ou criminalizados por suas fantasias sexuais.

Mas, por outro lado, ao colocar seus pensamentos em prática, o pedófilo torna-se autor de um crime, pois ele sabe o que está fazendo. Embora seja uma perturbação psíquica, o pedófilo conserva a compreensão de suas atitudes. Logo, na medida do possível, ele deve exercer o controle sobre seus atos, o que o distingue de um ser humano com uma perturbação psíquica, como a esquizofrenia, caracterizada pelo alheamento e ruptura com determinados aspectos da realidade. Outro ponto relevante é que, mesmo sendo a pedofilia uma patologia, não significa que o pedófilo não deva ser punido por seus atos, quando esses causarem danos às crianças e aos adolescentes. Nesse caso, é importante que o pedófilo receba, ainda na instituição de reclusão, um tratamento adequado para que ele não cometa novamente abusos sexuais com menores de idade quando estiver livre. Apesar de ser o mesmo objeto de desejo, no caso dos abusadores sexuais, que não apresentam o transtorno da pedofilia, suas fantasias e imagens eróticas não são recorrentes a ponto de causar sofrimento a si mesmos.

Cabe adicionar outros pontos relevantes. Não podemos definir, de forma restrita, o abuso sexual como um comportamento sexual masculino. Há casos, apesar de serem em menor número, em que as mulheres são as pedófilas atuantes e as abusadoras sexuais. As atividades sexuais podem acontecer em creches e dirigidas a partes significativas do corpo como genitais e mamilos. Às vezes, elas assumem o papel de “educar” ou “proteger” as crianças, configurando o abuso sexual. Por isso, é crucial registrar que o abuso sexual envolve uma relação

desproporcional de poder, aspectos culturais e familiares. Segundo a ABRAPIA (2002, p. 8) o abuso sexual é:

uma situação em que uma criança ou adolescente é usado para gratificação sexual de um adulto ou mesmo de um adolescente mais velho, baseado em uma relação de poder que pode incluir desde carícias, manipulação da genitália, mama ou ânus, exploração sexual, “voyeurismo”, pornografia e exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem violência física. A etiologia e os fatores determinantes do abuso sexual contra a criança e o adolescente têm implicações diversas. Envolvem questões culturais (como é o caso do incesto) e de relacionamento (dependência social e afetiva entre os membros da família), o que dificulta a notificação e perpetua o “muro do silêncio”. Envolvem questões de sexualidade, seja da criança, do adolescente ou dos pais, e da complexa dinâmica familiar.

Outro ponto refere-se à especificação das relações amorosas intergeracionais entre adultos. Mesmo desrespeitando os tabus da opinião pública, o erotismo intergeracional é possível, e nada impede que um jovem de 20 anos possa ter um relacionamento amoroso ou sexual com outro adulto de 60 anos. Esse exemplo, portanto, não configura um caso de pedofilia.

A *Gaie France*, diferentemente, defende as experiências sexuais entre um menor de idade e um adulto. Para tanto, o meio de comunicação utilizou duas “armas” sofisticadas e sutis como instrumentos de luta que pudessem servir aos seus interesses: a memória e a política. Com a estratégia e a desculpa de proporcionar cultura e informação aos seus leitores e a todos da sociedade, a *Gaie France* reuniu um conjunto de informações do passado, intencionalmente planejado e manipulado, articulado com estratégias políticas como uma reação contracultural.

1.3 Memória e Política: Uma Articulação Dinâmica

Os conteúdos publicados nas páginas da *Gaie France* representam narrações ou percepções da revista a respeito de si própria, ou seja, de seus idealizadores, de suas ações e de como eles compreendem o mundo. Trata-se, também, de testemunhos, modos de lembrar e proporcionar ao público o conhecimento da própria história do grupo do qual essas pessoas fazem parte. Nesse sentido, convém dizer que a memória tem uma multiplicidade de definições. O historiador francês Le Goff (1996, p. 419) considera que a memória, como “propriedade de conservar certas informações, remete-nos, em primeiro lugar, a um conjunto de funções

psíquicas, graças às quais a pessoa⁵ pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. Mas, a memória não é apenas um recurso de nosso aparelho psíquico ou uma função neurofisiológica. Essa faculdade humana possui algumas peculiaridades importantes.

A memória é dinâmica e não configura um mecanismo estático, pronto e acabado, uma reprodução ou cópia idêntica de fatos vivenciados. Como afirma Halbwachs (2013, p. 91), a lembrança é uma “construção do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras construções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora já saiu bastante alterada”. Dessa forma, o ato de lembrar significa fazer e construir com imagens e pensamentos atuais as experiências do passado. Bosi (1979, p. 17) faz um relevante apontamento de que a “memória não é sonho, é trabalho”. A autora acrescenta que devemos duvidar da sobrevivência do passado “tal como foi”, uma vez que as pessoas não são as mesmas de antigamente e porque suas percepções podem estar alteradas com novos valores e diferentes crenças.

Baseado nisso, posso dizer que a memória é muito importante em nossas vidas, visto que somos constituídos por lembranças. Assim, a *Gaie France* concedia aos seus colaboradores⁶ um sentido ao seu estar no mundo e isso dependia dos conteúdos publicados e das histórias narradas pela revista, pois eles eram resultado delas. Isso representava uma forma de eles não estarem perdidos no tempo e no espaço, sem a possibilidade de saberem de um passado que é tão fundamental no presente e que pode auxiliá-los diante de novos eventos em relação ao futuro. Nesse contexto, a memória garante a existência humana e a histórica dessas pessoas, de continuidade e duração, absorvendo a cada dia novas informações e novas origens e delas se alimenta.

Além disso, a *Gaie France* tinha o poder de escolha de seus conteúdos considerados mais relevantes para serem registrados. Em outros termos, a memória na revista era editada ou manipulada tornando-se um produto construído pelos seus colaboradores. Essas pessoas assumiram a função de controlar a seleção de elementos que deveriam ser preservados. Isso significa dizer que a memória é seletiva, pois guardar sem escolher não é a tarefa da memória (POLLAK, 1992; TODOROV, 2000). É impossível a mente gravar ou registrar tudo. Logo, a

⁵ Le Goff (1996) adota, nesse trecho, o vocábulo “homem” como sinônimo de ser humano ou humanidade. Por considerar esse termo questionável, genérico e excludente, decidi substituí-lo por “pessoa”, uma opção mais adequada para designar à espécie humana, independentemente de sexo.

⁶ No decorrer da Tese, quando aparecer a palavra “colaboradores” ou o nome da revista a “*Gaie France*”, estou me referindo às pessoas que contribuíram para a realização do meio de comunicação como, por exemplo: os coordenadores, os editores, os fotógrafos e os autores dos artigos, etc.

memória é negociada entre os seus criadores e constituída de forma dinâmica. Explicando de um modo simples, a memória é lembrança + esquecimento ou, simbolicamente, duas faces de uma mesma moeda. Confirmando isso, Gondar (2016, p. 19) escreve que “a memória é simultaneamente, acúmulo e perda, arquivo e restos, lembrança e esquecimento”. Gondar (2016, p. 29) destaca que,

Para que uma memória se configure e se delimite, coloca-se, antes de mais nada, o problema da seleção ou da escolha: a cada vez que escolhemos transformar determinadas ideias, percepções ou acontecimentos em lembranças, relegamos muitos outros ao esquecimento. Isso faz da memória o resultado de uma relação complexa e paradoxal entre processos de lembrar e de esquecer, que deixam de ser vistos como polaridades opostas e passam a integrar um vínculo de coexistência paradoxal.

Nessa operação, não significa que a memória se opõe ao esquecimento. Refere-se, em todos os momentos, uma interação de ambos. Enquanto alguns elementos do passado são preservados, outros são progressivamente esquecidos ou, intencionalmente, marginalizados ou ocultados. O fato é que o passado é fundamental na vida do ser humano. No entanto, Todorov (2000, p.25) enfatiza que “isso não significa que o passado deva governar o presente, mas, ao contrário, é o presente que fará do passado o uso que preferir”. O autor, ainda, complementa que seria uma forma de crueldade relembrar fatos do passado que apontam para determinadas experiências traumáticas. Nessa perspectiva, “há também o direito de esquecer” (TODOROV, 2000, p. 25). Por outro lado, essa realidade não denota que as pessoas estejam completamente afastadas ou isoladas de seu passado, isto é, nem sempre os vestígios das experiências vivenciadas são eliminados completamente com êxito.

Em outros casos, a intenção é não esquecer. Dessa maneira, a memória pode comportar uma variedade de sistemas de signos que servem de suporte a um projeto memorial, conferindo a esse um significado específico. A propósito, os números das edições da *Gaie France* representam signos ou restos transmissores de lembranças e de História. São objetos por meio dos quais os criadores da revista delegaram a tarefa da lembrança e de guardar a História no tempo futuro. Debary (2010, p. 38 e 39) explica que um objeto “guarda consigo uma história que é retomada com ele”, é um testemunho que funciona como um transmissor de história que é ativado com as lembranças que o objeto traz ao sujeito ou a sociedade.

Dito isso, admitimos que os objetos funcionam “como ‘pontes’ de uma memória coletiva ou individual” (DEBARY, 2010, p. 33). Para Debary (2010), os objetos podem ser compreendidos não como acessórios, mas, como atores sociais. Ele acrescenta que, por

intermédio do objeto, podemos ter acesso ao sujeito ou a grupos. Sabemos que a história é cheia de lacunas. Por isso, ao encontrar as revistas da *Gaie France*, tentamos imaginar a história desses objetos e, quanto mais sabemos sobre esses materiais, podemos compartilhar o seu passado, das pessoas e do grupo o qual elas faziam parte. Ademais, na concepção de Debary (2017, p. 18 e 19) “os restos são uma objeção ao sentido primeiro das coisas (uma perda) e uma resistência ao seu desaparecimento (uma conservação)”. Por esse motivo, os números das edições da *Gaie France* são restos no sentido de que resistiram ao desaparecimento.

Cientes disso, encontramos-nos diante do dilema entre descartar as revistas da *Gaie France* em lixeiras ou estudá-las em pesquisas. Na primeira opção, perderíamos a oportunidade de entender como a *Gaie France* criava e impunha o próprio passado. Além disso, essa perda nos impossibilitaria de discutir temas importantes para a compreensão de nossa cultura e de nossa sociedade. Na segunda opção, é possível ultrapassar o limite dos usos originais dos números das edições da *Gaie France*, a partir da recuperação da História e das lembranças da revista e da reciclagem e reutilização desses objetos. Desse modo, a segunda opção significa o acesso aos conteúdos do passado em outro tempo, no nosso presente, ou seja, uma reciclagem de uma memória ou de um passado requalificado no presente. Isso, todavia, não significa enaltecer a memória construída pela *Gaie France*. Trata-se, na realidade, de criar algo a partir do que foi construído em uma temporalidade localizável no passado com novas discussões de temas que precisam ser abordadas em nosso tempo.

Nesse contexto, as edições da *Gaie France* configuram um vínculo, para os colaboradores da revista, entre o passado e as novas experiências do presente, e isso engloba afetividade, identificação e compartilhamentos dos mesmos valores e crenças. Com esse ponto de vista, torna-se oportuno expor a argumentação de Halbwachs (2013) de que a memória não é somente individual, mas também coletiva, entendida como um processo de construção do passado vivido e experimentado por pessoas inseridas em um determinado grupo social. A memória coletiva é importante, porque ela concede às pessoas a sensação de pertencimento a um determinado agrupamento social por terem presenciado os mesmos “momentos históricos”. É essa sensação de pertencimento que motiva e conduz os comportamentos em consonância com os valores e as crenças valorizadas pelo grupo. Sendo assim, vale mencionar Ribeiro (2013), ao afirmar que a memória é uma prática social humana interligada à vida das pessoas, em seu tempo e contexto cultural.

Em se tratando da *Gaie France*, suas páginas foram criadas para defender a dominação de jovens e um determinado sentido para o termo “pedofilia”. Nessa situação, a memória é constituída para fins impositivos e reivindicatórios, tendo como base o grupo e seus interesses

comuns que aparentam estar ameaçados ou fragilizados. É por essa razão que Pollak (1992, p. 205) argumenta que “a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos”. No jogo político realizado por grupos, a memória torna-se uma oportunidade de significar o passado, de fabricar e legitimar determinadas características do grupo, tendo em vista o futuro. Dessa maneira, o apelo à memória encaminha o grupo ao movimento, mas também o grupo se torna o próprio movimento.

A memória pode ser uma maneira de combater ou um ato de oposição a outro grupo social, principalmente, se for articulada com a política. Como bem assinalou Rancière (2006, p. 368), a política “é antes um modo de ser da comunidade que se opõe a outro modo de ser, um recorte do mundo sensível que se opõe a outro recorte do mundo sensível”. Da mesma forma que a memória, a política é dinâmica e depende dos agentes envolvidos e do período histórico e social no qual essa habilidade humana é utilizada. No jogo político, a intenção é alcançar os objetivos específicos traçados, levando em consideração as variáveis e as circunstâncias contextuais. Podem fazer parte desse mecanismo diferentes elementos como as prioridades do grupo, o desenvolvimento de estratégias e da criatividade, a adesão de posicionamentos ideológicos, manipulações e distorções. Similarmente ao conceito de memória, a política não diz respeito apenas ao indivíduo, mas também se situa no plano cultural e coletivo, por condicionar os padrões de comportamentos de todos em uma sociedade.

É importante destacar que a política pode criar as condições da boa convivência com outras pessoas diferentes de nós. Entretanto, os colaboradores da *Gaie France* escolheram o fascismo, um sistema político que nega e combate a diversidade humana. Paxton (2007, p. 358) defende que o fascismo é uma “forma de comportamento político marcada por uma preocupação obsessiva com a decadência e a humilhação da comunidade, vista como vítima, e por cultos compensatórios da unidade, da energia e da pureza [...]”. Então, a política fascista cria uma sensação de ressentimento e perda do *status* hierárquico. Os políticos fascistas criam, portanto, uma espécie de vitimização do grupo do qual fazem parte e, com isso, buscam fatos virtuosos idealmente construídos em relação a um passado e adotam-nos como mitos de superioridade e pureza.

Vale ressaltar que o fascismo não está limitado apenas ao contexto cultural e histórico em que o sistema político foi criado, e os novos fascistas não representam um grupo homogêneo, coeso, único e, tampouco, a oposição é direcionada para os mesmos inimigos sociais, políticos ou culturais. Na realidade, são grupos complexos e heterogêneos. O fato é que essa doutrina ganha força em outros tempos e espaços. Dessa forma, os novos representantes

sociais do fascismo podem ser considerados como um fenômeno social no qual grupos criam um imaginário coletivo próprio, associado a um período específico da História e desvinculado do movimento original, no caso o fascismo, mas adaptado a um novo contexto histórico. Na mente dos membros desses grupos, suas vidas estão intrinsecamente ligadas ao fato histórico e doutrinas defendidas pelo fascismo.

Ademais, cada agrupamento fascista pode apelar de uma maneira específica sua memória e desenvolver as próprias estratégias políticas. No caso da *Gaie France*, a articulação entre memória e política representou uma potencialidade na qual pessoas trabalharam em conjunto com o propósito de criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos do passado, dando aos conteúdos criados uma versão única dos eventos. Por esses motivos, torna-se relevante analisarmos, em uma pesquisa, as engrenagens memoriais e políticas que podem afetar profundamente as dinâmicas de nossa sociedade, uma vez que essas duas habilidades humanas podem afetar a todos e envolver estratégias que não estão restritas à revista.

1.4 A Pesquisa e os Objetivos

A presente pesquisa se caracteriza como uma investigação qualitativa. Nesse tipo de pesquisa, é possível obter e analisar dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com o objeto de estudo. Flick (2009, p. 29) nos mostra que “as pessoas, as instituições e as interações são envolvidas na produção de realidades nas quais elas vivem ou ocorrem, e que esses esforços produtivos se baseiam em processos de produção de sentido”. Neves (1996) acrescenta que a pesquisa qualitativa tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social, ou seja, o pesquisador procurará entender os fenômenos, segundo as perspectivas dos participantes da situação estudada e, a partir daí, situará sua interpretação do problema em análise.

E, dentre as abordagens qualitativas, optamos pela técnica de pesquisa Análise de Conteúdo. Essa escolha justifica-se por ser uma técnica de investigação constituída por um conjunto de instrumentos metodológicos que possibilita analisar e interpretar os conteúdos de comunicações a partir da pesquisa qualitativa. Em outras palavras, a Análise de Conteúdo permite o acesso a compreensão de sentidos presentes nas comunicações, mesmo estando de forma oculta ou implícita, inclusive, medir a implicação de interesses memoriais e políticos nas mensagens. Bardin (1977, p. 42) conceitua a Análise de Conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A abordagem de Análise de Conteúdo será a Categorical Temática e observará a frequência de ocorrência dos temas. O intuito será definir as unidades de registro, identificar os núcleos de sentidos nas mensagens de comunicação e classificar essas unidades em categorias temáticas. Assim sendo, esta tese tem como objetivo principal analisar as potencialidades da *Gaie France*, em termos de estratégias argumentativas, e as implicações dessas ações para o meio social, uma vez que a revista buscou construir um projeto editorial articulando duas habilidades humanas – a memória e a política – e temas incomuns e delicados em um meio de comunicação: dominação de jovens, fascismo e pedofilia. Levando isso em consideração, tenho como objetivos específicos: 1) analisar as principais estratégias adotadas pelos escritores, nos artigos da *Gaie France*, ao adotarem uma posição militante em defesa do envolvimento sexual adulto-juvenil; 2) interpretar os sentidos atribuídos nos textos da Revista, visto que recorrer à memória e à política implica construir uma interpretação sobre o passado, disputar significados e desencadear ações.

1.5 As Justificativas

O enfrentamento de um problema social ou a concretização de uma transformação social satisfatória requer, primeiramente, o estudo ou o conhecimento da nossa realidade social. É fundamental conhecer o problema social em sua totalidade, as suas principais características e particularidades. No caso da pedofilia e do abuso sexual não é diferente. Por exemplo, é importante saber:

1) Conforme Vilela (2019), em mais de 70% dos casos, a violência não é cometida por pessoas desconhecidas, mas sim por familiares ou pessoas próximas da família. Isso demonstra que o ambiente familiar é o espaço privilegiado para os abusos infantojuvenis. O abusador, portanto, é alguém próximo do convívio dos menores de idade e os abusos sexuais não são fatos isolados. Na verdade, é um problema estrutural que estatisticamente afeta muitas pessoas.

2) Geralmente, os meios de comunicação, leigos, profissionais da área de saúde, religiosos e políticos – esses dois últimos engajados em campanhas – tratam a pedofilia como sendo um crime ou um delito. Tal interpretação é equivocada e não está de acordo com a realidade. Nesse sentido, é essencial o enfrentamento de tabus, a distinção entre crime e

transtorno quando falamos de pedofilia. Essa discussão se faz cada vez mais urgente e necessária tanto para pesquisadores, como para o público em geral.

A interpretação da pedofilia como crime ou delito, além de demonstrar uma carência de informação, banaliza o termo, fragiliza o enfrentamento do problema e atrapalha a criação de estratégias mais eficazes como, por exemplo, mostrar socialmente que muitos pedófilos conseguem viver com o transtorno sem infringir a lei e contribui para que muitos pedófilos não procurem tratamento. Além disso, escamoteia o fato que nem sempre os casos de abusos sexuais têm relação com a pedofilia e a necessidade de crítica à estrutura social hierárquica patriarcal de dominação masculina associada às desigualdades de poder. É importante destacar que a ênfase, antes limitada à questão de gênero, passou a estar relacionada à idade. Sendo assim, no passado a “violência era entendida como um problema relacionado à desigualdade entre homens e mulheres, no final do século XX ela passou a ser vista muito mais como uma questão relacionada à desigualdade entre crianças e adultos” (LANDINI, 2006, p. 251). Trata-se de uma desigualdade de poder perpetuada em nossa sociedade que precisa ser questionada e debatida.

Posso mencionar, adicionalmente, que os dados identificados neste estudo podem ajudar: a) em novos programas e projetos ou em aprimoramentos de políticas públicas mais efetivas que permitam conseguir a diminuição de casos de abusos sexuais contra menores de idade; b) na compreensão de como eram representadas as temáticas, as lembranças, os fatos históricos e discussões a respeito da pedofilia na *Gaie France*, no início da década de 1990, questões essas de extrema importância e ainda inéditas no meio acadêmico.

Cabe explicar também outros pontos. A presente pesquisa não visa dar voz à *Gaie France* ou proporcionar aos responsáveis pela revista a oportunidade para que expressem os próprios argumentos em relação à pedofilia. As narrativas presentes na *Gaie France* reforçam crenças, memórias e posicionamentos políticos a partir de uma linguagem própria da revista. Analisar essas narrativas e como essas se relacionam com a sociedade e com a política é fundamental para ampliarmos nosso conhecimento sobre a nossa realidade e o desenvolvimento de nosso senso crítico.

Acredito que a leitura das narrativas da *Gaie France* revela uma realidade difícil, chocante, cruel, estarrecedora para algumas pessoas por envolver a defesa da possibilidade de adultos fazerem sexo com menores de idade. Mas, a leitura é importante e necessária porque envolve um problema social emergente, grave e desigual que está enraizado em nossa cultura. Não há mudanças sem questionamentos, conhecimentos e debates. Somente por intermédio dessas atividades que conseguiremos identificar as distorções que as crianças estiveram e estão submetidas e ter condições de transformar o futuro dos pequenos brasileiros. Essas distorções

ainda existem na sociedade e precisam ser revistas em caráter de urgência com a conscientização da população. É de fundamental importância trazer para o debate público essas questões para que a sociedade, ainda omissa em relação aos problemas que a criança enfrenta, tenha ciência desse fato e possa, de alguma forma, criar estratégias mais eficazes em defesa da infância. Devemos, coletivamente, nos empenhar em desmascarar e denunciar as condições históricas e culturais que geram problemas sociais. Se esses problemas fossem comparados a doenças, a vacina seria a informação a respeito de suas causas e os meios de transmissão.

Outro ponto que desejo deixar claro é que o pesquisador, autor deste estudo, não compactua ou mesmo se alinha com os argumentos defendidos pela Revista. O pesquisador defende que, tal como Rodrigues (2008) e Williams (2012), quando o menor é inserido em atividades sexuais inapropriadas para sua idade, gera-se uma agressão na evolução saudável de sua sexualidade e de sua vida social como um todo, podendo causar uma série de efeitos nocivos, a curto e a longo prazo. Esses efeitos podem ser, por exemplo, problemas no desenvolvimento da própria sexualidade, síndrome de medo, Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), depressão, exclusão social, dificuldades de relacionamentos e sentimentos de menos-valia, entre outros, de repercussões incalculáveis para o desenvolvimento futuro do referido jovem.

Assim, debater as narrativas da *Gaie France* não significa que estou negando ou apoiando as ideias defendidas pela Revista. Como pesquisador e representante da ciência, tenho o dever de apresentar objetividade e distanciamento profissional durante todo o processo da pesquisa. Ademais, na medida do possível, na divulgação dos dados, devo me empenhar em ser justo e imparcial ao relatar as descobertas do estudo. Debater significa encarar a realidade, retirar da obscuridade temas que precisam ser discutidos, tais como a pedofilia, o abuso sexual, o machismo e o fascismo. A *Gaie France* não representa um caso isolado do passado. A revista reflete demandas da nossa sociedade que ainda estão presentes no nosso cotidiano.

Por fim, quero mencionar que esta pesquisa se justifica pelo avanço do projeto fascista com a extrema direita em algumas partes do mundo, inclusive no Brasil, atraindo e servindo de inspiração a muitas pessoas e grupos variados. É preciso destacar que a política fascista não conduz, obrigatoriamente, a um Estado visivelmente fascista, mas é perigosa de qualquer forma. Sob esse prisma, torna-se relevante identificar as diferentes manifestações e adaptações do fascismo no cenário político, por parte dos grupos que fazem seu uso, pois as condições atuais não permitem ou não são adequadas para os fascistas empunharem bandeiras com cruces suásticas nas ruas, principalmente, porque ainda vivemos em uma democracia, ainda que frágil, e por causa de pressões das Organizações das Nações Unidas (ONU) que exigem respeito com

os direitos humanos. Dessa forma, as circunstâncias, enfatizadas por Konder (2009, p. 178), exigem dos políticos fascistas que “eles sejam mais prudentes e mais discretos do que desejariam”. Esse dado faz com que os fascistas da atualidade se adaptam às exigências dos novos tempos.

Na realidade, eles preferem manipular a massa de forma mais “silenciosa” espalhando mentiras e teorias conspiratórias, manipulando os medos e os sonhos das pessoas, enaltecendo padrões de conduta, valores e *slogans* do tipo: “Em defesa da família, da moral e dos bons costumes” e “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos” que passam a ser inculcados sob a capa de atitudes “não políticas”, satisfazendo os anseios daqueles que defendem cega e fanaticamente um líder, não na figura de um político, mas sim na de um “Messias” ou de um “Mito”. Nesse contexto, essa tese contribuirá para o debate sobre o fascismo, o entendimento de alguns de seus pilares e a identificação de algumas de suas estratégias para se manter no poder. E, pensando mais além, espero que esse estudo colabore para que os leitores desta tese se conscientizem (aqueles que precisam) sobre a importância do repúdio à “banalização” e à “normalização” de comportamentos e valores que ferem a dignidade humana. Faz-se necessário sermos mais críticos e menos idólatras.

1.6 A Estrutura da Tese

O *corpus* teórico, que constitui as seções desta tese, é um reflexo da memória construída pela *Gaie France* e de seus conteúdos. Suas páginas representam uma coleção de memórias reunida, de forma intencional, para servir de base para reivindicações e para conceder um significado identitário a um grupo social, no presente. Desse modo, com o intuito de gerar o próprio conhecimento, a revista selecionou alguns assuntos do passado, enquanto outros foram direcionados ao esquecimento. Isso sugere que a *Gaie France* fornecia uma espécie de “filtro” com o intuito de privilegiar algumas pautas e barrar outras que eram consideradas indesejáveis. Nesse caso, o filtro descontextualiza, manipula, modifica, exagera e esquece determinados temas. Diante disso, torna-se relevante, no *corpus* teórico, contextualizar os temas registrados e os esquecidos pelo meio de comunicação.

Uma das estratégias utilizadas pela *Gaie France* foi o uso do revisionismo ideológico, pautado no anacronismo e na seletividade dos conteúdos. A revista, de forma inadequada e imprecisa, relacionava temas da Grécia Antiga como pederastia, educação, memória, legislação e a valorização do corpo jovem com assuntos do nosso tempo contemporâneo. Além disso, o meio de comunicação buscou delinear o sentimento de infância e apontar determinados fatos

relacionados com essa fase da vida como, por exemplo, o processo de medicalização ocorrido no final nos séculos XVIII e XIX. Por isso, com uma perspectiva memorial e de retrocesso no tempo, na seção 2, intitulada “A Cultura Grega Antiga e a Infância”, contextualizei alguns aspectos: a cultura grega antiga; a trajetória do surgimento do conceito de infância, a transformação social, durante a Idade Média, da criancinha pequena em adulto, a desvalorização da infância, as mudanças importantes em torno da família nos séculos XVI e XVII; a ascensão da burguesia, o pânico moral e a cruzada contra a masturbação nos séculos XVIII e XIX, o processo de medicalização, a classificação da pedofilia como uma patologia mental e a produção do “desvio” das normas de conduta e da normalidade sexual e a criação do perverso criminoso, o conceito de pirâmide erótica e a relação entre medicalização e eugenia. Para dar conta dessa contextualização, recorri a autores como Jaeger (1995), Vrissimtzis (2002), Foucault (1984, 1988), Ariès (1986a-b), Donzelot (1980), Carrara (1996), Rubin (1992), Césaire (1978) e Becker (2008).

Outros pontos muito presentes na *Gaie France* eram a masculinidade e o fascismo. A revista flertava com esse sistema cruel e desumano que vai além da política e com ideias sádicas. Então, na seção 3, chamada de “Os Pilares do Fascismo”, explorei: a origem e o significado da palavra “fascismo”, algumas características e alguns pilares que servem de sustentação para esse regime como: o passado mítico, a vitimização, a criação de inimigos e a hierarquia; a combinação entre sadismo, crueldade e sexualidade, a violência como um aspecto incentivador de impulsos sádicos; a inserção dos jovens em um sistema marcado por ódio, violência e guerra, a importância da memória, em se tratando de não repetir atos desumanos e cruéis no presente; a masculinidade como um elemento fundamental para o regime, o receio em perder a virilidade pelo viés da decadência nacional, a agressividade como expressão da masculinidade, a ligação construída entre o fascismo e a Grécia Antiga, o ideal de beleza masculina inspirado no modelo grego e a valorização do vínculo entre homens e, diante disso, a preocupação em conciliar, nas iconografias, delicadeza e respeitabilidade e o medo de transformar os soldados menos masculinos ou torná-los homossexuais. Os aportes teóricos que fundamentam essa seção concernem aos autores: Paxton (2007), Konder, (2009), Stanley, (2018), Sade (2013, 2018, 2019), Roudinesco (2008), Evans (2003, 2014), Posner e Ware (2019), Connell (2005), Mosse (1996) e Jablonka (2021).

Além de abordar a masculinidade fascista, torna-se oportuno analisar a questão da masculinidade sob o ponto de vista do sistema patriarcal e da dominação masculina projetada para a juventude. Por esse motivo, na seção 4, nomeada “Poder, Masculinidade e Dominação de Jovens”, investiguei: a relação entre esses três últimos elementos; a desigualdade de poder e

a última posição de crianças e adolescentes na hierarquia familiar; a masculinidade como um conjunto de atributos e valores, os conceitos de poder e de *Habitus*; a relação entre gênero, linguagem e encenação da masculinidade e virilidade, o combate aos aspectos femininos, a associação do falo em um valor simbólico de poder, fertilidade, virilidade, autoridade, dominação, força e potência; a estruturação do desejo na relação sexual e o processo de coisificação que compreende o outro como uma espécie de objeto. Nessa seção, o *corpus* teórico foi constituído por autores: Chauí (1985), Welzer-Lang (2001), Saffioti (2001), Trevisan (1998), Foucault (1979, 2014), Bourdieu (2012) e Butler (2015).

Essas três seções permitiram um “olhar para trás”, uma atividade capaz de contribuir na investigação acerca das escolhas de informações e de lembranças que foram reunidas para compor o acervo memorial da *Gaie France* e um melhor entendimento de como esse meio de comunicação funcionava, uma vez que seus conteúdos envolvem sujeitos, produção de sentidos, interação social, contexto histórico e diferentes culturas.

Ciente dessa realidade, na seção 5 “A Análise de Conteúdo e os Procedimentos Metodológicos”, descrevi o planejamento do estudo, as etapas do trabalho, as teorias que subsidiaram o plano de ação e as práticas que foram realizadas para atingir os objetivos. Sendo assim, expliquei o método de Análise de Conteúdo, as técnicas utilizadas para a construção de dados e os procedimentos para a análise, incluindo as formas de organização dos dados, os passos empreendidos para a produção de inferências explicativas e os procedimentos necessários para a interpretação dos dados aplicados à pesquisa. Ademais, apresento informações importantes sobre o objeto de estudo: a Revista *Gaie France* e detalhes acerca de seus artigos publicados. Essa seção foi constituída por autores como Bardin (1977), Gomes (2012), Creswell (2007), Cavalcante, Calixto e Pinheiro (2014), Freitas, Júnior e Moscorola (1997), Bauer (2008), Liakopoulos (2008), Prazan (2005) e Rossi (2017).

Posteriormente, na seção 6 “As Categorias e as Subcategorias Temáticas”, analisei, por meio de inferências e interpretações de acordo com o método de Análise de Conteúdo, as duas categorias chamadas de Memória e Política e as suas subcategorias. Nessa seção, utilizei alguns autores do *corpus* teórico para embasar a análise. Somado a isso, foi necessário acrescentar outros autores para explicar e justificar as novas descobertas encontradas na pesquisa como, por exemplo: Whitrow (2005), Funari (2021), Safire (2008), Goodin (2008), Lawler (2014), Ferenczi (1992), Bakhtin (1997)⁷, Freud (2016), De Young (1989) e Said

⁷ Apesar de não utilizar a Análise de Discurso nesta tese, os comentários de Bakhtin (1997) contribuirão para o entendimento das mensagens de comunicação da Revista *Gaie France*.

(1990). É importante sinalizar que as opiniões dos autores dos artigos da *Gaie France* não são as mesmas do autor desta tese e, por mais que sejam consideradas repreensíveis e repugnantes por muitas pessoas, esses pontos de vista precisam ser abordados e discutidos. Mesmo com essa realidade, quero pontuar que estou feliz em contar essa história. Não se trata de uma história que serve de modelo para nenhuma sociedade ou grupo social, mas é uma história que precisa ser contada para, depois, discutirmos a complexidade do comportamento humano, os conflitos sociais e a necessidade de criarmos soluções harmônicas, efetivas e lutar contra a dominação e a exploração de pessoas.

Na seção 7 “Considerações Finais”, expus os resultados da pesquisa, incluindo a lista com as principais estratégias argumentativas utilizadas pela *Gaie France*, as potencialidades da revista, ao produzir um empreendimento editorial baseado em memória e política, e as implicações para a sociedade, ao impor um projeto de poder visando a dominação e a exploração de jovens e modificações na legislação. Ainda recorri aos autores Bosi (1979), Todorov (2000), Goffman (1979 e 2012), Austin (1990) e Butler (1997) para embasar minhas análises.

Por fim, quero dizer que esta tese é escrita para os pares e para as pessoas que não são do meio acadêmico. Para tanto, a minha intenção foi realizar uma escrita simples, acessível e objetiva que contemplasse todos os tipos de leitores. Sendo assim, desejo a todos uma boa leitura!

2 A CULTURA GREGA ANTIGA E A INFÂNCIA

A *Gaie France* abordou alguns temas da Cultura Grega Antiga em seus conteúdos, tais como: pederastia, educação, memória, legislação e juventude. Além disso, o meio de comunicação buscou delinear um perfil para a infância. Nesse sentido, torna-se fundamental, descrever a cultura grega antiga e o desenvolvimento, na história, do conceito de infância para, posteriormente, analisarmos os conteúdos da *Gaie France*.

2.1 O Homem Grego e a Juventude

Primeiramente, ao escrever acerca da Grécia Antiga, é crucial e necessário focar no conceito de Paideia. Esse termo é difícil de definir e seu conteúdo e significado só se revelam, plenamente, quando estudamos esse período histórico. Desse modo, ao empregar a palavra, o ideal é estudá-la aos olhos do grego antigo e não aos nossos olhos contemporâneos. Não existe uma única palavra que possa traduzir, nas línguas modernas, o conceito de Paideia. Todavia, Jaeger (1995, p. 1) explica que,

Não se pode evitar o emprego das expressões modernas como civilização, cultura, tradição, literatura ou educação; nenhuma delas, porém, coincide realmente com que os Gregos entendiam por Paideia. Cada um daqueles termos se limita a exprimir um aspecto daquele conceito global, e, para abranger o campo total do conceito grego, teríamos de empregá-los todos de uma só vez.

De uma forma sucinta, posso dizer que a Paideia era uma ampla cultura que reunia todos os aspectos da vida humana grega ou um sistema educacional integral voltado para a formação do cidadão perfeito.

A educação, no contexto grego, seria algo deslocado do campo interno para o externo, envolvendo o plano espiritual e todos os aspectos de uma civilização, isto é, do espírito ao corpo. Por esse motivo, não se tratava de mudar a natureza do aprendiz, mas sim de dar vida ao que ele tem de melhor, guardado dentro de si e que precisava ser desenvolvido. Assim, a educação, para os gregos antigos, era muito importante e articulada com normas e valores. Nas palavras de Jaeger (1995, p. 23),

A educação é uma função tão natural e universal da comunidade humana, que, pela sua própria evidência, leva muito tempo a atingir a plena consciência daqueles que a recebem e praticam, sendo, por isso, relativamente tardio o seu primeiro vestígio na tradição literária. O seu conteúdo, aproximadamente o

mesmo em todos os povos, é ao mesmo tempo moral e prático. Também entre os Gregos foi assim. Reveste, em parte, a forma de mandamentos, como: honrar os deuses, honrar pai e mãe, respeitar os estrangeiros; consiste por outro lado numa série de preceitos sobre a moralidade externa e em regras de prudência para a vida, transmitidas oralmente pelos séculos afora; e apresenta-se ainda como comunicação de conhecimentos e aptidões profissionais a cujo conjunto, na medida em que é transmissível, os Gregos deram o nome de *techne*.

O homem grego convivia com uma série de normas e leis reconhecidas por todos e estabeleciam uma relação social de honra, cuja sanção se concretizava na vergonha e na exclusão social (THEML, 1988). Além disso, a memória desempenhava um papel fundamental na Grécia Antiga, pois sem essa capacidade de armazenar informações, não haveria educação, cultura e civilização. A transmissão dos costumes e tradições do passado às gerações futuras, era imprescindível para manter o modelo de vida social, e estava associada a conceitos como atos heroicos, religião, estética, amizade, amor e moralidade.

A cultura grega indicava o papel que cada pessoa tinha a executar na sociedade. Uma vez compreendido e executado esses papéis, os gregos tornavam-se reprodutores da ordem sociopolítica e encontravam a verdadeira realização humana. Sendo assim, o homem grego era associado com conceitos como heroísmo, bravura, força e virilidade.

Nesse contexto, as éticas sexuais gregas eram, sobretudo, referidas aos chamados amores masculinos ou juvenis e tinham como modelo as relações pederásticas que monopolizavam o imaginário social antigo. Tratava-se do relacionamento amoroso entre duas pessoas do sexo masculino em que a diferença de idades entre os envolvidos era essencial para que a prática pedagógica acontecesse de forma eficaz. Esse tipo de amor era aprovado e fazia parte de toda a estrutura social grega.

Considerado o relacionamento mais sublime entre dois homens⁸, o relacionamento sexual entre professor e aluno não causava espanto, indignação ou revolta nas pessoas e era permitido e encorajado pela sociedade e legitimado pelo Estado. Não havia, portanto, a ideia de abuso sexual na época. Tratava-se de uma prática social e educacional, ou seja, uma prática pedagógica que, de acordo com os princípios morais da época, conduzia o efebo a participar desse tipo de relacionamento para aprender como se comportar em sociedade e, assim, estar bem preparado para ser um cidadão grego por completo. O efebo precisava adquirir conhecimentos e o homem mais velho era considerado mais sábio e responsável por sua

⁸ Não há consenso entre os historiadores a respeito da idade dos meninos (efebos) que eram introduzidos na prática educacional e sexual da pederastia. Alguns argumentam que eram crianças e outros defendem que os meninos tinham entre 12 e 15 anos. Nesta tese, adotei o termo jovem quando me refiro a esses meninos.

formação. Era um aspecto importante da vida militar, civil, artística e filosófica do futuro cidadão. As mães e o restante das mulheres aceitavam o papel que os rapazinhos estavam prestes a desempenhar, já que foram ensinadas culturalmente que era dessa forma que eles se tornavam homens. Somente assim, o futuro da raça estaria garantido. Vrissimtzis (2002, p. 103) argumenta que a pederastia era

[...] uma instituição pedagógica: um adulto educado era encarregado de transmitir seus conhecimentos e experiências a um adolescente (*éphebos*) e de ajudá-lo a se tornar um cidadão responsável. O adulto, por sua vez, admirava e desfrutava a beleza, a força e o vigor do jovem. Havia, pois, uma transmissão recíproca, criada para benefício de ambos.

A relação pederástica estava relacionada ao sentimento de amizade, porque esse fenômeno envolvia a necessidade de uma amizade que é inseparável da virtude. Essa necessidade estava em sintonia com a preocupação diante de mudanças rápidas e naturais no corpo do jovem e de sua capacidade de fazer surgir o desejo. Foucault (1984) observa que existia um temor por parte do amante de ver o amado perder a sua juventude e beleza e, no amado, havia um medo da separação que, na época, representava um fato inevitável. Era uma questão moralmente necessária e socialmente útil. Era essencial o sentimento de amor desaparecer e surgir uma relação de amizade. Diferentemente da relação de amor, o sentimento de amizade é duradouro e faz sumir as diferenças que estavam implicadas na relação erótica entre o homem e o adolescente. Dessa forma, seria uma reflexão moral com o intuito de evitar a precariedade, que é resultado da inconstância dos companheiros e uma consequência do envelhecimento do rapaz que perde o seu encanto. Mas, essa reflexão moral é também uma regra, uma orientação, visto que não correspondia aos padrões aceitos pela comunidade da época, amar um jovem que passou de certa idade, como também era para ele deixar-se amar. A única forma de evitar a precariedade seria, já no calor do amor, fazer desenvolver o sentimento de amizade, o compartilhamento de pensamentos e a benevolência mútua.

Assim, a relação entre adultos e jovens representava uma forma de adquirir sabedoria, um processo necessário e importante na formação de homens gregos. Convém pontuar que os meninos gregos eram obrigados culturalmente a servir aos prazeres dos homens e, ao mesmo tempo, condicionados socialmente a confirmar sua potência sexual e viril e também a desenvolver e reproduzir a dominação em relação às mulheres.

Na Grécia antiga, não existia uma palavra para qualificar a homossexualidade e a heterossexualidade. Essas categorias não existiam. Vrissimtzis (2002) estabelece as diferenças sociais entre a homossexualidade que conhecemos e a pederastia na civilização grega. A

pederastia não tinha um caráter homossexual. A pederastia representava uma afeição espiritual de um homem adulto por um jovem e uma instituição pedagógica repleta de ideais. Igualmente, não havia um conceito para designar uma pessoa heterossexual. Os gregos não compreendiam o amor pelo seu próprio sexo e pelo sexo oposto como dois tipos de relacionamentos opostos, de forma binária, como nós contemporâneos interpretamos. As linhas de marcação não seguiam tal fronteira. Para os homens gregos, existia apenas a sexualidade masculina. A Antiguidade clássica, como confirma Ariès (1986a, p. 80), “não apresenta uma homossexualidade oposta a uma heterossexualidade” e as manifestações pareciam comandadas pelo acaso dos encontros e não por determinismos biológicos. Era comum o homem grego ser casado, ter uma relação amorosa com um rapazinho e também ser observado com amantes e cortesãs.

Na civilização grega, o belo era associado ao homem, aos atributos masculinos e não à mulher. Vrissimtzis (2002) entende que o amor dos gregos pela beleza física e intelectual contribuiu para que eles se voltassem para a beleza do corpo masculino. As mulheres, na época, não eram escolarizadas e, tampouco, praticavam exercícios físicos. A família não apresentava a coesão e o significado que temos atualmente. Por essa razão, o jovem precisava de um mentor ou instrutor de ginástica para lhe ensinar as funções do Estado, os valores éticos e ajudá-lo a se tornar um guerreiro.

O conceito de beleza na Grécia Antiga significava aquilo que agradava e fazia surgir admiração. O corpo humano belo era aquele que mostrava harmonia e proporção entre as partes. Com esses ideais, o corpo do homem era visto como mais bonito do que o corpo da mulher e a moral sexual elogiava o corpo juvenil com seu encanto próprio. Foucault (1984, p. 177 e 178), a seguir, nos chama a atenção para o fato de que os traços juvenis não eram valorizados por causa de uma ligação com a beleza feminina.

Eles o eram por eles mesmos ou em sua justaposição com os signos e as cauções de uma virilidade em vias de se formar, o vigor, a resistência, o ardor também faziam parte dessa beleza; e justamente, era bom que os exercícios, a ginástica, os concursos, a caça viessem reforçá-los garantindo assim que essa graça não desembocasse na lassidão e na efeminização.

Dessa maneira, o físico do adolescente tornou-se objeto de uma espécie de valorização cultural muito insistente, na qual a juventude era motivo de preocupação, por parte de adultos, diante de mudanças rápidas e naturais no corpo do jovem e de sua capacidade de fazer surgir o desejo. Existia um temor de ver o jovem perder a sua juventude e beleza (FOUCAULT, 1984).

Vale lembrar que as concepções construídas na Grécia Antiga pressupunham uma diferença de idade e uma passagem do universo das crianças para o mundo dos adultos,

praticada por meio de rituais ou de uma educação. Essas concepções mudaram durante a Idade Média. A civilização medieval esqueceu a diferença de idade e a existência de noção de passagem de uma fase para outra.

2.2 A Transformação Social da Criancinha Pequena em Adulto

Durante a Idade Média, a cultura medieval interpretava a criança de uma maneira diferente das sociedades contemporâneas. As crianças não passavam por todas as etapas da juventude e só recebiam cuidados básicos até conseguirem executar tudo sozinhas. De acordo com Ariès (1986b, p. 10), a “sociedade via mal a criança, e pior ainda o adolescente. A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se”. Desse modo, não existia a ideia de limitar a infância pela puberdade. A infância estava ligada à ideia de dependência e o conceito de juventude era ignorado, limitando-se às primeiras idades e correspondendo à noção de uma infância curta.

Diante disso, a infância não era considerada sequer uma fase. Então, não fazia sentido fixar na memória ou produzir lembranças. Ou seja, as pessoas acreditavam que as crianças não eram dignas de lembranças. Por esses motivos, não havia a preocupação em registrar e conservar o retrato de uma criancinha que sobreviveu e se tornou adulta ou que morreu quando era pequena. Nesse sentido, quando a criança falecia, algumas pessoas ficavam entristecidas, porém, a regra geral era não se comover muito ou fazer drama, pois um outro filho logo a substituiria. Logo, a criança se encontrava em uma situação de anonimato.

Quando a criança conseguia superar os primeiros perigos e adquiria algum desembaraço físico, ela era logo misturada entre os adultos como uma companheira natural. De criancinha pequena, ela se transformava, imediatamente, em um adulto. A criança aos sete anos de idade ganhava personalidade, se afastava de seus pais e passava a viver em outra casa prestando serviços domésticos, cozinhando, fazendo compras, entregando mercadorias ou como aprendizes em alguns ofícios, etc.⁹

A relação das crianças com os adultos, durante a Idade Média e início da Idade Moderna, incluía alguns comportamentos e costumes estranhos e diferentes da nossa moral contemporânea. Nesse período histórico, os adultos não se restringiam em fazer qualquer comentário ou brincadeira maliciosa relacionada a assuntos com conotação sexual na presença de crianças. Havia uma liberdade no tratamento com as crianças, brincadeiras grosseiras e

⁹ Essa regra se aplicava aos pobres e não às crianças da monarquia e de outros segmentos superiores de poder.

gestos cuja demonstração não abalava ou escandalizava ninguém e que, ao contrário, mostravam-se perfeitamente naturais. Esse fato é explicado por Ariès (1986b) com dois motivos. Em primeiro lugar, a cultura medieval acreditava que a criança impúbere fosse indiferente à sexualidade. As pessoas pensavam que os gestos e as menções sobre sexualidade não tinham consequência sobre a criança e, assim, tornavam-se gratuitas e perdiam sua especificidade sexual. Em segundo lugar, não havia a ideia de que os comentários a respeito de temas sexuais, mesmo que desprovidos na prática de segundas intenções, pudessem comprometer a inocência infantil, segundo a opinião que se tinha dessa inocência na época. Na verdade, não se acreditava que essa inocência existisse.

Além disso, as pessoas não desaprovavam ou viam algum mal, nos primeiros anos de vida, tocar por brincadeira as partes sexuais de uma criança. Somente em 1608 esse gênero de brincadeira desaparece, quando a criança se torna um homenzinho aos sete anos e precisa aprender modos e linguagem decentes. A coabitação na mesma cama também era um costume muito propagado em todas as camadas sociais. Essa prática subsistiu ainda no fim do século XVI, até mesmo na corte da França.

Entretanto, as concepções sociais em relação às crianças mudaram, posteriormente. É possível registrar dois novos sentimentos em torno da infância por volta do século XVI: “paparicação” e “exasperação”. O primeiro sentimento nasceu no meio familiar, na companhia das crianças pequenas. Esse sentimento superficial em relação à criança era popular e difundido na época e foi chamado por Ariès (1986b) de “paparicação”. Na prática, em seus primeiros anos de vida, a criança pequena era uma coisa engraçadinha, mas representava pouca importância. O corpo dela era algo como um objeto de divertimento, uma fonte de relaxamento ou uma distração do adulto, pois as pessoas medievais brincavam com os filhos como um animalzinho de estimação ou um macaquinho.

O segundo sentimento da infância, a exasperação, surgiu como oposição do primeiro sentimento da infância com alguns eclesiásticos ou os homens da lei, raros até o século XVI e, em uma proporção maior, com os moralistas que integravam um movimento fomentado por reformadores católicos ou protestantes ligados à Igreja, às leis ou ao Estado, no século XVII, preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes. Esses moralistas, conforme Ariès (1986b, p. 164) “havia-se tornado sensíveis ao fenômeno outrora negligenciado da infância, mas recusavam-se a considerar as crianças como brinquedos encantadores, pois viam nelas frágeis criaturas de Deus”. Nesse contexto, era fundamental, ao mesmo tempo, preservar a fragilidade infantil e disciplinar as crianças. Essa visão influenciou as famílias.

O sentimento de exasperação era a irritação com a atenção exagerada e dedicada às crianças. Os moralistas consideravam insuportável essa atenção e reclamavam que as pessoas se ocupavam demais com as crianças. Principalmente, no século XVII, eles reagiram criticamente pois não admitiam a ideia de amar as crianças como passatempo, como se fossem macacos, nem achavam graça com as brincadeiras e comportamentos típicos do desenvolvimento infantil. Dessa forma, o apego à infância e a sua particularidade não era mais manifestado através da distração e da brincadeira, mas por meio do interesse psicológico e da preocupação moral.

Na realidade, foi, por volta do século XIII, que apareceram tipos de crianças mais próximas do sentimento de infância moderno e, no século XVII, ocorreu uma importância maior em relação aos temas da primeira infância. Nesse último período, os retratos de crianças pequenas sozinhas tornaram-se em grande número, comuns e, os de família, passaram a ser organizados em torno da criança, tornando-a o centro da composição. Ariès (1986b, p. 65) resume a evolução do sentimento da infância no decorrer dos séculos,

À descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII.

O movimento criado pelos reformadores católicos ou protestantes e homens do Estado contribuiu para uma grande mudança nos costumes, na qual foi imposta uma noção essencial: a inocência infantil. Foi construída uma concepção moral da infância que buscava superar e lutar contra a crença que determinava essa fase da vida como um período rapidamente superado e sem importância e associava a criança a fragilidade, a inocência e a um verdadeiro reflexo da pureza divina.

A família assumiu um novo projeto nos séculos XVI e XVII no que se refere à vida sentimental, pois é percebido no período mudanças importantes na atitude da família em relação à criança. A família transformou-se profundamente na medida em que mudou suas relações internas com a criança. Desse modo, a família passou a se estruturar e se concentrar em torno da criança e lhe conceder mais importância, retirando-a do seu antigo anonimato. Ariès (1986b, p. 12) escreve que, na época, “tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela”. Com essa nova perspectiva, ocorreu uma redução voluntária da natalidade, verificada no século XVIII. Houve uma profunda transformação com a

emergência da vida privada e uma grande valorização da intimidade familiar. Ariès (1986b, p. 23) menciona esse acontecimento ao dizer que

Foi no fim do século XVII e início do XVIII que situei, partindo de fontes principalmente francesas, o recolhimento da família longe da rua, da praça, da vida coletiva, e sua retração dentro de uma casa melhor defendida contra os intrusos e melhor preparada para a intimidade. Essa nova organização do espaço privado havia sido obtida através da independência dos cômodos, que se comunicavam por meio de um corredor (em lugar de se abrirem um para o outro) e de sua especialização funcional (sala de visitas, sala de jantar, quarto de dormir etc.).

Outra modificação relevante refere-se à necessidade de a escola ser o dispositivo fundamental da iniciação social, da passagem do período da infância ao do adulto. Com um rigor moral, os educadores tinham a preocupação em isolar a juventude e sua inocência primitiva do mundo “sujo” dos adultos, vigiando-a mais de perto. Esse fato resultou no confinamento das crianças num sistema disciplinar cada vez mais rígido e, nos séculos XVIII e XIX, levou-as ao fechamento total do internato e impuseram-lhe o castigo corporal, o chicote como instrumento disciplinador e uma gestão escolar autoritária e hierarquizada.

Ademais, no século XVIII, o corpo da criança passa a ser objeto de atenção e controle dos adultos. A sexualidade da criança e do adolescente são colocadas como problema. Surge um pânico moral e uma cruzada contra a masturbação que diz respeito às crianças e aos adolescentes dos meios burgueses. O jovem masturbador nasce como uma figura nova e a masturbação passa a ser interpretada como a causalidade universal de todas as doenças, trazendo a sexualidade para o campo da anomalia, ou pelo menos o uso sexual do corpo, na origem de um conjunto indefinido de patologias que podem fazer sentir seus efeitos sob formas diversas. Outra figura surge na mesma família nuclear burguesa: o perverso criminoso que se desviou das normas de conduta e da normalidade sexual.

2.3 O Jovem Masturbador e o Perverso Criminoso

Nos séculos XVIII e XIX, ocorreu uma série de transformações em torno da família após as revoluções burguesas e o liberalismo, tais como: o destacamento do sexo dos jovens, o estabelecimento da normalização e da patologização das condutas, a construção de tecnologias corretivas e punitivas para tais anomalias, a definição do que era considerado permitido e proibido, prescrito e ilícito. Nesse projeto burguês, foi construído um imaginário social de família funcional no qual os cidadãos deveriam ser individualizados e domesticados para

servirem aos interesses do capital, das ideologias burguesas e do Estado. Sendo assim, Donzelot (1980) assinala que a ciência econômica escolhida foi a higiene social, cujo objeto era o capital ou material humano, que apenas considerava a pessoa em função de seu valor e de sua utilidade social. Esse fato sugere que há um domínio híbrido, principalmente, nas relações entre o público e o privado.

Nessa espécie de hibridação, houve também um jogo com a diferença entre ricos e pobres. Em se tratando dos ricos, havia a reclamação de uma economia ou higiene privada defeituosa que os conduziam a confiar os próprios filhos aos serviços e, em relação aos pobres, a denúncia era direcionada para uma economia pública defeituosa que os levavam a abandonar os próprios filhos, o campo e sobrecarregar o Estado com encargos inadequados. Além disso, no interior desses segmentos sociais, era privilegiada a patologia da infância em dois sentidos: a infância em perigo que não foi beneficiada com os devidos cuidados e a melhor educação; e a infância perigosa que envolvia, no imaginário da época, imoralidade, falta de higiene, sexo e sujeira.

Nesse projeto, a função da política da sexualidade adotada visava melhorar a descendência humana. Foucault (1988) ressalta que os burgueses não tinham sangue nobre e que a saída foi a burguesia investir o sentimento de pureza no sexo. Logo, o orgulho não era direcionado para os ascendentes, mas sim para os descendentes. O autor acrescenta que havia mais do que uma simples transposição burguesa dos assuntos da nobreza com propósito de autoafirmação. A preocupação com o corpo e o sexo envolvia a expansão infinita de elementos como força, vigor, saúde e vida.

A família é muito importante para o patriarcado e representou um mecanismo útil ao governo. Nesse sentido, a família tradicional patriarcal foi, aos poucos, aderindo aos valores burgueses, porém, preservando sua matriz hierárquica e autoritária. Desse modo, o poder patriarcal familiar foi diminuído em benefício do patriarcado de Estado. Na realidade, esse esquema representou uma espécie de acordo entre o chefe de Estado e o chefe de família, uma vez que o segundo não teria o mesmo poder que ele tinha antes das revoluções liberais. Então, o chefe de família precisou de um poder para não se revoltar muito. A solução encontrada foi o domínio sobre a família e os filhos e sua função simbólica foi absorvida pelo juiz, educador, médico, etc.

Com o protagonismo burguês, o Estado realiza uma aliança com a medicina, tornando a área médica uma instituição de controle social, um sistema de valores e um repositório de verdade com explicações para as doenças. Essa aliança foi realizada por meio de uma série de ações estatutárias e políticas públicas como planejamento familiar, práticas higienistas e

eugênicas. Com a coesão de seus membros, à burguesia se atribuiu um excesso de poder que a elevou socialmente. Somado a isso, a aliança entre a família e o médico e as normas higienistas possibilitaram uma autonomia maior da mulher, no interior dos lares, em relação à autoridade patriarcal e reforçou o poder externo da família. Nesse cenário, o médico interferiu na organização doméstica do lar, de modo que a sua ação concedeu atenção exclusiva sobre o corpo individual, mas focando o corpo social, e privilegiou o aspecto preventivo com o intuito de antecipar-se à instalação da doença. Assim, Carrara (1996) menciona que a teoria da degeneração manteve estreitos laços com uma configuração ideológica e ganhou impulso para explicar a própria emergência do mal biológico e as suas causas. O objetivo era investigar a predisposição de certas pessoas a desenvolver determinados tipos de males.

Por esse ângulo, a medicina passou a se interessar pela sexualidade, sobretudo, em relação aos fluxos corporais. Os médicos acreditavam que a masturbação, a perda contínua desse líquido seminal capaz de transmitir a vida, o interesse “premature” por sexo, a excitação sexual e, principalmente, a liberdade sexual pudessem prejudicar a saúde e o desenvolvimento da criança (RUBIN, 1992). No entanto, a preocupação não era com o filho do operário, mas com o colegial cercado de serviçais, com a conservação da classe burguesa e da descendência sadia.

Diante disso, é construído um cordão sanitário em torno da criança. Os pais são instruídos a vigiar constantemente seus filhos. Foucault (2001, p. 335) argumenta que a partir do século XVIII, “os corpos, os gestos, as atitudes, as caras, os traços da fisionomia, as camas, os lençóis, as manchas, tudo isso é posto sob vigilância. Os pais são convocados a partir à caça dos cheiros, dos vestígios, dos indícios”. Com essa visão, na época, é instaurado o estabelecimento de uma nova forma de relação entre pais e filhos, a correlação entre sexualidade e organização familiar, com a nova posição da criança no meio familiar, com a nova importância dada ao corpo e à saúde. Aliás, foi por meio da cruzada contra a masturbação, que se formou pouco a pouco essa família. Foi, no final do século XVIII, que a família se constituiu a partir de uma nova relação com o sexo, do incesto bolinante “dos olhares e dos gestos em torno do corpo da criança. Foi esse incesto, esse incesto epistemofílico, esse incesto do contato, do olhar, da vigilância, foi ele que constituiu a base da família moderna” (FOUCAULT, 2001, p. 316). Foi uma maneira de estreitar as relações familiares, tornando os pais responsáveis pelo corpo de seus filhos contra um perigo alertado pelo discurso médico.

Em se tratando da relação entre práticas científicas e a infância, torna-se relevante mencionar que a criança adquiriu um novo lugar na medicina na qual ela é interpretada de uma forma diferente, como o adulto de amanhã. A criança passa por um processo de colonização,

um objeto de teorizações e práticas educacionais, higiênicas e científicas. Em outras palavras, houve um esforço em criar uma verdade e um discurso sobre o que é ser criança. Isso demonstra que a infância é uma construção social compreendida, sobretudo, a partir das mudanças na sociedade, na qual um conjunto de significações, símbolos, valores, sentidos são legitimados como a questão etária e cronológica, as fases de desenvolvimento da criança, sua evolução cognitiva, física, motora, afetiva e sexual.

Dessa forma, foi determinado um modo específico de ser criança e, assim, a infância tornou-se um dispositivo normativo, de controle e histórico de poder. Esse fato revela a produção de uma infância, um saber que pudesse servir como ponto de referência central e constante da psiquiatria. Na produção desse conhecimento, foi estabelecido que a infância seria a fase inicial do comportamento humano, porém, em desenvolvimento, com características e comportamentos específicos com o objetivo de determinar um comportamento normal para o adulto.

Quem demonstrasse atitudes fora desse padrão estabelecido era, pois, considerado doente ou um perverso criminoso. Isso nos permite estabelecer a relação entre o processo de medicalização e a pedofilia. A classificação da pedofilia como uma patologia mental é capaz de torná-la algo considerado asqueroso, um desvio humano completamente externo das pessoas saudáveis. Diante disso, ninguém nunca deve assumir para si próprio ou para outras pessoas que, em algum momento de sua vida, passou por sua cabeça pensamentos eróticos com um corpo que não é legalmente autorizado.

Durante um longo período a concepção de monstruosidade esteve relacionada a deformidades físicas que apontavam para desvios de ordem biológica ou divina. A partir do século XVIII, o conceito de perversidade foi fundamentado tendo como parâmetro um conhecimento produzido a respeito do desvio das normas de conduta e da normalidade sexual (LOWENKRON, 2012). Sobre o assunto, Becker (2008) defende que o conceito de “desviante” é produzido nas interações sociais. Por esse motivo, não é o comportamento da pessoa que é considerado infrator, mas o processo de construção de regras que transforma o desvio como algo significativo, normativo e imposto socialmente. Em outros termos, o desvio não estaria presente nos comportamentos deles, mas sim na concepção do grupo do que é uma regra. Trata-se, então, de uma realidade que envolve disputas políticas, imposições, relações de poder e a criação de um sistema universal que deveria funcionar para todos.

Nessa perspectiva, o desejo que viole as “normas” é interpretado como “mal”, “anormal” ou “não natural”. Em vista disso, Rubin (1992) expõe o conceito de pirâmide erótica no qual as sociedades ocidentais modernas interpretam e avaliam os comportamentos sexuais

em conformidade com um sistema hierárquico de valores sexuais. No topo da pirâmide estariam, os heterossexuais, casados e reprodutivos. Em níveis mais baixos, em ordem decrescente, estariam os heterossexuais não casados e promíscuos; os casais *gays*; homens *gays* promíscuos; travestis, transexuais, sadomasoquistas e as relações intergeracionais. Nesse esquema, as pessoas cujo comportamento está no topo da pirâmide são possuidores de saúde mental, respeitabilidade, legalidade, mobilidade social e física, suporte institucional e benefícios materiais. Em relação aos que estão na posição mais abaixo da pirâmide, esses recebem presunções de doença mental, má reputação, criminalidade, mobilidade social e física restrita, perda de apoio institucional e sanções econômicas.

Contudo, a intensidade do baixo *status*, das sanções e do estigma e o processo de medicalização não ficou atrelado apenas à jurisdição da profissão médica, enraizando essas concepções em outros domínios como, por exemplo, o espiritual, o moral, o legal e, por fim, o criminal. Em se tratando das tradições religiosas do ocidente, o médico não foi audacioso a ponto de alterar o regime de alianças entre a família e a Igreja. Nesse ponto, é possível entender a questão das doenças venéreas como um símbolo de falta de moral que reforçou o poder da família e da Igreja. Dessa maneira, a doença assumiu uma identidade própria associada à falta de moralidade, ao pecado, ao perigo, à força negativa e à destrutiva. Rubin (1992) pontua que o cristianismo reforçou essa visão a respeito da doença como tudo pertencente ao sexo e ao pecado. Isso contribuiu para a intensificação de uma cruzada moral no século XIX com o enfrentamento dos diversos tipos de doenças, incluindo o interesse em combater a masturbação, os desvios sexuais e as obscenidades de todos os tipos.

A legislação e o sistema de justiça criminal incorporaram essas concepções religiosas com sua potência máxima em áreas que englobam pornografia, dinheiro, homossexualidade e menores de idade com perseguição policial e a punição das leis mais severas. Rubin (1992) cita que foi criado um clima de pânico moral, de guerras contra a pornografia infantil e todo um aparato cuja meta era excluir, estigmatizar e acabar com as liberdades civis de homens que amam rapazes. A autora acrescenta que os estrategistas de direita e fundamentalistas religiosos, nas décadas de 1970 e 1980, descobriram que essas pautas moralistas têm apelo de massa, sobretudo, se esses segmentos sociais tiverem apoio da mídia, permitindo ativar a polícia, o Estado, as leis e os enquadramentos extremamente punitivos.

Realmente, a lei é feroz em manter a fronteira entre a “inocência” infantil e a sexualidade “adulta”. A autora supracitada realiza algumas observações a respeito das leis e do consentimento. Para ela, a cultura não reconhece a sexualidade do jovem, não o ajuda a prover, de maneira cuidadosa, saudável e responsável, essa parte tão fundamental da vida de qualquer

ser humano e não permite ele acessar a sexualidade adulta em quaisquer formas, tais como em livros, filmes ou televisão. No entanto, os menores de idade são autorizados a assistirem descrições oriundas de violência. Ademais, as leis não fazem distinção entre o mais brutal estupro e o mais gentil romance, entre comportamentos consensuais e coercitivos. Somente a legislação que envolve o estupro possui tal diferenciação.

É, nesse campo de batalhas, que entra a *Gaie France*. A revista também realiza essas críticas. Esse fato revela que os conflitos sobre definições e subjetividades em torno de desejos e do comportamento sexual assumem contestações variadas em determinados períodos históricos e que o sexo é político com modos de opressão e manobras políticas. Nesse sentido, Foucault (1988) enfatizou que os desejos não são essências biológicas pré-existentes. Diferentemente disso, a sexualidade é produto da atividade humana, e os desejos são construídos, histórica e socialmente, no entrecruzamento de eventos repressivos particulares ao indicar que novas sexualidades são constantemente produzidas. Entretanto, isso não indica que as capacidades biológicas não são pré-requisito para a sexualidade do ser humano. Na verdade, isso expressa que a sexualidade humana não é compreensível apenas em termos puramente biológicos (RUBIN, 1992).

A medicalização e a preocupação com os “desviantes sexuais” faziam todo sentido no contexto da eugenia, do estabelecimento das diferenças sociais entre os seres humanos e da criação das raças. Por isso, foi produzido uma série de critérios, teorias e normas que justificassem a superioridade de uns sobre os outros e que pudessem instaurar a ordem desejada, tais como: o determinismo biológico, o Q.I hereditário e a craniometria (GOULD, 1991). Além disso, nessa sociedade baseada no higienismo aliada a ideias eugênicas, os negros são interpretados como representantes de um estágio primitivo, com menos intelectualidade, as mulheres são vistas como instáveis por causa de seus hormônios e as pessoas que não são, naturalmente, caucasianas (brancas) são consideradas inferiores, propagando a noção de superioridade da “raça europeia” e a justificativa de colonização de outros povos (CÉSAIRE, 1978). Esse mecanismo serviu para identificar e segregar a pessoa considerada perigosa e criminosa de acordo com suas características físicas, tal como desejou Lombroso (2001). A ideia era defender que a criminalidade era herdada.

A eugenia buscava evitar que pessoas, supostamente, “defeituosas geneticamente” se reproduzissem, e essa ideologia encontrou um terreno fértil com ascensão dos pensamentos fascistas. Juntando medicalização da sexualidade, vigilância da família e eugenia em um mesmo processo, o fascismo erigiu as mais terríveis crueldades da história e a sexualidade em negócios e políticas de Estado, incluindo a criação do homem viril e fascista do futuro.

3 OS PILARES DO FASCISMO

O fascismo surgiu pela primeira vez em Milão, na Itália, em 23 de março de 1919. Seu criador foi Benito Mussolini. Ele criou um manual político anticomunista, antiliberal, ultranacionalista, autoritário, baseado na exclusão social de pessoas e em diretrizes de como destruir a democracia¹⁰. Vale mencionar que a palavra fascismo tem origem no *fascio* italiano, uma espécie de feixe ou maço. Segundo Paxton (2007, p. 14-15), a palavra fascismo, na Roma Antiga, “remetia ao *fascēs* latino, um machado cercado por um feixe de varas que era levado diante dos magistrados, nas procissões públicas romanas, para significar a autoridade e a unidade do Estado”. Para o cientista político e historiador, tratava-se de um símbolo que representava a força adquirida com a união. Essa simbologia foi criada de acordo com a metáfora de uma vara, a qual estando sozinha é frágil com mais probabilidades de ser quebrada, mas, ao ser unida e reforçada com outras varas em torno de uma haste central formando um único feixe, torna-se mais resistente e invencível. Konder (2009, p. 63) complementa que os machados “simbolizavam o poder do Estado de decapitar os inimigos da ordem pública. E as varas amarradas em redor do cabo constituíam um feixe que representava a unidade do povo em torno da sua liderança”. Sendo assim, o fascismo tem como essência a busca pelo poder e a união de seus adeptos.

O fascismo foi um fenômeno tipicamente europeu. No entanto, as ideias difundidas por esse sistema se espalharam para países fora do continente europeu. É um movimento político complexo que gera muito debate porque é dinâmico, pelo uso de diversas estratégias para obter e se manter no poder. É mutável, pois ele se adapta a diversas circunstâncias e contextos históricos, além de se apropriar de ideias de outras diferentes ideologias. Sendo assim, os novos movimentos fascistas, como também os comportamentos coerentes com essa política, sofrem algumas alterações para adaptar-se ao contexto político local e aos grupos que fazem seu uso. Por isso, o fascismo não pode ser caracterizado de uma maneira estanque, como algo fixo. Ao contrário, o fascismo, quando estudado, precisa ser analisado em seu desenvolvimento, nunca como um esquema ou um modelo rígido, com suas variantes na intensidade e no tempo. O fascismo é, logo, um fenômeno único e plural, simultaneamente. Há, ao mesmo tempo, um fascismo e vários fascismos. Por outro lado, há algumas características comuns entre os

¹⁰ Além das características citadas, havia uma na Alemanha nazista que não existia no fascismo italiano, o antisemitismo (VIANNA, 2018).

movimentos fascistas: o ódio aos inimigos, o desejo de poder e as ambições viscerais, as contradições¹¹, as irracionalidades e o interesse pela sujeição total de todos os seus cidadãos.

É possível observar algumas estratégias comuns na maioria dos grupos simpáticos às ideias fascistas¹² como, por exemplo, o passado mítico. Aqui reside a motivação maior dos fascistas. Eles pretendem resgatar uma versão idealizada do passado, tragicamente destruída, um período religiosamente, racialmente e culturalmente puro com muitas glórias, que somente existe no imaginário das pessoas que advogam na defesa desse regime. Como afirma Michel (1977, n.p.), “o fascismo repudia a época que o precedeu – proclama-se revolucionário – e procura os seus modelos num passado da nação mais ou menos mítico”. A intenção é gerar uma sensação de perda em relação ao passado que nunca existiu, transformar o presente e justificar mecanismos de intervenção no sentido de fazer uma reparação, por intermédio de práticas violentas.

Nesse sentido, torna-se fundamental para os fascistas criar uma cultura de memória que reflita somente seus valores e que os ponham em contato com os grandes efeitos e conquistas dos seus antepassados. Um passado é inventado para ser usado como “arma”, no qual a emoção da nostalgia é atrelada a uma escolha seletiva de fatos e eventos. Enquanto outras informações que podem prejudicar ou diminuir a honra dos fascistas são apagadas e levadas ao esquecimento. O interesse dos fascistas é manipular a verdade. Stanley (2018, p. 29) informa que “[...] a invenção de um passado glorioso inclui o apagamento de realidades inconvenientes. Enquanto a política fascista fetichiza o passado, nunca é o passado real que é fetichizado”. Em tal caso, o trabalho de apagamento do passado real extingue os erros cometidos em épocas anteriores e legitima a visão do passado etnicamente pura e virtuosa. Desse modo, os fascistas repudiam qualquer fato sombrio do seu passado.

O passado mítico oferece uma fuga da realidade, concede uma base, um senso de identidade histórica e funciona para estabelecer uma relação entre a nostalgia e a realização dos ideais fascistas. Stanley (2018, p. 21) explica que “a função do passado mítico, na política fascista, é aproveitar a emoção da nostalgia para princípios centrais da ideologia fascista: autoritarismo, hierarquia, pureza e luta”. Uma das mensagens retratadas no passado mítico construído consiste em dizer que o passado glorioso foi perdido ou esquecido pela humilhação

¹¹ Por exemplo, Hitler dizia antes da guerra que desejava a paz, mas, na verdade, ele estava se organizando para os confrontos armados.

¹² Stanley (2018) enumerou oito estratégias: o passado mítico, a vitimização, a hierarquia, a propaganda, o anti-intelectualismo, a lei e a ordem, a ansiedade sexual e *Arbeit Macht Frei*. Abordarei as três primeiras estratégias pelo motivo de serem mais cruciais à tese.

provocada pelo globalismo, liberalismo e pelo respeito aos “valores universais”, como a igualdade. Para os fascistas, esses valores prejudicam e enfraquecem a nação e são ameaças à sua existência.

No passado mítico construído, o homem deve ser viril, forte, habilitado para o comando, duro para si próprio e para os outros. “As suas qualidades dominantes serão a coragem, o espírito de disciplina” (MICHEL, 1977, n. p.). Nessa organização sexual, os fascistas abominam abertamente a homossexualidade, e, as mulheres, geralmente, são objetivadas, menosprezadas e tratadas como meras máquinas de reprodução e os apelos à virilidade e à masculinidade tornam valores sagrados e supervalorizados para os fascistas.

Há de se dizer, então, que os fascistas consideram que são vítimas de uma igualdade invasiva. Essa é a segunda estratégia do fascismo, a “vitimização”. Stanley (2018, p. 94) admite que “a política fascista se alimenta da sensação de vitimização e ressentimento causada pela perda do *status* hierárquico”. Um sentimento de perda é, portanto, manipulado na política fascista, transformando-o em vitimização e ressentimento para justificar atitudes de opressão.

Esse sentimento de vitimização e ressentimento está associado com o passado mítico, um período imaginário que nunca existiu, mas que funciona para criar expectativas irracionais de superioridade e emoções nostálgicas em relação ao passado e contribui também para direcionar a um grupo considerado como responsável pela perda do *status* hierárquico. Em outros termos, a política fascista converte a insatisfação em ódio ao estabelecer um inimigo que se transforma, pouco a pouco, responsável por todos os problemas de uma determinada coletividade.

Há uma perspectiva fascista de que esse sentimento de vitimização pode ser aliviado com a punição desse grupo. Mas, para isso acontecer, é necessário e importante, para os fascistas, a criação de inimigos para usar como “bodes expiatórios” como uma força unificadora que estimula o público a seguir as regras. É impossível superestimar a relevância dos inimigos para os fascistas. Os inimigos representam o ódio que eles têm do mundo, mas também essa hostilidade representa um elo necessário entre seus adeptos e o sistema político. Rees (2013, p. 94) comenta que, “conforme Hitler descobriu, é muito mais fácil para os líderes carismáticos se definirem por quem eles odeiam do que pelo que acreditam”. A propósito, sobre essa questão, Freud (2011) cita que o ódio a uma pessoa ou a um segmento social ou Instituição pode ter efeito unificador e provocador de laços afetivos semelhantes entre os membros de um grupo.

Dessa forma, um ou alguns inimigos são produzidos em um contexto social de tal modo que lhes são atribuídos os significados de perigosos, nocivos e inferiores. Diante dessa situação, é criada a ideia de que eles precisam ser segregados, dominados ou executados. Paxton

(2007, p. 72) reforça a ideia de que “os fascistas necessitam de um inimigo demonizado contra o qual mobilizar seus seguidores, mas, é claro, o inimigo não tem necessariamente que ser judeu. Cada cultura cria seu próprio inimigo nacional”. Então, os fascistas se colocam como “salvadores de uma causa social e política”. Entretanto, a intenção é promover a própria hegemonia e solapar a igualdade estabelecida democraticamente. Aliás, com muita frequência, os fascistas reivindicam a posição de protetores e salvadores de uma nuance social que consideram ter sido moralmente atingida. Na realidade, o sentimento de vitimização é utilizado como “arma” para ganho político e com o propósito de criar uma vitimização coletiva e uma noção de identidade do grupo fascista. Stanley (2018, p. 109) ressalta que “a identidade do grupo pode se basear em diversos elementos – na cor da pele, na religião, na tradição, na origem étnica. Mas é sempre contrastado com um ‘outro’”. Os fascistas criam um “eles” considerado perigoso, contra o qual os fascistas devem nos proteger, às vezes atacar, controlar, com o objetivo de restaurar a dignidade do grupo fascista.

Com isso, o passado mítico serve para concretizar uma política de hierarquia, na qual as pessoas que fazem parte do grupo fascista são convencidas de que elas são legitimamente excepcionais e que foram destinadas, por destino divino ou por natureza, a comandar as outras pessoas que não fazem parte do seu grupo. Essa é a terceira estratégia do fascismo, a “hierarquia”. De acordo com Seixas (2016), há uma ordem hierárquica de povos “dominantes” e “dominados” e os fascistas acreditam que pertencem ao primeiro grupo, ou pelo menos deveriam almejar essa posição, em virtude do seu passado glorioso. Diante disso, os líderes fascistas não se veem como criadores, mas como restauradores do poder e prestígio que gozavam no passado¹³.

A igualdade entre as pessoas é um elemento da democracia liberal que a política fascista tenta deslegitimar e combater. Sendo assim, a natureza é frequentemente invocada nos discursos e na escrita fascista. Os fascistas acreditam que a natureza estabelece hierarquias de poder e que a existência dessas hierarquias naturais de valor representa, naturalmente, uma maneira de obter e reter poder e que isso desfaz a obrigação de interpretar as pessoas iguais. Para eles, o princípio da igualdade é uma negação da lei natural e das tradições que colocam o homem, adulto, branco e heterossexual acima das mulheres, crianças, negros e dos homossexuais. Os fascistas defendem uma ideia de superioridade cultural, étnica, religiosa, de gênero, nacional e que o passado mítico legitima a sociedade dividida hierarquicamente como um fato imutável. Paxton

¹³ Hitler buscava recuperar o poder e o prestígio dos imperadores germânicos e Benito Mussolini, dos imperadores romanos.

(2007, p. 38) sustenta que o fascismo se baseia no “sentimento popular sobre as raças superiores, a injustiça de suas condições atuais e seu direito a predominar sobre os povos inferiores”. A hierarquia é, pois, um tipo de ilusão reconfortante de superioridade fabricada e explorada pelos fascistas, e a perda desse *status* hierárquico é vista como um reconhecimento igualitário que os colocam na mesma posição dos grupos considerados, por eles, como inferiores. Essa prática de “igualar” as pessoas é interpretada pelos fascistas como uma injustiça social e política terrível, pois, para esses indivíduos, os grupos minoritários devem: se curvar à maioria, aceitar a posição de dominados e sofrerem os mais terríveis atos de crueldade.

3.1 Sadismo, Crueldade e Sexualidade

Hitler acreditava que era possível criar uma raça superior com algumas características físicas, nas quais ele mesmo não se enquadrava, e considerava que o mundo era dividido entre poderosos e fracos. Para o ditador, se os poderosos não governam, então, esses ficam enfraquecidos. Os alvos foram as minorias sociais consideradas nocivas ao sistema e ao mundo.

Além disso, a oratória de Hitler estimulava as emoções em seu público e seu chicote era um símbolo de poder, crueldade e sadismo. Ao comparar os judeus a insetos e ratos, ao criar uma sensação de indignação coletiva, moralmente justificada, e ao dizer que seus inimigos deveriam ser destruídos e eliminados, ele proporcionou, aos seus seguidores, sentimentos de empoderamento e de energia libidinal. A palavra “Mito!” expressada várias vezes pelo público, que defendia o fascismo alemão, revela muito mais que uma admiração por um líder. Revela uma combinação entre três elementos: sadismo, crueldade e sexualidade, visto que o primeiro e o segundo elementos apontam para uma energia pulsional de anseios em dominar ou em infringir, ao outro, dor física ou emocional, e o terceiro, influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e não pode ser separado de outros aspectos da vida do ser humano.

Nessa perspectiva fascista, o mundo não pode ser constituído por pessoas livres e por igualdade. Ao contrário disso, enquanto uns são dignos de assumirem a condição de “dominadores”, outros devem ser “dominados” porque são interpretados como “inferiores”. Ademais, o sofrimento alheio e os antagonismos entre domínio e submissão, questões de poder e desamparo, prazer e desprazer fazem parte da realidade criada pelos fascistas.

Desse modo, a violência torna-se uma engenharia sofisticada e um elemento motivador de impulsos às emoções sádicas. Ao mencionar isso, constato que é importante descrever algumas ideias defendidas pelo escritor e filósofo, cujo nome inspirou o termo sadismo, o

Marquês de Sade (2013, 2018).¹⁴ Combinando narrativas filosóficas, fantasias sexuais, crueldade e sadismo, esse francês faz referências, em suas obras, a favor do uso da mulher e dos servos como objetos, da violação anal como forma de domínio sobre o corpo do outro, de orgias, de prazer sexual mesclado com tortura, de incesto, de assassinato e da pedofilia. Era um defensor da liberdade absoluta e do rompimento com as leis e com os valores estabelecidos pela moral cristã e pela monarquia.

Nos escritos do filósofo, o prazer surge da transgressão das leis, sugerindo que os homens não devem se submeter às normas geradas pelo Estado porque seria uma injustiça exigir que pessoas desiguais se curvem a leis produzidas para julgar todos como se fossem iguais. Com uma visão muito pessimista, Sade demonstra que o bem e o mal são mecanismos necessários para o equilíbrio da vida em sociedade e que não compensa ser virtuoso por causa de uma educação moralista ou por medo de regras jurídicas, pois a sociedade é essencialmente corrompida, composta por perversos que sempre ganham e que, por esses motivos, seria mais vantajoso seguir o mal. Em se tratando da moral cristã, Sade também foi um crítico feroz do cristianismo ao sustentar que a religião é incoerente com o sistema de liberdade, absurda e sem sentido ao evangelizar que as pessoas devem amar o próximo, da mesma forma como amam a si próprias. Somado a isso, ele defende que a religião incentiva a fé em um criador fantasma ridículo, falho e desprezível que é resultado dos medos e das fraquezas das pessoas.

Sob tal enfoque, a sociedade é naturalmente constituída por dominadores e dominados. Cada pessoa tem o seu lugar determinado no mundo, a liberdade é somente para alguns, isto é, só os ricos e poderosos podem ser livres. Assim, além de negar a igualdade democrática entre as pessoas, Sade coloca a crueldade como uma essência que faz parte da natureza humana. Portanto, para ele, o caminho mais adequado seria assumirmos a nossa crueldade para atingirmos as relações sociais e políticas mais autênticas. Em uma das suas obras, Sade (2019, p. 115) escreve,

É bom te informar, Thérèse – continuou o superior, mostrando-me os açoites, as varas, as fêrulas, os mourões, as cordas e milhares de outros instrumentos de suplício... –, sim, é bom que o saibas: fazemos uso desses instrumentos com as moças rebeldes; [...] De resto, o que terias para pedir aqui? A equidade? Não a conhecemos. A humanidade? Nosso único prazer é o de violar suas leis. A religião? Ela não significa nada para nós, nosso desprezo por ela cresce à medida que mais bem a conhecemos; os pais... os amigos... os juízes? Nada disso existe nestes lugares, minha filha; encontrarás aqui apenas egoísmo, crueldade, devassidão e a mais declarada impiedade. A mais completa submissão é, então, teu único destino.

¹⁴ Donatien Alphonse-François, o Marquês de Sade (1740-1814), foi um autor que trouxe à luz (em pleno Iluminismo) a violência do erotismo em suas variadas formas de transgressão.

Nesse contexto de crueldade e egoísmo, o autor relacionou esses aspectos ao campo do prazer e da sexualidade humana, propondo que a sexualidade pode ser manifestada por meio do prazer de uns e pelo terror de outros e que a natureza concede o direito de os dominadores expressarem seus desejos e vontades. Por essa razão, Sade preconiza que leis devem ser produzidas para obrigar as mulheres e os jovens a se submeterem aos anseios de quem os deseja, sendo a violência e a brutalidade um dos resultados desse “direito”. É desse modo que o filósofo propõe o direito de propriedade sobre o gozo, independentemente dos efeitos vantajosos ou prejudiciais que esse prazer pode acarretar nos objetos de dominação. Ainda, Sade (2013) afirma que: os homens dependem do desejo; é indiferente gozar de uma moça ou rapaz; o “cuidado” com a idade é desnecessário, uma vez que não convém aos dominadores saber o que sente o objeto condenado pela natureza aos desejos do outro; jovens, desde a tenra idade, demonstram o gosto pela sodomia.

Levando em consideração os dados anteriores, é possível estabelecer algumas conexões entre Sade e o fascismo. Por exemplo, Hitler apresentava referências aos deuses do paganismo¹⁵ e uma retórica anticristã, da mesma forma que Sade. Apesar de muitos nazifascistas terem sido criados na religião católica, muitos líderes manifestavam sua aversão ao cristianismo. Existia uma campanha realizada pela Propaganda nazifascista que pregava o cristianismo como a religião errada para a Alemanha e como um tipo de “invenção de cérebros doentes”.

O ditador também apostava na subordinação das massas alemãs e no desejo de essa população ser dominada por um líder dominador considerado forte e poderoso. Nessa situação, tanto a dominação quanto a submissão fazem parte da natureza humana, e a ideia de consentimento é politicamente manipulada para justificar a exploração, a crueldade e as práticas eugênicas. Jeffreys (1993) descreve a orientação sadomasoquista de Hitler em seus discursos proferidos aos cadetes do exército alemão em 1942, ao declarar que as massas desejam brutalidade, tortura e um terror “emocionante”. Nesse contexto, o ódio aos judeus, incentivado por Hitler, contribuía para uma “identificação” e uma adesão dos alemães ao fascismo, sugerindo a existência de uma conexão ou de laços afetivos. Freud (2011) assinalou que isso é possível quando pessoas assumem certas características ou a imagem do outro nelas.¹⁶

¹⁵ Os nazifascistas acreditavam em um passado mítico, no qual eles eram descendentes diretos dos antigos povos guerreiros germânicos. A religião desses povos era o paganismo. Isso significa dizer que as pessoas cultuavam deuses ligados à natureza. Era uma religião politeísta.

¹⁶ A pré-condição ímpar mais importante para a criação do carisma de Hitler era sua habilidade de se conectar aos sentimentos, esperanças e desejos de milhões de seus companheiros alemães. Na essência dessa natureza residia o poder de seu carisma (REES, 2013, p. 111).

Outro ponto existente em Sade e que é possível encontrar no fascismo é a crueldade e o sadismo. A perseguição nazifascista e o tratamento concedido aos judeus representaram um sistema cruel e desumano que sintetizava o conjunto de todas as perversões possíveis jamais vistas antes. Uma violência patrocinada pelo Estado em escala sistemática. Com a tentativa de controlar e proibir que certos segmentos pudessem transmitir características “ruins” aos seus descendentes e a imposição e o desejo de exterminar da face da Terra os grupos considerados degenerados e impuros, práticas eugênicas foram executadas. Entre as práticas, Roudinesco (2008) cita: escravidão, torturas psíquicas e corporais, tonsura de cabelos, afogamentos, estrangulamentos, fuzilamentos, eletrocuções, humilhações, aviltamentos, estupros, sevícias, degradações, vivissecação, desnutrição, violências sexuais, esterilizações, proxenetismo e experimentos médicos. Segundo a autora, essas práticas genocidas não tinham por objetivo apenas a eliminação de todos os segmentos ditos “impuros” do gênero humano, mas também a fabricação do “prazer extraordinário”.

A juventude não passou ilesa nesse período. Os nazifascistas despojaram os jovens de sua infância e adolescência inserindo-os em um sistema marcado por preconceito, ódio aos diferentes, papéis de gênero estereotipados e rígidos, sofrimento, destruição e guerra. Na *Juventude Hitlerista* (JH), eles passaram por um processo de “embrutecimento” no qual era dada uma ênfase significativa à habilidade física, à competição e atos de violência e agressividade. Evans (2014, p. 326) destaca que, “no treino de ‘boxe’, fazia-se questão de dispensar regras ou precauções: ‘Quanto mais sangue os rapazes veem jorrar nessas ocasiões, mais entusiasmados ficam’”.

Isso facilitou o envio de recrutas da JH para o combate durante a II Guerra Mundial, em 1943 e no início de 1944. Kater (2004) pontua que, na guerra, os jovens não compartilhavam cigarros como os soldados adultos, mas sim doces, e que os nazifascistas destruíram a moralidade tradicional, enquanto afirmavam defendê-la e tornaram os jovens cúmplices de crimes do Estado contra a humanidade. Além disso, no mesmo caminho, Lewis (2019) ressalta que milhares de jovens foram transformados em modelos nazifascistas e foram mortos na linha de frente em ataques de guerrilha contra as tropas aliadas, conforme esses avançavam e entravam na Alemanha, em 1945. E aqueles que sobreviveram, descobriram no final da guerra, que foram conduzidos a acreditar em sonhos de grandeza que nunca se realizaram e a esperar um futuro glorioso que se transformou em pó de um desastre total.

Os jovens que estavam do outro lado da doutrinação – crianças e adolescentes judeus, ciganos, anões e deficientes – foram fuzilados ou enviados diretamente para as câmaras de gás. Os líderes nazifascistas eram indiferentes a esses assassinatos de jovens em massa, pois

acreditavam que a maior parte das crianças dos guetos eram improdutivas por serem pequenas e fracas e, portanto, “consumidoras inúteis de comida” e “indignas de viver” quando apresentavam deficiências. Muitos jovens foram usados em experiências médicas cruéis. Josef Mengele¹⁷ era chefe do serviço médico do campo de concentração de Auschwitz (Polônia) entre 1943 e 1945. Ele usou prisioneiros como cobaias humanas em experimentos pseudocientíficos, com os quais buscava provar suas teses sobre a superioridade da raça ariana. Com um apreço considerável e uma obsessão por uma ciência sádica, Mengele, em certos dias, entregava bombons aos jovens, levando-os para passear em seu automóvel. Muitas crianças adoravam Mengele, “tio Pepi”, como o chamavam. Após seduzi-las, entregava-se às suas pesquisas, torturando-as e matando-as, não tendo qualquer sentimento e nem respeitando o sofrimento de suas vítimas. Havia nele uma confusa dualidade de afeto e crueldade/sadismo. Nesse caso, o desejo em obter novos conhecimentos ficou acima do respeito e dos direitos humanos. Aprendemos com a História e a ciência que devemos impor limites em pesquisas, quando estas envolvem seres humanos. As pesquisas devem ser administradas com respeito e com o consentimento dos envolvidos. O nosso ímpeto por novas descobertas não deve ultrapassar o limite do aceitável e devemos valorizar o bem e zelar pela liberdade das pessoas.

E, ao escrever sobre liberdade, dentre as crianças vítimas do Holocausto, Anne Frank tornou-se um ícone desse período e um símbolo do horror do século XX.¹⁸ Frank (2019, p. 220) narra suas memórias: as dificuldades de uma jovem vivendo em um contexto de perseguição, violência e crueldade; os elementos tão importantes na fase da adolescência, sonhos e esperanças; e finaliza dizendo que apesar de tudo, ela ainda acredita na bondade humana.

“No fundo, a adolescência é mais solitária do que a velhice”. Encontrei essa frase num livro e memorizei porque achei verdadeira. Nossa vida aqui é mais difícil de suportar para os adultos do que para nós? Não, com certeza não! As pessoas com mais idade já têm opiniões formadas sobre todas as coisas e já não vacilam, não hesitam perante as dificuldades da sua vida. A nós, os jovens, é difícil ficarmos firmes nos nossos pareceres por vivermos numa época que se mostra pelo seu lado mais horroroso, em que se duvida da verdade, da justiça,

¹⁷ Josef Mengele morreu em 1979 afogado, em Bertioga, no litoral paulista, depois de permanecer um longo período em fuga por vários países (POSNER e WARE, 2019).

¹⁸ Quando completou 13 anos, Frank ganhou um caderno de capa dura, que naquela época era utilizado para colecionar autógrafos. Assim que viu o presente, Anne Frank teve a ideia de usá-lo como um diário. A adolescente escreveu seu diário enquanto estava escondida com sua família e um grupo de desconhecidos no sótão de um armazém em Amsterdã, na Holanda, um anexo secreto, durante a ocupação nazifascista. Frank inventou uma amiga imaginária chamada Kitty e passou a escrever cartas para ela, descrevendo tudo o que se passava na sua cabeça: as confidências de uma adolescente, sobre a própria sexualidade, sua visão de mundo, os acontecimentos do cotidiano e sua consciência política da época. Acionada por uma denúncia anônima, os nazifascistas descobriram o anexo secreto onde estavam Anne e sua família Frank, em agosto de 1944, e os levaram para o campo de Auschwitz. Anne Frank e sua irmã Margot morreram de tifo no campo em 1945.

de Deus! Aquele que afirmar que os mais velhos sofrem mais aqui no Anexo do que nós, os jovens, não sabe ver até que ponto os problemas desabam sobre nós, problemas para os quais talvez ainda não tenhamos idade, mas que se impõem de um modo violento. [...] Eis a dificuldade do nosso tempo: mal começam a germinar em nós ideais, sonhos, belas esperanças, logo a realidade cruel se apodera de tudo isso para destruir tudo totalmente. É por milagre que eu ainda não renunciei a todas as minhas esperanças, na verdade tão absurdas e irrealizáveis. Mas eu agarro-me a elas, apesar de todos e de tudo, porque tenho fé no que há de bom no homem.

Seu diário representava para Frank um espelho e a necessidade de falar, um ato de resistência e uma fonte de memória. A adolescente se recusava a parar de lembrar, de ter esperança, e suas palavras continuam sendo um alerta para o mundo e um legado poderoso. Sendo assim, cada dia que passa, o Holocausto se distancia cada vez mais no tempo, mas, mesmo assim, temos que sempre fazê-lo presente¹⁹. O nosso desejo de seguir em frente deve ser equilibrado com a necessidade de lembrar. Nesse ponto, a memória é fundamental. Não podemos esquecer das pessoas que morreram em decorrência das condições desumanas a que foram submetidas e para que os atos de crueldade nunca se repitam. É fundamental ensinar à juventude a importância de vivermos em harmonia com outros diferentes de nós e que não precisamos tirar direitos dos outros para nos autoafirmar. Todas as pessoas têm o direito de viver uma vida digna com liberdade e respeito.

Ademais, o fascismo e os atos de preconceito e crueldade não são fenômenos restritos ao passado. A nossa sociedade ainda está repleta de ódio racial, homofobia e discriminação a tudo que é diverso. As crenças deturpadas de que uma pessoa é inerentemente superior à outra em virtude do sexo, da orientação sexual, da religião, da cor da pele, da nacionalidade e por pertencer a um tipo de família (a tradicional) ainda predominam em nossa sociedade e as guerras travadas em função delas. Por esses motivos, nos dias de hoje, os grupos políticos de extrema-direita, em alguns países, com seus movimentos de reinvenção, transformação e com traços fascistas evidentes merecem a nossa reflexão e avaliação. Não podemos tolerar o que antes era intolerável, fazendo parecer que é assim que as coisas sempre foram como, por exemplo, o culto à violência, o enaltecimento e a comemoração do golpe civil-militar de 1964 como um passado mítico glorioso, a defesa de tortura e a desconsideração pela memória das pessoas que vivenciaram o horror e o trauma nos “Anos de Chumbo”. Em vista disso, Stanley (2018, p. 181) adverte que:

¹⁹ 27 de janeiro é o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto. Essa data, em 1945, marcou a libertação dos judeus do maior campo de extermínio, Auschwitz-Birkenau, e o fim do Holocausto. Trata-se de uma data especificada para lembrar do genocídio cometido pelos nazifascistas e seus adeptos que ceifou a vida de milhões de pessoas na primeira metade do século XX.

A palavra “fascista” adquiriu um matiz de extremismo, como se fosse alarme falso. A normalização da ideologia fascista, por definição, faria com que as acusações de “fascismo” parecessem uma reação exagerada, mesmo em sociedades cujas normas estão se transformando com base nessas linhas preocupantes.

Diante disso, acredito que é sempre importante abordar o fascismo e os problemas sociais decorrentes que podem surgir quando uma sociedade flerta com os pensamentos fascistas como, por exemplo, a construção de uma masculinidade associada com brutalidade. Nesse sentido, convém lembrar que a brutalidade arbitrária dos guardas nazifascistas refletia, em parte, a brutalidade e o sadismo de seu próprio treinamento na SS. Um doutrinação ideológico e militar que enfatizava, principalmente, a necessidade de dureza diante dos inimigos da “raça alemã”. Para garantir a eficiência e a duplicação das condenações à morte, das humilhações, das punições e das torturas, os guardas explicitamente perversos eram promovidos. Trata-se, aqui, de uma sexualidade na qual a masculinidade é estruturada como força política, prática de dominação e forma de exercer o poder sobre as outras pessoas, em forma de violência. Considerando esses aspectos, torna-se relevante entender a masculinidade fascista e a sua relevância para o regime.

3.2 O Homem Fascista

A masculinidade foi — e ainda é nos dias atuais — um elemento essencial no regime fascista da primeira metade do século XX. Na época, os fascistas visavam criar um “novo homem” como símbolo do Estado, englobando traços de disciplina, autocontrole, virilidade e agressividade como expressões de uma masculinidade perfeita para os “arianos”. Havia, no entanto, um temor relacionado com uma perda de virilidade pelo espectro da decadência nacional.

Para compreender isso, é necessário explicar como a masculinidade foi ameaçada durante a República de Weimar (1918-1933). Não somente na Alemanha, mas em toda a Europa, as mulheres tiveram níveis de autonomia sem precedentes. Evans (2003) afirma que, durante a Primeira Guerra Mundial, a emancipação das mulheres foi uma transformação social evidente. Elas ingressaram nos postos de trabalho e assumiram as rédeas da produção de armas, passaram a fumar, beber e dançar, provocativamente, em público e adotaram roupas masculinas em seus guarda-roupas. Essa nova liberdade das mulheres foi interpretada como uma ameaça significativa pelo mundo masculino, e os homens projetaram narrativas que descreviam as

próprias percepções sobre a perda de oportunidades de trabalho e de autonomia social. Outra modificação no papel tradicional do gênero feminino ocorreu no início da República de Weimar, com o recebimento oficial do direito de voto. O sufrágio garantiu o empoderamento político das mulheres e que suas vozes fossem ouvidas fora dos limites da esfera privada e familiar. Para os fascistas, essas mudanças representaram a decadência cultural da sociedade alemã. Além disso, com o resultado da Primeira Guerra Mundial desfavorável, os homens sentiram-se enfraquecidos com uma espécie de “castração metafórica” (GRUBIN, 1993; STIBBE, 2003).

Os fascistas alemães rejeitaram todas essas mudanças. Eles prometeram pautas morais na campanha do partido e trabalharam, durante o regime, para o retorno dos papéis tradicionais de gênero, com a volta das mulheres aos lares, e para a reversão dos homens como o sexo dominante. Por isso, a masculinidade era tão importante dentro do sistema, visto que os líderes nazifascistas precisavam de homens dominantes para propagar a ideologia de Hitler com o argumento de proteger a nação. Dessa forma, o governo forneceu uma exibição pública, muito convincente, de uma imagem masculina como uma marca de hegemonia. Sendo assim, vale citar a obra de Connell (2005) sobre masculinidades. A autora concebe o gênero masculino no sentido plural, ou seja, para ela, existem múltiplas masculinidades que podem ser definidas de maneira relacional e comparativa entre uma considerada hegemônica com o odiado gênero feminino, mas também com as masculinidades cúmplices, subordinadas ou marginalizadas como o negro, o homossexual, o pobre, o deficiente e o judeu. Assim, esse contexto engloba conflitos sociais e refere-se a uma dinâmica cultural pela qual um grupo reivindica e mantém uma posição de liderança na vida social. Connell (2005, p.77) expõe o conceito de masculinidade hegemônica.

Num determinado momento, uma forma de masculinidade, ao invés de outras, é culturalmente exaltada. Masculinidade hegemônica pode ser definida como uma configuração de prática de gênero que incorpora a resposta atualmente aceita ao problema da legitimidade do patriarcado. O qual garante (ou é levado a garantir) a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres.

Para reivindicar essa posição de hegemonia, os fascistas aderiram à ideia de criar um “novo homem” que funcionaria como um símbolo do Estado. Para tanto, eles redefiniram noções de masculinidade e de virilidade e passaram a perseguir judeus, negros e homossexuais. Desse modo, o antissemitismo, o racismo e a homofobia foram políticas de Estado cruéis e arbitrarias que visavam tornar as pessoas, que não faziam parte do regime, inferiores ou anormais. Os judeus, os negros e os *gays* eram rotulados como inimigos do Estado e antítese

do ideal masculino, por serem considerados incapazes de manifestar características viris e valores dos nazifascistas. Discursando sobre a homofobia e a produção de virilidade, Borrillo (2010, p. 89) aponta que,

Em vez de ser obtida automaticamente, a virilidade deve ser construída, digamos, fabricada. O homem é, portanto, uma espécie de artefato e, como tal, ele corre sempre o risco de ser defeituoso. A carência, mais grave, do maquinismo destinado a fabricar a virilidade é a produção de um veado [*pédé*]. Ser homem significa ser rude (e até mesmo grosseiro), competitivo, bagunceiro, ser homem implica menosprezar as mulheres e detestar os homossexuais. O caráter mais evidente da masculinidade permanece a heterossexualidade [...]. Fortalecer a homofobia é, portanto, um mecanismo essencial do caráter masculino, porque ela permite recalcar o medo enrustido do desejo homossexual.

Com o intuito de erradicar as ameaças dentro da Alemanha nazista, a imagem de Hitler foi usada como um exemplo de masculinidade perfeita para o povo alemão e de renovação para a pátria. Seu perfil agressivo, destemido e viril foi instrumentalizado de modo a garantir a masculinidade hegemônica e o futuro do regime (KERSHAW, 2001). Aliás, é necessário informar que essa ideia de masculinidade foi criada na segunda metade do século XVIII e início do XIX, na Europa. Com a ascensão da burguesia, Mosse (1996) revela que foi criado um padrão de masculinidade, influenciado pelos padrões de moralidade e comportamentos da época, atrelado a uma série de atributos almejados pelos burgueses. O Estado alemão fascista reforçou essa concepção de masculinidade associada com aptidão física, resistência, força, coragem, beleza física, honra viril, autocontrole e dever.

A vida pública e cotidiana foi impregnada de símbolos e significados vinculando virilidade, poder e agressividade como elementos concedidos pela natureza. Nesse contexto de brutalidade, os homens foram obrigados a incorporar e liberar, ao mesmo tempo, agressividade e virilidade por meio da violência banalizada. Jablonka. (2021) ressalta que os regimes nos anos 1930 difundiam uma iconografia viril ligada à regeneração do Estado e o rigor e o mito de homem novo justificavam os crimes cruéis, sendo a agressividade apenas o prolongamento de seu desejo ou a expressão de sua masculinidade. Dessa maneira, um tipo de masculinidade foi usado como símbolo nacional determinante no Terceiro Reich, uma vez que o homem soldado não tinha medo de enfrentar a morte e estava disposto a se sacrificar pelo bem da pátria. Para tanto, a “camaradagem” entre homens, ou melhor, o vínculo entre eles, era valorizado, considerado a base do Estado e acompanhado por um tom moralista.

Torna-se oportuno mencionar que havia uma tensão entre o aspecto guerreiro de sua identidade, enquanto propósito de servir ao Estado, e o confinamento na vida familiar. Em

outros termos, o homem, ao ingressar nas organizações partidárias, enfrentava o dilema de viver em conformidade com as crenças fascistas relacionadas à masculinidade e também honrar sua obrigação de constituir uma família e gerar descendentes racialmente puros. Mosse (1996) assinala que a tensão era resolvida subordinando mulheres e crianças ao domínio masculino. O autor escreve que cada membro tinha seu lugar predeterminado na família e, embora o homem tivesse a função de contribuir para a expansão da raça ariana, ele estava a serviço de uma causa maior, proteger a pátria e promover a disseminação da ideologia nazista. No caso das mulheres, elas eram necessárias na ideologia pró-natalista e na casa ensinando e criando os filhos de acordo com as concepções fascistas. Entretanto, apesar de haver essa tensão, os movimentos partidários elogiavam a instituição familiar como uma das bases do Estado fascista.

Posso acrescentar que havia uma outra tensão, mas, antes disso, torna-se necessário pontuar que existia uma ligação entre o fascismo alemão e a Grécia Antiga. Mosse (1996) destaca que o ideal ariano era comparado com o grego antigo que representava um equilíbrio saudável entre a mente e o corpo. Segundo essa idealização, a raça ariana teria parado na Grécia em seu percurso para o norte da Europa e, nesse processo, havia levado consigo tudo o que havia de melhor da civilização grega. Conseqüentemente, o ideal de beleza, como símbolo nazista, era de inspiração grega, e o jovem nu com o corpo grego representava o período fascista.

Contudo, essa especulação estética sobre a beleza humana tornou-se consciente nos fascistas e provocou outra tensão no movimento. Como conciliar, nas imagens disseminadas publicamente, delicadeza e um aspecto tão relevante para o regime, respeitabilidade? Além disso, tal ênfase depositada na beleza do corpo masculino e no vínculo entre homens não poderia transformar seus soldados robustos em indivíduos não masculinos ligados ao homoerotismo, isto é, converter o tipo idealizado em seu contratipo? Mosse (1996) relata que as soluções para essas questões foram: 1) produzir, especificamente, uma iconografia de seus jovens nus, antes de exibi-la ao público. De forma abstrata, os jovens eram apresentados com a pele sem pelos, lisa e bronzeada, o corpo era transparente, com poucos traços individuais e sem qualquer apelo ou conotação sexual; 2) impor a diferença entre o vínculo masculino estimulado dentro da SS e as amizades carregadas de erotismo, punir os contatos entre homens, mesmo quando estivessem completamente vestidos, e executar os soldados condenados por homossexualidade.

Essas foram as maneiras encontradas para disseminar a ideia de que os fascistas eram respeitáveis e um jeito de associar um tipo de masculinidade com força política. Do mesmo modo, a *Gaie France* utilizou a beleza masculina impregnada de símbolos e significados. A

revista também criou uma aproximação com a cultura grega antiga, sobretudo, os jovens eram retratados ao lado de estátuas gregas. Ademais, o meio de comunicação mesclava a masculinidade grega antiga e a masculinidade fascista no mesmo homem, tornando esse ser um símbolo de poder na *Gaie France*, no início da década de 1990. Na revista, essa masculinidade também foi associada com o rito de passagem para vida adulta e determinadas práticas sociais mais contemporâneas para justificar a dominação de jovens. Por esse motivo, é importante analisar o tema “masculinidade” por outros ângulos da literatura e, mesmo sabendo que existem múltiplas masculinidades, torna-se fundamental focar naquela vista como hegemônica pelo sistema patriarcal.

4 PODER, MASCULINIDADE E DOMINAÇÃO DE JOVENS

Apesar de existir uma visibilidade menor nos debates políticos, a violência não é uma ameaça apenas para as mulheres. As crianças e os adolescentes também são marcados por fatores como desigualdade de poder e dominação masculina. Não faltam exemplos nos noticiários. Na hierarquia familiar, os menores de idade ocupam a última posição, sendo alvos de diferentes tipos de abusos e negligências, sobretudo, porque a violência é produzida no interior das relações de poder, muitas vezes no próprio ambiente familiar, visando o controle e dominação das pessoas que têm uma parcela menor de poder. Diante disso, é indispensável examinar o poder, enquanto ação executada em relação à outra ação numa relação entre indivíduos, e sua capacidade de produzir um modelo de masculinidade propenso a fazer uso de dominação e exploração contra jovens.

O modelo de masculinidade dominante e patriarcal é um fenômeno perpetuado por muito tempo na memória das pessoas em forma de normas, valores e comportamentos como elementos inatos e imutáveis nos homens. Nesse sentido, Nascimento, Gomes e Rebello (2009, p. 1152) explicam que a masculinidade pode ser entendida como “um conjunto de atributos, valores, funções e condutas que se espera que o homem tenha numa determinada cultura”. Esse pacote de informações é recebido pelos homens sem questionamento porque é dado como natural.

Essa naturalidade está marcada pelo *Habitus* que surge com a interação, entre o processo de socialização e o sujeito, nos diferentes campos sociais. Bourdieu (2012) defende que o *Habitus* é um conhecimento adquirido, a maneira como as pessoas compreendem a própria realidade ou a própria “visão de mundo” ou pode ser descrito como um conjunto de sistemas de esquemas de percepção, pensamento e ação que operam sem a necessidade de o sujeito social raciocinar para se orientar e se situar nas diferentes situações do cotidiano.

Esse conhecimento que perpetua uma masculinidade condizente ao sistema patriarcal é também uma forma de exercer dominação e poder. Diante disso, é oportuno que nos lembremos de Foucault (1979) ao afirmar que o poder não é um objeto que se possa ser apropriado ou ser encontrado, exclusivamente, nas mãos do Estado, mas sim algo que flui e circula nas relações sociais. Isso significa dizer que estamos emaranhados em uma malha de micropoderes e que não é possível permanecer fora das relações de poder. Somado a isso, o autor declara que o poder é produtor, no sentido de que produz diferentes elementos: subjetividades, modos de agir e pensar, de se comportar, de desejar, de lembrar e esquecer. Ou

seja, o poder constrói as pessoas e o conhecimento. A abordagem de Foucault (2014, p. 189) ajuda-nos a entender isso,

[...] temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “mascara”, “esconde”. Na verdade, o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção.

Nesse contexto, os homens são inseridos em um processo de socialização e de educação, no qual recebem desde a infância, mensagens, valores e normas que direcionam eles para um processo relacional, contínuo, frágil e vigiado, pois a pessoa adota uma postura vigilante face a si próprio e em relação aos comportamentos de outras pessoas, interpretados como marcadores da masculinidade. Sendo assim, o gênero não é dado *a priori*, não faz parte da natureza e, por outro lado, posso considerá-lo como uma fabricação ou atuação. É nessa atuação que a pessoa expõe os mecanismos culturais que fabricam essas supostamente unidades de gênero. Segundo Butler (2015, p. 69) o gênero é “[...] um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser”. Isso sugere que o gênero é uma performatividade, uma ação ou prática cultural.

A função da linguagem é mais um ponto importante em relação ao gênero. Os aspectos das experiências de gênero são produzidos de acordo com o poder patriarcal para funcionarem enquanto elementos naturalizados e legitimados. Butler (2015) combate o feminismo tradicional – movimento esse que defendia uma forma de ser masculino e feminino, o que nos conduziria a uma forma binária de ser – e destaca que a “linguagem é investida do poder de criar ‘o socialmente real’ por meio dos atos de locução dos sujeitos falantes” (BUTLER, 2015, p. 200). Na realidade, não existe a pessoa antes do discurso, homens e mulheres estão condicionados ao discurso, e a masculinidade e a feminilidade se constroem a partir de uma prática discursiva e de repetição. Por isso, as práticas sociais são atos de efeitos performativos que as pessoas acreditam adquirir ao nascer, ou seja, seria uma essência baseada na própria anatomia.

Dessa forma, a encenação de masculinidade e virilidade são atos performativos ou uma imitação do próprio gênero, não existindo um original. Explicando mais especificamente, quando o homem afirma ou acredita possuir virilidade e poder de dominar outras pessoas, ele está dizendo que esses atributos são indícios de ser homem. O fato é que o discurso nomeia e tem poder. Logo, o sujeito, rotineiramente, repete para si e para os outros o que ele deve fazer

para ser reconhecido como homem e tenta se adequar a determinados atributos para ser considerado dessa maneira. Nessa dimensão performática, a masculinidade, na maioria das vezes, é identificada com a heterossexualidade como algo normal e natural. Em outras palavras, a masculinidade é fruto da matriz heteronormativa.

A masculinidade hegemônica é, paulatinamente, inserida no processo de socialização. Os homens aprendem que é necessário desenvolver atos de coragem. Essa atitude é, na verdade, um medo de perder a estima ou a consideração do grupo ao ser remetido à categoria feminina e ao ser chamado de “delicado”, “mulherzinha”, “veado” e “fraco”. Como afirma Welzer-Lang (2001, p. 462), para ser homens de verdade é preciso “combater os aspectos que poderiam fazê-los serem associados às mulheres”. Trata-se, portanto, de um paradoxo no qual é possível entender que os “atos de coragem” nos homens têm, em suas raízes, uma forma de covardia com base no medo viril de ser excluído do universo dos homens sem fraquezas (BOURDIEU, 2012). Dessa forma, é fundamental, no sistema patriarcal, que os homens não sejam associados às mulheres. O feminismo torna-se um inimigo central e interior que o homem deve exterminar. Caso contrário, ele será visto pelos outros e tratado como alguém que possui as mesmas características das mulheres.

Outro aspecto importante do poder patriarcal, presente no processo de socialização e de transformação dos corpos, diz respeito à crença de que os homens devem ser dominadores. “Os ‘homens de verdade’, segundo as expectativas da masculinidade patriarcal ocidental, devem ser capazes de dominar outros homens e todas as mulheres” (HUGGINS, HARITOS-FATOUROS e ZIMBARDO, 2006, p. 172 e 173). Nessa visão, é atribuída grande relevância à sexualidade nos comportamentos dos homens como se estes fossem essencialmente sexuais. Com esse modo de ver o mundo, os homens aprendem que são constituídos de poder e que devem ser dominadores de outros seres humanos.

A expressão de poder e da virilidade acontece porque o falo representa um conjunto de elementos, um símbolo supervalorizado. A cultura patriarcal transformou o pênis, o órgão concreto, em falo, ou seja, em um artifício constituído de um valor simbólico de poder, fertilidade, virilidade, autoridade, dominação, força e potência, uma representação concreta da masculinidade, sempre presente metaforicamente no nosso cotidiano.²⁰ Dessa forma, foi criado, como sustenta Trevisan (1998, p. 50), uma dramática confusão, na qual “para o macho, qualquer perda ‘implica a perda do falo’ – seja com dinheiro, propriedades, no amor, com a mulher, com

²⁰ A rigor o falo é uma reprodução de poder, que no mundo patriarcal se relaciona ao pênis, mas, isso não é pressuposto, pelo menos na teoria psicanalítica.

os filhos, na sua posição profissional, em influência social”. Em razão disso, a cada perda, o homem se sente impotente e menos masculino.

Nesse mundo de dominação patriarcal, o sexo e os comportamentos masculinos tornam-se uma maneira de expressar poder e de se afirmar como homem, isto é, uma vantagem que precisa ser expressada a outros indivíduos do mesmo sexo. Para o homem, ser viril é ter poder. Ele aprende a se orgulhar, exibir, desfrutar, vangloriar a própria sexualidade e impor, publicamente, uma virilidade que contempla um aspecto ético e o aumento da honra associada à virilidade física. Essa “força” precisa ser reconhecida e validada pelos outros indivíduos masculinos que fazem parte do grupo referencial de “verdadeiros homens”. Trevisan (1998) defende que a virilidade é fabricada de acordo esse referencial, uma figura que é ilusória e utópica, na qual o homem precisa atingir, por meio de obrigações e provações, para provar que também é um. Bourdieu (2012, p. 67) acrescenta que a virilidade é um conceito “eminente relacional, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo”. Nesse caso, os homens são ensinados que precisam afirmar para si e para o outro tudo que é representativo à masculinidade e comprovar por meio de provas de potência sexual. Bourdieu (2012, p. 65 e 66) destaca que:

Inúmeros ritos de instituição, sobretudo os escolares ou militares, comportam verdadeiras provas de virilidade, orientadas no sentido de reforçar solidariedades viris. Práticas como, por exemplo, os estupros coletivos praticados por bandos de adolescentes — variante desclassificada da visita coletiva ao bordel, tão presente na memória dos adolescentes burgueses —, têm por finalidade pôr os que estão sendo testados em situação de afirmar diante dos demais sua virilidade pela verdade de sua violência, isto é, fora de todas as ternuras e de todos os enternecimentos desvirilizantes do amor, e manifestar de maneira ostensiva a heteronomia de todas as afirmações da virilidade, sua dependência com relação ao julgamento do grupo viril.

Há, portanto, uma relação construída entre masculinidade e poder. Isso pode ser observado em imposições de papéis nas relações sexuais nas quais o homem é sempre o protagonista e o outro(a) é o objeto de desejo, nos movimentos e nas posições, em cima ou embaixo, ativo ou passivo – penetrante e penetrado sexualmente, respectivamente – são revestidos de significação pelo poder. São circunstâncias que descrevem o ato sexual como uma relação de dominação, ou seja, dominar significa submeter a seu poder o sexo mais “fraco”, “possuir”, “abusar” e se “apropriar” no sentido de “posse”. Por exemplo, a ação para o alto, a ereção e a posição superior nas relações sexuais são concebidas pelos homens como formas de dominação e relacionadas ao masculino. Sendo assim, o desejo na relação sexual é

“estruturado” e “estruturante” pelo poder patriarcal com um significado relacional que determina um sentido de agência ou causa. Esse princípio, de acordo com Bourdieu (2012, p. 31):

[...] cria, organiza, expressa e dirige o desejo – o desejo masculino como desejo de posse, como dominação erotizada, e o desejo feminino como desejo da dominação masculina, como subordinação erotizada, ou mesmo, em última instância, como reconhecimento erotizado da dominação.

É nessa conjuntura de dominação que a violência se constitui contra crianças e adolescentes, uma vez que eles são as pessoas mais vulneráveis da hierarquia social. Diante disso, a violência pode ser considerada como uma relação de forças descrita por um lado pela dominação, exploração e opressão e, por outro, pela coisificação, ou seja, uma prática social que compreende o ser humano como uma espécie de objeto. Chauí (1985, p. 35) fornece mais dados a respeito da violência a partir desses dois ângulos:

Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa.

É assim que a violência sexual contra jovens ocorre quando é estabelecida uma relação assimétrica de poder e quando eles não são reconhecidos como “sujeitos de direitos”. Acredito que a relação entre a ideia construída socialmente de masculinidade e violência pressupõe que o processo de socialização do papel de gênero masculino contribui para a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Desde a infância, as crianças aprendem quais são as expectativas, ações e comportamentos tradicionalmente e habitualmente associados aos meninos e as meninas no cotidiano. Nesse processo, ocorre o incentivo de atitudes nos meninos, por meio de esportes, jogos e brincadeiras de luta, tidas como representações sociais naturais da masculinidade entre as quais posso citar: energia, força, coragem, liderança, autonomia, competitividade, habilidade para o combate e, até em certo ponto, uma agressividade, observada quando os jovens aprendem a “não levar desaforo para casa, caso contrário, apanham quando chegar em casa”. Sendo assim, os meninos e os homens são, socialmente, recompensados por serem fisicamente fortes e dominantes e, se isso não acontecer, eles são reprovados por demonstrar fragilidade e submissão. Essa forma de ver o mundo está muito enraizada em nossa cultura, tanto que ainda há pessoas que vivem para satisfazer essas expectativas (RODRIGUEZ, 2016).

Nesse processo de socialização machista, o homem aprende que pode desfrutar de uma maior liberdade sexual e a vangloriar a própria sexualidade a outros homens. Nessa atitude, a sexualidade é expressada e concebida como um ato agressivo. Muitas vezes, a agressividade e a violência são valorizadas como provas de masculinidade. Como afirma Bourdieu (2012, p. 64), “a virilidade, entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão ao combate e ao exercício da violência (sobretudo em caso de vingança), é, acima de tudo, uma carga”. Nesse sentido, essa autoafirmação masculina é demonstrada também por meio da violência ou representa mais a possibilidade da violência que ela em si, um tipo de duelo como modelo paradigmático.

Vale salientar que o uso da violência não é restrito aos homens. Qualquer pessoa pode ser violenta, independentemente do sexo. A agressividade é algo inerente no ser humano e está relacionada a vários fatores sociais. Há também mulheres pedófilas, abusadoras, espancadoras de crianças, agressoras de homens e dominadoras. Nessas circunstâncias, ao praticar ou alimentar atos violentos, a mulher contribui para a normalização da violência. Mas, isso ocorre com uma diferença, como argumenta Saffioti (2001, p. 115): “as mulheres como categoria social não têm, contudo, um projeto de dominação-exploração dos homens. Isso faz uma gigantesca diferença”. Somado a isso, os crimes praticados por mulheres ocorrem em menor número, e o homem é o maior agressor de seus filhos e da sua mulher (ARAÚJO, 2002).

Chamo a atenção também para o fato de que nem todas as masculinidades podem ser associadas à violência e, tampouco, nem todas as masculinidades manifestam os mesmos tipos e níveis de competitividade, agressividade e dominação. Não seria justo classificar todos os homens como agressivos, dominadores e sexistas. Diferentemente disso, há homens que são amáveis, dóceis, emocionais, pacíficos e, inclusive, aqueles que incentivam o respeito mútuo e que são mais identificados com o feminino.

Vale ressaltar a importância da educação sexual para os jovens. Respeitando o conteúdo e a idade do menor de idade, essa educação, ao contrário de incentivar o seu interesse por sexo, pode ajudá-lo a: criar condições de tomadas de decisões mais assertivas; entender o que é violência e, ao mesmo tempo, detectar mais precisamente o abuso sexual, diminuindo assim sua vulnerabilidade; evitar as infecções sexualmente transmissíveis e a gravidez precoce; conhecer o próprio corpo e respeitar o corpo alheio; desenvolver o respeito à orientação sexual de outras pessoas. As crianças ou adolescentes não saberão se defender de algo que não conhecem. Logo, informação é poder, sendo indispensável construir um espaço confiável para discutir sobre esses temas nas escolas, ambiente onde as crianças e adolescentes convivem a maior parte do tempo.

Registra-se, ainda, que as meninas e, principalmente, os meninos precisam debater o machismo em nossa sociedade, porque a desigualdade de poder está na raiz do problema. Com um diálogo objetivo, sincero e tranquilo, os futuros homens podem aprender a não interpretar as mulheres, as crianças e os adolescentes como objetos, respeitando a liberdade cultural, sexual e a posição de igualdade de todos os seres humanos em todas as esferas da vida privada e pública. Dessa maneira, acredito que será possível, a longo prazo, construir um mundo com menos violência e injustiça social para crianças e adolescentes. Por essa razão, torna-se crucial priorizarmos discussões que possam contribuir para uma sociedade mais digna para todos os jovens, independentemente de fatores como etnia, classe social, gênero ou orientação sexual.

Com essa finalidade, busco analisar a *Gaie France*. A revista construiu um projeto memorial e político com o intuito de convencer seus leitores de que a dominação de jovens e a desigualdade de poder têm raízes no passado e que, por esse motivo, tais circunstâncias poderiam ser justificadas no presente. Mas, antes de iniciar a análise, é importante descrever o caminho escolhido, ou seja, os procedimentos metodológicos que me guiarão nessa “aventura acadêmica” que engloba temas delicados como dominação de jovens, fascismo e pedofilia em um veículo de comunicação, no início da década de 1990.

5. A ANÁLISE DE CONTEÚDO E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Análise de Conteúdo é um método que engloba um conjunto de técnicas de exploração de materiais com diferentes códigos e suportes, tais como escritos, orais e iconográficos – agendas, diários, cartas, jornais, revistas, livros, cartazes, entrevistas, imagens –, visando identificar os principais conceitos ou temas presentes nas mensagens de comunicação. Cavalcante, Calixto e Pinheiro (2014, p. 14) explicam que a metodologia “é composta por procedimentos sistemáticos que proporcionam o levantamento de indicadores (quantitativos ou não) permitindo a realização de inferência de conhecimentos”. Convém enfatizar que a Análise de Conteúdo não tem a intenção de contar as opiniões das pessoas ou dos grupos. Como afirma Gomes (2012, p. 79) “seu foco é, principalmente, a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar”. A compreensão dos temas e dos contextos é fundamental para uma compreensão mais efetiva acerca do objeto de estudo.

A Análise de Conteúdo pressupõe as mensagens das comunicações como formas de expressões dos indivíduos ou grupos interligados ao seu contexto de produção. Esse fato demonstra que os conteúdos das comunicações podem apresentar aspectos valiosos e polissêmicos de significados. Ademais, os temas podem aparecer de forma explícita e direta ou de forma implícita no primeiro plano, mas com um sentido nas entrelinhas. Nesse sentido, é necessário informar que existem variáveis entre o significante (expressão) e o significado (conteúdo semântico) que podem ser de ordem psicológica, sociológica, política, histórica, social e cultural. Então, de acordo com Creswell (2007), o papel do pesquisador é extrair os sentidos dos dados, os significados que os indivíduos ou grupos atribuem ao mundo tendo como referência sua origem (quem emitiu) e o contexto da mensagem ou os efeitos dessa mensagem. Desse modo, é possível interpretar seus vieses, valores, crenças e interesses relacionados aos objetivos da pesquisa.

Além disso, a Análise de Conteúdo não precisa englobar a totalidade das expressões de indivíduos ou grupos, porque, em geral, a “dimensão sociocultural das opiniões e representações de um grupo que tem as mesmas características costuma ter muitos pontos em comum ao mesmo tempo que apresentam singularidades próprias” (GOMES, 2012, p. 79). Em contrapartida, a metodologia busca dar conta da diversidade de crenças de um mesmo segmento social. Sendo assim, a Análise de Conteúdo aborda os conteúdos homogêneos e diferentes encontrados nas expressões das comunicações em um mesmo contexto social.

A escolha pelo método na investigação em tela ocorreu por alguns motivos, visto que permite ao pesquisador: analisar os conteúdos a partir da perspectiva qualitativa; fornecer indicadores úteis aos objetivos da pesquisa; sistematizar o conteúdo da mensagem e seus significados por meio de deduções lógicas; registrar e classificar de maneira objetiva as unidades de sentido existentes nos materiais; realizar inferências que partem da descrição dos conteúdos explícitos da comunicação; interpretar os resultados encontrados relacionando-os ao próprio contexto de produção do documento, ao indivíduo/grupo que o elaborou e aos objetivos da pesquisa; compreender os dados para além de suas aparências iniciais, isto é, desvendar sentidos que estão escondidos em um texto e superar incertezas, conforme apontam Cavalcante, Calixto e Pinheiro (2014, p. 14),

A escolha deste método de análise pode ser explicada pela necessidade de ultrapassar as incertezas consequentes das hipóteses e pressupostos, pela necessidade de enriquecimento da leitura por meio da compreensão das significações e pela necessidade de desvelar as relações que se estabelecem além das falas propriamente ditas.

Essa metodologia possibilita também registrar a presença ou a ausência de temas ou as estratégias utilizadas nos conteúdos, medir a aplicação da dimensão política nas mensagens e avaliar o aspecto moral de uma época. Vale acrescentar que a Análise de Conteúdo, segundo Freitas, Júnior e Moscarola (1997), exige do pesquisador curiosidade de investigador, dedicação, paciência, tempo, um certo grau de intuição, imaginação, criatividade, principalmente, na definição das categorias, rigor e ética na decomposição dos conteúdos.

Entre as diferentes possibilidades de Análises de Conteúdos, escolhi a análise categorial temática. Para Bardin (1977, p. 153), “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos”. As categorias são, portanto, criadas de acordo com os temas que aparecem nas mensagens de texto e com os elementos identificados em comum que permitem seu agrupamento.

Na análise categorial temática, como o próprio nome especifica, o conceito principal é o tema. É uma afirmação acerca de um assunto, engloba um feixe de relações e pode ser representado por meio de uma palavra, uma frase ou uma passagem reunindo algumas frases. O tema é a unidade com significado que se liberta, menciona Bardin (1977, p. 105), “naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura. O texto pode ser recortado [...] em enunciados e em proposições portadores de significações isoláveis”. Além disso, utilizar a análise categorial temática em pesquisas “consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença,

ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 1977, p. 105). O tema pode ser identificado em mensagens explícitas ou implícitas por meio dos objetivos da pesquisa, dos indícios encontrados com o contato do material e da literatura adotada. Trata-se de um processo dinâmico e indutivo do pesquisador.

A escolha pela análise categorial temática se justifica no fato de que é a melhor alternativa para estabelecer uma correspondência entre as “estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas (por exemplo: condutas, ideologias e atitudes) dos enunciados” (BARDIN, 1977, p. 41).

Convém dizer que as etapas da pesquisa exigiram a obediência gradual de determinadas fases, o domínio de um certo número de técnicas que permitiram, ao pesquisador, compreender e classificar os núcleos de sentidos e, dessa forma, desvendar os significados explícitos e implícitos nas mensagens de comunicação. Assim, o rigor de execução dessas etapas não resultou, porém, em rigidez. Diferentemente disso, a Análise de Conteúdo possibilitou selecionar um conjunto de técnicas e procedimentos, levando em consideração os objetivos e o *corpus* da pesquisa.

5.1 Primeira Etapa: A Pré-Análise

A Pré-Análise foi realizada para sistematizar as ideias iniciais, definir o quadro referencial teórico e estabelecer os indicadores úteis para as inferências e as interpretações das informações. É uma organização estruturada do material a ser investigado e serve ao pesquisador para encaminhar os procedimentos sucessivos de análise. Essa etapa compreendeu os seguintes passos: a) leitura flutuante; b) escolha dos documentos; c) formulação de objetivos; d) organização do material de trabalho; e) e elaboração de indicadores.

A leitura flutuante foi o primeiro contato com os documentos, momento em que iniciei o processo de conhecimento dos textos por meio de uma leitura compreensiva de primeiro plano do conjunto do material selecionado para, posteriormente, ser possível atingir níveis mais profundos. Gomes (2012, p. 91) ressalta que a leitura flutuante possibilita,

[...] (a) ter uma visão de conjunto; (b) aprender as particularidades do conjunto do material a ser analisado; (c) elaborar pressupostos iniciais que servirão de baliza para a análise e a interpretação do material; (d) escolher formas de classificação inicial; (e) determinar os conteúdos teóricos que orientarão a análise.

A escolha dos materiais consistiu na definição ou delimitação do *corpus* de análise. As edições selecionadas da *Gaie France* foram as de número 1 ao 9. Essas edições escolhidas são as únicas que tivemos acesso e foram lidas de forma sequencial, porque alguns assuntos estendiam-se, de umas a outras edições. Após a realização de um mapeamento do material, incluindo os títulos, resumos, fontes e notas de rodapé, as seções selecionadas foram as que apresentavam os artigos, classificados pela revista como “científicos” e “jornalísticos”: *Caderno, Tradição, Memória, Reportagem, História, Raças, Figura e Opiniões e Verdades*. Esse mapeamento foi crucial também para escolher os 13 artigos: cinco “científicos” – três destes foram divididos em duas partes e publicados em edições diferentes – e oito jornalísticos. Essa separação foi realizada em conformidade com os postulados teóricos que sustentam esta pesquisa e com os objetivos traçados para a investigação e representou uma amostra significativa para a obtenção das informações.

É relevante destacar que a seleção dos dados a serem analisados e a categorização obedeceram a orientação de regras assinaladas por Bardin (1977): a) exaustividade (refere-se a todos os componentes constitutivos do *corpus* e significa não deixar de fora da pesquisa qualquer um de seus elementos, sejam quais forem os motivos); b) exclusão mútua (um elemento só pode estar em apenas uma categoria); c) representatividade (tendo em vista a grande quantidade de conteúdos da *Gaie France*, foi efetuada uma seleção rigorosa que representa uma parte significativa do total do universo inicial); d) homogeneidade (os dados separados devem ser homogêneos); e) pertinência (as informações correspondem adequadamente aos objetivos da pesquisa); f) objetividade e fidelidade (as categorias devem manter-se inalteráveis e conduzir aos mesmos resultados); g) produtividade (os elementos devem proporcionar a obtenção de bons resultados).

Após selecionar o material a ser analisado, este foi previamente organizado, tendo em vista a sua manipulação de maneira fácil e com uma certa rapidez. Dessa forma, os dados foram registrados com o auxílio do computador da maneira mais fiel possível. Esse recurso eletrônico foi utilizado porque permite as seguintes vantagens: armazenar dados de forma acessível, auxiliar o tratamento de grandes amostras, localizar e copiar segmentos de textos, economizar tempo, proporcionar rapidez e agilidade na organização e na análise de dados. O último passo da Pré-Análise foi a elaboração de indicadores. Trata-se da criação de uma espécie de índice com uma lista incluindo todos os elementos ou temas, que traduzem uma ideia particular, considerados importantes nos textos da *Gaie France* e, junto a cada item, o nome da seção, o número da edição e da página onde pode ser encontrado na revista.

5.2 Segunda Etapa: A Exploração do Material

A exploração do material consiste em realizar operações de codificação, tais como: recortar os textos em unidades de registros, identificar os núcleos de sentido e classificar os dados em categorias temáticas. Bardin (1977, p. 103) defende que a codificação “é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo”. Esse processo permite, posteriormente, discutir as características relevantes dos dados.

Há vários tipos de unidades de registro para analisar o conteúdo de uma mensagem. Nesta pesquisa, a unidade de registro foi o tema. Sendo assim, a definição das unidades de registros significou recortar fragmentos que permitiram uma maior aproximação do pesquisador com os sentidos do conteúdo. As unidades de registro foram trechos, frases e parágrafos referentes a temas, cuja investigação foi realizada levando em consideração a situação do conteúdo e outros elementos aos quais estão relacionados e que lhes concedem sentido e valor. Bauer (2008) informa que o grande desafio é reduzir uma enorme quantidade de material em unidades de registro significativas de análise, sem perder a essência do material original. E, realmente, passei por isso e foi desafiador reduzir várias páginas da revista e, ao mesmo tempo, captar seus aspectos importantes e transformá-las em unidades de análise.

Diante disso, a escolha das unidades de registro levou em consideração a relação entre a intuição do pesquisador, o material analisado, os objetivos do estudo e as teorias abordadas. Com a criação das unidades de registro, foi possível descobrir os núcleos de sentido que “compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 1977, p. 105). A intenção foi identificar os núcleos de sentido nas unidades de registro com pressupostos iniciais e, depois, realizar outros pressupostos. Após identificar os núcleos de sentido, iniciei as categorizações.

A Análise de Conteúdo é uma atividade de redução de dados em que o texto é codificado em determinadas categorias. A transformação do texto original em categorias foi realizada por intermédio de um referencial de codificação que engloba todo aspecto relevante de material de pesquisa (LIAKOPOULOS, 2008). Nessa perspectiva, a categorização significou classificar os elementos de acordo com suas semelhanças e diferenças, reunindo-os em blocos em função de suas características comuns. Bardin (1977, p. 117) relata que a categorização é uma “operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos”. A autora acrescenta que as categorias são “rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de

elementos (unidades de registro) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos” (BARDIN, 1977, p. 117). A categorização permite decompor os dados e buscar relações entre as partes decompostas, identificar a frequência ou ausência de elementos e inserir uma ordem, segundo algumas normas, na desordem aparente mediante o seu agrupamento em certo número de categorias. É uma fase importante pois a produtividade e eficiência de uma análise de conteúdo dependem do seu sistema de categorias. Ademais, foi uma fase de criação porque me possibilitou a liberdade de construir categorias e subcategorias de acordo com os elementos oferecidos pelas páginas da *Gaie France*.

Desse modo, as categorias e as subcategorias foram elaboradas *a posteriori*, após a leitura e análise das unidades de registro e dos núcleos de sentidos, sendo o título de cada categoria e subcategoria, determinado após o agrupamento dos elementos pelas semelhanças encontradas. Foi considerado o conhecimento prévio do pesquisador, os objetivos da pesquisa, o referencial teórico e o conteúdo das mensagens considerado relevante e que retratava opiniões, motivações, atitudes, valores e crenças.

Primeiramente, foram criadas 32 categorias. Cabe lembrar que a categorização não é uma fase rígida. Durante o processo, fui afunilando as categorias e os elementos inseridos em determinadas categorias foram remanejados para outras. Após essa etapa, veio a consolidação de 2 categorias, Memória e Política, e 12 subcategorias. Na categoria Memória, as subcategorias são: 1) O Passado Mítico; 2) A Reescrita da História; 3) Os Objetos Transmissores de Lembranças; 4) Juventude, Sexualidade e Recordações; 5) Memória Coletiva e Pertencimento; 6) A Negação do Trauma. E, na categoria Política, estabeleci as seguintes subcategorias: 1) Masculinidade Hegemônica e Virilidade; 2) Dominação e Colonização Sexual; 3) Desejo e Temporalidade; 4) Os Vestígios Ideológicos; 5) Os Inimigos Políticos; 6) Os Processos Criminais e as Campanhas de Proteção aos Jovens. Em cada subcategoria, utilizei cinco fragmentos. Cada fragmento foi constituído por uma quantidade variada de frases.

Após a criação das categorias e subcategorias, realizei as inferências de cada subcategoria, de modo a descrever suas características e, por fim, escrevi uma síntese com a interpretação.

5.3 Terceira Etapa: Tratamento dos Dados (Inferência e Interpretação)

Essa etapa compreende o tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação. Vale pontuar que um fragmento sozinho não nos revela respostas significativas em uma Análise de Conteúdo. No entanto, quando eu articulo ou entrelaço esse pequeno vestígio – que

aparentemente sozinho parece não dizer muito – com outros, essa interação me permite compreender o interesse da *Gaie France* nessas mensagens de comunicação de uma forma mais ampla. Essa comparação de dados, incluindo o meu conhecimento prévio acerca do tema, possibilitou-me deduzir ou inferir sentidos relevantes para a pesquisa, como se fosse um encaminhamento para a conclusão. Explicando de outra maneira, com a inferência é possível captar os conteúdos mais visíveis, deduzir de maneira lógica conhecimentos – de natureza psicológica, sociológica, histórica entre outros – e contextos de produção dos conteúdos ou de recepção das mensagens que estão sendo analisadas. Bardin (1977, p. 39) escreve que o analista é também uma espécie de “arqueólogo”. “Trabalha com vestígios: os documentos que pode descobrir ou suscitar. Mas os vestígios são a manifestação de estados, de dados e de fenômenos”. Então, esses vestígios, que aparecem na superfície das mensagens, são fundamentais em uma Análise de Conteúdo.

Após terminar as inferências, dei início à interpretação. Foi um momento no qual eu estabeleci conexões que antes não existiam e essa articulação me permitiu interpretar os dados, numa perspectiva mais ampla, ou melhor dizendo, nessa fase foi possível atribuir sentidos aos conteúdos com uma explicação que vai além do descrito e analisado e desvendar informações que estavam ocultas. Sobre esse assunto, Gomes (2012, p. 91) indica que a interpretação é realizada quando “conseguimos realizar uma síntese entre: as questões da pesquisa; os resultados obtidos a partir da análise do material coletado, as inferências realizadas e a perspectiva teórica adotada”. A interpretação foi, portanto, fundamental para realizar uma “anatomia” da *Gaie France* e compreender, de uma maneira crítica, o seu funcionamento e as reais intenções das pessoas envolvidas na produção da revista. É uma fase dinâmica e inovadora, pois exigiu do pesquisador responsabilidade, ética, conhecimento e cautela.

A prática da metodologia de Análise de Conteúdo envolve alguns critérios como qualidade, coerência, fidedignidade e transparência. A “prestação de contas pública” é, pois, uma questão essencial e central no processo de investigação. Na Concepção de Gaskell e Bauer (2008, p. 481), “a prestação de contas pública não é uma questão de prestar contas dos custos e benefícios, nem é a ideia de que a boa pesquisa necessita de apoio público para suas conclusões”. Na verdade, os autores argumentam que a ideia é destacar que a ciência opera em um espaço público e que não representa um empreendimento privado. Somado a isso, Gaskell e Bauer (2008, p. 471) pontuam que há alguns benefícios nesse sentido, por exemplo, “os benefícios didáticos, presentes na possibilidade de treinamento mais eficiente de novos pesquisadores”. Além de capacitar outros pesquisadores, a transparência em relação aos procedimentos metodológicos permite o registro histórico de documentos metodologicamente

fundamentados em pesquisa acadêmica, uma vez que é possível: prestar informações acerca da escolha de diferentes métodos de pesquisa (as vantagens e as desvantagens); avaliar a adequação de uma investigação quando emprega determinado método; e, finalmente, responder às exigências de credibilidade pública, confiabilidade e relevância.

Isso exige do pesquisador a produção de registros explicativos dos procedimentos e decisões tomadas no curso do emprego da Análise de Conteúdo. Por esse motivo, busquei anotar, desde o início da investigação, todos os passos da pesquisa em um bloco de notas, no qual registrei as informações relevantes.

Não posso esquecer que na metodologia é fundamental apresentar o objeto de estudo e os principais sujeitos envolvidos com um breve histórico a fim de proporcionar aos leitores desta tese os primeiros subsídios importantes que me ajudaram a entender melhor os fragmentos alocados nas categorias e subcategorias. Sendo assim, não basta analisar e interpretar o conteúdo das páginas da *Gaie France*, é necessário explicitar antes, ainda que de forma sucinta, a maneira como a revista era estruturada, ou seja, identificar as suas seções, particularidades e expor algumas imagens. Embora os recursos visuais não representem o foco principal nesta pesquisa, esses materiais fornecem informações importantes e, de certa forma, mostram as razões pelas quais os fragmentos foram escolhidos e divididos em categorias e subcategorias.

5.4 A Revista

A *Gaie France* desempenhava um papel específico e diferenciado em termos comunicativos, uma vez que a revista escamoteava os interesses de seu criador, por meio de uma fórmula que seria informar a população gay sobre distorções da História. Sendo assim, as páginas da *Gaie France* buscavam oferecer: vínculos sociais, a formação de opiniões por parte de seus leitores, a interação e a socialização entre essas pessoas e a revista; a produção e a transmissão de informações culturais e de entretenimento; a criação e a diversificação de seções.

A estrutura da *Gaie France*, ao longo das suas edições de número de 1 ao 9, variou bastante em relação ao número de seções e a proposta de cada uma. A seção *Carta do Diretor/Coordenador* era uma espécie de documento que aparecia no início das edições 1, 3 e 9, em momentos especiais, com o intuito de expressar a opinião dos diretores e do coordenador a respeito da revista, seus verdadeiros interesses sociais e políticos, suas visões de mundo, tudo isso quando era necessário. Logo, a seção servia como um importante meio de comunicação com os seus leitores.

O *Editorial* era outra seção de comunicação com o leitor. Além de escrever o *Editorial*, os redatores tinham o compromisso pela construção do corpo da revista. A quantidade de seções e as mudanças na estruturação na mídia indicam uma constante preocupação, por parte da equipe editorial, em adequar seu conteúdo às expectativas e necessidades do seu público. A variedade de seções demonstra que a *Gaie France* conhecia muito bem os seus leitores e que se preocupava em mapear os interesses individuais e coletivos para agradá-los. Desse modo, o *Editorial* era, constantemente, reavaliado e atualizado. Um objetivo registrado no *Editorial* foi a ambição de divulgar e distribuir, de forma mais intensa, a mídia em outras nações. O atravessamento de fronteiras firmava-se como uma possibilidade de exportar uma visão de mundo para outros países.

Nas seções *Mala Posta* e *Cartas*, ocorria o encontro entre os leitores e os redatores/diretores da *Gaie France*. Por meio dessas seções que o público se posicionou – ainda que sob anonimato – a respeito da revista. Esse diálogo entre leitor, *Gaie France* e outros leitores oferece um quadro importantíssimo do que pensavam sobre os conteúdos publicados na mídia. Em uma boa parte das cartas, os leitores rejeitavam os elementos que se reportavam à feminilidade e enalteciam a masculinidade e a virilidade.

Outras seções faziam parte da *Gaie France*: “*Índice*” (com as chamadas das seções e assuntos pertinentes em cada edição); “*Entre Nós*” e “*Entre Vós*” (seções informativas e de entretenimento); “*Sabia que...*” e “*Emoções*” (duas seções que apresentavam análises e sinopses de filmes, peças de teatro e livros); “*Saudade*” (com personagens importantes que já tinham falecido na época); “*Conto*” (erótico); “*Consultório*” e “*Prevenção*” (caracterizadas por tratar de temas relativos à saúde); “*GFM Difusão*” (vendas de álbuns de fotografia e vídeos eróticos).

Cabe registrar que a *Gaie France* é marcada pelo seu caráter visual. As imagens publicadas nas páginas da revista variam nas cores pretas e brancas e coloridas, no tipo – fotos, reproduções de pinturas e desenhos –, e recebem uma posição de destaque e são valorizadas na mesma proporção que os textos e não cumprem apenas a tarefa de exemplificar, ilustrar ou complementar os materiais escritos. Os elementos visuais da *Gaie France* desempenham uma função memorial importante, no sentido de que possibilitam conservar determinadas informações e experiências do passado e auxiliam na construção de novos conhecimentos e de conteúdos que valorizam os corpos juvenis e seu caráter efêmero. A nudez frontal era muito explorada e associada à virilidade, à atividade sexual e ao poder,

conforme mostrado na Figura 1²¹. A Figura 3 é a capa da revista, um instrumento importante de venda que permite antecipar o conteúdo da edição e o tipo de temas que o meio de comunicação aborda de uma maneira geral.

Figura 1: Modelo com nudez frontal



Fonte: *Gaie France*, n. 6, abr./mai., 1993, p. 11

Figura 2: Capa da edição de n. 2 da *Gaie France*



Fonte: *Gaie France*, n. 2, ago./set., 1992

Em outras imagens, a *Gaie France* mostrava o seu caráter memorial. A Figura 3 expõe uma criança de sunga ao lado de uma estátua grega, associando juventude a um passado mítico, a Grécia Antiga. A Revista reforçava também a associação do jovem ao escotismo, à prestação

²¹ Decidi colocar uma tarja nos rostos para dificultar a identificação das pessoas. Trata-se de pessoas que ainda podem ser reconhecidas. Apesar de as imagens já terem sido publicadas, o fato de seu conteúdo ser de acesso público e a *Gaie France* não apresentar nenhuma restrição em relação a pesquisas acadêmicas, a atitude de ocultação da identidade das pessoas representa uma questão de ética na pesquisa.

militar e cívica e ao poder do Estado. A imagem 4 mostra jovens fardados como militares. Essa representação reveste-se de um poderoso recurso que nos faz lembrar a *Juventude Hitlerista*.

Figura 3: Criança ao lado de uma estátua grega



Fonte: *Gaie France*, n. 7, jun./jul., 1993, p. 54

Imagem 4: Jovens fardados como militares



Fonte: *Gaie France*, n. 2, ago./set., 1992, p. 28

O militarismo é um recurso valorizado no fascismo porque significa uma forma de exercer poder e de controlar segmentos de uma sociedade. E a *Gaie France* reservou algumas páginas retratando militares e governos ditatoriais. Além dessa representação, a revista publicou trechos enaltecendo e associando a supremacia branca europeia e a pedofilia, visando desafiar a ordem moral e sexual da sociedade ocidental. Nesse sentido, torna-se relevante mencionar o caráter fascista do fundador da *Gaie France Magazine*, Michel Caignet. Além de jornalista e editor francês, ele é nacional-socialista, antissemita assumido, negador do Holocausto e, quando na sua juventude, era membro da *Fédération d'Action Nationale et Européenne* (FANE). Esse era um grupo pequeno e violento de extrema direita da França da década de 1970 a 1980,

abertamente afiliado à política nazifascista. O fato é que as ideias de Caignet foram reproduzidas na versão portuguesa e serviram para dar voz ao *Groupement de Recherche et d'Études pour la Civilization Européenne*, mais conhecido como GRECE (PRAZAN, 2005). Esse grupo defende a separação de grupos étnicos e culturais em nível mundial, o paganismo e se opõe radicalmente à democracia liberal e ao cristianismo. Caignet (1992) se posiciona na *Gaie France* a respeito da juventude, da moralidade e, com uma linguagem radical, contra o cristianismo,

Entre os *slogans* mais restritivos que poderiam servir como epígrafe à revista *Gaie France Magazine*, "Uma estética da juventude", talvez, seja o emblema mais relevante para titular um projeto editorial que acompanha momentos efêmeros e sagrados da juventude e que privilegia a educação, a amizade e os amores juvenis. Acreditamos que o primeiro fundamento da moral é que estamos inclinados a buscar uma moralidade e, o segundo, é recusar por todos os meios violentos a moral submissa e, mais particularmente, a do cristianismo. Temos a tarefa de ajudar aqueles que se revoltam contra a moralidade judaico-cristã e contra os cegos que têm como refúgio apenas essa conclusão destrutiva e desesperada.²²

E, finalmente, os textos publicados na *Gaie France* eram apresentados em seções chamadas de: “*Caderno*”; “*Tradição*”; “*Memória*”, “*História*”, “*Reportagem*”, “*Raças*”, “*Figura*”, “*Ideias*”, “*Opiniões e Verdades*”. No geral, os assuntos dessas seções tratavam sobre temas como Sexualidade, História, Memória, Cultura, Literatura e Mitologia.

5.5 Os Textos Publicados nas Páginas da *Gaie France*

Como qualquer meio de comunicação, as publicações textuais da revista tinham o intuito de disseminar conhecimento e informação e eram apresentadas com uma aparência superficial e ilusória de que esses materiais eram “artigos” do tipo “científico” e “jornalístico”. Acredito, todavia, que os instrumentos textuais da *Gaie France* não expressavam algumas características fundamentais para serem considerados “artigos” dessas modalidades de escrita.

Por exemplo, para terem legitimidade e credibilidade acadêmica, é indispensável e crucial que os cientistas dominem alguns procedimentos de pesquisa ao relatar os resultados de seus estudos. Caso contrário, o texto será considerado apenas uma opinião artificial sem embasamento científico. Os argumentos apresentados nessa atividade precisam ser baseados em estudos oficiais em desenvolvimento ou finalizados. Em outras palavras, para transformar

²² CAIGNET, M. *Gaie France*, n. 1, jun./jul., 1992, p. 5.

uma hipótese em um conceito científico é essencial que o pesquisador realize essa conversão a partir de técnicas e processos metodológicos, bem descritos, e de um embasamento teórico feito por outros autores, o que possibilita a ele aprimorar os dados existentes com novas contribuições. Além disso, antes de ser publicado, o artigo é submetido a uma rigorosa avaliação por pareceristas, na qual são analisados os argumentos apresentados, o valor científico do material, as técnicas metodológicas adotadas, etc.

Semelhantemente, os artigos jornalísticos precisam de informações ancoradas em documentos, dados históricos e estatísticos, depoimentos, entrevistas e demais recursos que o jornalista julgar relevante para embasar e validar seus argumentos.²³ Geralmente, a produção do jornalista passa por um processo fragmentado em quatro etapas:

1ª) a pauta representa o roteiro com as escolhas dos temas mais importantes a serem cobertos em um meio de comunicação;

2ª) a apuração é realizada a partir da verificação de fatos e provas;

3ª) a redação converte, por meio de um planejamento, os conteúdos em artigos jornalísticos;

4ª) a edição revisa, corrige e prepara os textos que serão publicados.

Os textos científicos e os jornalísticos passam, pois, por um processo dinâmico que envolve originalidade, exatidão, ética e honestidade capaz de contribuir para novas descobertas confiáveis e de informações de qualidade – de maneira detalhada, objetiva e crítica acerca de um determinado tema – e de combater a alienação e as *fake news*. Tais gêneros textuais possuem um forte caráter comunicativo e podem ser considerados instrumentos poderosos de emancipação.

No caso da *Gaie France*, contudo, a revista não indicava que seus textos passaram por um processo de produção e avaliação com pareceristas e, tampouco, as técnicas e os procedimentos metodológicos eram descritos. Ademais, os textos publicados nas páginas da *Gaie France* serviam como fontes de História e de memória e possibilitaram registrar algumas lembranças consideradas importantes pela revista, enquanto jogava ao esquecimento, à omissão, bem como ao apagamento de outras informações interpretadas como inconvenientes, desnecessárias ou inverdades. Em razão dos motivos mencionados anteriormente, decidi tratar os materiais publicados na *Gaie France* como “textos”. De todo o seu acervo, selecionei 13

²³ Sobre essa questão, Rossi (2017) menciona que a função do repórter é analisar cada informação concedida pelas fontes, confrontando-a com outras que são oferecidas por outros informantes e julgá-la em função de seus próprios conhecimentos ou elementos prévios sobre o tema para, posteriormente, criar o seu próprio repertório jornalístico.

textos para esta pesquisa. Apresento, a seguir, um resumo de cada um. Os cinco primeiros são de autoria de Franck de La Marche.

O primeiro texto *As Public Schools* aborda a vida de jovens nos colégios ingleses em sistema de internato. Paralelo a esse, segundo La Marche, existia outro sistema que gerava os próprios valores, chamado por ele de “*prefects e fags*”, no qual os meninos mais novos (*fags*) eram submetidos a um tipo de organização marcado por uma hierarquia rígida, dominação por parte dos alunos mais velhos (*prefects*) e dos professores, violência, ritos de passagem e atividades sexuais forçadas. O segundo texto é denominado *A repressão da pederastia: o pudor protegido*. Nesse trabalho, La Marche apresenta a evolução histórica da legislação penal na França. Somado a isso, o autor expõe argumentos contrários acerca do pudor surgido no século XIX, envolvendo as relações sexuais entre adultos e jovens, da repressão institucionalizada pelo Estado e da construção social do pedófilo como um criminoso.

No terceiro texto, *Os sedutores*, La Marche recorre a uma variedade de fontes como música, filme, carta, diário, romance, inquérito e recordações de adultos e jovens para traçar: os perfis dos adultos atraídos por jovens; explicar o objeto de desejo, como uma sensação experimentada por muitos homens em todos os períodos históricos, e como funciona a relação sexual com menores de idade. O quarto texto é intitulado *Atentado ao pudor: O Estado das coisas*. Nesse material, La Marche busca romper o silêncio de alguns assuntos, trazendo à tona, com uma nova perspectiva, os seguintes temas: a desqualificação dos inquéritos que buscam apurar a verdade dos fatos envolvendo as relações sexuais entre adultos e jovens; a imprecisão sobre a noção de vítima e os motivos os quais o ato não pode ser classificado como violento; colonialismo sexual e eurocentrismo; o mercado que usa jovens como objeto sexual e o que explora a nudez de adolescentes.

No quinto texto, *A origem da pederastia.: a arte do disfarce*, La Marche critica a falta de referências memoriais retratando os costumes das civilizações do passado e de quando não havia a ideia de violação sexual. Ademais, o autor aponta artistas, intelectuais e políticos contemporâneos como sendo, muitas vezes, os responsáveis pela camuflagem de seus desejos. No sexto texto *Eros e Sociedade*, Hans Blüher discorre sobre a concepção liberal e conservadora do Estado e se opõe radicalmente às religiões, às aspirações familiares e a favor de uma sociedade dominada por homens. No sétimo texto, *Na posta de Alexandre: Siwa, o oásis nos dias de hoje*, David Thorstad apresenta a cultura de uma população que, segundo ele, ainda preservava, na década de 1990, uma tradição antiga e particular, localizada em um dos pontos mais remotos do Egito.

O oitavo texto *EJ: Uma estética da juventude*, sem autoria, aborda a vida de um fotógrafo alemão, nascido em 1902, colecionador de fotos de jovens produzidas entre 1914 e 1972. No nono texto *Narcisismo e civilização* Alain Lenoir trata sobre o narcisismo do ponto de vista mitológico e inclui discussões a respeito de incesto, amor, sexualidade de crianças, religião e o embate entre a virtude e a moral. O décimo texto leva o título de *A lei para além da moral*. Nesse trabalho, Alain Lenoir faz uma reflexão sobre o papel da Lei na cultura grega antiga, cuja finalidade não era moralizar, mas proibir a violência, a corrupção e organizar a defesa da cidade. O autor cita como modelo o legislador Sólon, o qual conciliava a Lei e o prazer, sem ser considerado censor ou libertino.

No décimo primeiro texto *Abel Bonnard*, Ange Blach-Miller busca retirar do esquecimento informações sobre a vida do poeta e romancista francês Abel Bonnard. O próprio trabalho conta que o francês foi acusado por outros poetas de atrair a juventude francesa para o campo fascista. O décimo segundo texto é *Amazônia: Jovem Yanomani, meu amigo* de Gilles Bailly. Na matéria, o autor apresenta uma tribo isolada do mundo, no sul da Venezuela, habitada pelos Yanomami. Bailly põe em evidência os benefícios da sexualidade, sem tabus, da tribo para os adultos e pequenos índios e, simultaneamente, ataca a moral judaico-cristã. E, por fim, o décimo terceiro texto *O Sadomasoquismo*, sem autoria, expõe explicações sobre o fenômeno e oferece a oportunidade de as pessoas fazerem sexo com imaginação e de realizarem suas fantasias, por mais estranhas que possam parecer, em um Clube chamado *Nero*, em Portugal.

Resumindo, todos esses textos apresentavam o homem adulto como o tema principal e defendiam diferentes interpretações da verdade e, inclusive, reivindicavam o direito à diferença. Esses materiais acionaram uma série de argumentos classificados como legais, científicos, jornalísticos e políticos e, as pessoas envolvidas, colocavam-se como democráticas e representantes da sociedade civil e, portanto, interlocutores legítimos para negociar os direitos sexuais com os representantes do Estado.

Visando obter credibilidade e legitimidade no debate político, a *Gaie France*, como parte de sua ação de militância, apropriou-se de uma rede de saberes, em seus textos, que englobava a constituição de Instituições, Universidades e de “especialistas”, de algumas partes do mundo, apresentados como produtores de teorias dignas de “credibilidade”, tais como: doutores, médicos especialistas, sociólogos, psiquiatras, psicólogos, historiadores, etnólogos, jornalistas, escritores e críticos literários. Esses “especialistas” eram apresentados com termos e expressões do tipo: “célebres”, “einentes”, “respeitáveis autores” e “uma autoridade no assunto”. Além desses profissionais, a revista se apoderou de narrativas – não sei se esses relatos eram fictícios ou reais – de jovens, pais, policiais, inspetores, chefes de escoteiros,

fotógrafos, investigadores, formando uma pluralidade de vozes e de memórias em defesa de uma causa.

Vale explicar que a *Gaie France* publicou alguns textos com erros de ortografia e omissão de letras. Diante disso, essas imprecisões foram corrigidas, sem alterar os conteúdos das mensagens de comunicação, para facilitar a leitura desta pesquisa. Dos 13 textos analisados, selecionei alguns fragmentos mais significativos e, posteriormente, aloquei-os nas categorias e subcategorias temáticas.

Para finalizar, quero acrescentar uma informação que, aparentemente, pode parecer desnecessária, mas, acredito que é fundamental apontar em uma metodologia de pesquisa. Priorizei, nesta tese, escrever de uma forma que fosse acessível a todos. Já escutei a informação de algumas pessoas que consideram a leitura de textos acadêmicos chata, cansativa e difícil e, por esses motivos, elas desistem de tal investimento. Por essa razão, defendo a ideia de que é importante democratizar o conhecimento, tornando-o mais fluido, dinâmico, atrativo, simples e acessível. Produzir conhecimento não significa a existência de uma regra obrigatória de uma escrita difícil restrita a um grupo de especialistas. Sendo assim, vamos trabalhar por uma acessibilidade nos textos acadêmicos e pela inclusão de todos no mundo da leitura acadêmica.

6. AS CATEGORIAS E AS SUBCATEGORIAS TEMÁTICAS

A Análise de Conteúdo possibilitou analisar de forma sistemática os conteúdos das mensagens de comunicação dos textos publicados na *Gaie France*. Além disso, a técnica permitiu identificar a ocorrência de temas considerados “chave”, condensar ideias e extrair dados importantes para a pesquisa. As categorias e as subcategorias resultaram desse processo e simbolizam amostras relevantes para as análises e as interpretações de crenças, atitudes, valores e motivações de pessoas em contextos sociais, políticos, históricos e memoriais específicos. Foi possível constatar que a percepção de mundo das pessoas envolvidas na revista era construída por meio de classificações, divisões, regras, valores e a construção de novos sentidos.

Nesse sentido, a *Gaie France* era um meio de comunicação capaz de produzir e divulgar conteúdos e de contribuir para a formação de uma representação social. Para isso, a revista mobilizou duas habilidades importantes da experiência humana: a memória e a política. Convém registrar que, apesar de haver uma articulação entre essas duas habilidades na produção da *Gaie France*, eu decidi analisar a memória e a política, separadamente, por uma questão analítica para facilitar o entendimento das mensagens de comunicação. Mas, na verdade, todo o conteúdo da *Gaie France* é fruto de uma memória seletiva, afetiva e mesclada com um viés político e ideológico. Cada categoria e subcategoria revelam uma militância fascista autoritária, radical e, nesse ativismo, o protagonismo do homem adulto como dominador e a imagem do jovem como dominado é inquestionável.

6.1 A Categoria Memória

Nessa categoria, foi possível encontrar temas predominantes e relevantes, que se relacionam com a memória, e construir as subcategorias. As amostras selecionadas, de cada subcategoria, são significativas, principalmente, no que se refere aos destaques que a *Gaie France* concedeu ao registrar: alguns costumes do passado; as lembranças de pessoas; objetos capazes de guardar memórias; o interesse em construir um tipo de saber, no qual a pedofilia é ressignificada e o trauma é negado ou alterado significativamente.

6.1.1 O Passado Mítico

A *Gaie France* tinha o poder de selecionar alguns conteúdos considerados importantes, enquanto, intencionalmente, enviava ao esquecimento, outras informações interpretadas como irrelevantes e desnecessárias. Por meio desse poder, a revista buscava direcionar, influenciar o comportamento das pessoas ou mudar o curso dos eventos. Trata-se de um projeto histórico que exige criar algo novo a partir do conhecimento das ações e das concepções de nossos antepassados. Mas, para isso, é necessário acionar a memória e dar um salto na linha do tempo. Nesse sentido, a *Gaie France* construiu uma maneira particular de se relacionar com os fatos antigos e sua visão social e política do mundo, no início da década de 1990, estava ancorada e fundamentada no passado. Os seguintes fragmentos demonstram o passado mítico construído pela revista.

- (1) O “amor grego” inscrevia-se numa antiga tradição universal comum a todos os povos da era pré-cristã em usar os rapazes jovens com tanta frequência como as mulheres. Muitas são as civilizações que consideraram crianças e adolescentes, de um e de outro sexo, como os seres destinados a inspirar um amor ardente.
- (2) Durante muito tempo, as estruturas dos próprios colégios eram concebidas para favorecer [...] o sistema de *prefect-fag* e institucionalizou [...] ligações eróticas entre os mais jovens e os mais velhos. [...] certos professores podiam, tranquilamente, ostentar os seus hábitos, seduzir um grande número de alunos, durante um longo período, e participar com eles em jogos eróticos forçados e regulares, sem perder nem um pouco a sua popularidade, nem serem incomodados.
- (3) A Grécia ensina-nos a voltar à essência original da lei: velar pelo prazer. A lei de Sólon tem como finalidade explicar as relações públicas: proibir a violência e a corrupção. As opiniões moralistas e obscurantistas destronaram a lei original, aberta e não moralizante. A repressão assim criada dá lugar à angústia e à agressividade da nossa época.
- (4) Para quase todas as civilizações pré-cristãs [...] podemos tirar duas conclusões: a ausência de reconhecimento jurídico da criança, semelhante a uma coisa, ou melhor, a uma mulher; e a utilização constante de jovens escravos, dos dois sexos, para satisfazer os desejos sexuais dos homens, em concorrência com as mulheres. Carícias no sexo e mesmo masturbação eram correntes entre pai e filho, patrão e criado, ama e bebê e nunca ninguém se chocou, pelo menos quando se ficou a esse nível.
- (5) Desde sempre [...] se pode beijar, acariciar, masturbar os jovens adolescentes num quadro de ligação afetiva, lúdica ou iniciática com toda a impunidade. [...] no que diz respeito aos atos pedofílicos, excetuando os casos de violência e sodomia, nunca foram objeto de [...] repressão penal, tanto dentro, como fora da França. Numerosos historiadores contemporâneos, tão honestos como

suspeitos de serem simpatizantes dos costumes "invertidos", mostram uma grande liberdade de palavras e gestos com as crianças, por vezes, muito jovens.

Após estabelecer um vínculo entre os cinco últimos fragmentos, é possível extrair ou inferir os determinados sentidos. A expressão “amor grego” no fragmento (1) permite criar uma associação de uma prática sexual da Grécia Antiga com as ligações eróticas entre jovens e adultos em outras culturas e períodos históricos. Para a *Gaie France*, apesar de haver uma grande importância e uma oficialização pelos gregos antigos, essa prática sexual não estava restrita a essa população – a revista apresenta no fragmento (2) o exemplo dos colégios ingleses, os quais mantiveram por muito tempo o sistema *prefect-fag* –, outras culturas aprovaram esse tipo de comportamento.

Essa associação, entretanto, não englobava apenas um caráter sexual, tendo como modelo a Grécia Antiga, mas também era valorizada uma rede de concepções: o acompanhamento temporário do jovem com uma pessoa mais velha. Esse hábito era revestido por uma capa que integrava um aspecto educacional, lúdico, afetivo, sedutor e jogo erótico forçado; havia uma liberdade, tranquilidade e uma impunidade ao praticar esses hábitos (fragmento 5), pois a essência original era a Lei grega (fragmento 3), cuja finalidade não era negar o prazer e moralizar, mas combater a violência e a corrupção. Nesse sentido, o prazer é preservado, e a Lei não pode ser confundida com moral; um período marcado por uma inexistência jurídica de proteção aos jovens (fragmento 4), uma visão de que meninos e meninas são “coisas” ou objetos que podem ser usados de várias maneiras e circunstâncias sexuais, sem limite de idade e para satisfazer os desejos dos homens; por fim, é possível inferir que a *Gaie France* considerava o cristianismo, com suas crenças moralistas, responsável por diminuir a hegemonia masculina e derrubar a lei original, ambas inspiradas em qualidades do passado. E que essa religião foi a motivadora para a criação, por parte do Estado no campo jurídico, de uma repressão penal, nas sociedades contemporâneas, interpretada como angustiante, injusta e agressiva.²⁴

Levando em consideração essas inferências, eu realizei uma apreensão mais profunda e crítica do conteúdo das mensagens e identifiquei os aspectos mais relevantes dessa subcategoria. A primeira estratégia da *Gaie France* consistia em criar um passado mítico com o intuito de justificar o poder e o controle sexual projetados para os jovens, no início da década

²⁴ A *Gaie France* não aborda as religiões muçulmanas, nas quais as práticas sexuais entre adultos e jovens também são condenadas.

de 1990. Esse retrocesso no tempo busca estabelecer no imaginário social dos leitores da revista a ideia de que houve processos históricos eficientes e perfeitos e que esse passado deveria ser utilizado como um modelo nas sociedades contemporâneas. Trata-se de um passado – que tem a cultura da Grécia Antiga como base – representado como um período de “ouro”, em uma condição de pureza, harmônico, sem conflitos sociais e perseguições judiciais, em um contexto que não existia o conceito de abuso sexual infantil, tal como conhecemos atualmente, a noção de fragilidade inerente à infância, políticas de proteção aos jovens, o reconhecimento e a idade como fatores de regulação do comportamento sexual. É possível constatar esses elementos nos fragmentos: (2) “certos professores podiam, tranquilamente, ostentar os seus hábitos, [...] sem perder nem um pouco a sua popularidade, nem serem incomodados”; (2) “A Grécia ensina-nos a voltar à essência original da lei”; (5) “Desde sempre [...] se pode beijar, acariciar, masturbar os jovens adolescentes num quadro de ligação afetiva, lúdica ou iniciática com toda a impunidade”; (5) “nunca foram objeto de [...] repressão penal”.

É um passado mítico que fornece às novas gerações uma cultura de memória estruturada com determinados elementos: emoção de nostalgia, fuga da realidade, valores, crenças, senso de identidade, política de poder, prestígio e hierarquia, sensação ilusória de direito e privilégio e percepção distorcida de superioridade dos homens, tal como apontou Stanley (2018). Além disso, esse passado mítico engloba a contradição e a desumanização dos jovens. Nos fragmentos seguintes está escrito: (1) “antiga tradição universal [...] em usar os rapazes jovens com tanta frequência como as mulheres”; (1) “Muitas são as civilizações que consideraram crianças e adolescentes, de um e de outro sexo, como os seres destinados a inspirar um amor ardente”. No primeiro trecho, o verbo “usar” é empregado no sentido de dominar sexualmente os jovens e, no segundo, eles são apresentados como seres capazes de inspirar um amor ardente. Há, portanto, uma contradição e uma desumanização, no sentido de que é negado o caráter humano dos jovens, inclusive das mulheres também, a partir de um processo que inclui a seleção de lembranças, objetificação, inferiorização e a negação das vulnerabilidades e necessidades dessa fase da vida.

Nesse sentido, é preciso dizer que o passado mítico foi construído pela *Gaie France* com um instrumento importante: o tempo. A temporalidade foi usada a partir do presente e com ponto de vista de pessoas no início da década de 1990. Essa perspectiva está em conformidade com Whitrow (2005), uma vez que o autor defende que o tempo é fundamental e um produto da mente subjetiva, pois por meio dessa categoria são negociados conhecimentos, com outras pessoas e o mundo, a respeito de temas que ele acredita serem relevantes para a sua existência. Há, portanto, na revista uma articulação entre passado, presente e futuro, na medida em que

ressignificar o passado equivale ao mesmo que conceber o presente de outra maneira e, conseqüentemente, mudar o futuro de acordo com os interesses das pessoas envolvidas no meio de comunicação.

Essa dinâmica utilizada na construção do passado mítico na *Gaie France* englobava outras questões: o vínculo social e político com pessoas e culturas do passado; legitimar no início da década de 1990 a manutenção de uma estrutura de privilégio e dominação de uma masculinidade hegemônica do passado em detrimento de outras masculinidades; afirmar a imagem do jovem como “inferior”.

Vale retomar que a exaltação de uma determinada masculinidade hegemônica foi conceitualizada por Connell (2005) como o destacamento de uma forma de masculinidade dominante, num determinado período e cultura, de modo a reivindicar uma posição de liderança na estrutura social. Foi por meio dessa estratégia – a hierarquização apresentada em uma perspectiva memorial de naturalidade e normalidade – que a revista buscava instituir posições desiguais, justificar a superioridade masculina sobre os jovens e o direito de controlá-los sexualmente. E, com uma concepção do tipo “sempre foi assim”, que as pessoas envolvidas na *Gaie France* tinham o interesse em se tornarem isentas da responsabilidade de suas ações e defender a ideia que os comportamentos sexuais entre um adulto e um jovem são aceitáveis, porque têm raízes históricas e por representarem um direito para aqueles que se identificam com a masculinidade hegemônica da cultura grega.

Convém lembrar que a hierarquização é muito valorizada pelos fascistas que não suportam o contexto atual em que eles vivem por causa da igualdade proporcionada por agentes como a democracia, o Estado de direito e os Direitos Humanos. Sendo assim, o reconhecimento, principalmente no século XX, em nível mundial, dos jovens como cidadãos que têm deveres e direitos como, por exemplo, medidas legais que possam protegê-los, possibilitou colocá-los em uma posição de visibilidade e igualdade com os homens. Essa nova mentalidade social e política pode ter gerado nos responsáveis pela *Gaie France* uma sensação de perda de seu *status* hierárquico de masculinidade hegemônica e de “direito lesado” por não poderem mais praticar atos sexuais com os jovens impunemente. Então, essas pessoas acreditam que são vítimas de uma igualdade considerada, por eles, invasiva, injusta e opressiva, pelo fato de que tais isenções não são mais aceitas na atualidade.

Como produto dessa estratégia de vitimização, a *Gaie France* tomou uma medida de intervenção no imaginário social. Enquanto publicava em suas páginas conteúdos que priorizam as suas visões políticas e ideológicas, a revista escamoteava uma realidade desfavorável e inadequada aos seus interesses. É verdade que para os antigos gregos a pederastia implicava

atos sexuais em um contexto de educação e de rito de passagem para a vida adulta, porém, o abuso sexual frequente dos jovens, sem uma intenção pedagógica, não era bem visto e nem aceito na sociedade grega. O conteúdo da *Gaie France*, portanto, revela a ocorrência de uma grave descontextualização mediante a supressão de dados que são essenciais para a compreensão da conjuntura da Grécia Antiga. Era um tipo de abordagem com um viés manipulador de dados e descontextualizado que visava induzir nos leitores da revista uma visão de mundo que incluía uma questão bastante sensível e valiosa para as sociedades contemporâneas: o bem-estar e a proteção de crianças e adolescentes. Com base nessas informações, selecionar um segmento da História em relação à juventude não emancipará as pessoas da *Gaie France*, porque as suas reivindicações estão atreladas a uma concepção de mundo antiga que pode afetar a vida de muitas pessoas ao redor do mundo. Ademais, os valores considerados normais e aceitáveis no passado, podem não ser considerados normais na atualidade, pois nada na vida é absoluto ou eterno.

A *Gaie France* idealizou um passado mítico que só enxergava um lado da História. Um passado mítico associado às ideias de hierarquização e vitimização e, a partir dessa construção de memória, a revista buscou comprovar que existiu, em períodos históricos diferentes, uma ideologia atrelada a uma masculinidade hegemônica e a uma prática sexual. Essa necessidade de a *Gaie France* fabricar um passado mítico demonstra duas questões:

1ª) a memória está sujeita a conflitos sociais intensos e diversos em busca de legitimação social e política. Então, a memória não é acessada apenas para defender a veracidade de uma lembrança, mas também pelo sentido que lhe atribui;

2ª) o passado pode ser manipulado, usado para legitimar projetos políticos e manter privilégios historicamente construídos. Isso, entretanto, depende do controle da narrativa sobre o passado, ou seja, é um problema que depende de uma reescrita da História. Para tanto, a *Gaie France* mobilizou estratégias, no âmbito da escrita, que pudessem realizar esse projeto memorial e levou em consideração questões sociais, políticas, identitárias e afetivas a partir do presente, como apontou Halbwachs (2013). E não poderia ser diferente. O início da década de 1990 foi o período em que a revista circulava nas bancas de jornal e os seus escritores/colaboradores viviam.

6.1.2 A Reescrita da História

O trabalho de reescrever a história envolve a necessidade de construir o passado de uma maneira particular e diferente da memória. Diante disso, torna-se relevante explicar essa

diferença com a ajuda de Halbwachs (2013). Para o autor, a história é a compilação de processos e fatos localizados na memória dos seres humanos e, esse estudo obedece a uma necessidade didática de esquematização e de classificação de acordo com normas científicas e metodológicas – que não se enquadram nos círculos dos sujeitos que por muito tempo foram seu repertório vivo –, a partir da observação posterior das transformações e distinções entre os períodos históricos, por parte de historiadores que não participaram dos acontecimentos narrados. Nessa situação, o tempo está dividido por esses especialistas, e a história se coloca acima dos grupos, isto é, essa área do conhecimento os vê externamente.

No caso da memória, há uma inserção das formas de consciência coletiva, nas quais o passado se perpetuou e ainda vive na mente das pessoas, e a periodização não é realizada externamente. O tempo aqui depende da própria existência do grupo e das conexões estabelecidas entre seus membros, ou seja, de lembranças que precisam ser construídas sobre uma base compartilhada. Para Halbwachs (2013), os indivíduos ao se comportarem como integrantes de uma coletividade, contribuem para evocar lembranças significativas para o grupo. Assim, “a conceituação do grupo e a importância de percebê-lo como uma unidade de análise fundamental, [...] surge na medida em que esses próprios conceitos são buscados no interior da vida limitada de cada grupo” (BARROS, 1989, p. 33). As memórias do grupo, posteriormente, serão apoiadas nesse passado vivido e experimentado afetivamente, bem mais do que no passado apreendido pela história escrita.

Sob essa perspectiva, a *Gaie France* se apropriou do passado com seleções ideológicas de fatos, manipulação de dados e omissões. A intenção era direcionar e influenciar as interpretações das pessoas a respeito de culturas antigas e do presente. Nesse sentido, a democracia foi utilizada, em consonância com a liberdade de expressão proporcionada por esse regime político, para defender uma reescrita do passado antidemocrática que beneficia somente um grupo de pessoas, desconsiderando os prejuízos que esse projeto de memória poderia causar na vida de pessoas, no presente e no futuro delas. A seguir, apresento os cinco fragmentos da subcategoria “A Reescrita da História”:

- (1) A pederastia constitui uma forma de sexualidade muitas vezes mal conhecida, "*stricto sensu*", tem a ver com o amor mais ou menos exclusivo de um homem por um jovem adolescente. Segundo o modelo grego, este amor deveria revestir-se de um caráter pedagógico.
- (2) Durante longos anos, os historiadores contentaram-se em narrar acontecimentos e batalhas; pouca atenção foi dada [...] ao exame profundo dos costumes sociais e dos estilos de vida. Essa ausência de interesse dada à vida cotidiana dos povos, falseia inevitavelmente o nosso julgamento sobre as civilizações que nos precederam, logo a capacidade de análise da nossa própria

sociedade; sem uma cultura histórica verdadeira, faltam-nos elementos de referência para podermos nos situar no tempo e no espaço.

- (3) É bom tom criticar a liberdade do escritor nos nossos países democráticos; mas como é que se pode explicar que os manuais escolares, revistas e livros de história “para o grande público”, seja sistematicamente escondida toda e qualquer referência à pederastia ou, pelo menos, que ela tenha o lugar que lhe é devido?
- (4) Outro exemplo de dificuldade com a qual se debate os historiadores, consiste em tentar compreender uma época ou uma civilização que lhes é estranha, abstraindo-se da época na qual vivem. [...] por conformismo social, [...] da sua época, nós enganamo-nos no diagnóstico da nossa própria sociedade. Esta mutilação da informação é mais profunda do que aparenta e reveste-se de formas distintas.
- (5) Se a homossexualidade e a pederastia são temas raramente evocados na Europa, antes do aparecimento da imprensa, é porque o trabalho de cópia dos manuscritos era confiado exclusivamente aos religiosos que, sistematicamente, censuravam todas as passagens contrárias à religião. A história "sexual" corresponde ao enunciado de uma banalidade; cada um dos seus atores sendo sexuado, age como um homem ou como uma mulher, sujeito a desejos e paixões "clássicas" ou não.

Primeiramente, é possível constatar que a palavra “pederastia” é muito utilizada nos textos da *Gaie France*. Nessa subcategoria, a palavra aparece nos fragmentos (1, 3 e 5). De início, no fragmento (1), a revista demonstra a necessidade de explicar para seus leitores que a pederastia representa o “amor mais ou menos exclusivo de um homem por um jovem adolescente” e, ainda destaca, que esse sentimento teve origem na Grécia Antiga e tem caráter educativo. Além disso, no fragmento (1), é pontuado que o fenômeno é uma forma da sexualidade pouco representada e discutida academicamente. No fragmento (2), é relatada a falta de interesse dos historiadores em abordar os costumes do passado que fazem parte de uma “cultura histórica verdadeira”. Para o meio de comunicação, esse desinteresse científico prejudica a interpretação dos contemporâneos a respeito das civilizações antigas. Além de privar as pessoas que se identificam com os vestígios selecionados nessa História que são fundamentais para situá-las no tempo e no espaço.

No fragmento (3), a *Gaie France* realiza uma ironia que, ao mesmo tempo, critica liberdade dos escritores nos países democráticos, tendo em vista, segundo o periódico, que houve um esquecimento de costumes importantíssimos do passado e que não há representatividade da pederastia nos materiais impressos para o público em geral. No fragmento (4), a *Gaie France* faz outra crítica aos historiadores referindo-se a uma “dificuldade” desses profissionais. De acordo com a revista, os estudiosos da História, por “conformismo social” de

sua época, apresentam uma resistência em analisar a conjuntura de civilizações antigas, sem nenhuma ligação dessas culturas com o presente. Ademais, a *Gaie France* classifica essa atitude como “mutilação da informação”, um obstáculo camuflado de formas distintas e que impede as pessoas do presente obter um diagnóstico real da própria sociedade.

E, finalmente, no fragmento (5), o meio de comunicação cita a homossexualidade e a pederastia e, acrescentando que esses temas eram pouco tratados na Europa por causa da censura imposta pela Igreja Católica, por meio de seus monges que trabalhavam copiando os livros com o intuito de levar ao esquecimento assuntos que discordavam da religião hegemônica da época, impossibilitando que chegasse até nossos dias a transmissão de uma História “sexual” antiga, na qual pessoas comuns e normais que agiam segundo seus desejos e paixões.

De modo interpretativo, as constatações nessa subcategoria refletem todo o conteúdo da *Gaie France* e algumas de suas estratégias que marcam o seu modo de reescrever um passado idealizado. A luta por reconhecimento de uma representatividade nos materiais didáticos escolares, livros de História e nas revistas em geral era fundamental para a *Gaie France*. Isso se deve ao fato de que ser representado no espaço social permite alguns pontos favoráveis: compartilhar características e lembranças em comum entre os integrantes de um grupo, levando em consideração as suas diferenças com outros agrupamentos; construir uma memória grupal e uma identificação com outras pessoas, atrelando à ideia de que elas são valorizadas e que estão incluídas; a projeção de subjetividades e a troca de conhecimentos e experiências. Tudo isso na *Gaie France* tinha como marcadores sociais ou elos de ligação a masculinidade hegemônica e a prática sexual.

A representatividade é uma expressão dos interesses e das necessidades de pessoas que fazem parte de um grupo social e, por mais que esteja oculto no termo, o seu caráter político e ideológico está presente. Então, representatividade significa também ter poder, prestígio, e isso tem uma ligação com a democracia, pois essa forma de governo é capaz de reconhecer a existência social do outro e a ampliação de seus direitos sociais e políticos. Desse modo, com a democracia, há a possibilidade de reivindicar intervenções na esfera política, incluindo defender uma “verdade” em oposição a práticas que ameaçam os valores cultivados por um grupo.

Sendo assim, grupos sociais não devem usar os benefícios da democracia, como a liberdade de expressão, com o intuito de inferiorizar, dominar e controlar outras pessoas, porque isso gera um conflito com o bem-estar geral da sociedade e com o objetivo dessa forma de governo que é assegurar os direitos fundamentais das pessoas, inclusive das minorias. No entanto, apesar de citar a democracia em suas páginas, a *Gaie France* tentou persuadir os seus

leitores, por meio de textos que expressavam autoritarismo, dominação, manipulação de pensamentos e de crenças, valores antidemocráticos, a imposição de uma visão única e ideológica, visando a manutenção no poder. A violência também é um subproduto dessa atitude antidemocrática.

Com esse viés ideológico, a *Gaie France* responsabilizou os historiadores de praticarem uma “mutilação da informação” por não associarem o passado ao presente. A própria revista, contudo, realizava uma fraude intelectual ao manipular a realidade e ao explorar interpretações que pudessem desconstruir a hegemonia científica e instituída pela história oficial de alguns processos do passado e reivindicar o direito ao debate a respeito de assuntos históricos. A partir de associações indevidas, a *Gaie France* buscou reescrever a história e criar uma relação que não existe entre culturas distintas e, com base nessa associação falsa, a revista tentou sustentar um conjunto de pensamentos ideológicos enganosos, militantes para justificar ações no presente.

No *corpus* teórico do presente trabalho, é possível observar que a sociedade na Grécia Antiga era machista e que as mulheres e os jovens viviam sob a dominação dos homens. Nessa cultura, como afirmou Jaeger (1995), cada pessoa tinha o seu papel, e a educação era uma prática crucial para o desenvolvimento e a formação dos futuros cidadãos. No processo educativo, a memória era fundamental para transmitir conhecimentos e histórias do passado aos jovens gregos, e os “amores masculinos” ou “relações pederásticas” representavam um modelo importante, no qual o adulto desfrutava a beleza, a juventude e a potencialidade do jovem, enquanto este recebia de seu mentor saberes que o conduziram para uma vida produtiva e cidadã (SPENCER, 1996; VRISSIMTZIS, 2002). Ademais, os indivíduos de sexo masculino adultos viviam a sua sexualidade privada com as mulheres e a pública com os rapazes que serviam de base à obtenção do prestígio social. Eram relações hierárquicas e desiguais, com uma atribuição de papéis bem definidos, em que o homem adulto era o amante ativo, e o jovem rapaz, o passivo. A relação sexual intergeracional compunha uma estética de si, um cuidado de si, um aprimoramento filosófico dos jovens com o seu mestre. Isso representava mais que um encontro carnal de prazer sexual.

Desse modo, na Grécia Antiga, não era possível classificar os indivíduos como homossexuais, ao contrário do que acontece hoje. Na realidade, havia relações sexuais e afetivas entre homens, mas isso não era homossexualidade. A possibilidade de casamento e adoção, por exemplo, são questões do período contemporâneo que não existiam no imaginário grego antigo.

Desse modo, algumas categorias contemporâneas sobre sexualidade não podem ser explicadas com base em fenômenos do passado, principalmente, quando se trata da Grécia

Antiga. A *Gaie France*, por sua vez, submetia a História a um processo de revisionismo ideológico e, a partir dela, era construída uma associação intencional e indevida de costumes e valores da Grécia Antiga com questões sexuais da sociedade contemporânea. Um dos assuntos preferidos pelos autores da *Gaie France* era a pederastia. A abordagem desse fenômeno era uma estratégia argumentativa e uma prática editorial da revista. Dessa forma, a pederastia – que, originalmente, significava amantes de garotos – era utilizada como carro-chefe pela *Gaie France* como uma estratégia que visava influenciar os seus leitores a respeito da ideia de que as práticas sexuais entre menores de idade e adultos eram antigas, aprovadas por outras civilizações do passado e, portanto, tais atitudes e violações deveriam ser aceitas e legitimadas pela sociedade nos tempos contemporâneos. Era uma tentativa de justificar comportamentos atuais, baseados em fatos do passado e uma atitude que vai de encontro às pesquisas historiográficas produzidas sobre o tema. As estratégias aqui eram o uso do revisionismo ideológico, pautado no anacronismo e na seletividade de fatos do passado. Considerando essa informação, torna-se relevante distinguir os dois revisionismos: o historiográfico e o ideológico.

Não é raro, no percurso acadêmico de um historiador, o trabalho de revisão do passado quando surgem novas fontes históricas, hipóteses e novos questionamentos. Em linhas gerais, todo projeto historiográfico que busque a inovação é considerado revisionista. Não há problema nisso. De fato, o passado precisa ser reescrito e submetido a um processo de revisão, visto que nenhum conhecimento é definitivo. Nesse processo, não significa que os valores ideológicos estejam totalmente ausentes ou que o pesquisador precisa, necessariamente, ser neutro ou imparcial em suas análises do passado como se ele fosse um robô a-histórico. Por outro lado, o revisionismo historiográfico não significa uma opinião sobre o passado reescrito. Essa revisão é caracterizada pelo interesse de avançar o conhecimento a partir de novas pesquisas, descobertas documentais e perspectivas teóricas. Apresenta uma série de questões que o tornam científico: a objetividade analítica, a ética e a argumentação contextualizada; o respeito às fontes e a crítica documental; a explicação das perspectivas metodológicas baseada em conceitos e categorias de análise; uma constante avaliação pelos pares e um debate coletivo, o que permite refletir criticamente sobre o conhecimento gerado (NAPOLITANO, 2021).

No caso do revisionismo ideológico, a situação é diferente. Configura um uso abusivo do passado executado por governos, elites, grupos políticos, econômicos e religiosos cujo objetivo é distorcer os processos históricos em prol de lutas políticas atuais envolvendo uma visão pré-construída a respeito de um tema histórico, quase sempre polêmico, e a defesa de uma tese dada *a priori* sobre um passado sensível. Napolitano (2021) destaca que, em contraposição ao historiográfico, o revisionismo ideológico trabalha com a reinterpretção de processos

históricos a partir de motivações e ideologias do analista, enquadrando e limitando as argumentações a esses elementos. Nesse revisionismo, ocorre falta de ética, a manipulação ou a omissão de documentos, a descontextualização dos processos históricos sem crítica, a abordagem de fatos antigos de maneira simplista e equivocada, a generalização de comportamentos do passado, distorções metodológicas e não há debate entre os pares. No revisionismo ideológico, o interesse de seus agentes não é ampliar o conhecimento sobre o passado, mas destruir esse conhecimento por meio de uma explicação enviesada sobre dados e processos históricos polêmicos e de uma perspectiva ideológica, moral e avaliativa, mas devidamente oculta nos discursos manipulados.

Uma forma do revisionismo ideológico ser efetivado é por meio do uso do anacronismo – quando valores e costumes do passado são projetados no presente – e da seletividade intencional das fontes. Funari (2021) ressalta que a manipulação do anacronismo constitui um meio privilegiado, na medida em que passado e presente são misturados, tornando tempos diversos como iguais, “a serviço da inclusão ou da exclusão social, da abertura ao “outro” ou do preconceito, da liberdade ou da opressão, da convivência ou da intolerância” (FUNARI, 2021, p. 116). Na prática, os anacronismos são modos variados de interpretação e, por isso, apresentam um caráter plural, no sentido de que podem ter diferentes configurações e serem utilizados para diversos objetivos, incluindo justificar algo no presente, por meio da manipulação ou invenção de informações.

Dessa maneira, a *Gaie France* usou o revisionismo ideológico, pautado no anacronismo e na seletividade dos conteúdos. Era de extrema importância revisar a história e constituir uma narração do passado paralela, autêntica, forte que pudesse combater as histórias oficiais e, simultaneamente, conquistar legitimidade política e científica. Para isso, era necessário, no entanto, utilizar outra estratégia que pudesse encaminhar uma mensagem para o seu público alvo, mas oculta para o público em geral, e evitar críticas, desgastes e pressões sociais. Nas páginas da revista, era comum encontrar escrito que o meio de comunicação combatia o preconceito e a discriminação sofrida pelos homossexuais, lutava pelos direitos da comunidade *gay* e essa “boa ação” era realizada, ao mesmo tempo, associando a homossexualidade à palavra pederastia. Essa atitude “aparentemente” generosa era, na verdade, a estratégia “política do apito canino”.

Vale explicar que o apito para cães é um recurso fundamental para os treinadores, porque esse instrumento emite um som em uma alta frequência que é captado perfeitamente por esses animais, mas inaudível aos ouvidos do ser humano. Daí origina-se a metáfora que nomeia o fenômeno que tem uma potencialidade interpretativa de diferentes destinatários, sendo que

um deles é um grupo específico, o qual recebe uma mensagem oculta, uma espécie de código ou símbolo. O outro destinatário, que representa a maior parte do público, não compreende os significados construídos e implícitos nessas mensagens codificadas, por não saber que existe uma simbologia oculta. Por exemplo, a *live* do presidente Bolsonaro, supostamente, para saudar e prestigiar a produção de leite no Brasil serve para explicar como funciona a política do apito canino. O fato é que a maioria do público não sabe que os supremacistas brancos e fascistas encontraram no leite um símbolo no qual eles afirmam ter uma superioridade racial. O intuito, nessa *live*, foi encaminhar uma mensagem para os fascistas de que os brancos são superiores, mas esse sinal ficou invisível para o público em geral que desconhece essa simbologia. Nesse sentido, Safire (2008, p. 190) aborda esse fenômeno assim,

O uso de mensagens incorporadas em discursos que parecem inocentes para o público geral, mas que ressoam em um grupo específico sintonizado para recebê-las. [...] A política do apito canino pode ter derivado do uso do termo pelo analista Richard Morin, diretor de pesquisas do *The Washington Post*, quando observou em um artigo de 1988 que "mudanças sutis na formulação de perguntas às vezes produzem resultados notavelmente diferentes... os pesquisadores chamam isso de 'Efeito do Apito Canino': Os entrevistados ouvem algo na pergunta que os pesquisadores não ouvem". (tradução e grifo nossos).

Assim, com o uso de uma simbologia, cada parcela do público capta uma parte diferente de uma mensagem. Essa política é efetivada quando o agente que enviou a mensagem evita o entendimento do que foi dito pela maioria da população, e, simultaneamente, ele se protege de possíveis “desgastes” e críticas provocadas se o real significado de suas narrativas fosse entendido por todos e da mesma forma. O fato é que a consequência dessa política é prejudicial à democracia. Goodin (2008) defende a importância de a população, em geral, compreender as políticas defendidas por seus candidatos, partidos ou grupos políticos em uma democracia, pois é isso que a torna saudável e eficiente. Goodin (2008, p. 224) escreve:

A aspiração democrática de regência pelo povo implica que as pessoas saibam — e sejam informadas — minimamente sobre aquilo em que estão votando. A clareza e a consistência das mensagens dos candidatos aos eleitores importam, portanto, profundamente para a qualidade da democracia.

É crucial, portanto, treinar os nossos ouvidos e a nossa compreensão de temas que são colocados no âmbito democrático, porque qualquer consenso que se busque em torno de uma mensagem emitida e produzida pela política do apito canino é falso. Essa dubiedade em relação à compreensão da mensagem sugere que uma parte que recebeu a narrativa decodificada está sendo enganada. É uma situação que retira da sociedade a capacidade de deliberação, um tipo

de discussão que nos possibilita estruturar opiniões, tomar decisões importantes e tornar a democracia ser realmente um sistema político.

No caso da *Gaie France*, havia também o uso da política do apito canino. Ao levantar a bandeira dos direitos da comunidade homossexual associando-a à cultura grega, os escritores e coordenadores da revista enviavam uma mensagem oculta que a maioria da população não compreendia. A produção da *Gaie France* servia como literatura para as diversas associações do movimento de ativismo pedófilo existentes no mundo, e as pessoas envolvidas no meio de comunicação descobriram na palavra “pederastia” um símbolo capaz de afirmar, ao seu grupo específico, a superioridade dos homens adultos em relação aos jovens. Além de defender a relação sexual com menores de idade, pois acredito que elas consideravam a expressão “pedofilia” muito associada a ideias negativas. Era uma maneira de defender os “direitos” dos homossexuais e, ao mesmo tempo, o sexo com adolescentes e crianças. Ainda nos dias atuais, inclusive, as associações continuam usando o termo “pederastia” em seus *sites* — por exemplo, a *Nambla* (*Nort American Man/Boy Love Association*) — como um símbolo memorial e político. Por esse motivo, a expressão pedofilia apareceu poucas vezes nas páginas da *Gaie France*. Era uma maneira de escapar das críticas sociais.

A reescrita do passado no meio de comunicação não era, portanto, fundamentada pela história, mas sim pela memória coletiva e por experiências afetivas sobre eventos compartilhados entre os integrantes da *Gaie France*. Esses integrantes trabalhavam com o intuito de reunir lembranças e conceitos importantes no interior do próprio grupo de pessoas que faziam parte da revista. Era uma reescrita caracterizada por estratégias como: o revisionismo ideológico, pautado no anacronismo e na seletividade dos processos históricos; o uso da política do apito canino, visando ocultar suas reais intenções no campo político. O uso dessa estratégia é perigoso para a democracia, uma vez que, as narrativas do periódico não estavam expostas compreensivelmente para todos.

A cada página, os colaboradores/escritores da *Gaie France* tematizam a memória, comprovando que esta é uma prática social e uma habilidade inerente à própria condição humana. Essas pessoas, conectadas por meio de laços e interesses afetivos, sociais, políticos, memoriais, demonstram o próprio aspecto humano, no sentido que era fundamental para elas, a compreensão e o compartilhamento de símbolos e significados com outras pessoas que faziam parte de seu grupo. Os colaboradores/escritores da revista assumiram uma função importante no processo de manutenção dos valores defendidos do grupo. Como elos vivos entre gerações, essas pessoas assumiram a responsabilidade e um papel que lhes confere o “direito” e a

obrigação de transmitir um passado vivido, experimentado individual e coletivamente, também com o uso de objetos.

6.1.3 Os Objetos Transmissores de Lembranças

Desde a infância, o ser humano se constrói a partir de uma interação, constante, com o meio social e, nessa questão, os objetos representam uma alternativa especial que ele desenvolve para se relacionar com esse meio, pois as coisas não são constituídas apenas por matéria, mas também por uma carga simbólica, conhecimento, sentimento e afeto. No processo de construção da memória, essa habilidade, caracterizada como íntima, subjetiva, individual e coletiva, torna-se mais significativa quando as pessoas associam aprendizagens e experiências aos objetos. Sendo assim, o estudo das narrativas que abordam esses objetos pode revelar muito a respeito da vida delas como, por exemplo: motivações, valores, crenças, grupo ao qual pertencem e a forma como se apresentam ao mundo.

Em se tratando da *Gaie France*, as pessoas envolvidas com a ideologia defendida pela revista interagiam de um modo peculiar com o meio social, mediante o uso de câmeras Polaroid e de vídeo e dos produtos resultantes desses instrumentos, fotografias e filmes. Na *Gaie France*, esses objetos são marcados pela capacidade de adaptação e camuflagem no meio social e por lembranças afetivas, eróticas e aspectos da juventude. Vejamos os fragmentos a seguir.

- (1) E.J. toma posse dos seus modelos, no sentido de que ele extrai da fotografia, em geral, o pormenor que o interessa. [...] O mais provável é que a relação erótica se completasse com a própria fotografia.
- (2) Essa fugacidade da ligação pederástica explica, certamente, porque é que tantos apaixonados por jovens adolescentes, os desejam fotografar e filmar, muitas vezes nus, por vezes, em posições eróticas, sozinhos ou com outros companheiros da sua idade. Essa prática é tão corrente, perigosa e permite, em 80% dos casos, processar judicialmente os autores dos atentados ao pudor. Mas, a tentação é forte, de guardar numa película ou num filme, uma graça condenada a desaparecer, gestos e atitudes que não se irão reproduzir nunca mais.
- (3) O aumento do número de máquinas Polaroid e câmeras de vídeo permite boicotar os profissionais da revelação, confinando a fotografia e os filmes pornográficos, com jovens rapazes, a um círculo muito restrito. As fotografias mais susceptíveis de o expor a perseguições [...] estão agrupadas e ordenadas, segundo os modelos, em envelopes que ele classificava com rigor e colocava dentro de livros vazios.
- (4) A fotografia e o filme dão assim aos seus autores duas satisfações essenciais: fixam a imagem do jovem amado e [...] o amor partilhado. As fotografias e os filmes permitem, por outro lado, todos os tipos de trocas, por vezes lucrativas,

com outros amantes de jovens rapazes, em particular, com aqueles que não se podem permitir a ter ligações pederásticas, contentando-se em satisfazer os seus desejos e os seus fantasmas, vendo filmes e imagens feitas por amantes mais afortunados.

- (5) Os que procuram fotografias de jovens nus e não podem tirar as suas próprias fotografias, devem contentar-se com a leitura [...] de revistas, especialmente, consagradas à beleza juvenil. Essas revistas propõem nus artísticos de rapazes que, não desobedecendo à lei, continuam a ser de venda livre.

No fragmento (1), a *Gaie France* apresenta a relação íntima que o fotógrafo E.J. estabelece com as suas fotografias, nas quais ele realiza um enquadramento e seleciona os pequenos detalhes em seus modelos jovens que são significativos e importantes em sua visão. A revista levanta a hipótese de que as fotos e a ação de fotografar estavam associadas a um sentimento erótico. No fragmento (2), é explicado que o caráter efêmero da juventude – representado por gestos, atitudes, vitalidade e potencialidade que, inevitavelmente, irão desaparecer no futuro – é o motivo pelo qual alguns homens adultos, em uma “relação de pederastia”, desejam investir na produção de fotografias e filmes de jovens desnudos sozinhos ou com outros de sua idade. Ainda, no mesmo fragmento, há um alerta de que essa prática é arriscada, porque eles podem ser judicialmente processados por atentado ao pudor.

No fragmento (3), a revista menciona que o aumento do número de máquinas, que revelam instantaneamente a imagem, as chamadas de Polaroid, e as câmeras de vídeo possibilitam às pessoas que usam esses objetos, algumas vantagens em suas vidas. São elas: evitar que os profissionais responsáveis em revelar os negativos tenham acesso a esses materiais; restringir as fotos e os filmes produzidos a um grupo restrito de pessoas; diminuir a chance dos homens, que produzem imagens de jovens, serem acusados pela justiça por abuso de menores de idade. Além disso, é registrado que a probabilidade de eles serem “perseguidos” judicialmente por causa da produção de fotos “mais ousadas” diminuiu ainda mais, porque esses instrumentos são organizados e guardados em envelopes, classificados com rigor e escondidos dentro de livros vazios.

No fragmento (4), a *Gaie France* relata que a fotografia e o filme concedem duas satisfações importantes aos adultos que se interessam em produzir imagens de jovens: a fixação da imagem juvenil e o sentimento partilhado com o modelo. É acrescentada ainda outra vantagem. O trabalho de reunir as fotografias era lucrativo, uma vez que permitia aos colecionadores trocá-las ou vendê-las com outros amantes de jovens, em particular com aqueles que não podiam vivenciar uma relação sexual ou amorosa com esses garotos. Esse “companheirismo grupal” permitia a esses homens satisfazerem os seus desejos com a

apreciação de imagens produzidas por amantes mais afortunados. Com essa visão, no último fragmento (5), a *Gaie France* expressa motivo pelo qual as revistas dedicadas à beleza juvenil são importantes para os homens que não podem produzir fotos e filmes de jovens sem roupas, porque eles podem ter acesso a esse tipo de nudez que é considerado reprovado pela sociedade, embora, no início da década de 1990, ainda era possível encontrar esse conteúdo nas bancas de jornal.

É possível interpretar esses fragmentos e indicar alguns dados importantes. Havia uma valorização constante do corpo juvenil e uma preocupação com a perda de traços da juventude.

De acordo com os artigos publicados na *Gaie France*, os ensaios fotográficos retratados na revista, classificados como “qualidades pedagógicas admiráveis”, foram realizados entre as décadas de 1950 e 1980 e envolviam educação, erotismo e afetividade. Essas informações me ajudam a levantar as hipóteses de que os fotógrafos utilizavam a própria memória – quando focalizavam determinadas posições do corpo e a exposição espontânea da genitália – e participavam ativamente da construção das imagens e, possivelmente, projetavam nelas, seus ideais como também as próprias expectativas e fantasias. Isso evidencia a seletividade da memória, conforme Pollak (1992) indicou nas produções de fotos e filmes envolvendo menores de idade. Dessa maneira, os fotógrafos comandavam as seções fotográficas e estabeleciam as poses dos jovens que agradavam a si próprios, e as pessoas envolvidas na *Gaie France*, ao publicarem as fotos produzidas por esses profissionais, acreditavam ser também do gosto de seu público. Para ilustrar esses dados, apresento algumas imagens divulgadas na revista. A Figura 5 mostra um jovem nu, em pé e numa posição ereta, com a face voltada para a frente e olhando para o horizonte. A Figura 6 expõe meninos representando uma espécie de competição ou brincadeira na qual eles puxam uma corda.

Figura 5: Corpo jovem



Fonte: *Gaie France*, n. 1, jun./jul., 1992, p. 42

Figura 6: Força e resistência



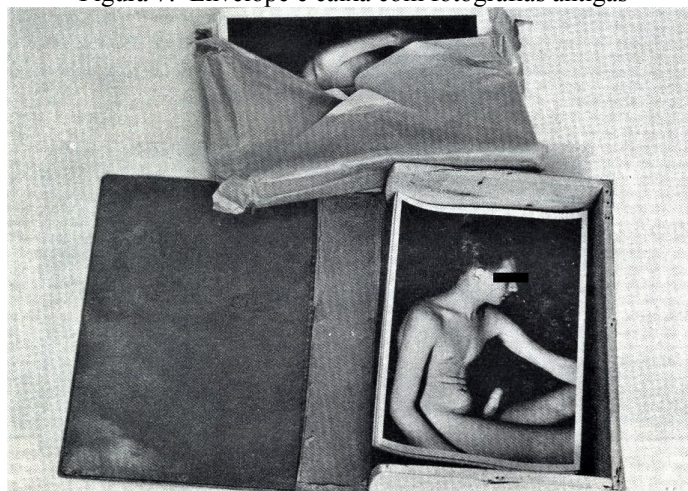
Fonte: *Gaie France*, n. 1, jun./jul., 1992, p. 43

Na *Gaie France*, os rapazes foram qualificados como “juventude nórdica” e eram de aparência muito jovem, de tonalidade pele clara, magros, desprovidos de barbas e sem pelos, com exceção daqueles distribuídos na região pubiana. Nessas fotografias, eram valorizados aspectos que os homens possuem ou valorizam na fase da juventude: corpo jovem, força, competição, resistência, potencialidade e vitalidade.

De acordo com duas reportagens, sem autoria, publicadas na *Gaie France*²⁵, alguns dos ensaios fotográficos com os modelos masculinos foram realizados entre as décadas de 1910 e 1980 em ambientes naturistas da Europa – como, por exemplo, na Alemanha – que serviam de local para essas atividades. Ainda, segundo a revista, os modelos fotográficos tinham entre 13 e 18 anos de idade. As imagens realizadas nesse período foram colecionadas, conservadas, organizadas e concedidas, pelos fotógrafos ou proprietários que adquiriram esses materiais, para serem publicadas na *Gaie France* na década de 1990. Isso comprova a existência de um caráter memorial e afetivo, visto que, geralmente, as pessoas guardam objetos, por muito tempo, quando neles são depositadas lembranças consideradas significativas e, nesse caso, detalhes de uma juventude e de garotos de ontem que, inevitavelmente, transformam-se em homens no futuro. A seguir, a Figura 7 retrata a preocupação das pessoas — que estavam em posse dessas fotos escondidas dentro de um envelope e uma caixa — em conservar lembranças envolvendo jovens nus.

²⁵ 1) Uma estética da juventude. *Gaie France*. Lisboa: Associação dos Amigos da *Gaie France Magazine*, n. 2. ago./set. 1992; 2) Hajo Ortil ou “Big Old Joe”. *Gaie France*. Lisboa: Associação dos Amigos da *Gaie France Magazine*, n. 1. jun./jul. 1992.

Figura 7: Envelope e caixa com fotografias antigas



Fonte: *Gaie France*, n. 2, ago./set., 1992, p. 29

No contexto da *Gaie France*, a conservação de lembranças representa um esforço memorial contra o esquecimento de aspectos da juventude. Ratificando essa questão, Silva (2016) pontua que as imagens possibilitam a criação de uma documentação visual importante de experiências devido ao seu caráter de testemunho e o estabelecimento entre realidade, registro e representação visual. Ademais, essa possibilidade de armazenar lembranças, histórias e emoções e recuperá-las em um objeto e em outro tempo foi defendida por Debary (2010). Segundo o autor, os objetos transmissores de lembranças configuram “pontes” capazes de nos encaminhar em direção a uma memória individual e coletiva.

Então, na subcategoria “Os Objetos Transmissores de Lembranças”, a estratégia da *Gaie France* era demonstrar aos seus leitores a forma como as pessoas integradas à revista se relacionavam com o meio social, a partir da interação com objetos que permitiam demonstrar o aspecto humano e memorial delas. Além disso, o meio de comunicação registrou a importância das máquinas Polaroid e câmeras de vídeo que ajudavam burlar o Estado, escapar dos processos judiciais e da necessidade de prestar contas às instâncias controladoras; e das fotos e dos filmes que permitiam guardar, ao longo do tempo, experiências eróticas e afetivas com jovens. Nesse sentido, essas pessoas se apresentam ao mundo como fruto do meio social em que vivem, oprimidas e perseguidas pela sociedade pelo fato de sentirem um desejo que é reprovado socialmente.

Vale acrescentar que, ao publicar essas fotografias, a própria *Gaie France* tornava-se um objeto transmissor de lembranças. Os seus escritores e colaboradores assumiram a tarefa para si de buscar, selecionar, preservar e expor uma coleção de objetos e peças de valor artístico, histórico e memorial que pudessem servir de guia aos seus leitores e visitantes das páginas dessa revista que funcionava como uma espécie de “museu de papel”, cujo foco principal era

transmitir às gerações seguintes, partes de um passado caracterizado por símbolos, rostos e gestos de jovens e momentos significativos para eles. Essa ação humana evidencia a viabilidade da transmissão de lembranças via objetos, o caráter dinâmico da memória e o interesse da *Gaie France* em fazer de cada leitor o seu alvo e, ao mesmo tempo, seu instrumento de transmissão e conservação de conteúdos subjetivos e ideológicos no meio social.

Ao selecionar os conteúdos, os escritores e colaboradores realizaram uma periodização na *Gaie France*. Esse fato demonstra o aspecto individual, particular e original da memória resultante da disposição espacial e temporal deles. Trata-se de lembranças que mostram uma distância temporal, um confronto entre dois mundos distintos e, ao fornecer um passado, fotografias e conteúdos, no presente, essas pessoas buscaram retratar a realidade e provar a veracidade dessa memória.

Além disso, a *Gaie France* colocava em evidência não somente a relação entre o ser humano e o objeto, mas também entre o indivíduo e a sociedade e o seu interesse em manter recordações e o pertencimento a um grupo. A revista era um objeto capaz de reunir pensamentos individuais e, simultaneamente, construir e transmitir uma memória em comum entre pessoas que apresentavam um tipo de desejo sexual por jovens, uma situação na qual cada escritor e colaborador da revista deixava de ser ele mesmo para fazer parte do todo. Sendo assim, havia a preocupação em combater as transformações que pudessem dissolver e destruir as conexões entre elas e também o intuito de realizar a manutenção de valores ou traços fundamentais que continuam como a base do grupo.

De uma forma peculiar, a *Gaie France* foi criada como um objeto ou meio de suporte de memórias com a intenção de mantê-las vivas. Com essa visão, as pessoas envolvidas na revista apropriaram-se das imagens de crianças e adolescentes e adotaram a juventude como um símbolo de referência e conexão coletiva. A propósito, esse vínculo reduzia os jovens retratados nesse “museu de papel” a uma condição de meros objetos transmissores de lembranças, visto que havia uma ação intencional e ideológica ao expô-los na *Gaie France*. Em um processo de coisificação, conforme defende Chauí (1985), eles eram transformados em seres dominados e explorados a serviço de interesses sexuais de homens que ignoram as suas necessidades e vulnerabilidades.

Ao contrário de considerar esses elementos, a *Gaie France* trabalhou no processo de coisificação de jovens e, para isso, a revista: ressaltou a importância de viver livremente a sexualidade durante a juventude e negou os efeitos negativos das experiências sexuais entre maiores e menores de idade, por meio do uso de recordações de adultos que passaram por essas experiências, nas fases da infância e da adolescência.

6.1.4 Juventude, Sexualidade e Recordações

A juventude é uma fase importante na vida de qualquer ser humano. É uma etapa caracterizada por novas descobertas sexuais e experiências marcantes que poderão ser recordadas no futuro. Sabendo disso, ao longo de sua história, a *Gaie France* se preocupou em abordar esses dois aspectos humanos, a sexualidade e a memória. Nos fragmentos, a seguir, há menções sugestivas de que a revista investia em assuntos que pudessem destacar: alguns traços dos jovens e a relevância de eles viverem a própria sexualidade livremente e os pontos positivos de ações e interações sexuais provenientes dessa liberdade, durante a fase da juventude, por intermédio de recordações de um jovem chamado de Christophe e de ex-alunos de colégios ingleses.

- (1) Os jovens índios estenderam as suas redes perto do fogo. É frequente os rapazes praticarem alguns jogos sexuais na mesma rede. Brincam sem inibição, exibindo o apêndice da sua virilidade nascente e o acasalamento entre eles. Contrariamente, ao que se passa no nosso país [França], a criança não está submetida a uma autoridade parental abusiva e possessiva. É por si próprio que ele irá descobrir as suas capacidades e explorá-las, para mais tarde, ser um homem independente apto a sobreviver no meio da selva. [...] “Escolhe um [o especialista em selva fala para o autor do texto], ele [jovem indígena] ficará muito satisfeito se fizer amor com um estrangeiro, para ver se ele fode tão bem como os seus companheiros! Se tens escrúpulos judaico-cristãos, olha que eles não os têm!”
- (2) Interrogados sobre sua juventude passada nessas instituições, 84% dos antigos alunos confessam ter uma excelente recordação. Um outro inquérito revela que 53 a 73% dos pais dos pensionistas pensam que a estadia dos filhos no internato melhorou as suas relações familiares. Estas conclusões podem ser completadas procedendo a um estudo paralelo [...] baseia-se em questionários distribuídos a jovens que deveriam revelar se tinham sido parceiros de relações sexuais com um homem, quando eram menores; o recuo no tempo parece um fator importante de credibilidade.
- (3) A criança é um ser de desejo polimorfo. Nesse contexto, a bissexualidade e a homossexualidade são notáveis. Por um jogo de exploração e por gosto natural pela provocação, ela [criança] tentará seduzir o outro [adulto]. Usando o charme da sua bipolaridade, ela sente-se investida de uma graça divina que lhe permite exercer o seu poder sobre os adultos que ela considera prisioneiros do sistema social.
- (4) “Em muitos casos, eu sei que essa ideia vai desagradar a muitas pessoas, mas o adolescente coopera ativamente e, mesmo por vezes, ele provoca o ato sexual”, diz o Dr. Gigerof. A polícia corrobora essa opinião. “É por vezes muito difícil diferenciar o sedutor da pessoa seduzida”, declara o inspetor Fer ne Alexander, da Polícia Metropolitana de Toronto. O jovem Christophe, o qual falei num artigo anterior da GFM, reivindicou ter desviado o seu parceiro adulto com o seguinte diálogo: “Reconhece ter desviado o menor Christophe?” “– Não foi ele, fui eu.”

- (5) Os jovens vivem num ambiente de sexualidade em que televisão, jornais, revistas, filmes, o comportamento dos pais e dos colegas, tudo os incitam. A sociedade de que fazem parte os pré-adolescentes "vítimas" de relações sexuais com adultos, leva-os cada vez mais para uma maior abertura sobre a sexualidade e o prazer do adulto. Além de que cada vez mais vozes autorizadas reconhecem que os jovens de hoje são mais maduros que os das gerações que os precederam. A juventude atual cresceu com uma certa ideia de liberdade sexual.

Observando os fragmentos anteriores, farei algumas inferências. No fragmento (1), em vez de retratar, de uma forma geral, o conjunto de saberes, tradições e costumes que compõem a cultura indígena do sul da Venezuela, a *Gaie France* se preocupa em focar apenas na questão sexual. A intenção, nesse fragmento, é mostrar um exemplo de cultura na qual os jovens não estão submetidos a dois aspectos que limitam descobrir suas habilidades: uma consciência social atrelada a uma moral cristã e o controle da família, que é considerada pela revista como abusiva e possessiva. Devido a inexistência desses dois fatores, os jovens índios vivem e exibem, intensamente, a própria sexualidade desde cedo e sem tabus com outros de sua idade. Segundo a revista, essa liberdade sexual lhes proporciona os meios para se tornarem homens independentes, fortes e aptos a viverem na selva. Ainda no mesmo fragmento, há um diálogo entre o autor do texto e um especialista em selva. Nessa interação, eles banalizam o sexo entre os pequenos índios e estrangeiros como algo comum, normal e aprovado pela cultura indígena.

É possível estabelecer um vínculo com o fragmento (2) e constatar a referência de outra cultura, em outro tempo e espaço, nos colégios ingleses. Em tal caso, são divulgados resultados de estudo e inquéritos, os quais expõem um número significativo de jovens que declararam ter experiências sexuais com um adulto ao longo de sua infância, enquanto frequentavam as instituições inglesas. Não é possível determinar se essas recordações são reais ou fictícias. No entanto, na *Gaie France*, o tempo – que engloba a fase da infância com as experiências sexuais e a fase da vida adulta com a distribuição dos questionários –, as recordações, os estudos e inquéritos são meios utilizados para justificar e alcançar credibilidade nas narrativas de que esses jovens foram afetados positivamente por memórias que representam experiências sexuais na infância e por bons relacionamentos familiares.

Nos fragmentos (3) e (4), a sexualidade do jovem ainda é o centro do foco da *Gaie France*. A criança é identificada como um ser bissexual, provocador, sedutor, sexual, capaz de exercer poder e controle em relação aos adultos, considerados pela revista como prisioneiros do sistema parental, moral e cristão da sociedade. O adolescente também é denominado como aquele que coopera ativamente e provoca a experiência sexual com o adulto. Para tanto, são

utilizadas opiniões de um doutor e um policial e a recordação do jovem Christophe que reconhece ter desviado sexualmente um maior de idade. Nesses dois casos, o jovem é retratado como o sedutor sexual e, o adulto, a pessoa seduzida.

No último fragmento (5), a *Gaie France* expressa o comportamento da sociedade, baseado em conceitos familiares e cristãos, como paradoxal, ou seja, como algo absurdo ou incoerente. De acordo com a revista, ao mesmo tempo em que demonstra ser defensora do sexo juvenil e ser contra o sexo de jovens com adultos por causa dos valores familiares e cristãos, a mesma sociedade, com os meios de comunicação e as atitudes de pais e colegas, incita-os eroticamente ao prazer com maiores de idade. Somado a isso, o último fragmento registra o fato de que “vozes autorizadas”, isto é, de especialistas no assunto, reconhecem a juventude atual, ou melhor do início da década de 1990, como um grupo que cresceu com liberdade sexual e, portanto, estariam mais preparados para praticar experiências sexuais com adultos em comparação com os jovens de outras gerações.

Nesses cinco fragmentos, é possível observar que a *Gaie France* foi implacável na sua posição de defender a ideia de que os jovens precisam experimentar os próprios desejos, desde cedo e de que a sexualidade juvenil depende do ambiente social e tem um significado simbólico, construído no meio social e historicamente. Nessa perspectiva, a cultura poderia fornecer ao jovem o caminho necessário para ele definir quando e com quem deveria praticar e expor a própria sexualidade. Por esse motivo, a revista apresentou o caso da tribo indígena como um “bom exemplo” a ser seguido por outras culturas.

Cabe ressaltar que o argumento da *Gaie France* é que a sexualidade do jovem é visível, mutável e variável nos diversos contextos sociais em que ele vive. Por essa razão, a revista argumenta que os menores de idade podem se comportar como um adulto nas experiências sexuais. Entretanto, de acordo com as pessoas envolvidas na *Gaie France*, os pais, a mídia e a religião impedem, com as suas crenças morais, esse desempenho sexual do público juvenil. Sem disfarçar, a revista nega as fases de desenvolvimento do jovem e advoga as concepções de que: a sexualidade é um direito humano; o público juvenil é “naturalmente sexual” e os adultos podem ajudar o jovem a explorar e a exercer seus desejos, tornando a vida dele mais saudável e feliz.

A estratégia da *Gaie France* é apelar para os princípios e as regras superiores que norteiam a honra, a integridade e o bem-estar de crianças e adolescentes. O intuito de seus colaboradores é dizer que seus comportamentos respeitam os direitos fundamentais dos jovens e que, portanto, não há crime. Entre esses princípios, está a libertação sexual das crianças dos laços repressivos da sociedade. Os ativistas defendem que eles são comprometidos com a

proteção e o desenvolvimento dos jovens. Esses ativistas argumentam que suas crenças têm como base valores que exaltem a importância de todos, o direito do jovem de viver, de se comportar como quiser, de amar e de escolher a pessoa amada. Eles ainda defendem o empoderamento dos jovens na sociedade. Esses jovens, por sua vez, devem ser interpretados, pelo Estado, como seres humanos plenos e não como propriedade privada de seus pais.

Certamente, as crianças precisam ser tratadas como “seres humanos plenos”, e seus direitos devem ser respeitados. Para atingir essas metas, alguns objetivos são importantes e significativos, e boa parte da população está de acordo não só com isso, mas também com o “empoderamento dos jovens”. Mas, quando a *Gaie France* inclui entre os objetivos, um que é considerado desviante e reprovável como a “liberdade sexual” de crianças a essas duas lógicas, o apelo, aos princípios superiores, assume o caráter de uma quase teoria ou verdade. Seus membros criam, portanto, uma estrutura que é composta com alguns objetivos, visando o desenvolvimento das crianças em “seres humanos plenos” e adicionam a esse “pacote” um objetivo que a sociedade, em geral, não aprovaria.

O interesse em defender os direitos humanos dos jovens configura uma “ação de alinhamento”, tendo em vista a normalização do comportamento desviante, a redução da reprovação social e do estigma, conforme descreveu De Young (1989). Os membros da *Gaie France*, no processo de escrita, criam uma situação problema que exige uma solução ou, no mínimo, uma explicação e tentam justificar seus comportamentos frente às normas da estrutura social mais ampla. Os membros da revista veem as lutas de outros movimentos sociais por direitos como análoga às próprias lutas deles, tal como o LGBTI+. Essa “parceria” é uma estratégia para alinhar os objetivos do meio de comunicação com outros objetivos mais amplos de outros movimentos sociais legítimos que defendem questões sociais importantes. Dessa forma, essa parceria e afinidade com outros movimentos sociais e questões sociais permitem a *Gaie France* buscar um manto de legitimidade. Esse manto, se utilizado com sucesso, protegeria a revista da censura e de outras reprovações da sociedade. O alinhamento bem-sucedido para o meio de comunicação seria aquele que fosse capaz de justificar e normalizar o comportamento ou crença desviante e, ao mesmo tempo, reduzir ou eliminar a reprovação social e o estigma.

Esse debate público em uma democracia constitucional, remete-me a estratégia discursiva do “humanismo estratégico”. Convém aqui fazer alguns apontamentos e, antes de escrever a respeito do humanismo, explicar o significado do “secularismo estratégico”. Segundo Vaggione (2011), trata-se de uma narrativa religiosa que é camuflada de secular. O autor considera uma “política bifronte”, na qual, de um lado, os atores religiosos buscam manter

os privilégios concedidos a uma instituição religiosa e, de outro, apresentam-se como representantes da sociedade civil e, por isso, reivindicam o direito de tomar parte e interferir no debate público.

Com o uso do secularismo estratégico, os religiosos e políticos apelam para a defesa de valores tradicionais de família e de gênero, da manutenção da autoridade masculina e patriarcal e demonstram oposição em relação à educação sexual nas escolas, às demandas do movimento feminista, ao aborto e aos direitos dos homossexuais. Essa estratégia ocorre por meio de citações, classificadas como acadêmicas e científicas, e da escolha de um corpo de “especialistas” visando conquistar legitimidade social para seus argumentos ideológicos. No caso da *Gaie France*, havia o uso de uma estratégia política similar: o humanismo estratégico.

A revista buscava usufruir do benefício proporcionado pela democracia constitucional, — a liberdade de expressão — para a promoção de uma moralidade inspirada em uma concepção tradicional de cultura: a Grécia Antiga e, evidentemente, em oposição às práticas que ameaçam os valores cultivados pela *Gaie France*. Diferentemente do secularismo que luta pela contenção da sexualidade juvenil, o humanismo estratégico, na revista, era utilizado em defesa dos “direitos humanos” dos jovens de exercerem a própria sexualidade. Para tanto, os escritores/colaboradores da *Gaie France* revestiam suas narrativas com justificativas controversas e argumentos duvidosos, nomeados de científicos, no debate público, para apoiar suas reivindicações ideológicas que não são legitimadas pela comunidade científica.

Atrelada a essa estratégia, havia outra na *Gaie France*: o uso de experiências vividas (reais ou fictícias) como prova de que não há consequências prejudiciais no sexo adulto-juvenil. Com um jogo entre passado e presente, a revista se apropriou de recordações de adultos e de jovens, concedendo a estas, novos sentidos com as experiências do presente. Dito isso, é necessário pontuar que há uma diferença entre as recordações vividas pelas testemunhas e as recordações produzidas a partir das trajetórias relatadas. Enquanto, no primeiro caso, as pessoas selecionam e organizam, mentalmente, determinadas lembranças com base na identificação de valores e crenças e como integrantes de um grupo, no segundo, elas não passaram diretamente pelas experiências, mas recordam com o apoio de identificação de fatos relatados por outras pessoas do grupo.

As publicações da *Gaie France* são compostas de relatos de experiências de jovens, cartas, poesias e artigos que defendem os benefícios e vantagens que os menores de idade podem obter em uma relação sexual com um adulto. Algumas das vantagens são especificadas e destacadas nesses materiais. Há relatos de crianças que descrevem que elas foram retiradas das ruas e de uma casa abusiva, que encontraram uma pessoa mais velha para conversar e

diminuir os momentos de angústia e que há experiências positivas nas atividades sexuais com homens adultos. O intuito é negar os efeitos prejudiciais dessas atividades, criando novos sentidos para o comportamento sexual de adultos com menores de idade, em termos positivos. A insistência dessa justificativa visa demonstrar que não há nada realmente desviante no sexo entre crianças e adultos e que qualquer censura e reprovação direcionadas as associações do movimento pedófilo e aos seus membros são injustas.

A vítima, nesse caso, é ressignificada como se ela tivesse merecido ou provocado o comportamento desviante. Por causa da culpabilidade da vítima, a responsabilidade e as consequências causadas pelo adulto são diminuídas. A intenção é negar a condição de vítima e convencer a sociedade de que menores de idades são capazes de consentir relações amorosas e sexuais com adultos. No entanto, essa negação da condição de vítima, baseada na questão de consentimento, dificilmente será uma justificativa bem-sucedida, e esse insucesso manterá o negacionismo e, por consequência, manterá os membros do movimento em desacordo ou não alinhados com a sociedade em geral.

A *Gaie France* defende que não há consequências negativas quando crianças se envolvem sexualmente com adultos, mas, quando acontecem, surgem por outras fontes, como as reações impróprias e prejudiciais de pessoas e sistemas ignorantes. Então, há um deslocamento da culpa sobre os efeitos negativos para outros agentes sociais. A estratégia é insistir que, de forma adequada, não há prejuízos para os menores de idade, que não há nada de desviante sobre esse comportamento e os problemas que surgem são por causa das reações negativas do público. Nesse sentido, seriam os adultos os responsáveis por influenciar as crianças a qualificar o sexo com adultos de forma negativa. Os colaboradores da revista advertem que quando esse tipo de relação é descoberto, crianças e adolescentes podem apresentar problemas psicológicos profundos e constantes devido aos comportamentos negativos dos pais, policiais, oficiais da justiça e da sociedade como um todo.

A estratégia é culpabilizar as pessoas que condenam as práticas sexuais defendidas pela *Gaie France*. A função dessa estratégia visa redirecionar a reprovação e a censura recebida da sociedade para a própria sociedade e, com isso, tentam normalizar suas crenças e o comportamento de seus integrantes, manifestando a ideia de que eles não são diferentes da sociedade. A ideia é inverter as posições, ou seja, a sociedade é classificada como hipócrita e merecedora da mesma reprovação que eles sofrem. Nessa visão, a sociedade em geral é ressignificada como uma instituição que prejudica e que promove efeitos negativos em crianças. Por essa razão, a reprovação e a censura — expressas nos discursos direcionados aos membros

da revista — seriam irrelevantes e hipócritas e, por isso, deveriam ser efetivamente desconsideradas e destruídas.

Os colaboradores da *Gaie France* apontam em seus textos que eles são vistos, injustamente, pela população em geral, como monstros e que são oprimidos e silenciados pelas leis e a moral da sociedade. Ainda denunciam que as leis sobre a idade de consentimento são ilegais, anacrônicas, repressivas e que criminalizam, desnecessariamente, o relacionamento entre adultos e menores, castigando injustamente os pedófilos, sob a tese de que as minorias sociais e as crianças têm o direito de explorar e vivenciar a sexualidade livre e tranquilamente.

Sendo assim, a *Gaie France* publicava experiências de adultos e jovens com a intenção de negar as consequências negativas dos contatos sexuais entre gerações muito distantes e comprovar que a censura relacionada a essas atividades é injusta. Vale mencionar que o ato de classificar os jovens como seres sexuais ocultava o interesse em dominá-los. Desse modo, para os escritores/colaboradores da revista era importante, em seus textos, defender a ideia de que os menores de idade procuram ativamente parceiros sexuais como um treino para a vida adulta e que eles podem ajudá-los nesse treinamento. Além disso, eles afirmam amar as crianças, mas, nesse contexto, amar é transar. A emancipação da sexualidade reivindicada para os jovens, na verdade, é para os adultos que buscam libertar-se de tabus e obter a possibilidade de seduzir os infantes. Esse posicionamento, em um meio de comunicação, é muito problemático, porque fornece justificativas para abusadores sexuais.

No que diz respeito à sexualidade dos jovens, torna-se relevante evocar novamente Freud (2016), ao afirmar que a criança tem uma sexualidade desde o nascimento e que o seu desenvolvimento sexual é gradativo. Levando isso em consideração, posso ir mais além e dizer que o menor de idade demonstra fantasias e brincadeiras sexuais consigo mesmo e com os outros de sua idade. Trata-se de uma expressão normal de curiosidade e de novas descobertas de seu corpo e do outro. Na relação com o adulto, é importante sinalizar que a criança busca seduzi-lo na forma de carinho, beijos e abraços. Ela espera, entretanto, que essa manifestação de amor retorne da mesma maneira, ou seja, em uma linguagem de ternura.

Nessa situação, é importante explicar que há uma diferença entre o mundo adulto e o mundo infantil. O primeiro é marcado pela sexualidade genital, fazendo referência às ações preliminares e a penetração do ato sexual com o objetivo de procriar ou de obter prazer orgástico. Já o segundo envolve uma linguagem de ternura e afeto, caracterizando-se pelas experiências sensuais da criança vividas em relação ao seu próprio corpo ou em contato com o corpo de seus cuidadores. Nesse sentido, quando a criança seduz o adulto, Zornig (2008) ressalta que ela exerce a sedução para garantir um lugar de reconhecimento e amor perante a

essa pessoa adulta. Cabe ao adulto não interpretar a sexualidade infantil atribuindo-lhe significados adultos, mas sim, reconhecendo sua forma de comunicação, sua demanda de amor. A dimensão da sexualidade é, portanto, mais ampla que a sexualidade genital, e não faz sentido a afirmação da *Gaie France* de que as seduções das crianças atribuídas aos adultos são realizadas a fim de se obter prazer sexual genital.

Essa realidade é descontextualizada e distorcida pelos autores da *Gaie France*, o que resulta na publicação de ideias que facilitam a aproximação entre o adulto — com intenções indevidas — e a criança. Nesse modo de interpretação, significados do mundo adulto são projetados na sexualidade infantil com o intuito de obter prazer sexual genital. Diante disso, cabe ao maior de idade entender duas questões: 1ª) como ocorre a comunicação juvenil; 2ª) a sexualidade é mais ampla que a sexualidade genital, conforme Freud (2016) alertou. Desse modo, inserir a criança em atividades sexuais, para as quais ela não está preparada para processar psiquicamente, pode levá-la a um sentimento de culpa e de sofrimento. A sedução sempre parte do adulto e não da criança. Esta não compreende que aquela sedução do adulto é erótica e genital, visto que ela descobre seu corpo, gradativamente, ao longo do tempo.

Esse *modus operandi* da *Gaie France* evidencia a estratégia muito praticada na construção de memórias, a inversão da realidade, na qual a vítima tornava-se o abusador sexual, e o adulto, a vítima. Para Tiburi (2015), a inversão é uma forma de distorção de palavras e ações que pode atingir todas as relações, inclusive no campo político. Em outras palavras, é um jogo de linguagem baseado na lógica da inversão²⁶. Para aqueles que praticam essa estratégia, esse tipo de desonestidade significa: adequar determinados fatos a uma interpretação útil e pessoal; levar ao esquecimento ou ocultar interesses ideológicos; banalizar a condição de vítima; e inverter a relação entre causas e consequências, isto é, a origem da realidade é posta como produto e vice-versa. Um exemplo dessa estratégia é o da meritocracia, sistema de recompensa baseado no mérito pessoal, no qual o pobre é definido como aquele que não melhora seu padrão de vida porque ele é incompetente, indisciplinado e preguiçoso. Nesse caso, são levadas ao

²⁶ Tiburi (2015) apresenta dois exemplos de inversão da realidade: 1º) Heterofobia: aqui os indivíduos não homossexuais são colocados na condição de vítima do ódio e preconceito, por serem representantes da heterossexualidade, em uma sociedade na qual a homofobia é predominante. Assim, ao trocar o lugar da vítima, equipara-se os crimes e as vítimas e, logo, não haveria vítima nem criminoso. Nessa perspectiva, o verdadeiro criminoso homofóbico consegue sair ileso e fazer pesar sobre sua vítima a condição de culpada. 2º) Cristofobia: prática da lógica da inversão da realidade na qual acontece uma interpretação de má-fé, disfarçada de proteção aos valores familiares e cristãos, aquilo que, na realidade, é a mais simples crítica. Com o uso dos termos “ditadura gay” ou “ideologia de gênero”, os religiosos retiram e apagam do debate público assuntos tão importantes, tais como: a desigualdade entre homens e mulheres, naturalidade e perpetuada em nossa sociedade; o feminicídio; a homofobia e a transfobia; e o respeito aos diferentes.

esquecimento as dificuldades resultantes da desigualdade social e o fato de que alguns já nascem em um berço privilegiado.

Esse era o modo de funcionar da *Gaie France*, por meio do qual a revista se preocupava em delinear um perfil para os jovens. Contudo, esse papel militante incluía também a publicação de uma identidade coletiva que pudesse acolher as pessoas que defendem a prática sexual adulto-juvenil, pois os textos dos escritores/colaboradores da revista sugerem que eles tinham o intuito de construir uma imagem de si para o meio social em que viviam.

6.1.5 Memória Coletiva e Pertencimento

A criação de uma memória coletiva, a partir de experiências vividas e de representações sociais, é uma das formas mais eficazes para a constituição de uma consciência grupal. Essa atitude significa fornecer, aos outros, um conjunto de características particulares que identificam e destacam suas diferenças enquanto comunidade. Com essa lógica, a *Gaie France* demonstrou, em seus textos, a necessidade de apresentar ao seu público as particularidades psicológicas, políticas e socioculturais que pudessem estabelecer uma ideia de pertencimento e uma identificação com aqueles que consumiam a revista. Os próximos fragmentos ilustram essas questões.

- (1) Por pederasta "desfrutador", entendo, [...] um homem que se interessa por crianças por razões de puro erotismo e que não se interessa nada pela sua educação [...]. Este tipo de pederastia atua, na maior parte dos casos, num total anonimato; pertencem a estratos sociais elevados (normalmente casados e bons pais de família), o que lhes confere uma posição acima de qualquer suspeita. A maioria dos pederastas "desfrutadores" repudiam esconder-se sob um dominador fardo pedagógico. [...] Eles preferem uma caça menos arriscada ou o recurso à prostituição e ao turismo sexual nos países do Terceiro Mundo. Os pederastas "educadores" [...] colhem a sua essência no terreno pedagógico e profundamente altruísta. [...] O que une todos esses homens ansiosos em ajudar os jovens, sacrificando, para isso, o seu tempo, dinheiro, família, saúde e reputação, não é o seu apetite sexual [...]; é o seu envolvimento passional [...] que os introduz numa espécie de engrenagem afetiva.
- (2) O contexto de uma relação homossexual entre dois adultos e, entre um adulto e um jovem, é eminentemente diferente se admitirmos que não existe qualquer diferença sob o plano puramente físico, o mesmo não se passa sob o ponto de vista das relações psicológicas e humanas. Assim, os verdadeiros homossexuais raramente são atraídos por jovens adolescentes e, ainda menos por crianças. O segundo caminho que leva um homem a desejar um jovem adolescente do seu sexo é o da heterossexualidade. O que encanta, então, o adulto, muitas vezes, inconscientemente é, ao mesmo tempo, o comportamento e o aspecto físico do rapaz que atrai como se de uma rapariga

se tratasse. Esta via é a mais comum e a mais conforme com o conceito histórico de pederastia; é a que irei privilegiar ao longo de todo este artigo.

- (3) A conclusão de dois professores depois de terem estudado o comportamento psicológico dos pedófilos-pederastas interrogados foi: "O resultado mais chocante é quantos pedófilos parecem normais através dos 'scores' obtidos nos testes de personalidade, aos quais eles foram submetidos – particularmente, os testes clínicos de neuroticismo e psiquismo". Já o professor Ingram, que examinou sob o plano psiquiátrico 79 adultos acusados de atentados ao pudor sobre crianças, fez o seguinte comentário: "A maioria não apresentava qualquer sinal de psicopatia clínica significativa ou de profunda agitação". Uma sociedade democrática que se refere cada dia mais aos direitos do ser humano e, em particular, "ao direito à diferença" [...] não pode por mais tempo, ignorar que a pederastia constitui uma forma respeitável da sexualidade humana.
- (4) Os pedófilos não são maldosos, raramente, eles são violentos. As mortes e as torturas são atos do homem comum que visa calar a sua vítima ou o pobretano que deseja saciar a sua agressividade contra a sociedade. Eu não acho que um pedófilo se dedique apenas às relações sexuais com um rapazinho. Pessoalmente, vejo-o como alguém que pode ajudar os rapazes a crescer, um professor, um educador, alguém a quem ele possa pedir conselhos. Para mim, aquele que procura apenas contatos sexuais com jovens é um tipo nojento.
- (5) Miguel Ângelo, num poema dedicado ao seu favorito Tommaso Cavalieri, defende que o amor dos rapazes era um privilégio de conhecedores e não de gente vulgar. Este conceito elitista de pederastia explicará, talvez, porque é que um tal número de artistas, escritores, filósofos, de todas as épocas e de todo o mundo, amaram rapazes. Se é incontestável que a pederastia se alimenta de uma certa cultura estética [...], o homem de espírito e de cultura irá colher da história, da filosofia, da literatura, matéria para compreender e assumir uma sexualidade tão confusa. A esse homem assiste o direito de escondê-la perante seus contemporâneos ou de expô-la à luz do dia; os nossos artistas seguem um e outro caminho; serviram-se frequentemente da sua arte para dissimular, fingir e esconder.

Nesses fragmentos, é possível estabelecer uma relação lógica de conceitos e ideais defendidos pela *Gaie France*. No fragmento (1), a revista explica a diferença entre dois tipos de “pederastas”: os “desfrutadores” se interessam por crianças — simplesmente, pelo caráter erótico — pertencem as classes sociais mais prestigiadas e atuam no anonimato e os “educadores”, que são aqueles que se dedicam à tarefa de transmitir conhecimentos aos jovens. Essa função é interpretada como altruísta, desinteressada e motivada por questões afetivas. No fragmento (2), apesar de expressar que não há diferença corporal entre o adulto e o jovem, a *Gaie France* expõe outra distinção de relacionamentos entre dois adultos e entre um adulto e um jovem em relação aos aspectos psicológicos e humanos. O meio de comunicação argumenta que os homossexuais, raramente, sentem atração sexual por um jovem adolescente e, menos ainda, por crianças. A revista também associa esse tipo de desejo aos heterossexuais e, justifica

isso, com dois fatores: 1º) histórico, em conformidade com a cultura grega; 2º) sexual, com uma semelhança estabelecida do comportamento e a aparência corporal entre um rapaz e uma garota.

No fragmento (3), a *Gaie France* publica mais uma definição e a conclusão de um estudo realizado por dois professores, por meio de testes de personalidade e exames psiquiátricos, o qual revelou que os pedófilos demonstram ser normais e sem nenhum traço de psicopatia. No mesmo fragmento, a revista menciona, mais uma vez, a democracia e o direito do ser humano em ser diferente e de possuir uma sexualidade digna de respeito e consideração. O fragmento (4) continua delimitando um perfil para o pedófilo e indica que eles não são maldosos, violentos e relaciona as mortes e as torturas de crianças ao pobre que busca satisfazer sua condição agressiva contra a sociedade. Além disso, a *Gaie France* acrescenta que os pedófilos podem contribuir, como um educador ou um conselheiro, para o desenvolvimento do jovem e repudiam o adulto que visa apenas saciar seus desejos sexuais.

Por fim, no fragmento (5), a *Gaie France* associa o “amor” por rapazes às pessoas da elite e levanta a hipótese de que isso pode ser explicado pelo fato de artistas, escritores e filósofos, de outros tempos e espaços, terem esse sentimento por jovens. Ainda, o periódico alega que o homem adulto, possuidor de uma atração por jovens, e pederasta – aqui aparece novamente um vínculo com a cultura da Grécia Antiga – precisa de conhecimentos da História, da Filosofia e da Literatura para entender a própria sexualidade, e essa situação fará com que ele decida escondê-la ou expô-la para os outros da sociedade.

Do ponto de vista mais geral, com esses fragmentos, é possível constatar que a *Gaie France* buscava desenvolver uma memória coletiva composta por: definições, diferenciações, aspectos afetivos, subjetivos e positivos em relação à pedofilia e, ainda, oferecer um senso de identidade e de pertencimento grupal às pessoas que faziam parte da revista. Em outras palavras, o meio de comunicação pretendia conceder a cada leitor, individualmente, um sentido ao seu estar no mundo e uma sensação de coesão com todos os outros membros por possuírem os mesmos valores, desejos e vivenciarem as mesmas experiências.

Indubitavelmente, a *Gaie France* idealizava e trabalhava por uma aproximação com os seus leitores, porém, havia uma contradição nesse modo de funcionar. A revista se classificava como um meio de comunicação representativo da comunidade *gay* e, para esse propósito, mobilizaram, em várias páginas, uma noção de “nós” com o objetivo de propagar uma vivência de que a *Gaie France* era um ambiente para pessoas semelhantes, com os mesmos valores e costumes. Entretanto, a identidade masculina era construída, nos textos da revista, com representações sociais relacionadas com a heterossexualidade. Será possível, inclusive, identificar essa constatação em outras subcategorias, com a imposição de elementos patriarcais

como supremacia e dominação masculina, virilidade, hierarquia e violência que visavam destacar a posição de inferioridade dos jovens.

O interesse em construir um pertencimento grupal condicionava a *Gaie France* a investir na construção de uma identidade e, ao mesmo tempo, na exclusão de pessoas que não apresentavam as mesmas características. Vale mencionar que a identidade não é algo natural, estático, pronto e acabado e que só diz respeito ao indivíduo. Na realidade, tal como pontuou Lawler (2014), a identidade é um processo dinâmico, no qual essa identificação é inventada, produzida e negociada entre pessoas e grupos em relacionamentos sociais por meio de uma história, englobando experiências, interpretações e memórias.

Nesse sentido, vale lembrar que a relação entre memória e identidade foi discutida por dois sociólogos. Retornando aos conceitos de Halbwachs (2013), pode-se afirmar a relevância da identificação para a criação da memória, visto que as pessoas buscam lembrar como integrantes de um grupo e, para isso, usam os mesmos conteúdos considerados significativos para elas. Nessa mesma linha de pensamento, a abordagem de Pollak (1992) nos ajuda a entender que a construção de uma identidade envolve a criação de uma imagem de si, para si e para os outros. De acordo com o autor, a memória advém do interesse individual e coletivo, sendo um “elemento constituinte do sentimento de identidade, [...] na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 5). Então, sob esse prisma, a *Gaie France* lutava pelo reconhecimento de uma imagem de si e buscava divulgar essa autoimagem para a sociedade.

É oportuno pontuar que, nesse esquema, com o uso de signos linguísticos diversos e de acordo com códigos culturais e ideológicos, o sujeito busca se construir. A partir de interações sociais, são construídos sentidos por um sujeito que visa conquistar um significado na relação interativa com o interlocutor. Nesse sentido, Bakhtin (1997) explica o funcionamento do processo de formação discursiva do sujeito. O sujeito e seus enunciados são únicos e singulares. Contudo, tanto o sujeito quanto seus enunciados são marcados por uma multiplicidade de vozes e diferentes pontos de vista acerca de um determinado tema. Bakhtin (1997, p. 317) assinala que “nosso próprio pensamento [...] nasce e forma-se em interação e em luta com o pensamento alheio, o que não pode deixar de refletir nas formas de expressão verbal do nosso pensamento”. Assim, existe uma concepção dialógica da linguagem e do sujeito permeada por discursos alheios e caracterizada por uma visão política de mundo, conflitos sociais, negações, aceitações e relações de poder. O sujeito é, portanto, constituído na sua relação com os outros e por meio das palavras de outras pessoas.

Vale destacar que a memória desempenha um papel importante na constituição das práticas discursivas do sujeito. Para ter acesso às diferentes vozes de outras pessoas na prática enunciativa, o sujeito utiliza a memória. Segundo Bakhtin (1997), a memória na linguagem não é homogênea e repetível, mas sim heterogênea, complexa, dinâmica e ativa. Trata-se de um processo que envolve uma disputa de interpretações e significados nos atos discursivos e uma produção de algo novo e irreproduzível. Bakhtin (1997, p. 348) aponta que:

O enunciado nunca é simples reflexo ou expressão de algo que lhe preexistisse fora dele, dado e pronto. O enunciado sempre cria algo, que, antes dele, nunca existiria, algo novo e irreproduzível, algo que está sempre relacionado com um valor (a verdade, o bem, a beleza, etc.).

Nessa perspectiva, a formação discursiva do sujeito não seria possível se o outro não colaborasse para isso. Nesse processo, a consciência sempre está ativa atravessando todas as vivências do sujeito. Para este sujeito, a memória é memória do futuro, para o outro, memória faz referência ao passado. Bakhtin (1997, p. 139) apresenta mais informações:

Tenho de minha vivência uma memória ativa que se exerce no nível de valores do objeto e do sentido pré-dado, e não no nível de seu conteúdo atual, tomado isoladamente, ou seja, no nível daquilo que havia pensado sua emergência em mim; com isso renovo indefinidamente o que era pré-dado a cada uma das minhas vivências, junto-as todas, junto todo meu eu no futuro perpetuamente por-vir e não no passado. Para mim, minha unidade é uma unidade perpetuamente por-vir; ela me é a um só tempo dada e não dada; conquisto-a à viva força à custa de minha atividade.

Assim, a memória do passado é submetida a um processo estético, e a memória do futuro é sempre de ordem moral. Explicando de outra maneira, a contemplação da vida pelo sujeito não é mais que a antecipação das lembranças que essa vida deixará na memória das outras pessoas: de seus descendentes, da sua família ou dos mais próximos. Então, as mensagens das comunicações da Revista *Gaie France* representam a combinação de diferentes vozes utilizadas pelos envolvidos na produção de sentidos no periódico.

Com essa visão, a *Gaie France* dedicava-se em criar uma imagem ou uma identidade, em função de preocupações memoriais e políticas, que pudesse definir o adulto que sente atração por jovens. Associado com conceitos positivos, esse sujeito era apresentado como um ser não diferente de outras pessoas que não sentem o mesmo tipo de desejo. O intuito da revista era comprovar que ele não é, necessariamente – ou pelo menos na maioria das vezes – um doente ou um criminoso e que o seu comportamento sexual, embora considerado marginal pela

sociedade, corresponde a uma sexualidade que merece respeito, pois este fato foi legitimado por professores, psiquiatras, estudos científicos e exames psiquiátricos publicados no meio de comunicação.

Outros aspectos podem ser identificados nessa articulação entre memória coletiva e identidade. As páginas da *Gaie France* disseminavam a ideia de que a ligação entre um homem mais velho e um jovem era resultado de uma aprendizagem, além de mostrar que os adultos masculinos são os melhores educadores ou companhias para crianças e adolescentes. As definições e diferenciações destacadas na revista contribuem para um perfil de um adulto que é atraído por jovens com uma sensação experimentada por homens – como Miguel Ângelo, artistas e filósofos – que viveram em outras épocas e espaços. No contexto da *Gaie France*, esse homem é um defensor do “acompanhamento temporário” do rapaz com uma pessoa mais velha, do mesmo sexo. Ademais, na revista, ele é construído como um ser: detentor de conhecimento, cultura e bons sentimentos; representante da elite e da classe de dominadores; “educador” ou “conselheiro” – que visa o aprimoramento do jovem para a vida adulta – e pacífico que condena qualquer tipo de violência.

Essa estratégia contracultural da *Gaie France* objetivava a visibilidade, mudar a opinião pública e resistir à carga negativa depositada pelo meio acadêmico e pela cultura contemporânea diante do termo pedofilia. Isso sugere um conflito social, no qual diversos interesses por legitimação acadêmica e política ficam visíveis, pois não configura apenas uma resistência e oposição em defender um conteúdo que é interpretado como verdadeiro, mas também pelos significados atribuídos ao fenômeno e que dependem da negociação com a identidade sociocultural que detém o poder das leis. Contudo, na revista, mais do que uma negociação, era uma imposição de ideias.

Diante disso, é preciso lembrar novamente Pollak (1992), ao destacar que a memória e a identidade são conceitos disputados por grupos políticos diversos em conflitos sociais. Sendo assim, em um jogo político e memorial que perpassa a percepção de poder e a luta por representação de valores simbólicos, as pessoas envolvidas na *Gaie France* selecionaram e editaram os conteúdos que elas acreditavam que deveriam ser colocados em destaque. Esses indivíduos pretendiam chamar a atenção da opinião pública e inverter a situação, deslocando o fluxo de poder simbólico. Eles visavam disseminar uma memória coletiva alternativa às narrativas oficiais e direcioná-las ao esquecimento. No entanto, esse jogo entre lembrança (destaque) *versus* esquecimento (apagamento) de temas, na revista, assumia uma configuração um pouco diferente quando o assunto era o trauma emocional. Os escritores/colaboradores da *Gaie France* adotaram uma estratégia que englobava a produção de conteúdos que visavam a

negação, no imaginário social, da concepção de que a relação sexual prematura com um adulto pode traumatizar o jovem.

6.1.6 A Negação do Trauma

Essencialmente, o trauma é uma resposta emocional a um evento que significou uma experiência angustiante e desagradável. À vista disso, o trauma está ligado ao passado, porém, esse tipo de “impacto” pode deixar rastros profundos e duradouros na vida humana. Vale mencionar, resumidamente, a abordagem de dois autores a respeito desse tema. Freud (1996) compreende o trauma em uma dimensão sexual resultando em um tipo de “corpo estranho” ou “memórias isoladas” incrustadas no psiquismo, o que resulta na sua desestabilização²⁷. Em se tratando de Ferenczi (1992b), o psicanalista considera o trauma um “choque” que corresponde “à aniquilação do sentimento de si, da capacidade de resistir, agir e pensar com vistas à defesa do Si mesmo” (FERENCZI, 1992b, p. 109). Nesse último ponto de vista, o trauma configura uma “comoção psíquica”, uma sensação de incapacidade de adaptação a uma situação de desprazer.

A *Gaie France* também se preocupou em produzir conteúdos a respeito do trauma. A abordagem desse fenômeno era realizada de uma forma distinta, peculiar, com um caráter político, militante, e visavam com esse ponto de vista conquistar legitimidade, projeção social e política. Para tanto, eles apresentavam argumentos de pessoas referenciadas na revista como “especialistas no assunto”. Desse modo, a *Gaie France* contestava o saber científico, negava a existência do trauma nos casos de relações sexuais de adultos com jovens e defendia a existência de outras fontes do trauma. Além disso, o meio de comunicação defendia que os efeitos prejudiciais desse fenômeno são inventados ou exagerados. Os próximos fragmentos traduzem os pensamentos da *Gaie France* referentes ao trauma.

- (1) Longe de traumatizar o jovem adolescente e de o perturbar temporariamente na sua evolução psíquica, a relação que teve com um homem que, em 80 % dos casos, era um amigo de família ou um educador que ele conhecia bem, foi bem consumada e assumida para que ele não tenha necessidade de se queixar.
- (2) Todas as relações humanas e sociais são geradoras de alegrias e tristezas, de prazeres e sofrimentos. Na família e na escola, as crianças são alternadamente felicitadas ou repreendidas; elas sofrem desentendimentos, injustiças, isolamento; têm medo de um exame, do dentista, de um camarada mais

²⁷ Na teoria de Freud (1996), a situação traumática corresponde ao assédio realizado pelo adulto com a criança que não possui os mecanismos para entender essa interação. Segundo o autor, posteriormente, no período da puberdade, poderá ocorrer o regresso de lembranças traumáticas dessa interação.

violento; suportam, por vezes, brincadeiras, [...] golpes, fracassos, mortes; [...] Podemos dizer que os jovens são traumatizados? Na grande maioria dos casos, felizmente não. Através das suas relações afetivas com um homem, estes mesmos jovens irão conhecer, provavelmente, situações parecidas de esperança e de desespero; de felicidade e decepção; seria igualmente exagerado falar de traumatismo quando se trata dessas aventuras.

- (3) A justiça, da maior parte dos países ocidentais, não faz jorrar sangue, mas semeia a dor e consternação, o medo e a cólera sem travar, no entanto, o mal que deseja combater. A quase unanimidade de psicólogos e psiquiatras familiarizados com estes casos denuncia o papel traumatizante da justiça. [...] o que é traumatizante para a criança não é a sua relação com o adulto que, frequentemente, dá mostras de doçura e de ternura, mas a reação dos pais, das polícias e dos magistrados que têm falta de prudência e de tato transformando aquilo que não passa de uma curiosidade passageira, numa culpabilidade que o marcará para sempre. Polly Toynblee, num artigo do "Guardian" de 12 de Setembro de 1977, fala de uma "forma de tortura que ninguém deveria imaginar infligir a uma criança".
- (4) Para Jean-Pierre Chartier, psicanalista, um certo número de situações pode perturbar seriamente as crianças: um lar desunido, a negligência dos pais, falta de amor, um pai depressivo alcoólico, [...] a droga, a falta de emprego, um deficiente sistema educativo, o acesso fácil às armas [...], a aproximação dos exames. [...] No Canadá, um estudo faz a ligação entre os suicídios de adolescentes e a desunião familiar [...] e, em 1984, Wasseman conclui: "a taxa de dissolução da família é diretamente proporcional à taxa de suicídio de crianças". [...] Como se compreende que, em civilizações que não seguem o mesmo tipo de organização social que nós e que são bem mais tolerantes no que respeita à sexualidade das crianças, haja uma taxa de suicídio de jovens dez vezes menor que a nossa? Porque a justiça invoca, sem cessar, o argumento do traumatismo?
- (5) A maior parte das crianças vítimas, sobre as quais não houve violência, procuram ou permitem um comportamento afetuoso por parte de seus "ofensores" e elas não consideram esse momento como traumático. O exame psicológico demonstrou que os jovens vivem, muitas vezes, de forma positiva estes contatos sexuais e as relações com os adultos; além do aspecto sexual, eles procuram afeto, sentimento e segurança. Não se verifica qualquer traumatismo ou sentimento de medo [...]

Nesses fragmentos, há menções sugestivas de que a *Gaie France* desejava proporcionar, aos seus leitores, determinadas teorias sobre o trauma. No fragmento (1), a revista nega a possibilidade de existência de trauma e de prejuízos na evolução psíquica do jovem, quando ele participa de uma relação de natureza sexual livremente consentida com um adulto. A justificação é baseada no argumento de que os danos não existem porque essa interação sexual é realizada com um amigo da família ou um educador de sua confiança e, por esse motivo, em 80% dos casos, o contato é bem concluído e aceito pelo infante. Segundo a *Gaie France*, essa realidade leva-o a não reclamar da relação sexual aos pais e à justiça.

No fragmento (2), a revista utiliza uma lógica argumentativa que consiste em generalizar, isto é, reunir em um mesmo conjunto várias situações consideradas “aventuras corriqueiras e normais” que podem acontecer na vida de um jovem e gerar sentimentos de alegrias e decepções. A ideia aqui, é afirmar que uma minoria de menores de idade (ou de pais) apresenta queixa por atentado ao pudor, ou seja, o interesse é minimizar, banalizar os efeitos negativos causados quando um jovem é submetido a uma relação com o seu assediador. O periódico usa o argumento de que a vida é composta de situações boas e ruins.

No fragmento (3), a *Gaie France* usa a estratégia de deslocar para outros agentes a responsabilidade de prejudicar os jovens. Em vista disso, a revista denuncia que a reação dos pais, da justiça – representada pelos policiais e magistrados – traumatizam os infantes para sempre ao expô-los publicamente em um processo de “dissimulação” e “mentira” para perseguir o seu “ofensor” perante a polícia e os tribunais. Nessa concepção, os contatos sexuais precoces são relacionados com ternura, afeto, prazer físico e o desequilíbrio emocional da criança não acontece por causa do “incidente”, mas sim pelas reações exageradas de adultos mal informados e intencionados. Inclusive, é acrescentada uma citação de Polly Toynblee no Jornal *The Guardian* na qual a jornalista teria afirmado que o tratamento da justiça concedido à criança era uma “forma de tortura”. O nome desse artigo e o número da página não são apresentados.

No fragmento (4), a *Gaie France* revela que a vida de uma criança pode ser perturbada por acontecimentos diversos, a negligência dos pais, problemas sociais como: uso de drogas, álcool, armas, desemprego e ineficiência do sistema educativo e não por causa de um assédio ou contato sexual com maiores de idade. A revista, também declara que a família e a escola são as verdadeiras fontes de traumatismo emocional nos infantes e, ainda, declara que em outras civilizações diferentes da nossa e que respeitam a sexualidade infantil, a taxa de suicídio é dez vezes menor. No fragmento (5), o meio de comunicação relata por meio de um “exame psicológico”, que a maior parte dos meninos e meninas permite um contato íntimo sem violência com um adulto e que esses jovens não consideram esse evento traumático, porque eles são beneficiados ao buscarem sexo, afeto e segurança.

Com esses fragmentos, a *Gaie France* nega algumas questões que precisam ser discutidas. Para a revista, o fato do abusador(a) ser um(a) “conhecido(a)” do jovem – ou se a violência sexual acontecer de modo intrafamiliar – diminui o nível de consequências negativas para o infante. Essa é uma afirmação distorcida da *Gaie France*. Verdadeiramente, ocorre o contrário.

Em uma família, ou em qualquer outra forma de convivência amigável extrafamiliar, é de se esperar que o adulto seja capaz de oferecer atenção, suporte afetivo, carinho, respeito com

as suas vulnerabilidades e todos os tipos de cuidados para o bem-estar da criança. Todavia, quando essa relação familiar ou amigável se transforma em sexual, ou seja, em algo que ela não está preparada para processar psiquicamente, o contexto muda completamente. Por um lado, o jovem tem sentimentos positivos com o agressor e, por outro, ele não compreende a situação na qual foi colocado e não gosta do abuso sofrido. Isso gera um “choque” no infante que neutraliza a sua capacidade de resistir ao abuso e de encontrar soluções para a proteção de si próprio. Sendo assim, o evento traumático leva-o a sentimentos confusos e complexos que englobam medo, angústia, vergonha, culpa e esses são rastros profundos que podem durar muito tempo em sua vida (FREUD, 1996; FERENCZI, 1992).

Ao publicar que “todas as relações humanas e sociais são geradoras de alegrias e tristezas, de prazeres e sofrimentos”, a *Gaie France* cria uma teoria inadequada, injusta e irreal, por meio de uma generalização. O uso da palavra totalizante “todas” significa o intuito da revista em tornar uma teoria em um conceito geral que atinge todo um conjunto construído. Nessa perspectiva, o meio de comunicação coloca alguns problemas sociais e o abuso sexual em um mesmo “pacote” como situações capazes de gerar alegrias e sofrimentos. Trata-se de uma capacidade da *Gaie France* de generalização que opera no sentido de organizar o mundo e as pessoas de acordo com as próprias ideologias. Ao colocar todas as relações em uma mesma condição e ignorando as circunstâncias do momento e do comportamento de cada pessoa, a revista banaliza o abuso sexual como algo “comum” que não causa constrangimentos e traumas em jovens.

Além disso, o meio de comunicação realiza uma ligação entre a dissolução da família e o suicídio de menores de idade na sociedade contemporânea. Esse paralelo estabelecido é aproximado com outras civilizações que, segundo a revista, demonstram uma maior tolerância em relação à sexualidade. No entanto, a *Gaie France* não apresenta dados científicos que comprovem essa teoria. Essa afirmação, portanto, é frágil, infundada, imprópria e não se sustenta. É uma maneira de falsear a realidade.

É possível constatar que a *Gaie France* questionava a veracidade de determinados fatos, visando alterar a concepção das pessoas a respeito do trauma. Trata-se de uma tentativa de anular por completo no imaginário coletivo o trauma por meio de práticas negacionistas de conceitos legitimados pela ciência, os quais apontam que o abuso sexual contra menores de idade pode prejudicá-los.

O negacionismo não é um fenômeno recente. Historicamente, sua origem remonta ao regime nazifascista que negava a crueldade praticada durante o Holocausto na Segunda Guerra Mundial. O termo, contudo, foi ampliado para englobar outros fenômenos nas últimas décadas

como arma política. Napolitano (2021) enfatiza que o negacionismo é um movimento organizado que dissemina informações falsas e, ao mesmo tempo, reivindica o direito ao debate da verdade científica. É uma manipulação de dados que visa fortalecer projetos políticos, preconceitos, processos de exclusão, violências simbólicas e encobrir crimes praticados pelos Estados. O negacionismo, portanto, é proposital na *Gaie France*. É um modo disfarçado de controlar a realidade e negar: os danos decorrentes de um abuso sexual, a estrutura de poder patriarcal, os sistemas de dominação e opressão e as vulnerabilidades de crianças e adolescentes. Suas teorias negacionistas são frágeis, descontextualizadas e distorcidas.

Ademais, a *Gaie France* busca diferenciar o abuso sexual e as relações consentidas. O abuso sexual é associado com os seguintes elementos: violência; abuso de poder; ameaça; chantagem; opressão; insegurança; a relação é vista como não igualitária; as necessidades da criança, inclusive as sexuais, não são tidas em conta; nessa situação os jovens experimentam sentimentos de medo e de aversão. No caso das relações consentidas, a revista seleciona os seguintes elementos: espontaneidade; amizade; proteção; respeito; a atividade sexual (se houver) é adaptada ao nível psicosexual da criança; o adulto manifesta interesse pelo mundo da criança, ou seja, há interesses comuns entre as gerações; o poder é equilibrado; a criança e o adulto partilham o poder; o sentimento predominante na criança é a alegria.

Nesse ponto de vista, cada termo é construído e identificado de uma forma distinta e particular. Para o abuso sexual, é usado a retórica do estupro, da exploração, da violência, do poder e da sedução, como uma linguagem de “perigo”. Nessa situação, é construído um mundo no qual as crianças são vistas como inexperientes sexualmente e inocentes e, portanto, propensas a exploração dos adultos e a sedução para práticas sexuais perigosas. Em oposição, para as relações consentidas é utilizado a retórica do amor, do consentimento, da alegria, da boa vontade e da escolha, como uma linguagem de “prazer”. Nesse outro mundo, as crianças são “naturalmente sexuais” e os adultos podem ajudá-las a explorar plenamente seus desejos, tornando suas vidas sexuais mais felizes e saudáveis. A *Gaie France*, portanto, buscou diferenciar as duas situações para dizer que a revista defende as relações consentidas.

Vale explicar que o consentimento se concretiza a partir de dois componentes básicos: a pessoa deve ter consciência o que está consentindo e precisa ter liberdade para dizer sim ou não. No caso das crianças, elas são incapazes de consentir experiências sexuais com adultos por causa da condição de vulnerável e, porque, segundo a nossa legislação, elas estão sob proteção especial do Estado e da Família. E, de acordo, com os padrões morais das sociedades ocidentais, qualquer experiência sexual entre adultos e crianças não pode ser admitido, porque requer

consentimento²⁸. Dessa maneira, crianças não têm liberdade de dizer sim ou não a um adulto, tanto do ponto de vista legal quanto do ponto de vista psicológico. Rodrigues (2014, p. 66 e 67) aponta que:

Do ponto de vista legal, a criança está sob a autoridade de um adulto e não tem livre escolha. Do ponto de vista psicológico, a criança tem dificuldade em dizer não a um adulto, sobretudo porque o adulto normalmente detém todos os tipos de recursos em suas mãos: afeto, comida, dinheiro, abrigo e segurança. Nesse sentido, a condição da criança é como a de um prisioneiro, por estar completamente rendida nas mãos de uma autoridade ou instituição. Por isso, a maioria dos casos em que parece haver sexo consensual pode ser apenas uma resposta ao poder exercido pela pessoa em posição de autoridade.

Diante disso, é preciso questionar o negacionismo da *Gaie France* que tenta negligenciar a violência e o trauma com informações científicas. Assim, convém lembrar dos discursos de Rodrigues (2008) e Williams (2012) que relatam as consequências prejudiciais no desenvolvimento social e sexual, a curto e a longo prazo, quando a criança e o adolescente são inseridos em atividades sexuais inapropriadas para sua idade, por exemplo, o Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT). Nesse sentido, Verhoeven (2007) constata, tal como Rodrigues (2008) e Williams (2012), que a transmissão de valores e práticas adultas para o universo infantil – em crianças não preparadas para receber – pode causar graves danos nesses sujeitos ainda em desenvolvimento.

Outra afirmação da *Gaie France* é a de que o trauma surge na criança quando os pais, a polícia e os magistrados reagem de forma negativa ao descobrirem o contato sexual com o adulto. Dessa forma, é necessário explicar que o processamento do trauma é algo dinâmico, mutável, subjetivo e que não está relacionado apenas ao momento traumático, mas, também ao acesso a esse conteúdo modificado psiquicamente em outra temporalidade. Quando a pessoa se lembra do momento traumático, ela revive o evento como se estivesse acontecendo naquele instante e com as mesmas emoções.

Cabe, aqui, explicar que o trauma é fruto do desencontro entre a linguagem de ternura da criança e a linguagem passional do adulto. Ferenczi (1992) constrói a teoria do trauma em dois tempos quando envolvem violência sexual e menores de idade. Em um primeiro momento, há um “choque” ou uma confusão na subjetividade do jovem quando sua sexualidade pré-

²⁸ Vale lembrar que a idade de consentimento legitimada varia bastante em termos de definição em outros países e continentes. Entretanto, no Brasil, o artigo 217-A do Código Penal Brasileiro classifica como “estupro de vulnerável” qualquer “conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) ano”. Logo, qualquer experiência sexual de adultos com crianças menores de 14 anos é considerada crime.

genital entra em contato com a sexualidade genital do adulto. Em um segundo momento, ocorre quando o infante busca acolhimento e uma assistência que possa lhe conceder significado para essa experiência traumática, mas ele não encontra. De acordo com o autor, o trauma engloba o momento em que o abuso aconteceu e o comportamento dos adultos que demonstram indiferença ao sofrimento e ao relato do jovem sobre o que ele viveu. Esse ato de desacreditar gera nele uma intensa interrupção da sua habilidade de acreditar nas suas próprias sensações e de confiar em outras pessoas.

Para finalizar, vale destacar que o interesse da *Gaie France* em anular o trauma no imaginário social, por meio de práticas negacionistas, revela uma estratégia perpetrada para atingir outros objetivos. Essa prática abre espaço para outros tipos de negacionismos e ocultações de ideologias. Além de negar o sofrimento de jovens que foram submetidos a situações de violência sexual, nega-se a ciência, os direitos humanos, a vulnerabilidade dos jovens, a intolerância e oculta a manipulação intencional de memórias e o viés político. Na próxima categoria Política, será possível identificar e analisar as estratégias da revista que visavam a manutenção da sociedade hierarquizada, legitimar as relações de poder e reforçar a dominação masculina adulta e a posição de subordinação em relação aos jovens.

6.2 A Categoria Política

A política é uma atividade humana importante, pois permite o engajamento de pessoas ou grupos, a defesa de determinadas pautas e o debate entre interesses diferenciados e antagônicos. Essencialmente, é um conceito relacionado ao poder e à arte de criar estratégias ou os meios mais adequados à obtenção de objetivos específicos. Nesse sentido, para a *Gaie France*, a palavra “política” significava “poder masculino” e a militância em prol de condutas morais, subjetividades e simbologias que pudessem impor à sociedade uma série de questões: ideologias patriarcais antigas; o enfrentamento de adversários políticos; o gerenciamento de corpos e de desejos; a dominação e a colonização sexual de jovens; uma masculinidade hegemônica inspirada na Cultura da Grécia Antiga.

6.2.1 Masculinidade Hegemônica e Virilidade

A *Gaie France* defendia um modelo patriarcal no qual o homem – devido ao seu sexo – deveria valorizar determinadas características de um tipo “ser masculino”. Na concepção da revista, era necessário valorizar uma masculinidade hegemônica sustentada a partir de um conceito de virilidade atrelado a uma prática sexual e social da Cultura Grega Antiga. Em

seguida, os fragmentos promovem um tipo de masculinidade hegemônica composta por simbolismos que conferem ao seu proprietário – entre outros elementos – a sensação de poder e superioridade masculina, de “fraternidade” e “união” entre homens que compartilham a mesma ideologia.

- (1) A característica essencial do clima dominante dessas instituições escolares era a ausência de elementos femininos e incentivada pela grande diferença de idades dos alunos no mesmo estabelecimento. [...] a maioria dos internatos masculinos demonstram uma alergia à infiltração feminina. Estas Instituições irão gerar os seus próprios valores num meio emocional distinto [...] cultivando o desporto e a fraternidade viril, numa atmosfera de notável desenvoltura. [...] A sociedade masculina é o meio sociológico no qual se refugia o “*typus inversus*” para se proteger de uma gradual pobreza espiritual. Ela é o polo oposto e, muitas vezes, rival da família e deve a sua existência à angústia de um tipo humano [...] robusto, ativo e superior encostado às margens da miséria.
- (2) É mais do que evidente que os próprios rapazes estão aptos a distinguir entre o divertimento (*fun*) e uma identificação pessoal com a homossexualidade. [...] um entre dois punha, ingenuamente, a questão: “Mas o que entende por homossexualidade? Quer dizer, às vezes, quando nós nos tocamos ou quando falta alguma coisa mais séria?” Este jovem mostrava, assim, que era perfeitamente capaz de distinguir as duas situações e que não se identificava como homossexual simplesmente porque gostava de se divertir com os colegas.
- (3) Os rapazes inquietam-se em saber se são suficientemente masculinos. Outros preocupam-se com as suas experiências físicas e emocionais, de ser objeto de afeição e são perturbados pelas arremetidas de rapazes ou dos professores. [...] A maior parte dos rapazes interessam-se por outros rapazes durante as aulas e por raparigas durante as férias. [...] As relações eróticas entre homens e adolescentes foram, até ao limite do nosso entendimento, a condição necessária, única, de toda a educação viril, lembrava Nietzsche.
- (4) Basta fazer um inquérito, sobre prostituição dos jovens Filipinos ou Tailandeses, para perceber que os clientes são, muitas vezes, respeitáveis cidadãos que, uma vez regressados ao lar, serão os mais virulentos no combate à pedofilia e à pederastia. Num programa recente, da TF1, conduzido por Christophe Dechavanne, cujo tema era a prostituição masculina, um jovem prostituto, surpreendeu o auditório ao revelar que os seus clientes raramente eram homossexuais, mas sim maridos seduzidos por uma experiência excêntrica e passageira que lhes permitia expulsar velhos fantasmas.
- (5) A pederastia pode ser a segunda forma de comportamento sexual humano em termos de importância, antes mesmo da homossexualidade, inscreve-se na natureza profunda, mas hoje escondida, tanto do homem como do jovem adolescente. Se o primeiro, situado em contato com um rapaz, está animado de um verdadeiro desejo altruísta e se o segundo consegue libertar-se de um certo contexto social altruísta, logo uma ligação benéfica pode e deve nascer, crescer e acabar. Compreendemos melhor agora que, em muitos casos, seria completamente inadequado e injusto qualificar como homossexuais, homens que, por vezes ou habitualmente, se sentem atraídos, sensualmente, por muitos efebos.

Com a leitura desses fragmentos é possível inferir que a *Gaie France* se preocupou em construir um modelo de masculinidade. No fragmento (1), a revista destaca as características dos colégios ingleses: a dominação de homens robustos, ativos e superiores; a ausência de elementos femininos e a reprovação dos alunos à inserção de mulheres; a construção dos próprios valores e a valorização dos esportes e de uma “fraternidade viril” entre homens. Além disso, o meio de comunicação classifica os estabelecimentos de ensino como a “sociedade masculina”. Essas Instituições desempenhavam a função de proteger os homens de uma pobreza espiritual e representavam uma rivalidade com outra Instituição: a família. Aqui é ressaltada a importância das experiências e memórias que fomentam os vínculos masculinos necessários para criar um ambiente formado por homens unidos com os mesmos valores. A construção da masculinidade é realizada em uma lógica binária na qual o homem precisa ser robusto, ativo e superior. Essa lógica revela também, ao mesmo tempo, que a mulher e os homossexuais são fracos, passivos e inferiores. Há uma oposição aos elementos femininos e uma preocupação de que os meninos fossem “feminizados” por causa da influência das mulheres.

Outra incompatibilidade é exposta no fragmento (2). A *Gaie France* expressa a capacidade dos estudantes dos colégios ingleses em diferenciar duas situações: a) as diversões envolvendo sociabilidade, amizade e “brincadeiras sexuais” com outros rapazes; b) as experiências englobando sexo, afetividade e romantismo, principalmente ou exclusivamente, com pessoas do mesmo sexo. No contexto da revista, a masculinidade é construída em negação e oposição ao senso de identidade homossexual, de modo individual e coletivamente, e aos aspectos femininos que pudessem igualar homens e mulheres. Essa construção da masculinidade é permeada pela perpetuação das diferenças entre os gêneros e pelo reforço da virilidade.

No fragmento (3), os escritores/colaboradores da *Gaie France* retratam a inquietação de alguns jovens em possuir atributos masculinos e, de outros, em serem seduzidos por outros rapazes com mais idade ou por professores. Ademais, é enfatizado na revista o interesse sexual, da maior parte dos estudantes, por outros rapazes durante os meses de aulas e por meninas no período de férias. Dessa maneira, o meio de comunicação apresenta a ideia de que a virilidade é construída no processo de sociabilidade com outros homens mais experientes sexualmente e ao longo do período estudantil como uma propriedade a ser conquistada. No fragmento (4), a *Gaie France* comunica que homens heterossexuais e casados ocultam os próprios desejos em relação aos jovens, ao vestirem a capa de cidadão realizador de seus deveres, da moralidade e do combate à pedofilia e à pederastia. Para tanto, o periódico cita um caso – não foi possível

verificar se é fictício ou real – de um jovem explorado sexualmente para o comércio ilegal, entrevistado em um canal de televisão da França, a *TF1*. No programa, ele teria revelado que, raramente, seus clientes eram homossexuais, dando a entender que a maioria era composta por heterossexuais em busca de experiências passageiras com menores de idade.

No fragmento (5), a *Gaie France* recorre, mais uma vez, à memória e ao passado ao defender que o fenômeno da pederastia é um comportamento sexual natural e relevante na vida dos seres humanos por “beneficiar” os jovens em um contexto altruísta e de ligação afetiva. Segundo a revista, esse ritual de passagem e de aprimoramento do jovem para a vida adulta não existe na relação homossexual e, por esse motivo, seria inadequado e injusto classificar como homossexuais, os homens adultos que, por vezes, se sentem atraídos por “efebos”. O meio de comunicação, ainda, complementa que a pederastia é segunda forma de comportamento, em termos de importância – sugerindo que a heterossexualidade é a primeira e a homossexualidade a terceira –, no entanto, essa prática é escondida por homens e adolescentes.

Ao interpretar a relação entre esses fragmentos – principalmente quando a *Gaie France* menciona os trechos “fenômeno da pederastia”, “robusto, ativo e superior”, “fraternidade viril” e “educação viril” – é possível detectar que a revista buscou valorizar uma masculinidade hegemônica, no início da década de 1990, com base em um conceito de virilidade inspirado em uma prática sexual e social da Cultura Grega Antiga. Diante desta realidade, convém recuperar alguns assuntos discutidos no *corpus* teórico e acrescentar outros. O primeiro assunto a ser retomado é o tema da virilidade.

Historicamente, virilidade remete a conceitos como competitividade, força, agilidade, coragem, atividade e potência sexual. Na *Gaie France*, tal como apontaram Badinter (1997) e Trevisan (1998), o conceito de virilidade é construído socialmente, ou seja, os elementos que o caracterizam não são obtidos automaticamente, os homens precisam fabricá-los. Na revista, a virilidade está associada à conduta masculina, à atividade sexual e à dominação de jovens. Nesse contexto, portanto, virilidade significa poder e superioridade. Somado a isso, virilidade é um conceito relacional construído para outras pessoas (BOURDIEU, 2012). Por essa razão, os escritores/colaboradores vangloriam a própria sexualidade e seus desejos no meio de comunicação.

Isso implicava afirmar a heterossexualidade e menosprezar os elementos femininos nos textos da *Gaie France*. Essa inferiorização foi indicada por Welzer-Lang (2001) no processo de socialização e de criação de “homens de verdade”. No caso em análise, essa construção de masculinidade ganha uma proporção maior, porque a revista unia dois tipos de masculinidades hegemônicas: o fascista e o grego antigo. Essa união era intencional. Vale lembrar que durante

o período nazifascista, milhões de pessoas foram perseguidas e mortas por práticas eugênicas, por não representarem a ideologia masculina imposta por esse regime autoritário. Assim, a homossexualidade representava uma ameaça ao sistema e a noção de masculinidade nazista. Da mesma forma, na *Gaie France* os homens homossexuais eram considerados a antítese do ideal masculino defendido pela revista. Era como se os homens *gays* não tivessem masculinidade.

Essa exaltação de uma masculinidade e inferiorização de outra, sugere que diferentes configurações de “ser homem” podem ser construídas no mesmo contexto social. Aqui é preciso voltar à leitura de Connell (2005) na qual ela considera a existência de uma multiplicidade de masculinidades interligadas nas relações de poder. Na *Gaie France*, a construção da masculinidade é atravessada por distintos marcadores sociais, tais como: idade, cultura, ideologia, classe social e orientação sexual. No período de circulação pública, no início da década de 1990, as pessoas que faziam parte da revista exaltaram culturalmente uma forma de masculinidade, vista em uma posição de liderança e superioridade na vida social, enquanto outras masculinidades eram desvalorizadas. Além de criar um efeito controlador e influenciador de comportamentos, o conceito de masculinidade da *Gaie France* incorporava práticas de sociabilidade próximas ao fascismo.

Mais uma vez, por desdobramento e juntamente com Mosse (1996), relembro as discussões que eu realizei no *corpus* teórico. O ideal de masculinidade e a aparência do macho fascista eram fortemente inspirados no modelo de homem do grego antigo. No mesmo sentido, na *Gaie France*, o tipo de masculinidade construído fazia alusão aos princípios gregos de dominação, controle, superioridade, força, poder e moralidade. A ênfase na “camaradagem”, no senso de “fraternidade viril” e de uma comunidade ou de um colégio composto apenas por homens, acompanhava um teor moral e sexual, um elemento importante para fortalecer os seus interesses memoriais e políticos. No fascismo, esse vínculo masculino era necessário para criar soldados unidos que representavam a base do Estado Nazifascista.

No período do fascismo alemão havia uma rivalidade entre a masculinidade e a família. A Instituição familiar representava para os nazistas a base da nação. No entanto, eles empenharam-se em diminuir a importância da unidade familiar, uma vez que os homens não deveriam ser contidos dentro dos limites do lar. O ser masculino, ao contrário disso, deveria servir ao Estado e as ideologias nazifascistas. A solução para essa situação, foi a subordinação de mulheres, crianças e adolescentes ao domínio masculino (MOSSE, 1996). Na *Gaie France*, também havia uma tensão entre o tipo de masculinidade defendido e a família, visto que essa instituição tem o direito e o dever de vigiar, proteger e cuidar dos menores de idade. No contexto da revista, a família era um obstáculo aos seus interesses políticos.

Além disso, no fascismo alemão, havia outra tensão paralela entre a ênfase depositada no corpo masculino e o homoerotismo. O vínculo masculino e o medo da homossexualidade fizeram com que os nazistas desenvolvessem práticas punitivas e o fortalecimento da distinção pública entre o elo entre homens incentivado dentro da SS e as amizades carregadas de erotismo (MOSSE, 1996). Em se tratando da *Gaie France*, essa tensão não existia. De maneira oposta, a revista defendia o vínculo masculino e o homoerotismo ao extremo. Esses dois elementos representavam para a revista as verdadeiras fontes da civilização.

Antes de finalizar esta subcategoria, é importante sinalizar que a produção da masculinidade na revista representa uma estratégia que perpassa, simultaneamente: a constituição da superioridade do homem adulto, branco, europeu e da inferioridade do jovens como tradições ou verdades absolutas e incontestáveis; o masculino tem uma conexão direta com força, agressividade, violência, culto ao poder e com a ideia de que o homem europeu possui o direito de “consumir” jovens em outros países mais pobres.

6.2.2 Dominação e Colonização Sexual

A *Gaie France* publicou alguns sinais de que a sua intenção era definir as posições que cada grupo social deveria ocupar na sociedade. Desse modo, a dominação e a colonização sexual de jovens na revista reflete um sistema de pensamento baseado em tradições antigas, práticas sociais e crenças equivocadas como, por exemplo, a noção de que o homem europeu é superior a outras populações e que rituais sexuais e violentos transformam os jovens em “homens de verdade”. Sob esse prisma, suas mensagens reforçam o comportamento agressivo e violento como a principal regra e como o prolongamento do desejo ou a expressão da masculinidade, como afirmou Jablonka, (2021). No contexto da *Gaie France*, a violência e a agressividade são banalizadas por meio da hierarquia, da socialização e da educação. A revista formou um imaginário social, no qual a representação do jovem é marcada pela inferioridade e isso pode ser visualizado nos próximos posicionamentos.

- (1) É costume na tradição britânica infringirem-se castigos corporais aos alunos faltosos, tradição essa que nas *Public Schools* é cumprida pelos *prefects*, que têm o direito de bater ou fustigar, os mais jovens, segundo um cerimonial próprio de cada estabelecimento. [...] o mérito é sem dúvida da generalização e normalização do chicote e dos bastões usados pelos primogênitos sobre o rabo dos calouros, transformando-se assim num ritual. A violência aparece na medida em que certas relações sexuais acontecem entre rapazes de diferentes idades e deixam pouca liberdade para cada um aceitar ou recusar participar. Não podemos concluir que nessas relações mais ou menos voluntárias existem violações, mas a gravidade é que dadas as circunstâncias, torna-se difícil

acreditar que os mais jovens aceitem com serenidade as experiências sexuais em que participam. [...] certos rapazes recusam a transformação do seu corpo na puberdade a fim de beneficiar o mais tempo possível dos valores a que estão habituados.

- (2) [...] a coisa mais admirável da sexualidade em Siwa é, sem dúvida, feita pelos homens ao emprestar os seus filhos a outros homens. Antes de 1928, esta prática era acompanhada, por vezes, de um acordo escrito (conhecido como contrato de casamento), um dote (muito superior ao de uma rapariga), banquetes e festas. Um rapaz é uma "fonte de receita" apreciável, não pelo trabalho que faz, mas, porque o seu pai pode alugá-lo a outro homem, o qual o dominará delicadamente.
- (3) Há muitas outras faces dessa palavra tão antiga [sodomasoquismo]; como o Marquês de Sade, o requintado impulsionador dessas práticas que com toda a certeza são mais velhas que a civilização e que todo o ser humano perfilha, muitas vezes, ao nível do inconsciente.
- (4) Só aos seus olhos a formação de uma "elite" de homens superiores – de alma superior – permitirá à nossa Europa sobreviver e ultrapassar os seus obstáculos. Resiste-se ao poder do dinheiro, pelo que temos de tradicional, enquanto filhos de uma raça.
- (5) [...] a maioria dos jovens dos centros de reeducação do Quebec praticaram, praticam ou praticarão prostituição. Muitos deles começaram a sua aprendizagem quando tinham 7 ou 8 anos. Existem redes nos bairros pobres, mas também nos meios mais abastados. [...] são cada vez mais os vários milhões de europeus [...] que se precipitam para esses países acolhedores, onde, por pouco dinheiro, podem "comer um putto" com toda a descrição e impunidade. O fato não é tão novo como parece: em todos os tempos, os poderosos, os conquistadores se "serviram" das reservas de mulheres e jovens que abundavam nos pobres países conquistados. No século passado, os colonizadores europeus também agiram assim, em virtude de tradições seculares.

Esses trechos da *Gaie France* podem ser analisados no âmbito das representações, simbologias e práticas culturais entrelaçadas nas relações de poder. No fragmento (1), a revista expõe uma violência institucionalizada nos colégios ingleses, caracterizada como tradição, direito adquirido, cerimonial e ritual, realizada pelos alunos com mais idade – os *prefects* –, por meio de castigos corporais, aos mais novos – os *fags*. Essa realidade sugere: a existência de um modelo de masculinidade competitivo e hierarquizante no qual os meninos mais jovens estão na base, os jovens com mais idade aparecem no nível intermediário e os homens adultos estão no topo da estrutura; uma convivência escolar permeada por violência e agressividade.

Trata-se de uma lógica que constitui uma ordenação social da "irmandade masculina" planejada a partir de traços e comportamentos relacionados à virilidade. Há uma normalização desse tipo de socialização, cuja prática revela que os meninos são iniciados na hostilidade, desde muito cedo. É um momento no qual eles constroem a identidade masculina que lhes permite

entrar no universo dos homens definidos pela idade, força e agressividade. No mesmo fragmento, é levantada a possibilidade de que alguns meninos não concordavam com as violações sofridas, enquanto outros não aceitam a própria transformação de seu corpo com o intuito de usufruir, por mais tempo, desses valores e práticas sociais associadas com violência. Isso me faz inferir que a *Gaie France* – ao abordar as punições físicas e psicológicas impostas aos alunos mais jovens – cria uma narrativa de que esses hábitos eram “normais” e “comuns” no cotidiano e que esses comportamentos eram marcados nas memórias dos alunos e perpetuados. Isso conduziria os alunos a repetir o padrão a que foram submetidos com seus pares, no futuro.

No fragmento (2), a *Gaie France* expressa a pouca importância que tinha um rapaz antes de se transformar em um homem adulto no Oásis de Siwa. Nesse contexto, o jovem era considerado uma “propriedade privada” do próprio pai ou uma “fonte de renda” para a família e esse costume não era interpretado como uma violação de direitos humanos ou um crime. No fragmento (3), é abordado o tema sadomasoquismo e sua origem com o filósofo Marquês de Sade. A revista declara que as práticas sexuais que incluem o sadismo são antigas e que todas as pessoas, muitas vezes, pelo menos inconscientemente, adotam comportamentos que englobam prazer sexual, humilhação e crueldade.

No fragmento (4), o meio de comunicação menciona a Europa como um modelo de sociedade que alcançou um alto grau de civilização e cultura e relata a importância de compor uma sociedade elitista composta por homens superiores de uma mesma raça e aptos a vencer obstáculos. Aqui, há a afirmação de superioridade de um grupo em relação aos não europeus e uma conexão com a dominação e colonização sexual de jovens vista no fragmento (5). Neste trecho, a *Gaie France* retrata a submissão de jovens no comércio ilegal do sexo como uma “aprendizagem” aos 7 ou 8 anos e aponta que, em países fora da Europa, é comum homens poderosos viajarem para esses lugares onde conseguem com pouco dinheiro, abusar de um menor de idade com descrição e impunidade. Ademais, a revista complementa que o ato de colonizar e o abuso sexual de mulheres e jovens pelos conquistadores são antigos e foram frequentes em razão das tradições seculares. No início da década de 1990, essa violação é interpretada pela *Gaie France* como uma “distração sexual para turistas” e uma forma capaz de gerar empregos.

Após descrever e analisar esses fragmentos, avanço para a fase da interpretação. Foi possível constatar a existência de alguns aspectos relevantes que compõem esse tema da dominação e da colonização sexual na *Gaie France*. O primeiro aspecto a ser apontado envolve uma preocupação da revista em ostentar e valorizar uma masculinidade interpretada como

hegemônica interligada com violência sexual e agressões. Há a valorização de um comportamento agressivo ou de um embrutecimento dos jovens com mais idade em relação aos mais novos, como uma atividade reconhecida de grande valor em favor da “irmandade masculina”. Nessa lógica, há uma ênfase significativa em atitudes violentas e agressivas como elementos imprescindíveis para a masculinidade hegemônica e como um meio de obter empoderamento. Os rituais e as cerimônias têm a função de fabricar o “ser masculino de verdade” em um rito de passagem. Esse sistema de iniciação revela a diminuição da importância das mulheres no que diz respeito à capacidade biológica de procriar e que o homem nasce da convivência com outro homem, conforme aponta Jablonka, (2021).

Esse sistema dos colégios ingleses – da forma como é apresentado pela *Gaie France* – demonstra uma vinculação com: o ciclo de reprodução da masculinidade hegemônica projetada para os jovens; os privilégios políticos que beneficiam os homens adultos; a construção de uma memória coletiva baseada na crença de superioridade natural de um grupo em detrimento de outro. A escrita sugere que as lembranças dos infantes eram marcadas por valores distorcidos, agressões, opressões e por uma violência cultural.

A revista desenvolve uma narrativa de que as práticas abusivas influenciavam os alunos mais novos a se comportarem da mesma forma com os outros alunos no futuro, de modo que tais comportamentos eram reproduzidos e naturalizados como algo positivo para a construção da masculinidade. Aplicando o argumento de Mason (2002), considero adequado mencionar que a violência retratada pelo meio de comunicação configura uma mensagem ao seu público que visa delinear ou moldar como os jovens deveriam ser vistos e conhecidos no imaginário social. No caso da *Gaie France*, a intenção era produzir um conhecimento e, ao mesmo tempo, torná-lo visível, de modo que os jovens eram marcados como corpos que podem ser abusados e, ao narrar que “certos rapazes recusam a transformação do seu corpo na puberdade a fim de beneficiar o mais tempo possível dos valores a que estão habituados”, a revista reforça a ideia de que eles merecem porque gostam de práticas agressivas. Essa estratégia representa uma forma específica de modelar o que está sendo observado. Em nenhum momento, os autores dos textos da *Gaie France* realizam uma crítica ou um questionamento a essas questões de forma racional e responsável.

As mensagens de comunicação da *Gaie France* demonstram violência, crueldade e racismo colonial quando defendem com um tom moralista e racista que os europeus são da “elite”, “homens superiores” e “filhos de uma raça”. O colonialismo do tipo sexual fica mais evidente quando a revista relata a existência de uma tradição secular na qual homens poderosos se “servem” de mulheres e jovens em países pobres e conquistados com descrição e impunidade.

O verbo “servir” é utilizado para se referir às mulheres e aos jovens como “coisas” ou “objetos” adequados para atender às necessidades do homem branco e adulto no sentido de abusá-los sexualmente.

Com essa perspectiva, a *Gaie France* enaltece o padrão branco e europeu em detrimento de outras culturas, sendo a Europa interpretada como o modelo e o parâmetro de civilização ideal. A revista sustenta uma concepção cultural e política do europeu sobre os não europeus e são criadas ficções de que outros povos são inferiores (SAID, 1990). Assim, com critérios pseudocientíficos, culturais e econômicos, o meio de comunicação utiliza um conceito de Europa para legitimar a colonização e a exploração de jovens em outros países mais pobres por adultos que acreditam ter o direito tradicional de “consumir” jovens. Em se tratando da França, país em que surgiu a *Gaie France*, o lema da Revolução Francesa “Igualdade, Liberdade e Fraternidade” perde o seu sentido original e passa a garantir os interesses políticos e econômicos de um grupo específico, os europeus. É uma liberdade para quem? Nesse sentido, vale lembrar de Césaire (1978), ao dizer que a Europa é moralmente e espiritualmente indefensável, ao sustentar a ideia de que o continente tem a função de “humanizar” e “civilizar” outros povos como justificativa do processo colonial. Da mesma forma, a *Gaie France* utilizou o pseudo-humanismo na defesa do homem branco e europeu em detrimento da humanidade e dos jovens.

Ao se apropriar do conceito de raça para estabelecer as posições que cada grupo deve ocupar na sociedade, a revista adere ao critério do determinismo biológico visando perpetuar os lugares que os seres humanos devem ocupar, a violência e o sistema hierárquico justificado a partir da crença baseada na existência de raças (GOULD, 1991).

Inadequado seria deixar de ressaltar que a dominação e a colonização sexual no meio de comunicação se fundamentam em construções hierárquicas nas quais são constituídas a superioridade do dominador, o homem adulto e europeu, e a inferioridade do jovem na posição de dominado. Nesse caso, a hierarquia é baseada na idade, no sexo masculino, na etnia e os jovens são considerados objetos sem valor e suscetíveis de serem explorados. Essa lógica tem associação direta com jogos de poder, a estigmatização do grupo de jovens como aqueles que teriam culpa na violência que sofreram. Somado a isso, os autores dos textos da *Gaie France* esquecem os valores humanos, morais, éticos e não há empatia pelo sofrimento dos infantes. Ao contrário, há um sadismo na crueldade submetida aos jovens. Esse assunto é indispensável para a interpretação da constante banalização da violência na revista.

O chicote e os bastões mencionados no fragmento da *Gaie France* representam símbolos de poder, crueldade e sadismo. Esses objetos são usados por pessoas que sentem prazer em dominar e submeter o outro à dor física. O que prevalece nesse contexto é a oposição entre

domínio e submissão, poder e impotência. Essas concepções sugerem a inspiração nas obras literárias do Marquês de Sade (2013, 2018, 2019) e que foram discutidas no *corpus* teórico. Em várias páginas da revista, há declarações, tais como: a oposição ao cristianismo e as leis que regulam o comportamento sexual das pessoas; o preconceito é considerado abominável quando o homem é interpretado como um criminoso por aproveitar sexualmente do seu objeto desejo; a existência de um sentimento de indiferença entre desejar uma moça ou um rapaz; a defesa do incesto, da associação entre práticas sexuais e a pederastia e da ideia de que crianças e adolescentes têm uma sexualidade e que buscam sexo precocemente; a exaltação da “irmandade” entre homens devassos que praticam dominações e torturas.

Na visão da *Gaie France*, o mundo é essencialmente cruel e a sociedade é composta por dominadores e dominados. Sendo assim, o sadismo de uns complementaria o masoquismo de outros e que o bem e o mal são elementos necessários e fundamentais para o equilíbrio e bem-estar do ser humano e, por isso, seria mais vantajoso estar ao lado do mal. Trata-se de uma concepção de mundo que privilegia a agressividade e o abuso sexual como elementos da natureza humana e que privilegiam somente os poderosos e os conquistadores. Além disso, a igualdade democrática entre os seres humanos é vista como invasiva, prejudicial e incômoda. Nessa realidade, é valorizada a manutenção da desigualdade.

O que está em jogo nos textos da *Gaie France* é a relação entre masculinidade hegemônica; poder e dominação; erotismo, desejo e prática sexual. Há uma erotização do poder – caracterizada pela dominação dos jovens e pela dor vivenciada por eles – que conduz esses homens ao prazer sexual. A satisfação tem origem na subversão das leis e da moral cristã e não necessariamente de uma relação sexual derivada de violência. A revista utiliza uma estratégia política e distorcida do consentimento para justificar a crença de que os jovens buscam intencionalmente sexo desde cedo. Aliás, o fascismo utilizou uma estratégia similar, ao justificar o sistema sádico, cruel e opressivo de que as massas “apelam” por um líder potente e dominador. Vale destacar o posicionamento de Jeffreys (1993), de que o fascismo e o racismo são alimentados por um tipo de erotismo com raízes em uma exaltação da supremacia masculina.

Em suma, a dominação e a colonização sexual são aspectos que a *Gaie France* selecionou para representar e defender politicamente um poder hegemônico atrelado com violência, masculinidade e desejo sexual. Ao enfatizar a conexão entre o prazer e o sofrimento, a revista revela o sadismo como uma característica do ser humano, um elemento individual e coletivo tão presente nas memórias das pessoas mesmo que, muitas vezes, de modo inconsciente.

Diante dessa conjuntura, torna-se relevante desenvolvermos sexualidades masculinas compostas por comportamentos que rejeitem a crueldade e as injustiças sociais e que respeitem os valores igualitários, a dignidade e os direitos humanos.

Além do sadismo, a *Gaie France* colocou em foco dois elementos: o desejo sexual e a temporalidade. Para que esses dois elementos fizessem sentido no campo da memória e da política, foi necessário delinear o que os motivava e os movia em direção ao que foi eleito, pelas pessoas envolvidas na revista, como objeto de desejo e destacar a importância do tempo nas relações sociais e sexuais entre um adulto e um jovem.

6.2.3 Objeto de Desejo e Temporalidade

O desejo sexual por um determinado objeto tem uma relação com elementos que visam a satisfação de um impulso e a obtenção de prazer corporal. É uma espécie de força motriz humana que incentiva ações na tentativa de encenação de fantasias e concretização de experiências – que podem ser saudáveis ou não, conscientes ou inconscientes – e no relacionamento social e sexual com outras pessoas. Em se tratando de temporalidade, esse é um aspecto inerente na vida humana e uma dimensão fundamental para a compreensão do sentido da vida e de nossas memórias. Os temas “desejo” e “temporalidade” são recorrentes na *Gaie France*. Era uma maneira de explicar ao seu público como esses dois elementos são determinantes para a relação entre o adulto e o jovem. Os fragmentos, a seguir, proporcionam a perspectiva da revista sobre esses assuntos:

- (1) [...] o adulto seduzido por um rapaz adolescente é, em primeiro lugar, pela sua pré-virilidade, por esse estado de desenvolvimento físico da criança que exalta uma perturbadora feminilidade e que Michel Gourlier traduz bem nos seus escritos: "O andrógono corpo indeciso, efêmero, entre o masculino e o feminino." A semelhança entre um pré-adolescente e uma mulher é de tal ordem que para um homem, a confusão dos sentidos pode ser real. A beleza de um rapaz jovem parece muito com a de uma rapariga. Essa semelhança faz com que, em determinadas circunstâncias, o amante se engane no objeto de desejo.
- (2) A relação sexual que poderá ocorrer entre o educador e o jovem protegido resultará, quase sempre, em uma longa evolução, [...] Esta forma de ligação depende da natureza dos dois protagonistas, das respectivas idades, da aparência física, do grau de autoridade e da confiança estabelecida entre eles, como do ambiente social, familiar e escolar do adolescente. [...] Na maioria dos casos, uma ligação pederástica, deve permanecer clandestina [...] Esta clandestinidade é assumida, principalmente, em relação aos pais do jovem, irmãos e irmãs mais velhos, enfim, junto de terceiros, como sejam os amigos da família e vizinhos.

- (3) [...] todas as outras formas de amor podem desvanecer-se no tempo; [...] revela-se difícil suportar, [...] frequentemente, o mais novo afunda-se, mais ou menos, brutalmente, ao decidir romper e deixar o seu amigo. A solução é fazer intervir um ou mais rapazes, também eles participantes de uma relação sexual com o mesmo adulto, pelo menos, suficientemente íntima. Abertos e seguros para permitirem ao "jovem amado" conservar as relações sexuais normais com outros de sua idade e, eventualmente, discutir com estes a aventura na qual ele participa. Esta "poligamia" do adulto é corrente; por muito surpreendente que isso possa parecer, esta situação não parece magoá-los; pelo contrário, ela tranquiliza-os, ao demonstrar assim, que para um jovem da sua idade, participar em relações sexuais com um adulto não é tão fora do vulgar como se possa imaginar.
- (4) Como o assinala o Dr. Gige Roff, “os pedófilos adaptam as suas atenções sexuais ao nível de desenvolvimento da criança.” Por adaptação, deve considerar-se [...] o seu crescimento físico e a sua evolução afetiva e mental. [...] Os jovens adolescentes sabem perfeitamente que com uma simples denúncia deles, o seu "assaltante" irá para a prisão e eles não! Quantos desses jovens mais interessados [...] exercem chantagens por causa das notas, presentes ou privilégios de toda a espécie? Como é que se pode falar, seriamente, de uma espécie de abuso de posição dominante do adulto, quando este vive, continuamente, no receio de ser apanhado ou denunciado e de ver, assim, a sua vida arruinada? Se quisermos falar de pressão [...], o mais dominado não é, obrigatoriamente, aquele que pensamos! Seria uma ingenuidade, acreditar que nas relações heterossexuais entre adultos os parceiros gozem de uma total liberdade; [...] não se deve esquecer [...] que um dos parceiros, sobretudo o homem, exerce domínio sobre o outro; podem intervir, igualmente, todo o tipo de pressões psicológicas que deveriam conferir a estas relações sexuais um carácter menos consensual do que parece.
- (5) [...] a atenção dada às raparigas, os primeiros *flirts*, a primeira relação heterossexual fazem parte do inelutável processo de maturação de um rapaz, cuja heterossexualidade se afirma cada vez mais frequentemente; a medida que esta se lhe impõe, ele precisa se libertar de uma ligação que começa a pesar-lhe e, perante a qual, ele já não sente qualquer desejo; ao considerar-se um verdadeiro homem, ele compreende como as relações que ele iria ter com o seu amigo mudariam de natureza e o iriam conduzir, sem ele querer, a uma nova aventura, desta vez homossexual, pela qual ele não tem qualquer tipo de atração.

Esses fragmentos publicados na *Gaie France* demonstram o interesse em apresentar, aos seus leitores a percepção subjetiva dos autores dos textos quanto à questão do desejo na construção das experiências entre pessoas de gerações diferentes, bem como a visão desses colaboradores da revista a respeito da temporalidade na formação da masculinidade. No fragmento (1), o meio de comunicação explica que a atração sexual de adultos por jovens engloba a admiração por uma virilidade prestes a surgir e por uma feminilidade encontrada no infante, ou seja, é um ser que ainda não se tornou “homem”. Ainda, é exposto que há semelhança entre um pré-adolescente e uma mulher, de modo que essa aparência do jovem conduz a uma confusão de sentidos no adulto em relação ao objeto de desejo.

No fragmento (2), a *Gaie France* defende que a relação sexual entre um adulto e um jovem não acontece de maneira automática e que esse relacionamento é resultado de um longo processo evolutivo. De um modo mais específico, a revista declara que a conexão entre pessoas de gerações diferentes depende de uma série de questões como, por exemplo: idade, aparência física, autoridade, confiança e do ambiente social, familiar e escolar do qual o infante vive. Além disso, o meio de comunicação narra que essas experiências devem acontecer e permanecer escondidas do público em geral.

No fragmento (3), a *Gaie France* relata que todas as formas de amor são restritas por um prazo rígido, ou seja, os contatos sexuais entre pessoas têm uma duração para iniciar e acabar. A revista complementa que o fim do relacionamento entre um adulto e um jovem se revela um acontecimento difícil para o menor de idade. Por causa da “perda da companhia” do adulto e que esse fato o conduz a sentimentos brutais e negativos, dando a entender que esse “fim” pode prejudicá-los. A solução apresentada pelo meio de comunicação para essa situação é uma espécie de um sistema poligâmico. Um sistema no qual vários jovens têm relações sexuais com o mesmo adulto. Isso possibilitaria o menor de idade conservar as relações sexuais com outros jovens e discutir com eles as experiências vivenciadas no campo sexual. É apontado que a solução descrita conduz os infantes a uma sensação de tranquilização por compartilharem entre iguais lembranças e discussões significativas.

No fragmento (4), a *Gaie France* continua na questão da relação sexual entre um adulto e um jovem. Nesse sentido, a revista recorre a uma citação de um “especialista” e afirma que os pedófilos realizam um tipo de “adaptação” de comportamento no mesmo nível de desenvolvimento da criança, isto é, essas pessoas levariam em consideração o progresso corporal e a evolução afetiva e mental do jovem. No mesmo fragmento, o meio de comunicação aborda o assunto da denúncia à polícia. O periódico considera que uma simples acusação judicial pode levar o adulto à prisão e que esse fato permite aos jovens praticar chantagens em prol de lançamentos de boas notas, por parte de seus professores, presentes e outros privilégios. Ademais, frente a essa possibilidade de denúncia e aprisionamento carcerário, a *Gaie France* questiona a posição dominante do adulto. Para o meio de comunicação, o verdadeiro dominador dessa situação é o jovem. Em outras palavras, novamente a revista utiliza a estratégia da inversão da realidade, interpretando o adulto como a vítima e a criança como a dominadora. A *Gaie France*, ainda, aborda a questão da liberdade, do consentimento e das pressões psicológicas e elabora uma narrativa comparativa de que nas relações heterossexuais entre dois adultos também há pressões psicológicas, um caráter menos consensual e menos liberdade do que se parece.

No fragmento (5), a *Gaie France* volta ao assunto da temporalidade e conclui que a heterossexualidade faz parte do processo de maturação do jovem e, por esse motivo, é necessário o desligamento sexual com o adulto, uma vez que esse desejo deve permanecer no passado. Aqui é proposta a ideia de que há uma mudança de fases da vida da juventude para a fase adulta, e que o desejo é convertido para a heterossexualidade. O intuito da revista é sustentar o argumento de que não há razões para temer que esses contatos sexuais na juventude possam no futuro alterar a orientação sexual de um rapaz e que não existe nenhuma correlação entre abusos sexuais sobre crianças e o seu futuro homossexual.

De um modo geral, esses fragmentos têm a finalidade de contextualizar e influenciar o público a respeito de temas como desejo e temporalidade e, na perspectiva da *Gaie France*, o tempo regula as relações sexuais e sociais e interfere nos comportamentos das pessoas. Essa percepção subjetiva sugere a importância da temporalidade para a construção do “ser masculino verdadeiro” e, nesse contexto, o homem passa por determinadas fases da vida que são essenciais para a sua formação. Somado a isso, a relação sexual entre um adulto e um jovem e o desligamento dessa ligação são elementos retirados da Cultura Grega Antiga. É oportuno dizer que o alinhamento entre masculinidade, desejo e temporalidade tinham a finalidade de conferir às pessoas envolvidas na revista autenticidade e legitimidade em sua prática sexual e em suas reivindicações.

Nesses fragmentos, é possível identificar outras estratégias utilizadas pelos autores da *Gaie France*. Há o cruzamento entre discursos científicos e jornalísticos, visando comprovar: uma “humanização” das pessoas envolvidas no periódico no sentido de que o desejo sexual faz parte da natureza humana; obter um nível maior de impacto e legitimidade social e a aplicação de suas reivindicações no campo da política; que não há prejuízos aos menores de idade e que eles não desenvolvem dificuldades em desempenhar seus papéis tradicionais nas futuras relações.

Essa militância também é manifestada em narrativas que buscam produzir saberes e verdades a respeito de uma sexualidade, o que inclui a definição do objeto de desejo nas relações sexuais. Nesse caso, é determinado o que é digno de ser desejado e o que deve ser desprezado. O objeto de desejo na *Gaie France* tem uma sintonia com os critérios estéticos e culturais da Grécia Antiga, a preocupação das mudanças naturais do corpo do jovem e a sua capacidade de surgir o desejo; a separação – inevitável, moralmente necessária e socialmente útil – entre o adulto e o infante (FOUCAULT, 1984).

Vale ressaltar que ao supervalorizar o corpo jovem, a *Gaie France* sublinha o caráter efêmero da juventude, a virilidade em vias de se formar e as características dessa fase da vida

como força, potencialidade e resistência. Com essa constatação, é possível destacar três hipóteses que talvez explicam essa fixação por esse tipo de desejo vinculado à temporalidade.

A primeira hipótese refere-se à possibilidade de sacralizar e cultuar uma inocência desejada, um corpo com certas características e ostentar a virilidade do ponto de vista machista e de dominação. A segunda hipótese relaciona-se com o ímpeto de profanar ou retirar o caráter imaculado da juventude e tornar a inocência infantil suja de acordo com as pulsões destrutivas. A terceira e última hipótese remete a uma questão de padrões estéticos. Nesse caso, os autores e colaboradores da *Gaie France* consideravam a juventude bela e demonstravam sentir prazer com esse tipo de corpo.

Na verdade, essas ideias são apenas suposições e não é possível determinar com exatidão qual delas faz mais sentido. É possível, no entanto, afirmar que a *Gaie France* tinha um conjunto de convicções ideológicas com diferentes significados.

6.2.4 Os Vestígios Ideológicos

O conceito “ideologia” envolve memória, pensamentos, avaliações, crenças, valores, contextos diversos e práticas sociais. Certamente, não existe pensamento vazio. Além disso, é comum e normal possuir convicções ideológicas. Essas ideias, portanto, não são restritas ao campo político e fazem parte do cotidiano das pessoas. Seliger (1976, p. 11) define ideologia como:

Conjuntos de ideias pelas quais os homens postulam, explicam e justificam os fins e os meios da ação social organizada, e especialmente da ação política, qualquer que seja o objetivo dessa ação, se preservar, corrigir, extirpar ou reconstruir uma certa ordem social.

Na *Gaie France*, os vestígios ideológicos representam um sistema de ideias, valores e crenças de um determinado grupo, ou seja, as pessoas envolvidas na produção da revista. Nessa situação, significa um modo de enxergar o mundo caracterizado por uma dimensão social, política e cultural, na busca fundamentar e legitimar um poder político. A *Gaie France* levanta uma série de questões e nos apresenta alguns vestígios de suas ideologias, nos próximos fragmentos.

(1) [...] o aparecimento súbito de um novo delito, por vezes qualificado de crime, constitui um fenômeno extremamente raro na história do direito penal. [...] Porque, depois de séculos de impunidade, o legislador teve necessidade de, progressivamente, reprimir as relações sexuais entre adultos e jovens

permissivos? Porque a opinião pública e a sociedade francesa tinham descoberto um amor e um interesse assaz pronunciados pela infância e adolescência? E [...] parece ter havido um certo entusiasmo a favor da proteção da infância [...] e respeito pelos seus direitos [...] As infrações foram, em primeiro lugar, criadas para dar satisfação à moral tradicional; o legislador preocupou-se mais em proteger e promover as condutas de acordo com a moral.

- (2) O que interessa é se pôr, com mais veemência, cada um contra a ideia de que existe uma forma normal e outra anormal (logo pouco sã, perversa, perigosa). Em qualquer prática sexual, o que conta é o desejo que se tem e o prazer que se obtém. Uma maior liberdade pode proporcionar-nos uma grande variedade de escolhas. Não há idade para fazer amor, nem para começar ou terminar. Podemos fazê-lo desde que tenhamos vontade. Em matéria de sexo, os jovens nem sempre são crianças: se suprimirmos a noção de vítima, a pedofilia torna-se um crime sem vítima. O que é proibido não é eterno, nem imutável.
- (3) [...] proponho quatro medidas imediatas: 1) O abaixamento para 13 anos da maioridade sexual. É nessa idade que o jovem entra no clã dos homens (é a idade média da primeira ejaculação); 2) Fixação de um ano de prazo de prescrição, para evitar fazer ressurgir um caso que se teria solucionado por ele mesmo em uma escala de pena moderada; 3) A suspensão das disposições agravantes do delito quando o autor tem um ascendente de autoridade sobre a criança, sua substituição pela necessidade de avaliar o contexto afetivo em que foi cometido a infração; 4) A criação e formação de um corpo especial de assistentes sociais encarregado de escutar as crianças.
- (4) E.J. demonstra estar convencido da superioridade da "raça germânica" e esta convicção aparece claramente na escolha dos seus modelos. [...] Um rapaz de treze ou catorze anos que ama os seus pais, que se sente bem em sua família e prefere a companhia dos irmãos à dos colegas é – e eu pude vê-los inúmeras vezes – de má raça. Não tenho tempo a perder com ele".
- (5) Em meu entender há dois grandes tipos de caminhos: intelectual e político, para chegar ao mesmo fim (as relações sexuais entre um homem e um pré-adolescente) [...] Para simplificar, eu irei qualificá-las de comportamentos de esquerda e de direita. Logo, em princípio, essa forma de sexualidade [direita] e de comportamento afetivo estaria ligada a uma atitude política tradicional: preservação dos valores, sentido do dever e da disciplina [...] e exaltação da virilidade. Esse é o tipo de pederasta que se encontra no escotismo tradicional, nas escolas militares, nos colégios internos e na juventude hitleriana [...] Contra essa atitude, situam-se os que rompem com as tradicionais proibições [esquerda], lutam para que os jovens tenham o direito de dispor do seu corpo. Eles procuram libertar a criança de todos os preconceitos burgueses, contingências sociais e religiosas, escolares, morais e também familiares.

Nesses fragmentos é possível identificar que a *Gaie France* buscou produzir um conjunto de significados que pudessem questionar ou transformar a realidade social. No fragmento (1), a revista comenta um tipo de fenômeno na história do direito penal, o aparecimento inesperado de um delito, a repressão das relações sexuais entre adultos e jovens e questiona o interesse da sociedade francesa em defender as crianças e os seus direitos. O meio

de comunicação ainda considera que as infrações, nesse sentido, foram criadas para proteger e promover os comportamentos de acordo com a moral do cristianismo. Aqui, a *Gaie France* coloca a questão de que antes do surgimento do cristianismo não existia esse delito e que a sociedade e a legislação foram influenciadas e moldadas conforme a moralidade cristã.

No fragmento (2), a *Gaie France* apresenta um problema e destaca a importância “de todos” combaterem com mais empenho a ideia binária de que há um ser normal e outro anormal, sendo o anormal considerado perverso ou perigoso. A revista salienta que em uma prática sexual deve ser levado em consideração alguns fatores: o desejo, o prazer, a liberdade e que não há uma idade fixa para iniciar ou terminar a vida sexual. Ademais, o meio de comunicação defende que se for eliminado o conceito de “vítima”, a pedofilia torna-se um delito injusto e sem efeito. Posteriormente, a *Gaie France* acrescenta uma frase autoritária e menciona que a proibição e o crime criados socialmente não são eternos, dando a entender a possibilidade de reversão dessa situação.

No fragmento (3), a *Gaie France* propõe quatro medidas que poderiam resolver o conflito descrito no fragmento anterior: a legalização da idade de 13 anos para relações íntimas; a fixação de 1 ano de prescrição do delito; a suspensão de elementos que possam agravar a situação do autor quando este tiver uma posição de autoridade sobre a criança; e, por fim, a formação de um grupo de assistentes sociais responsável em escutar os menores de idade. Nessa situação, há a oposição entre ideologias diferentes motivadas por interesses diversos. A revista define ou cria um problema e apresenta sugestões que poderiam resolver o conflito. Os comentários do fragmento (4) são exemplos do caráter fascista da revista e de ideias que sugerem a superioridade de uma raça. Essa convicção é associada com ideologias que remetem: a hipervalorização e a escolha do corpo juvenil branco por parte do fotógrafo E.J. e do meio de comunicação; e o argumento de que se um rapaz preferir permanecer na companhia de seus familiares, ao invés de estar ao lado de outros rapazes, ele é considerado de uma raça inferior.

No fragmento (5), o meio de comunicação explica que há dois caminhos ideológicos, um intelectual e um político que podem conduzir aos mesmos objetivos, as experiências sexuais entre um adulto e um jovem. Com o intuito de simplificar, a *Gaie France* expressa o espectro político esquerda-direita como um conceito de enquadramentos de ideologias opostas. O campo da direita é associado com valores tradicionais, ordem, disciplina, exaltação da virilidade. Esse tipo de visão é encontrado no escotismo, escolas militares e na juventude hitleriana. No caso da esquerda, estão os ideólogos que lutam pela liberdade dos jovens usufruírem do próprio corpo e contra ideologias burguesas, dogmas religiosos, escolares e familiares.

Nesses fragmentos, a *Gaie France* produz uma série de sentidos específicos que explicam a maneira que a revista percebia o mundo. Trata-se de uma estratégia memorial e política que visava legitimar um poder político e transformar a vida das pessoas por meio de ações sociais. De início, considero relevante realizar alguns apontamentos apoiado em Seliger (1976). A ideologia é um tema mais relacionado ao discurso do que a linguagem. A ideologia corresponde à questão de quem está narrando o quê, com quem e com que finalidade do que com as propriedades linguísticas inerentes de uma narrativa. Por exemplo, o fascismo alemão construiu uma série de termos para designar o período nazista. o que há de mais ideológico nesses termos, entretanto, são os interesses de poder e os efeitos políticos que são gerados. Desse modo, um fragmento de linguagem pode ser ideológico em um contexto e não em outro. A ideologia é resultado da fusão entre uma narrativa e o seu contexto social.

É oportuno lembrar que ideologia é tudo sustentado no discurso e ter concepções ideológicas não representa um fato ruim. O problema é quando a ideologia é utilizada de forma desonesta para manipular e dominar outras pessoas no campo da política e nas relações de poder. Como a *Gaie France* fez, ao buscar legitimidade social e política, por meio de uma perpetuação de valores e interesses que são na realidade específicos de outro período histórico, – da Grécia Antiga – projetados como aspectos de toda a humanidade e da sociedade contemporânea.

A *Gaie France* tinha como temas principais o homem dominador e a Cultura Grega Antiga. Aliás, ao publicar que o “legislador preocupou-se mais em proteger e promover as condutas de acordo com a moral”, a revista defende que a moral cristã criou raízes no domínio da lei e que o mundo se tornou mais submisso ao pai da religião judaico-cristão. De acordo com o meio de comunicação, as opiniões moralistas do cristianismo “destronaram” a lei original, aberta e não moralizante.

Ao publicar que “se suprimirmos a noção de vítima, a pedofilia torna-se um crime sem vítima”, a *Gaie France* sugere que na verdade o conceito de crime, envolvendo a relação sexual entre um adulto e um jovem, foi construído de modo que a legislação se tornou agressiva e perseguidora com os homens que apresentam esse tipo de conduta. Diante disso, o efebo grego e o ideal de masculinidade tornaram-se símbolos culturais e memoriais esquecidos do passado. Outra consequência sugerida pela revista diz respeito a ideia de que, ao confiscar a verdadeira moralidade grega antiga pertencente a cada indivíduo, as sociedades atuais deram plenos poderes ao Estado e à Justiça. Tornando o indivíduo sem valor, uma espécie de instrumento submisso da ordem estabelecida e representada pelos juízes, policiais e Ministério Público.

Somado a isso, o meio de comunicação busca lutar contra o argumento de que o desejo sexual por jovens é anormal, doentio, perverso e perigoso.

Outro aspecto que merece ser discutido é a ideologia fascista da *Gaie France* demonstrada em narrativas que apresentam um tom impositivo e simbologias implícitas autoritárias e violentas, como no trecho: “O que é proibido não é eterno, nem imutável”. Aqui, a revista considera que a proibição das relações sexuais entre gerações muito distantes poderia ser deslegitimada socialmente. Nesse projeto fascista, o meio de comunicação usa a desonestidade e a distorção diante de uma realidade para criar nos seus leitores a ideia de que era imperativo manter uma diferença social e a posição de poder de um grupo social.

A *Gaie France* também apresenta as ideologias de direita e de esquerda. Convém explicar alguns pontos. Essas ideologias tem uma ampla variedade de pensamentos políticos, éticos e culturais, podendo ser utilizada em diferentes contextos sociais. E ideologia não significa o mesmo que política. Seliger (1976) distingue esses dois termos. Para ele, a ideologia diz respeito aos processos de poder relacionados com significados e a um campo discursivo no qual os poderes sociais que se auto promovem conflitam e colidem acerca de questões centrais para a reprodução do poder social como um todo. Apesar de se apresentar como uma narrativa verídica, a ideologia é persuasiva e mais preocupada com a produção de resultados eficazes do que com a situação “como ela é”.

No caso da política, o interesse é resolver conflitos de interesses e se refere aos processos de poder mediante os quais as normas sociais são mantidas ou desafiadas. Tiburi (2015, p.43) declara que a política é a “capacidade humana de criar laços comuns em nome da boa convivência entre todos, o que requer defesa de direitos para todos e respeito por cada um”. Nesse sentido, a *Gaie France* é a representação da antipolítica, uma vez que a revista é incapaz de satisfazer os interesses de sociedade em sua diversidade. Além disso, a *Gaie France* utilizou o poder da comunicação para dominar e explorar outro segmento social – os jovens – disseminando o ódio, o mal, a desigualdade e enfatizando o conflito.

A *Gaie France* também demonstrou também o seu perfil autoritário e antidemocrático, ao publicar narrativas que defendem somente os próprios interesses; banalizou a violência contra os jovens e ignorou o sofrimento desses seres em desenvolvimento, desrespeitando os direitos humanos, a diversidade humana e cultural. Ao perceber esses aspectos, torna-se necessário afirmar que a democracia precisa sempre ser defendida e valorizada. Apesar de nunca estar pronto e acabado, é fundamental que esse sistema político continue se aprimorando, levando em consideração novas situações, demandas, problemas e conflitos. Uma democracia eficiente é aquela que possibilita reformas e adaptações. Por esse motivo, esse regime necessita

esforço, a construção de novas articulações e negociações entre perspectivas e visões de mundo diferentes. Isso evidencia que a democracia é um sistema complexo, trabalhoso e imperfeito. Contudo, é o melhor percurso que podemos traçar para construir sociedades mais prósperas, criativas, justas e fraternas (PRIOLI, 2021).

À vista disso, não podemos tolerar narrativas e práticas racistas, homofóbicas, misóginas, xenofóbicas, agentes disseminadores do ódio e a intolerância política e religiosa, porque essas mazelas são ameaças constantes ao bom funcionamento da democracia. Sobretudo, quando essas adversidades se tornam tão frequentes em uma sociedade e passam, inclusive, a ser incentivados por pessoas em situação de poder ou empossados em cargos públicos. Em outros termos, palavras e gestos são essenciais em uma democracia. A título de ilustração, um exemplo é o momento atual. Presenciamos uma “crise da democracia” marcada pelo surgimento de movimentos de extrema direita no Brasil e no Mundo. Movimentos esses que disseminam mentiras como arma política – as *Fake News* – e por manifestantes que se acham no direito de acampar – em frente de quartéis pedindo intervenção militar, ou seja, ditadura militar – e protestar contra o resultado das urnas eletrônicas em nome de fins privados e interesses pessoais. Isso demonstra o caráter golpista e antidemocrático dessas pessoas. Essa situação evidencia uma contradição estarrecedora, uma vez que elas usam a democracia contra a própria democracia e para ferir os seus próprios direitos fundamentais.

Assim, a democracia é expressa no cotidiano, nas nossas atitudes, palavras e posicionamentos. Em se tratando da *Gaie France*, narrativas antidemocráticas e ideológicas eram usadas no sentido de usar a política para o mal, uma vez que a revista incorporava e assumia diferenças de gênero, etnia, classe social e dominação de adultos em relação aos jovens e violência. Na democracia, o Estado zela para que as pessoas não tenham sua vida, liberdade e dignidade prejudicadas, porque há uma Constituição que legitima esses direitos. Ao contrário, em uma situação antidemocrática e de autoritarismo, o Estado impõe uma visão única. Ou seja, a *Gaie France* não deveria utilizar mecanismos da democracia como, por exemplo, aprovação de leis e a liberdade de expressão para dominar e violentar jovens. Sem dúvida, precisamos refletir e debater sobre determinados assuntos que podem afetar diretamente cada um de nós, outros grupos diferentes do nosso núcleo e a sociedade como um todo.

A *Gaie France* demonstrou o seu perfil ideológico, autoritário e antidemocrático. A revista buscou impor sua visão de mundo, suas crenças, os próprios interesses e desejos, sem se preocupar com os danos que poderiam causar aos jovens. Vale lembrar que as majorias não podem dominar as minorias e memórias e culturas não devem ser usadas para justificar ações do presente pois, os direitos fundamentais de todos precisam ser preservados. Na verdade, a

democracia e a criança são delicadas. Fazendo uma analogia, a democracia e o jovem precisam de atenção, amor e proteção para se tornarem adultos fortes e preparados para enfrentar os obstáculos da vida. A pessoa ou grupos que lutam contra a democracia e a criança são maldosos e autoritários. Em se tratando dos manifestantes da política atual e dos responsáveis pela produção da *Gaie France*, essas pessoas retratam o seu perfil abusador, uma vez que a democracia e a criança são utilizadas como meros objetos em função de seus próprios desejos mais pervertidos (TIBURI, 2015).

Por fim, quero acrescentar que o regime democrático é marcado pela disputa, uma vez que há o direito de contestação e de debate de ideias. Nesse caso, os competidores são adversários e não inimigos a serem eliminados física e simbolicamente. Todavia, na *Gaie France* os opositores políticos são retratados como inimigos que precisam ser destruídos ou eliminados simbolicamente. Para tanto, a revista desenvolve ideologias para explicar quem são seus inimigos no campo da política.

6.2.5 Os Inimigos Políticos

Na política contemporânea, o jogo democrático envolve negociações, conciliações, mediações e práticas sociais que visam resolver conflitos sociais para o bem-estar da sociedade. Ademais, a militância política e democrática inclui a existência de adversários. Nessa conjuntura, os concorrentes têm a função de oportunizar outras propostas para solucionar os problemas sociais, de criticar e debater projetos os quais discordam. A política, portanto, é constituída de adversários e não de inimigos. No contexto fascista e na *Gaie France*, no entanto, delinear os inimigos tornou-se uma estratégia fundamental porque permitiu desenvolver uma campanha, por meio de mensagens que remetem ao ódio e à violência contra aqueles que discordavam contra os seus interesses políticos. Além de identificar as instituições e os segmentos sociais que precisavam ser combatidos, as narrativas da revista manifestaram seus posicionamentos políticos ideológicos nos próximos fragmentos.

- (1) O Estado em si não é um erro. Da mesma forma, estamos no direito de rejeitar toda a forma de religião, mas não a religiosidade. Ficarão admirados talvez se eu disser que a criação de Estado é impossível onde as aspirações familiares são dominantes. Todas as formas de Estado visíveis na natureza foram obtidas, conseguindo o domínio da família e da heterossexualidade. No caso dos insetos, usando a violência. A fase de criação das abelhas não conhece mais que um acoplamento heterossexual. A família é constantemente destruída.

- (2) Eu era ainda uma criança e já odiava a instituição familiar... o amor dos pais é meu inimigo, o amor filial exaspera-me e os únicos adolescentes que eu posso amar de verdade, são aqueles que estão revoltados contra a família e em ruptura com ela.
- (3) Em muitos casos, a Lei com a intenção de punir o delinquente, causa mais danos a um maior número de pessoas, do que a atividade ilícita desse indivíduo teria causado. Num século que se deseja científico e cristão, deveríamos ser capazes de elaborar meios mais inteligentes para proteger os interesses sociais sem provocar danos igualmente irreparáveis a tantos indivíduos e à sociedade a que pertencem. [...] a origem dos inquiridos que servem habitualmente de suporte às estatísticas utilizadas neste domínio; com efeito, provêm muitas vezes de duas partes suspeitas de parcialidade: a polícia e a medicina.
- (4) Tudo depende de 5 fatores determinantes do acusado: o número de vítimas, a idade, os antecedentes do acusado, o seu estilo de defesa, o contexto midiático do caso. Este último fator é certamente o mais importante. [...] a incrível "diabolização" das relações entre adultos e menores (mesmo os simples contatos), de tal modo que os atos de crueldade física, praticados em bebês, beneficiam habitualmente de uma maior tolerância do aparelho judiciário do que os atos de pedofilia ou de pederastia executados sem violência.
- (5) [...] em poucas profissões se cometem tantos erros como na psiquiatria, quando se trata de definir critérios normativos em matéria de comportamento sexual. Durante o século XIX, os médicos caíram em descrédito, durante algum tempo, ao denunciarem a masturbação como uma prática doentia e fonte das mais terríveis doenças.

Nesses fragmentos, os seus inimigos políticos são constituídos com diferentes sentidos. No fragmento (1), a *Gaie France* realiza uma reflexão a respeito dos princípios constitutivos do Estado. Primeiro, a revista expõe uma oposição à religião e à família como duas instituições que impedem o Estado de desempenhar a sua função que é satisfazer as necessidades vulgares humanas no campo da sexualidade e unir os homens em sua matriz. Nesse contexto, o meio de comunicação faz uma analogia com o mundo dos insetos. Nesse “mundo”, a família é eliminada e a revista propõe a ideia de que na existência de um povo organizado socialmente, o homem é dominado pela violência primária e que a sociedade masculina deve a sua concepção a um tipo de masculinidade que corresponde ao mundo dos insetos, caracterizado pela quebra da superioridade familiar. No caso dos humanos, a espécie humana tem dois princípios sociais: a família heterossexual e a sociedade masculina que tem como base a irmandade entre homens. A oposição necessária entre esses dois princípios levaria o Homem ao Estado eficaz. No fragmento (2), a *Gaie France* reforça o ódio à instituição familiar e demonstra um sentimento afetivo com os adolescentes que buscam uma ruptura com a família.

No fragmento (3), a *Gaie France* apresenta outra inimiga política: a Lei, composta por policiais, advogados e juízes. Para a revista, ao perseguir e processar o desviante, a Lei produz

mais consequências às pessoas do que a prática ilícita. A intenção é inverter a situação e sugerir que o contato sexual entre um adulto e um jovem causa menos efeitos prejudiciais para o meio social. O meio de comunicação transmite a ideia de que as Leis que abordam os costumes sexuais estão em desacordo com a realidade do comportamento humano, as liberdades individuais, os interesses sociais e o bem-estar da população. O periódico ainda acusa a polícia e a medicina de serem parciais no conjunto de atos e diligências sem o objetivo de apurar a verdade real de um fato considerado criminoso. No fragmento (4), a *Gaie France* identifica outra inimiga, a mídia. Na visão da revista, o futuro do acusado depende de alguns fatores, sendo a mídia o mais relevante, porque o contexto midiático é responsável por transformar em nefasto e criminoso os contatos sexuais entre adultos e jovens. O meio de comunicação também cita que as ações de crueldade física praticados contra bebês são beneficiados com uma maior tolerância do aparelho judiciário do que as atividades que englobam sexo com infantes sem o uso da violência. Nessa situação, o periódico tenta desvincular tais práticas do uso intencional de força física ou poder.

No último fragmento, a *Gaie France* selecionou fatos antigos para defender que a psiquiatria executou erros no passado ao definir normas relacionadas ao comportamento sexual e que, no século XIX, os médicos perderam a credibilidade, porque formalizaram erroneamente a masturbação e a homossexualidade como doenças prejudiciais aos seres humanos. A partir dessa observação, a revista sugere que as Leis atuais que julgam os delitos relacionados às relações entre pessoas de idades muito diferentes são fruto da mentalidade psiquiátrica obsoleta, irracional e inútil que nasceu no século XIX no processo de medicalização.

Nesses fragmentos, a *Gaie France* determina quem são os seus inimigos e, a partir dessa definição, a revista constrói por meio de mensagens de comunicação os sentidos que podem contribuir para a negação existencial – pelo menos no campo simbólico – desses inimigos. Não se trata, portanto, apenas de uma mera competição ou rivalidade entre opiniões divergentes, mas sim de um comportamento político caracterizado por ódio e violência. A noção de política a respeito do “adversário” – aquela segundo a disputa pelo poder com regras estabelecidas pelo jogo democrático – são substituídas pela ideia de inimigo a ser destruído.

Ao estabelecer os inimigos políticos, a *Gaie France* publicou também seus interesses políticos e ideológicos. O acesso ao passado e a construção de uma memória comum de um grupo social são utilizados com o intuito de que essas lembranças possam desenvolver nos seus leitores uma espécie de identificação de ideias. Nessa conjuntura ideológica, a memória e a política são interpretadas como dois elementos capazes de transformar a realidade social. É uma

fusão marcada por um conflito específico localizado em um determinado espaço e período entre diferentes interpretações do passado.

A definição dos inimigos políticos tem uma vinculação com o passado mítico e com uma insatisfação transformada em ódio. Sendo assim, os inimigos são vistos como os responsáveis pela perseguição e punição dos adultos que defendem as relações sexuais com os jovens, uma vez que, conforme apontou Freud (2011), o ódio a uma Instituição ou segmento social pode ter como produto a unificação de laços afetivos com os membros do mesmo grupo.

No dia a dia, nem sempre as pessoas comungam dos mesmos inimigos selecionados. Por isso, o projeto fascista precisa estruturar ideologicamente narrativas eficazes que possam manipular e influenciar as pessoas. A criação do inimigo, portanto, é o ponto central da estratégia política. É necessário para os fascistas ter alguém ou uma ideia para combater. Nessa visão, a existência de inimigos não é tolerada. Assim, a *Gaie France* se alimentava da instabilidade e do conflito. Os inimigos foram produzidos socialmente como algo que precisava ser destruído ou segregado. O propósito foi promover uma masculinidade hegemônica do passado, atacar e minar a igualdade legitimada democraticamente em termos de direitos sociais envolvendo os jovens. Nesse sentido, a revista reivindicava o papel de protetores e salvadores de uma masculinidade hegemônica moralmente atingida por uma igualdade invasiva e a vitimização foi usada como um instrumento representativo de luta.

A identidade coletiva das pessoas envolvidas na construção da *Gaie France* era baseada em uma tradição do passado e na origem étnica – os gregos antigos – tal como ressaltou Stanley (2018). Esse é um aspecto comum em projetos fascistas. Na revista, a criação de inimigos políticos e de um passado mítico servem para oferecer ao seu grupo: um sentimento de poder; o orgulho do passado e de fatores como a fase adulta, a cor, a etnia e a nacionalidade das pessoas envolvidas no meio de comunicação; uma prepotência ou arrogância no campo da maldade marcada por violência, sofrimento dos infantes e contemplação dessa situação de abuso.

Foi possível encontrar nas páginas da *Gaie France* mensagens destacando que a sociedade é responsável pela erotização dos jovens e que os padres da Igreja Católica são os agentes abusadores de menores de idade. Dessa forma, a revista lança mão de alguns erros da sociedade e constrói uma grande mentira para defender as próprias ideologias. Outras mensagens enfatizavam o bem-estar de crianças e adolescentes e citavam palavras como “democracia” e “liberdade”. Essa estratégia política, intencionalmente ambígua buscava a utilização desses termos, visando distorcer o seu significado real.

A *Gaie France* normalizou a violência contra jovens e inimigos políticos. É importante mencionar que essa estratégia impacta a maneira como nós enquanto coletividade vemos os

outros e, muitas vezes, justificamos atos de guerra e atitudes semelhantes acontecem no cotidiano em escala micro ou macro. É imprescindível em uma democracia humanizada cada pessoa questionar se os inimigos apresentados representam realmente uma ameaça e se há sentido nas mensagens publicadas envolvendo o campo político e o social. Na verdade, é impossível uma sociedade próspera e feliz se construir na lógica de atitudes como guerra, tortura, violência e dominação. É essencial acabar com as narrativas que incentivam o uso das armas, o conflito e refletir a respeito de conceitos como “civilização” e “barbárie”. Isso não significa “romantismo”, mas torna-se relevante lembrar as crueldades e as consequências negativas para a humanidade quando os nazistas definiram os judeus como os inimigos políticos da humanidade. Nesse ponto, a memória é fundamental para lembrarmos do perigo e de teorias conspiratórias.

Por fim, chamo a atenção para o trecho do fragmento (5): “em poucas profissões se cometem tantos erros como na psiquiatria, quando se trata de definir critérios normativos em matéria de comportamento sexual”. Aqui, a *Gaie France* recorreu à literatura – Foucault (1988) é citado na revista – para conceder credibilidade e qualidade aos seus posicionamentos ideológicos, apontando como inimigos: a psiquiatria, pelo fato dessa área da medicina caracterizar a pedofilia como uma doença; e o sistema penal, que por muito tempo ocupou-se da sexualidade, sobretudo, sob a forma de crimes “perversos” e “antinaturais”. Sendo assim, o meio de comunicação citou Foucault (1988) e lembrou que o sexo das crianças e dos adolescentes foi alvo de um controle social e discursivo no século XIX. Além disso, a *Gaie France* registra que foi criada uma estrutura de poder que definiu o permitido e o proibido, a patologização de várias condutas, incluindo a masturbação e o perverso sexual a partir de uma teoria médica cientificamente insuficiente e abusivamente moralizadora.

Para o meio de comunicação, essa mutação na sociedade abriu caminho para outras implicações sociais, políticas e jurídicas nas últimas décadas como, por exemplo, a criação de leis que julgam o acusado ao praticar um crime e as mobilizações que buscam sensibilizar a população sobre a importância da proteção integral de crianças e adolescentes.

6.2.6 Os Processos Penais e as Campanhas de Proteção aos Jovens

Normalmente, um processo penal envolve regras que devem ser respeitadas no seu andamento, tais como: o equilíbrio entre as partes e entre a defesa e a acusação, o direito ao contraditório e a ampla defesa, um tribunal independente e imparcial. Em se tratando das campanhas de proteção aos jovens, essa mobilização visa aumentar a divulgação de

informações verídicas e o debate público a respeito da necessidade de prevenir e punir o abuso e a exploração sexual infantojuvenil. Entre outras ações concretas e eficientes, as campanhas também podem exigir a apuração de denúncias e propor o envolvimento de movimentos sociais e da imprensa para ampliar a abrangência do movimento. No caso da *Gaie France*, contudo, a revista buscou questionar e construir mensagens que pudessem minar a credibilidade pública dos processos penais e das campanhas de proteção aos jovens. Esse fato pode ser observado nos fragmentos a seguir:

- (1) A fonte e o móbil de uma denúncia são extremamente variados: as correspondências ou fotografias descobertas por terceiros [...]; crime, maldade ou imprudências de jovens que gravitam à volta do par, alguns deles enraivecidos, por não terem sido escolhidos; ciúme de adultos, eles próprios atraídos por jovens, mas que não obtiveram junto deles, o sucesso encontrado pela pessoa denunciada. A mentira é uma prática comum das crianças. Faz parte da sua atividade e de seus jogos. O aluno tem tendência a adotar entre a verdade e a mentira a conduta mais vantajosa. [...] uma vez que, ainda, não memorizaram a maior parte das convenções sociais, [...] a criança mente, correntemente, seja porque o meio a perverteu ou os impulsos e a sua imaginação determinaram.
- (2) [...] Em primeiro lugar, a presumível inocência de que teoricamente devem beneficiar todas as pessoas, antes de serem definitivamente condenadas, transforma-se em presumível culpa. A máquina judicial à revelia da lei penal faz a instrução do caso com acusação e não com acusação e defesa. Em segundo lugar, nos procedimentos do inquérito, os funcionários de justiça focalizam-se, quase exclusivamente, sobre os detalhes pornográficos. Esses funcionários são ajudados no seu trabalho por uma fração muito importante da imprensa que, em geral, apenas relata as partes escabrosas dos casos deste gênero, interessando-se pouco pelo seu componente sentimental. A política corrente de defesa dos pederastas resume-se, pois, a uma única fórmula: exprimir o seu arrependimento. Só uma atitude como esta, que agrada à consciência moral dos juízes, é considerada eficaz. Desse modo, o acusado é geralmente colocado perante o seguinte dilema: ou tenta justificar os seus atos perante o tribunal [...] reivindicando o direito de amar, sem violência, um jovem adolescente [...] ou então, invoca as suas fraquezas passageiras, erros que nunca mais irão cometer.
- (3) campanhas históricas de certas associações [...] obtêm o resultado inverso àquele que queriam obter. O que caracteriza essas associações, que apesar de tudo prestam inestimáveis serviços aos jovens em situação de desespero, é a sua direção quase exclusivamente feminina. O que é surpreendente, a pederastia é um assunto de homens. A mulher, mãe ou futura esposa, não compreende e encara mal um jovem atrair a atenção de um adulto do seu sexo. Ela sente nele um concorrente, um adversário.
- (4) [...] deveriam saber que pelo menos 70% dos autores de tal “abuso” são os pais das crianças que eles querem proteger! [...] estas campanhas veiculam a desconfiança, o medo do estranho, o isolamento, a reclusão familiar como um recurso [...]. Será que queremos transformar as crianças em mentirosos inveterados, em egoístas incapazes de prestar o menor serviço, sempre

desconfiados? Os que forem sistematicamente treinados a conduzir-se de forma incorreta, a mentir, a recusar qualquer tipo de ajuda a um estranho, estarão sem dúvida, muito melhor prevenidos contra os muitos improváveis “assaltos” sexuais, mas a que preço? Será que é necessário transformar rapazes e raparigas em cúmplices, para lhes poupar este hipotético perigo?

- (5) [...] essas mobilizações revelam ao grande público e, nomeadamente aos jovens, a importância das relações sexuais entre adultos e crianças, banalizam de certa forma as situações. Esse ou aquele rapaz que pudesse sentir-se isolado pela situação amorosa na qual se meteu com um homem, compreenderá de forma brutal que não é o único a ter passado por isso; a maioria das crianças e adolescentes, não têm consciência de ser objeto de sedução para os adultos; submetidos a tais manifestações, descobrem necessariamente que o seu corpo pode ser atrativo. Como imaginar, para quem conhece bem os jovens, que alguns não sejam tentados a usar do seu encanto e a abusar de uma situação da qual irão descobrir a comodidade?

Por meio da análise desses fragmentos, é possível constatar um conjunto de dados ou informações que *Gaie France* tinha a respeito dos processos penais e das campanhas criadas para proteger os direitos das crianças e dos adolescentes. No fragmento (1), a revista assinala que as origens das denúncias contra adultos que praticam relações sexuais com jovens são diversificadas.

Em relação aos menores de idade, as denúncias englobam desde o descobrimento de cartas, fotografias por parte de terceiros, crime, maldade, precipitação, falta de cuidado em guardar segredo e o sentimento de raiva por não terem sido escolhidos. No que se refere aos adultos, as denúncias são motivadas porque eles – sentindo o mesmo desejo por infantes – não tiveram o mesmo resultado que a pessoa denunciada à polícia. Além disso, vale mencionar que no decorrer de um inquérito, é comum o aparato judicial utilizar o testemunho da criança que foi vítima de abusos sexuais como um recurso judicial. Essa é uma prova que pode levar o adulto à prisão, uma vez que a criança foi a única que viveu o momento do abuso. Sabendo disso, o meio de comunicação construiu narrativas com o intuito de deslegitimar as memórias dos jovens enquanto provas de um crime, afirmando que as suas lembranças representam o “imaginário” ou “fábulas” das crianças e que a mentira faz parte da sua experiência juvenil, de seus jogos de poder e de seus interesses pessoais. Sendo assim, a *Gaie France* nega a versão dos fatos relatada pelos jovens como reflexo da verdade e as testemunhas são retratadas na revista como seres corrompidos pela sociedade ou pessoas movidas por impulsos espontâneos e naturais que motivam os próprios comportamentos.

No fragmento (2), a *Gaie France* sustenta o argumento de que a justiça – ao julgar casos de abuso sexual de jovens – faz mau uso do Direito e que a prática jurídica instrumentaliza um tipo de “ato performático”, causando o maior dano possível ao acusado do delito. Nessa

conjuntura, a única preocupação dos juízes e da polícia é a punição do culpado a qualquer preço. Desse modo, a revista denuncia a parcialidade da Justiça, a falta de equilíbrio desejado entre a defesa e a acusação. Nessa realidade denunciada pela *Gaie France*, há uma recusa do direito ao contraditório e a ampla defesa ao acusado no processo penal. Em seguida, o meio de comunicação adota a ideia de que os funcionários da Justiça realizam um jogo entre lembranças e esquecimentos, selecionando os fatos que devem ser lembrados enquanto outros são ocultados do público. Segundo a *Gaie France*, ao obrigar as vítimas a descrever os atos sexuais com todos os pormenores, a Justiça constrói memórias – com a ajuda da imprensa – que focam exclusivamente nos detalhes pornográficos. Esse trabalho de seleção levaria ao esquecimento o “componente sentimental” da prática sexual. A função da vítima, portanto, seria fornecer informações à polícia que pudessem incriminar o acusado.

Ainda, no fragmento (2), a *Gaie France* advoga que a política de defesa adotada pelos advogados se resume a um único comportamento: o acusado deve assumir o seu arrependimento no decorrer do processo penal. Seria uma forma de agradar aos juízes por meio de uma concepção moral cristã. De acordo com a revista, é apresentado um dilema ao acusado. Ele assume o seu comportamento, reivindicando o direito de praticar esse ato e, nessa situação, o veredito será inevitavelmente severo. Ou, o acusado caracteriza suas atitudes como “fraquezas passageiras”, prometendo não repetir o ato, o que poderia conduzi-lo a uma sentença mais clemente. Trata-se, então, segundo o meio de comunicação de uma escolha entre a honestidade e a covardia ou a adequação em um contexto de condenação moral das relações sexuais entre adultos e jovens.

No fragmento (3), a *Gaie France* classifica as campanhas que visam à proteção dos jovens como “históricas” e declara que o resultado alcançado é contrário ao objetivo que motivou essas mobilizações. A revista também chama a atenção para o fato de que as campanhas são quase exclusivamente administradas por mulheres e defende que a “pederastia” é um assunto de homens. Para a *Gaie France*, é um tema que não pertence ao universo feminino. Além disso, o meio de comunicação sugere que a real preocupação das mulheres nas campanhas é de que os menores de idade possam atrair os adultos do mesmo sexo. Por isso, elas perceberiam os jovens como adversários. Aqui, a intenção é deslegitimar as campanhas de proteção ao público infantil.

No fragmento (4), a *Gaie France* evoca um dado estatístico para afirmar que em 70% dos casos de abuso sexual os abusadores são os próprios pais dos jovens e acrescenta que as campanhas disseminam a desconfiança, o medo de uma pessoa estranha e o isolamento social. O intuito da revista é questionar o objetivo dos programas de prevenção de abusos sexuais

destinados aos pais contra pessoas estranhas. Segundo o periódico, os abusadores são os mesmos pais que cometem esses atos que as campanhas denunciam. Dessa forma, o meio de comunicação argumenta que a real consequência dos programas de prevenção é a formação de crianças por meio de elementos negativos como a mentira, o egoísmo, a desconfiança e a dificuldade de contato. Nesse sentido, a revista seleciona um fato que é verídico – a maioria dos abusadores são os pais – para comprovar que o perigo maior está dentro dos lares. Na realidade, qualquer pessoa pode representar uma ameaça aos jovens, os pais ou estranhos.

No fragmento (5), a *Gaie France* apresenta outros resultados contrários obtidos pelas campanhas. Segundo a revista, há uma banalização das situações de abuso sexual, no sentido de que os jovens percebem a importância desses eventos ao descobrir a existência de outros menores de idade que vivenciaram momentos abusivos. O meio de comunicação complementa que a maioria dos jovens não têm consciência de que seus corpos são interpretados – por algumas pessoas – como objetos de desejo. De acordo com essa visão, as campanhas oferecem esse reconhecimento aos menores de idade. Somado a isso, a revista qualifica os jovens como “sedutores de adultos” com interesses pessoais, ao descobrirem que seus corpos são atraídos.

Esses fragmentos revelam mensagens caracterizadas por um descontentamento político, uma indignação moral, um sentimento de injustiça e revolta como se o sistema de justiça, a mídia e a família fossem responsáveis pela violação de direitos, perseguição e criminalização das pessoas que compartilham das mesmas ideologias da *Gaie France*. Nessa situação analisada, é incluída uma noção de identidade coletiva, de militância política e a valorização de valores e crenças compartilhados pelas pessoas envolvidas na produção da revista. Por esse ângulo, há uma perseguição e uma intolerância exagerada aos homens que se sentem atraídos por jovens. Esses adultos seriam “vítimas” de um sistema depreciador e “antidemocrático” que os enquadra na posição de violadores de normas sociais. O meio de comunicação, portanto, não luta apenas por uma transmissão de memórias consideradas significativas às novas gerações, mas também contra uma condição de indivíduos que se sentem excluídos e oprimidos.

Essa realidade na *Gaie France* configura um tipo de resistência, de luta memorial e política e um esforço para desmascarar uma estrutura que oprime pessoas por causa de um comportamento tido como desviante socialmente. Para tanto, a revista trabalha para contradizer saberes transmitidos pelos meios oficiais, impondo outros conhecimentos na tentativa de modificar as relações sociais. A ideia defendida pelo meio de comunicação se traduz em uma concepção de que vivemos em uma democracia. Esse sistema, portanto, deveria valer para todos. Na verdade, os autores da *Gaie France* levam ao esquecimento o fato de que eles não estão lutando por liberdade, mas pelo direito de dominar, explorar jovens e encobrir privilégios

estabelecidos por aspectos como etnia, sexo, classe social e uma associação indevida com uma cultura do passado, a Grécia Antiga.

As mensagens ideológicas da *Gaie France* sugerem uma sintonia com a teoria interacionista do desvio do sociólogo Becker (2008). Para a revista, a sociedade contemporânea definiu e estabeleceu arbitrariamente alguns comportamentos como “certos” e outros como “errados”. Ao impor esses comportamentos – inclusive para as pessoas que não agem de acordo com as regras estipuladas socialmente – a sociedade cria a figura do “outsider” ou do ser desviante. Os autores e colaboradores do meio de comunicação, entretanto, têm uma opinião diferente a respeito desse rótulo. Eles não consideram os seus juízes legitimamente autorizados ou capacitados para julgá-los, uma vez que não houve a participação de todos no processo de elaboração das regras. Assim, a *Gaie France* interpretou os seus juízes como *outsiders* e elaborou ideologias para comprovar que a revista está correta e que os seus julgadores estão errados.

Os autores e colaboradores da *Gaie France* sinalizam que não aceitam o rótulo de “doentes” ou “criminosos” e defendem que o desvio é construído pela sociedade, visto que antes deles, já existia uma cultura que não via nenhum problema nas relações sexuais entre adultos e jovens, a Grécia Antiga. Eles defendem que o conceito de “desviante” é produzido nas interações sociais. Por esse motivo, não são as suas atitudes que são consideradas infratoras, mas o processo de construção de normas e de valores.

Além de ressaltar que o mesmo comportamento pode representar uma infração das regras em um período e não em outro, às pessoas envolvidas na *Gaie France* pontuam que o grau de penalização de um comportamento depende de quem comete o ato considerado desviante ou criminoso. Vale lembrar que na subcategoria “Os Inimigos Políticos”, a revista demonstra uma indignação e um sentimento de injustiça ao publicar que “os atos de crueldade física praticados em bebês beneficiam habitualmente de uma maior tolerância do aparelho judiciário do que os atos de pedofilia ou de pederastia executados sem violência”. Dessa forma, o meio de comunicação enfatiza que as regras são aplicadas com um nível maior de severidade em alguns grupos. Desse modo, o comportamento interpretado como desviante ou não depende de dois fatores: da natureza do comportamento, isto é, se há uma violação das regras; e da percepção e da reação da sociedade diante do comportamento.

Ademais, os autores e colaboradores da *Gaie France* assinalam que o rótulo de desviante resulta em impactos profundos e negativos na vidas das pessoas que defendem as práticas sexuais entre adultos e jovens. Uma espécie de profecia autorrealizadora como, por exemplo: perseguição judicial, prisão, obrigação de disfarçar os próprios desejos, isolamento

social, diminuição da liberdade e da participação na sociedade e uma modificação drástica em suas identidades públicas, ao lhes conferirem um novo *status*, visto como o único ou o principal da pessoa. Nesse sentido, a imagem delas seriam “moldadas” segundo a interpretação moral de outras pessoas, obrigando-as a desenvolver adequações e rotinas ilegítimas.

A *Gaie France* considera que o rótulo de desviante revela-se uma ação dominadora e opressora da sociedade. A revista, no entanto, não oculta as próprias ideologias de dominação e exploração em relação aos jovens. Ao questionar o monopólio da verdade sustentado pelas instituições judiciais e familiares que ocupam as posições de poder e autoridade, o meio de comunicação impõe argumentos ideológicos com o intuito de que os comportamentos, supostamente considerados desviantes e criminosos, deveriam ser retirados dessa condição de ilegitimidade. Esse fato demonstra que a *Gaie France* não visava apenas construir uma memória com versões diferentes do passado para os seus leitores. O seu outro destinatário era o poder. Por isso, a revista confrontou a realidade cultural, política e jurídica, afirmando que os processos penais são incapazes de julgar, em termos jurídicos, uma relação entre um adulto e um jovem, caracterizada como progressiva, longa e afetiva.

A *Gaie France* publicou mensagens que visavam combater as campanhas de proteção aos jovens. Além disso, os seus posicionamentos ideológicos representavam a negação dos jovens como seres humanos dignos de respeito. Nesse contexto, os menores de idade eram uma espécie de propaganda ou campanha publicitária da revista analisada. Na realidade, é preciso dizer que as campanhas incentivam o debate a respeito do abuso sexual e da exploração sexual infantojuvenil e proporcionam uma ampla divulgação de ações concretas de prevenção e combate dessas dominações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese buscou analisar as potencialidades da *Gaie France*, em termos de estratégias argumentativas, e as implicações dessas ações para o meio social. Considerando um grupo social que se propôs a realizar um projeto editorial articulando duas habilidades humanas – a memória e a política – e temas incomuns e delicados em um meio de comunicação: dominação de jovens, fascismo e pedofilia.

Com esse objetivo central, constatei que a *Gaie France* foi um meio de comunicação com traços variados e peculiares. Alternando entre passado e presente, a revista empregou estratégias que perpassam os campos da memória e da política. Um dos seus principais traços foi a capacidade de articular períodos históricos diferentes, ao mesmo tempo, concedendo-os novos significados. Seu propósito não era apenas informar ou entreter. O intuito era oferecer ao seu público um projeto de poder e uma fonte de memória que pudesse servir de referência e orientação às pessoas que compartilhavam com as mesmas ideologias do meio de comunicação. A meta era mudar o curso dos eventos, inclusive no tocante à legislação e a vida de crianças e adolescentes. Os resultados da análise indicaram que a *Gaie France* utilizou uma variedade de estratégias com o intuito de reforçar a sua posição ideológica. São elas:

1. A criação de um passado mítico relacionado com ideias de hierarquização e vitimização, com o intuito de justificar o poder e o controle sexual projetados para os jovens.
2. A exaltação de uma masculinidade hegemônica associada com o homem grego antigo e o homem fascista, de modo a reivindicar uma posição de liderança na estrutura social no presente.
3. O revisionismo ideológico pautado no anacronismo e na seletividade de fatos do passado.
4. O uso da “política do apito canino” com o intuito de encaminhar uma mensagem para o seu público alvo, mas oculta para o público em geral.
5. A Demonstração do aspecto humano e memorial de pessoas que defendem as mesmas ideologias da *Gaie France*, e a importância de objetos como: máquinas Polaroid, câmeras de vídeo, fotos e filmes que permitiam o “escapamento” dos processos judiciais e guardar experiências eróticas e afetivas com jovens.
6. O “humanismo estratégico” era utilizado em defesa dos “direitos humanos” dos jovens de exercerem a própria sexualidade.
7. A publicação de experiências sexuais entre adultos e jovens com a intenção de negar a existência de consequências negativas e comprovar que a censura a essas atividades é injusta.
8. A inversão da realidade. O jovem era considerado o abusador sexual e, o adulto, a vítima.

9. A imagem do adulto que sente atração por jovens era construída com sentidos positivos: uma pessoa possuidora de cultura, um representante da elite, um homem educador ou conselheiro, pacífico e não violento.
10. A negação do imaginário coletivo a respeito da noção de trauma era realizada por meio de práticas negacionistas contra os conceitos legitimados pela ciência, os quais apontam que o abuso sexual contra menores de idade pode prejudicá-los.
11. A constituição da superioridade do homem adulto, branco, europeu. Essa identidade era interligada com violência, exploração e a construção da inferioridade dos jovens. Esses elementos eram interpretados na *Gaie France* como tradições, valores e verdades incontestáveis.
12. Um conhecimento foi produzido. Os jovens foram conceituados no imaginário social como seres inferiores que gostam de ser abusados.
13. O cruzamento entre discursos científicos e jornalísticos visando obter um nível maior de impacto, legitimidade social e a aplicação de suas reivindicações no campo da política.
14. A *Gaie France* determinou o que era digno de ser desejado e o que deveria ser desprezado. Nesse caso, a revista defendeu os corpos juvenis como objetos de desejo nas relações sexuais.
15. A produção de uma série de sentidos específicos ou ideologias que explicavam a maneira como os autores dos artigos da *Gaie France* percebiam o mundo.
16. A criação de inimigos políticos com diferentes sentidos. A partir dessa definição, a revista construiu, por meio de mensagens de comunicação, os sentidos que poderiam contribuir para a negação existencial – pelo menos no campo simbólico – desses inimigos.
17. O meio de comunicação questionou e construiu mensagens e memórias que pudessem minar a credibilidade pública dos processos penais e das campanhas de proteção aos jovens.

Os resultados obtidos sinalizam as potencialidades da *Gaie France*. A capacidade de realização quando pessoas envolvidas em um meio de comunicação utilizam duas habilidades humanas: a memória e a política como “armas” para impor à sociedade um projeto de poder. Nesse esquema, a revista apoiou-se em um *modus operandi* baseado em um tipo de “ciência” e “jornalismo” duvidosos. Sem critério e ética, o meio de comunicação escolheu representantes “doutores e especialistas” em assuntos da infância e da adolescência para defender: de um lado, a liberdade, a dominação e a exploração de jovens; e, de outro, o direito de participar e intervir nas discussões públicas como protagonistas da sociedade civil por meio de argumentos publicados com um *status* de “verdade”.

Os conteúdos publicados na *Gaie France* serviam como símbolos norteadores e referências aos seus leitores. Ao impor as próprias crenças, valores, práticas sociais e pensamentos ideológicos, esse modo de interpretar a sociedade tornava-se um mundo subjetivamente real e adequado para as pessoas envolvidas na revista. Nesse contexto, a articulação entre memória e política configura um instrumento poderoso de poder na

manutenção de um imaginário coletivo estruturado na forma de resistência e luta política e em benefícios de homens que acreditam ser superiores e representantes da elite europeia.

Os autores dos artigos da *Gaie France* trabalharam em conjunto e criaram esquemas de narração e de interpretação dos fatos com o intuito de conceder aos seus textos uma base própria e uma versão idealizada a respeito do passado e do presente. Trata-se, portanto, de um trabalho de “modelagem”. Os fatos antigos são transformados em virtude de valores e crenças dos que a evocam no presente. Esse fato sugere o peso do contexto social da época e a interação entre indivíduo e sociedade, uma vez que os guardiões da memória se veem na condição de modificar o passado e inculcar-lhe sentidos em uma prática social específica.

No que se refere à *Gaie France*, os seus conteúdos apontam que a intenção não era apenas retratar a atribuição e a conservação de significados depositados em objetos e acontecimentos físicos. Por exemplo, como na situação das fotos guardadas dentro de livros. Na verdade, o intuito do meio de comunicação era produzir novos sentidos em um longo e amplo processo. Os conteúdos eram transformados pelas circunstâncias do presente. Nesse sentido, torna-se adequado registrar os estudos de Bosi (1979, p.28) que registram: “a função da lembrança é conservar o passado do indivíduo na forma que é mais apropriada a ele”. A autora acrescenta um fato importante que o “material indiferente é descartado, o desagradável alterado, o pouco claro ou confuso simplifica-se por uma delimitação nítida, o trivial é elevado à hierarquia do insólito; e no fim formou-se um quadro total novo” (BOSI, 1970, p. 28-29). Isso demonstra uma série de questões envolvidas na construção dos conteúdos e de memória no periódico, tais como: dinamismo, intencionalidade, temporalidade, manipulação, escolha, presença e ausência.

Nesse sentido, relembro que o esquecimento é um elemento integrante do processo de construção da memória, visto que é impossível registrar tudo que vivenciamos. Não há nenhum problema nisso. Desse modo, a seletividade torna-se uma potencialidade inerente em um trabalho memorial podendo servir para diferentes projetos. O perigo, entretanto, em termos de prejuízos para outras pessoas ou grupos, revela-se quando as escolhas são utilizadas para o mal. Na *Gaie France*, foi possível identificar que a seletividade dos conteúdos não foi apenas planejada para estabelecer conexões e uma identificação com aqueles que consumiam a revista. Essa operação foi fruto de distorção, estratégia política e ideológica e abriu espaço para novas perspectivas, leituras distintas e específicas em um meio de comunicação por envolver dominação de jovens, fascismo e pedofilia. Essa articulação complexa comprova o quanto a memória é suscetível a diferentes manipulações e abusos. A propósito, Todorov (2000) nos lembra que no mundo contemporâneo nem sempre a memória é cultivada para boas causas, haja

vista o caso da Alemanha e da Itália fascista. Esses países selecionaram determinados fatos do passado e exaltaram uma memória cruel contra pessoas consideradas inferiores.

Os conteúdos da *Gaie France* privilegiavam uma prática social da Grécia Antiga, a pederastia. Enquanto tentavam negar as vulnerabilidades de crianças e adolescentes no presente. Essa capacidade de evocar determinados conteúdos visava influenciar os relacionamentos sociais, os pensamentos das pessoas e as decisões políticas. O exemplo da revista serve como espelho para demonstrar que um determinado material recuperado pode ser utilizado para diversos fins e acontecem nas mais distintas esferas de sociabilidades, inclusive no cotidiano. Objeto de manipulações frequentes, de ordem política, religiosa e ideológica, a memória pode ser usada de maneira camuflada, sutil ou explícita para justificar pensamentos: conservadores, preconceituosos, racistas, supremacistas – que hierarquizam as pessoas – fascistas, homofóbicos, misóginos e xenófobos.

O ponto de vista da *Gaie France* e o trabalho de esforço mental que seleciona os conteúdos das narrativas da revista – a respeito do passado – sugere que a articulação entre memória e política está muito mais presente nas vidas das pessoas. Por esse motivo, é importante o entendimento de que existe um processo seletivo de lembranças e que é fundamental tornarmos mais conscientes acerca da construção de nossas narrativas e memórias. Isso nos permitiria utilizá-las para o bem-estar de todos principalmente no momento atual quando a tortura, a violência e o ódio tornam-se banalizados. Há a necessidade de uma revisão autocrítica sobre o passado que estamos construindo, sobretudo, quando engloba outros grupos sociais diferentes em momentos de conflitos de opiniões, uma vez que as nossas escolhas memoriais e políticas podem trazer consequências e prejuízos para nós e para outras pessoas. Tal como afirma Todorov (2000), a memória deve estar em conformidade com a justiça.

Diferente disso, os escritores e colaboradores da *Gaie France* trabalharam com o intuito de construir uma memória representativa de um grupo social articulada com política e pensamentos ideológicos, em uma perspectiva patriarcal e projetada para jovens. Há de se dizer, então, que a memória não representa somente a capacidade de armazenamento e recuperação de experiências. A memória possibilita também o reaproveitamento das informações antigas. Isso garante a continuação do aprendizado e a construção de novos conhecimentos. Por essa razão, a revista buscou recuperar os conteúdos do passado concedendo-lhes novos significados, de modo que pudesse tornar esse saber visível e de uma maneira específica, no presente. O esquema era: defender a não existência do trauma, que os jovens gostam de ser abusados e a ideia de que – para se tornarem “homens por completo” – eles precisam passar por um ritual de passagem para a vida adulta, caracterizado por uma relação sexual com um homem com mais

idade; reforçar a dominação masculina adulta e a posição de subordinação e inferioridade em relação aos menores de idade; comprovar que houve no passado uma masculinidade hegemônica atrelada a uma prática social da Grécia Antiga; valorizar a virilidade, a conexão e a sociabilidade entre homens e a rejeição da feminilidade.

A ressignificação da pedofilia na *Gaie France* foi resultado das experiências dos autores e dos colaboradores da revista e como eles enquadravam a realidade ao seu redor, a partir de uma perspectiva individual e coletiva aplicada naquilo que eles julgavam ser reais e significativos. A meta era interferir nas interações interpessoais do cotidiano, atribuindo novos significados às situações, aos objetos e aos fenômenos. Para tanto, articularam estratégias e ações com base nesse enquadramento e esquema interpretativo individual e coletivo (GOFFMAN, 2012; 1979). O problema na criação de um projeto editorial articulando memória e política é a imposição de valores, crenças e pensamentos ideológicos de um grupo social a outras pessoas que não fazem parte desse coletivo. O programa de ação da *Gaie France* envolvia alguns objetivos definidos e implicações para o meio social. Incluindo, manipulação e o ocultamento do ódio e do mal em atitudes disfarçadas de boas ações em prol de crianças e adolescentes.

Outras implicações são constatadas quando a *Gaie France* trabalha para a manutenção e perpetuação de uma memória que exalta os papéis rígidos, a desigualdade baseada em aspectos como etnia, classe social, sexo mantidos. A partir de uma convicção dominadora e patriarcal. Vale lembrar que a própria dominação constitui por si só uma violência.

A *Gaie France* valorizou um senso de masculinidade tradicional e de beleza atrelado à cultura da Grécia Antiga, ao fascismo e segregou outros homens que não se enquadram nesse perfil. A revista, portanto, era excludente e não tinha o interesse em abordar a diversidade e a inclusão de outras pessoas diferentes. Os autores e colaboradores do meio de comunicação vendiam um estilo de vida e queriam que esse estilo fosse associado a eles. A essência ou raiz da *Gaie France* era a discriminação e a visão de superioridade e elitista da Europa. A revista representa uma cultura feliz em excluir pessoas. Essa concepção de mundo é preocupante, porque as revistas têm um papel importante na cultura e na formação da mentalidade das pessoas na sociedade, sobretudo, quando enfatiza o conflito, a desigualdade social, o ódio e a violência.

A *Gaie France* era uma revista fascista, dominadora e exploradora. O meio de comunicação em si é uma reivindicação. Os seus autores e colaboradores selecionaram um segmento da História e criaram um mundo paralelo com desejos e ações específicas. Quando essa visão de mundo é produzida em um projeto editorial, as preocupações aumentam, uma vez

que o perigo se intensifica por alcançar um número maior de pessoas. O fato é que as ações e as narrativas provocam efeitos reais e podem contribuir para a concretização da violência e de atitudes opressoras. Nesse caso, fere a dignidade de crianças e adolescentes.

A *Gaie France* dizia ser contra o abuso sexual. No entanto, os seus posicionamentos em relação às violências sofridas pelos jovens nos deixam céticos a essa objeção. Esse ceticismo é reforçado pelas semelhanças entre as narrativas do ativismo pedófilo e os dos autores dos textos do meio de comunicação ao justificarem seu modo de ver o mundo, seus valores e crenças. O problema para o meio social revela-se quando os artigos da *Gaie France* oferecem justificativas que “tranquilizam”, “incentivam” e “encorajam” aqueles que apresentam a mesma orientação sexual a praticar ações criminosas, sugerindo-os que eles não são os únicos do mesmo grupo social com essa característica. Desse modo, as narrativas da revista servem de fonte de apoio ou justificativas de crenças e comportamentos que podem endossar a passagem da fantasia para a ação ilícita nas pessoas que já têm uma predisposição para efetuar um abuso sexual contra menores de idade, cujo desejo esteja embotado ou adormecido.

Convém registrar que há uma relação intrínseca entre linguagem e ação social. As narrativas não servem apenas para descrever a realidade. As narrativas servem também para dizer como agimos no mundo. Para Austin (1990), dizer oralmente ou escrever é fazer, ou seja, palavras são ações. O autor entende a linguagem como ação, uma maneira de atuação sobre o real e constituição do real e não uma mera representação da realidade. Por isso, quando analisei as mensagens de comunicação da *Gaie France*, foi necessário considerar o contexto social e cultural do período histórico em que esse material foi produzido, as práticas sociais envolvidas, os valores associados, uma vez que esses elementos estão interligados com a linguagem. Não há um muro ou uma divisão, portanto, entre “linguagem” e “mundo”. Os dados obtidos nesta pesquisa representam a “realidade” construída pela revista por meio da linguagem escrita empregada em suas páginas.

É importante pontuar que a linguagem é um sistema que produz efeitos. De acordo com Butler (1997), a linguagem é concebida como uma agência, ou seja, um ato com consequências, um fazer ou uma performance com efeitos. Nesse sentido, a agência da linguagem não representa somente o assunto de uma afirmação, mas a própria ação. Somado a isso, dizer ou escrever algo sempre estará “fora de controle”, visto que os efeitos da fala e da escrita excedem a intencionalidade do agente responsável pela ação. Isso pode ser explicado por três motivos: 1^a) a fala e a escrita são fluidas e dinâmicas; 2^a) as consequências produzidas pela linguagem não ocorrem somente no momento quando a comunicação é falada ou escrita. Na realidade, os efeitos produzidos são temporalmente distintos; 3^a) o responsável pela fala ou escrita não possui

o controle total do que foi comunicado e a maneira como foi interpretado pelo destinatário. O receptor da mensagem pode ser moldado por fantasias, contextos sociais e culturais e estruturas de poder variadas.

Sem levar esses fatores em consideração, a *Gaie France* buscou encorajar, valorizar e apreciar a natureza predatória da sexualidade masculina adulta. O intuito era convencer a sociedade e promover a crença de que devemos aceitar a natureza predatória dos homens em relação aos jovens como um elemento sexy, atraente e benéfico. Trata-se, de uma visão de uma sexualidade articulada com o poder, um meio criado para justificar a dominação de menores de idade interpretados como inferiores e, portanto, mereceriam esse destino.

Diante dessa realidade, é fundamental estabelecer um debate construtivo a respeito do bem-estar de crianças e adolescentes no campo da política. Aliás, esse é o papel da ciência crítica e da política – por meio de um processo auto reflexivo – capaz de identificar e analisar as “estruturas condicionadoras de poder que, acriticamente, se mostram como ‘naturais’, mas são, de fato, o resultado de uma ‘comunicação sistematicamente distorcida e de uma repressão sutilmente legitimada” (BAUER, GASKELL e ALLUM, 2008, p. 33). Na verdade, como afirma Tiburi (2015), a política “é a capacidade humana de criar laços comuns em nome da boa convivência entre todos, o que requer defesa de direitos para todos e respeito por cada um”. Sob tal enfoque, posso dizer que a *Gaie France* é um exemplo da antipolítica, visto que a revista apresentou um perfil manipulador e fascista, orquestrado para destruir as boas potencialidades da política.

Ao impor à sociedade argumentos ideológicos, a *Gaie France* demonstrou seu perfil autoritário e antidemocrático. A revista defendia os próprios interesses sem levar em consideração o respeito à singularidade e os direitos fundamentais que cada cidadão deve ao outro com quem compartilha a vida pública e privada. Além disso, o meio de comunicação advogou por um liberalismo e o seu interesse era passar por cima da legislação, esquecendo que sempre há alguém que responde pelo menor de idade e que é responsabilidade de todos – incluindo a família e o Estado – protegê-lo de violências e violações de seus direitos.

A democracia significa conviver harmoniosamente com o diferente, é dividir poderes, é interpretar o outro como adversário e não como inimigo e tudo isso exige maturidade política, um elemento essencial que falta no fascista. Por isso, convém lembrar que a prática fascista pode estar dentro de cada um de nós e não está restrita a um grupo ou um segmento social e político. Refere-se a uma prática de poder em uma sociedade que aceita a violência e a barbárie como algo normal. A base do fascismo é a mentira, a negação da desigualdade, o uso da ignorância e do medo das pessoas, a utilização da violência contra aqueles que possuem menos

força. É oportuno registrar que o fascismo não representa apenas um sistema totalitário, é um projeto de morte e de eliminação de pessoas que não se enquadram num determinado perfil. Esse registro serve também para o campo da memória e das comunicações. As redes sociais são instrumentos criados para integrar as pessoas e compartilhar lembranças. As plataformas digitais, contudo, representam um desafio para as democracias. Os mundos paralelos são produzidos com base em mentiras, manipulações e argumentos ideológicos.

Não muito diferente disso, a *Gaie France* reuniu conteúdos do passado fundamentados em manipulações e queria transmitir essas lembranças para as novas gerações. Nas suas entrelinhas, o seu lema era “leitores, vamos ter orgulho dessa história”. Nessa concepção, todavia, reside uma questão que merece ser mencionada por envolver decisões políticas, os jovens e uma possível predisposição anterior das pessoas acreditarem nos posicionamentos do meio de comunicação. É relevante que os projetos editoriais e memoriais não sejam baseados em aspectos como manipulações, distorções, opressões, dominações e violência. Além disso, os conteúdos selecionados não podem oferecer prejuízos as outras pessoas de outros grupos sociais. Precisamos selecionar memórias que proporcionem efeitos positivos para a humanidade. Dessa forma, poderemos evoluir em questões de direitos humanos. A mudança é necessária e não podemos manter conceitos tradicionais do passado que produzem prejuízos aos jovens.

Nesse sentido, é o momento de construirmos projetos editoriais e de sociedade que abordem a questão do abuso sexual e da violência de uma forma mais ampla, responsável e eficiente, despertando a conscientização das pessoas a respeito da relevância de discutirmos assuntos como: o reconhecimento da vulnerabilidade que nos une; o combate ao ódio; a valorização da liberdade, de valores humanitários, da diversidade e da igualdade, em questões de direitos, entre homens, mulheres, jovens e idosos; a aceitação da existência de diferentes masculinidades; a inclusão do ensino sobre consentimento e respeito ao corpo do outro como parte da educação sexual para jovens.

Além desses assuntos, é fundamental refletirmos a respeito da forma como lidamos com o passado e sobre o papel crucial da memória na vida das pessoas e dos grupos sociais. Sendo assim, os projetos memoriais precisam ser elaborados com responsabilidade e ética. Caso contrário, essas práticas sociais podem causar efeitos negativos em grupos sociais que sofrem preconceito, discriminação e em pessoas que são mais vulneráveis como, por exemplo, as crianças e os adolescentes.

REFERÊNCIAS

ABRÁPIA. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA. *Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes. Mitos e Realidade*. 3. ed. – Petrópolis, RJ: Editora Autores & Agentes & Associados, 2002.

ARAÚJO, M. de F. Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*. Maringá, v. 7, n. 2, p. 3-11, jul/dez. 2002.

ARIÈS, P. Reflexões sobre a história da homossexualidade. In: ARIÈS, P; BÉJIN, A. (Orgs.) *Sexualidades Ocidentais*. Contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. 2. ed., São Paulo: editora Brasiliense, 1986a, p. 77-92.

_____. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986b.

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer. Palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas. 1990.

BADINTER, E. *XY: On masculine identity*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1997.

BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, M. M. L. de. Memória e Família. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989, p. 29-42.

BAUER, M. W. Análise de Conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M.W; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 189-217.

BECKER, H. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge e Zahar Ed., 2008.

BORILLO, D. *História e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BOSI, E. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. Série 1ª, Estudos Brasileiros, v.1. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1979.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

BRASIL. Leis e Decretos. *Estatuto da criança e do adolescente: Lei nº. 8.069, de 13/07/1990* – Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. *Excitable speech: a politics of the performative*. Nova Iorque: Routledge, 1997.

CARRARA, S. *Tributo a Vênus: a luta contra sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

CAVALCANTE, R. B; CALIXTO, P; PINHEIRO, M. M. K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 24, n. 1, p.13-18, jan./abr. 2014.

CÉSAIRE, A. *Discurso sobre o Colonialismo*. 1. ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

CID-10. *Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas*. Porto Alegre: Artmed, 1993.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CONNELL, R. W. *Masculinities*. 2nd ed. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 2005.

CRESWELL, J. W. *Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEBARY, O. *Antropologia dos restos: da lixeira ao museu*. 1. ed., Pelotas: UM2 Comunicação, 2017.

_____. Segunda mão e segunda vida: objetos, lembranças e fotografias. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.2, n.3, ago-nov., 2010.

DE YOUNG, M. The World According to NAMBLA: Accounting for Deviance. *The Journal of Sociology & Social Welfare*, v. 16, issue 1, article 9, United States: Western Michigan University, 1989, p. 111-126.

DONZELOT, J. *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

DSM-5. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]: [American Psychiatric Association ; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.] ; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014.

EVANS, R. J. *O Terceiro Reich no Poder*. O relato mais completo e fascinante do regime nazista entre 1933 e 1939. 2. ed. São Paulo: Editora Planeta, 2014.

_____. EVANS, R. J. *The Coming of the Third Reich*. New York: Penguin, 2003.

FERENCZI, S. Confusão de língua entre os adultos e a criança. *Obras completas. Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1992a.

_____. Reflexões sobre o trauma. In: *Obras completas. Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1992b.

FLICK, U. *Desenho da pesquisa qualitativa*. Coleção Pesquisa Qualitativa (Coordenada por Uwe Flick). Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Coleção tópicos)

_____. *História da Sexualidade I. A Vontade de Saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *História da sexualidade 2. O Uso dos Prazeres*. 8. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANK, A. *O diário de Anne Frank: The Diary of Anne Frank*. 6. ed. Jandira, SP: Principis, 2019.

FREITAS, H. M. R.; JÚNIOR, M. V. M. da C; MOSCAROLA, J. Aplicação de sistemas de software para auxílio na análise de conteúdo. *Revista de Administração da USP*, v. 32, n. 3, p. 97-109, 1997.

FREUD, S. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901 – 1905)*; v. 6, 1. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. *Sigmund Freud. Obras Completas Volume 15. Psicologia das massas e análise do eu e outros textos. (1920-1923)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. (1920). *Além do princípio do prazer*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 12-75. (ESB, 18).

_____. *Primeiras publicações psicanalíticas (1893-1899) (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 3)* Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FUNARI, P. P. Anacronismo e apropriações. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). *Novos combates pela História: Desafios - Ensino*. São Paulo: Contexto, 2021, p. 115-146.

GASKELL, G; BAUER, M. W. Para uma prestação de contas pública: além da amostra, da fidedignidade e da validade. In: BAUER, M.W; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 470-490.

GOFFMAN, E. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Editora Vozes. 2012.

_____. *Gender Advertisements*. New York: Harper and Row Publishers, 1979.

- GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO (Org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 79-108.
- GONDAR, J. Cinco proposições sobre memória social. In: *Por que memória social?* DODEBEI, V.; FARIAS, F. R. de; GONDAR, J. (Orgs.), 1. ed., Rio de Janeiro: Híbrida, 2016.
- GOODIN, R. E. *Innovating Democracy: Democratic Theory and Practice After the deliberative turn*. New York: Oxford University Press, 2008.
- GOULD, S. J. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- GRUBIN, D. *Degenerate Art*. Los Angeles, CA: PBS Home Video, 1993.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- HUGGINS, M. K; HARITOS-FATOUROS, M; ZIMBARDO, P. G. *Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstruem as atrocidades brasileiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.
- JABLONKA, I. *Homens Justos: do patriarcado às novas masculinidades*. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2021.
- JAEGER, W. *Paideia: a formação do homem grego*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- JEFFREYS, S. "Appendix — Sodomasochism: The Erotic Cult of Fascism". In: *The Lesbian Heresy: A Feminist Perspective on the Lesbian Sexual Revolution*. Melbourne: Spinifex Press, 1993, p. 172-189.
- KATER, M. H. *Hitler Youth*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2004.
- KERSHAW, I. *The "Hitler Myth": Image and Reality in the Third Reich*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- KONDER, L. *Introdução ao fascismo*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- LANDINI, T. S. Violência Sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração. *Cadernos Pagu*, n. 26, p. 225-252, 2006.
- LANNING, K.V. *Child molesters: A behavioral analysis*. Fourth edition. Alexandria, National Center for Missing & Exploited Children, 2001.
- _____. *Child molesters: A behavioral analysis*. Third Edition. Alexandria, National Center for Missing & Exploited Children, 1992.
- LAWLER, S. Introduction: Identity as a question. In: _____. *Identity*. Cambridge: Polity Press, 2014, p. 1-22.
- LE GOFF, J. Memória. In: _____. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, p. 419-476.

LEITE, V. J. “*Impróprio para menores?*” Adolescentes e diversidade sexual e de gênero nas políticas públicas brasileiras contemporâneas. (Tese em Saúde Coletiva) Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2014.

LEWIS, B. R. *Hitler Youth: The Hitlerjugend in War and Peace 1933-45*. London, United Kingdom: Amber Books Ltd, 2019.

LIAKOPOULOS, M. Análise argumentativa. In: BAUER, M.W; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 218-243.

LOMBROSO, C. *O Homem Delinquente*. Porto Alegre: Ricardo Lenz Editor, 2001.

LOWENKRON, L. As várias faces do cuidado na cruzada antipedofilia. *Anuário Antropológico*, Brasília UnB, v. 41, n. 1, p. 81-98, 2016.

_____. A cruzada antipedofilia e a criminalização das fantasias sexuais. *Revista Latinoamericana: Sexualidad, Salud y Sociedad*. n. 15, p. 37-61, 2013.

_____. O Monstro Contemporâneo. A construção social da pedofilia em múltiplos planos. (Tese em Antropologia Social) Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/PPGAS, 2012.

MASON, G. *The spectacle of violence: homophobia, gender and knowledge*. London: Routledge, 2002.

MICHEL, H. *Os fascismos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1977. *Ebook*.

MOSSE, G. L. *The Image of Man: The Creation of Modern Masculinity*. Studies in the History of Sexuality. New York: Oxford University Press, 1996.

NAPOLITANO, M. Negacionismo e revisionismo. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). *Novos combates pela História: Desafios - Ensino*. São Paulo: Contexto, 2021, p. 85-114.

NASCIMENTO, E. F do; GOMES, R; REBELLO, L. E. F. de S. Violência é coisa de homem? A “naturalização” da violência nas falas de homens jovens. *Ciência & Saúde Coletiva*. v. 14, n. 4, p. 1151-1157, 2009.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa – características, usos e possibilidades. *Caderno de Pesquisas em Administração*. São Paulo. v.1, n. 3, 1996.

PAIXÃO, L. P. *Pederastia e pedofilia na Gaie France: uma crítica sobre a produção de subjetividades em uma revista publicada na década de 1990*. (Dissertação em Memória Social) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2018.

PAXTON, R. O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PRIOLI, G. *Política é para Todos*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

POLLAK, M. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-2012, 1992.

POSNER, G. L.; WARE, J. *Mengele: a história completa do anjo da morte de Auschwitz*. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 2019.

PRAZAN, M. *Barbarie et Antijudaïsme*. Du massacre de Lod aux connexions pornographiques. n. 38. p. 49-64, Pardès, 2005.

RANCIÈRE, J. O Dissenso. In: NOVAES, A (Org.). *A Crise da Razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 367-382.

REES, L. *O carisma de Adolf Hitler: o homem que conduziu milhões ao abismo*. Rio de Janeiro: LeYa, 2013.

RIBEIRO, A. P. G. A memória e o mundo contemporâneo. In: RIBEIRO, A. P. G.; FREIRE FILHO, J.; HERSCHMANN, M. (Orgs.). *Entretenimento, felicidade e memória: forças moventes do contemporâneo*. Rio de Janeiro: Anadarco, 2013, p.65-84.

RODRIGUES, H. *A pedofilia e suas narrativas: uma genealogia do processo de criminalização da pedofilia no Brasil*. (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RODRIGUES, W. T. de S. A pedofilia como tipo específico na legislação penal brasileira. *Âmbito Jurídico*, XI, n. 59, Rio Grande, nov., 2008. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-59/a-pedofilia-como-tipo-especifico-na-legislacao-penal-brasileira/> Acesso em: 23 set. 2021.

RODRIGUEZ, M. Por que os homens são responsáveis por 95% dos homicídios no mundo? *BBC Mundo*. 24 out. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37730441> Acesso em 09/07/2021.

ROSSI, C. *O que é jornalismo*. 1. ed. São Paulo: Editora e Livraria Brasiliense, 2017. *Ebook*.

ROUDINESCO, E. *A parte obscura de nós mesmos: uma história dos perversos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2008.

RUBIN, G. S. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. In: VANCE, C. S. (Editor) *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*. London: Pandora, 1992.

SADE, D. A. F. *Justine ou os tormentos da virtude*. 1. ed. São Paulo: Iluminuras, 2019.

_____. *Os 120 dias de Sodoma ou a Escola da Libertinagem*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2018.

_____. *A filosofia na alcova ou os preceptores imorais*. São Paulo: Iluminuras, 2013.

SAFFIOTI, H.I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, p. 115-136, 2001.

- SAFIRE, W. *Safire's political dictionary*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2008.
- SAID, E. W. *Orientalismo: O Oriente como Invenção do Ocidente*. São Paulo: Editora Schwarcz S.A., 2003.
- SEIXAS, X. M. N. *Fascismo, guerra e memória: Olhares ibéricos e europeus*. Porto Alegre, Santiago de Compostela: EdiPUCRS, USC, 2016.
- SELIGER, M. *Ideology and Politics*. Routledge Library Editions: Political Thought and Political Philosophy. 1st Edition. Londres: Allen & Unwin, 1976.
- SILVA, S. L. P. da. Desafios metodológicos em memória e fotografia. In: DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco Ramos de; GONDAR, Jô (Org.) *Por que memória social?* 1. ed., Rio de Janeiro: Híbrida, 2016. p. 309-322.
- SPENCER, C. *Homossexualidade: uma história*. Tradução de Rubem Mauro Machado. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- STANLEY, J. *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*. 1. ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2018.
- STIBBE, M. *Women in the Third Reich*. New York: Oxford University Press, 2003.
- TIBURI, M. *Como conversar com um fascista*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- THEML, N. *Público e Privado na Grécia do VIIIº Ao IVº séc. a.C.: O Modelo Ateniense*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1988.
- TODOROV, T. *Los Abusos de la Memoria*. Barcelona, España: Paidós, 2000.
- TREVISAN, J. S. *Seis Balas Num Buraco Só: A Crise do Masculino*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- VAGGIONE, J. M. Sexualidad, religión y política en América Latina. In: CORRÊA, S; PARKER, R. (Org.). *Sexualidade e política na América Latina: histórias, interseções e paradoxos*. Rio de Janeiro: ABIA, 2011.
- VERHOEVEN, S. F. M. Um olhar crítico sobre o ativismo pedófilo. *Revista da Faculdade de Direito de Campos*, Ano VIII, n. 10, 2007.
- VIANNA, M. de A. G. Aspectos do fascismo no século XX. *Perseu. História, memória e Política*, n. 16, ano 12, p. 83-97, 2018.
- VILELA, P. R. Mais de 70% da violência sexual contra crianças ocorre dentro de casa. *Agência Brasil*. 18 mai. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-05/mais-de-70-da-violencia-sexual-contras-criancas-ocorre-dentro-de>
Acesso em: 05/01/2022.
- VRISSIMTZIS, N. *Amor, sexo & casamento na Grécia Antiga*. Um guia da vida privada dos gregos antigos. São Paulo: Odisseus, 2002.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas*, ano 9, 2001.

WHITROW, G. J. *O que é o tempo?* Uma visão clássica sobre a natureza do tempo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

WILLIAMS, L. C. de A. *Pedofilia: identificar e prevenir*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

ZORNING, S. M. A. As teorias sexuais infantis na atualidade: algumas reflexões. *Psicologia em Estudo*, v. 34, n. 1, p. 73-77, 2008.